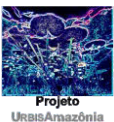


# ANEXO K



# Relatório UrbisAmazonia



---

# EQUIPE

## **Pesquisadores:**

Ana Claudia Cardoso (FAU-UFPA)  
Danilo Araújo Fernandes (FACECON-UFPA)  
Paula Bastos (NAEA-UFPA)

## **Colaboradores:**

Alex Bandeira (PPGAU-UFPA)  
Ana Carolina Melo (PPGAU-UFPA)  
Cássio Belizário (FACECON-UFPA)  
Christiane Costa (FAU-UFPA)  
Emanuella Piani (FAU-UFPA)  
Louise Pontes (PPGAU-UFPA)  
Lucas Cândido (FAU-UFPA)  
Luna Bibas (FAU-UFPA)  
Luz Marina Almeida (FACECON-UFPA)  
Marcília Negrão (NAEA-UFPA)  
Marcos Felipe Sudré (NPGAU-UFMG)  
Regina Almeida (PPGAU-UFPA)  
Roger Mathaus Barreiros (FACECON-UFPA)  
Taynara Gomes (FAU-UFPA)

---

---

# SUMÁRIO

## 1. APRESENTAÇÃO

## 2. PARTE I: Formação Econômica e Social: Caso do Sul e Sudeste Paraense

## 3. PARTE II: A produção do espaço da cidade na Amazônia Oriental: os casos de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Altamira, São Felix do Xingu e Santarém

3.1. Marabá e Parauapebas

3.2. Canaã dos Carajás

3.3. Altamira

3.4. São Felix do Xingu

3.5. Santarém

## 4. PARTE III: Reprodução da vida: espaços livres e apropriação do espaço em Marabá

## 5. PARTE IV: Notas metodológicas: abordagens sobre economia, natureza e regulação ambiental na cidade

---



# APRESENTAÇÃO

---

O presente relatório articula pesquisas desenvolvidas na UFPA, por pesquisadores das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, de Economia, do NAEA, e da FAU UFMG, que assumem a mesoescala e particularmente a cidade como objeto de investigação, no âmbito do projeto UrbisAmazônia.

A estratégia de pesquisa adotada lançou mão primeiramente de ferramentas da economia política para contextualizar a urbanização das regiões Sul e Sudeste do Pará. Neste recorte, assumiu-se que o capitalismo é um grande sistema, que assume formatos diferenciados em cada região ou território onde atua, acomodando-se às suas especificidades socioculturais e ambientais. Em cada lugar segue uma trajetória específica formada por etapas sucessivas de sua evolução naquele contexto. (FURTADO, 2007; NOVAES, 2001).

Nesta perspectiva, a estruturação do capitalismo na Amazônia reflete o modo como a região foi inserida no sistema capitalista desde o período colonial, como base exportadora de matéria prima. A economia extrativista organizou o território desde o período colonial até meados do século XX, segundo a ação de atores sociais regionais e segundo condicionantes tecnológicos e ambientais. A relação com o rio organizou a exploração econômica e também a distribuição de população no território. A formação de cidades, sua localização, hierarquia e capacidade de polarização foi determinada por esses condicionantes históricos; contudo, a introdução das estradas a partir dos anos 1960, e a transformação da região em áreas de fronteira para expansão capitalista desde então, geraram uma tensão na estrutura estabelecida, e levaram à desorganização e posterior reorganização desse território (VICENTINI, 2004).

Essa tensão deve-se ao fato do capitalismo estabelecer a homogeneização e a hegemonia como premissas fundamentais (BRANDÃO, 2007), do mesmo ampliar sua área de atuação através do avanço da fronteira corporativa, onde empresas formais, com grande disponibilidade de capital, mão de obra qualificada, regidas por marcos legais rígidos, com metas de produção de larga escala, compromisso com o mercado externo, entre outras características, comporiam o circuito superior da economia urbana (SANTOS, 2008), ou recorrer ao Estado para que haja a provisão de infraestrutura necessária para a expansão da fronteira (BECKER, 1982; BECKER et al., 1990).

Além disso, o processo de inserção da região no capitalismo ocorreu exogenamente, promovido pelo planejamento central, que seguiu e segue modelos econômicos que não consideram as especificidades do espaço, nem as trajetórias históricas do território, e pelos agentes econômicos privados movidos pelo homo economicus maximizador de lucro. O espaço surgiu nos modelos econômicos a partir dos anos 1950 nos EUA com Walter Isard mas foi o trabalho seminal de Fujita, Krugman, Venables (1995) que formalizou matematicamente a maioria de modelos de análise regional que subsidiam o planejamento sempre que este leva em conta as diferenças regionais. À maioria dos modelos regionais, no entanto, falta levar em consideração o framework institucional e a perspectiva histórica, que só mais recentemente foi considerada e ainda assim ligada a contextos específicos de lock-in regional numa perspectiva de mudança tecnológica ou crescimento econômico (HASSINK e KLAERDING, 2011; MARTIN e SUNLEY, 1996, 2006). As características regionais e grande defasagem da Amazônia em relação aos indicadores socioeconômicos motivaram o aprofundamento do estudo no sentido da compreensão multidisciplinar dessa inserção capitalista.

A investigação preliminar de bases de dados disponíveis, com foco no cadastro de empresas na Federação de Indústrias do Pará, no registro de incentivos fiscais, no rastreamento de avanço da pecuária e da agropecuária, revelou-se limitada quanto a possibilidade de desagregação territorial e pelo caráter setorial das fontes de informação, que ainda requerem calibragem para a identificação da dinâmica histórica da operação da economia incluindo e articulando seus diversos setores. Contudo é possível destacar que entre os anos 1970 e 1980 havia um número de empresas cadastradas maior no interior contra uma maior concentração de incentivos fiscais em Belém.

De um modo geral os incentivos consolidaram atividades no interior, e fazendas com alguma estrutura para beneficiamento leiteiro foram tomadas como indústrias para fins de acesso ao incentivo fiscal. Essa desarticulação pode ser explicada pela natureza da maior parte das atividades produtivas se dar no interior, exploração de madeira, que quando era beneficiada dependia de máquinas e equipamentos que eram mais acessados pelas empresas da capital. É digno de nota que a capacidade de elaboração de projetos se encontrava na capital. Além disso, as sedes das empresas e serviços associados a esses negócios se localizavam na capital, muitas vezes associados a equipamentos hoteleiros e outros serviços complementares que também se beneficiariam desses financiamentos. Em última análise essa defasagem pode ser compreendida pelo custo mais elevado dos equipamentos industriais que os da pecuária e exploração de madeira (atividades mais comuns no interior) e que a maioria das atividades industriais para o mercado local (ex: alimentação) se localizam na região

# APRESENTAÇÃO

---

Em que pese o caráter rural das atividades a racionalidade de operação desde o início foi urbana e industrial, porque foi pensada a partir da perspectiva da industrialização do Brasil comandada pelas regiões mais dinâmicas do país. O Estado brasileiro deu incentivo para capitalistas do sul e sudeste do país diversificarem suas carteiras de investimento na Amazônia. Tal linha de atuação contou com motivações políticas (ex: Guerrilha do Araguaia) e econômicas (ex: ampliação da acumulação pela integração econômica da Amazônia ao país). A introdução de novos atores (capitalistas do sul-sudeste, migrantes) gerou tensão nas trajetórias existentes na região mas não as quebrou, na medida em que foram realizadas coalizões entre as novas e as velhas elites (EMMI, 1989; PETIT, 2003). A atuação dessas elites inicialmente sofreu influência e influenciou investimentos pensados para a região e contemporaneamente o processo se repete na escala de expansão das cidades. A mudança de ramo de atividade do extrativismo para a pecuária viabilizou a sobrevivência das antigas elites a partir da coalizão com novos atores e dos incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, formando novos blocos de poder, ao mesmo tempo em que transformou completamente o relacionamento da população nativa com o bioma.

Contudo, não foram as velhas elites que se fortaleceram. Nem houve incentivo suficiente para que o capital mercantil hegemônico se transformasse em capital industrial como ocorreu em São Paulo ou empreendedorismo do setor privado. Investimentos de características mercantis têm horizontes de curto prazo, necessitam de menos investimentos em capital fixo e desenvolve suas atividades com acordos menos formais e improvisos, em caso de falha, os custos de transação são menores (Williamson, 1975). Pesquisa de arquivos e de campo, denotaram que esta foi muitas vezes a opção da constituída burguesia local. Assim, contrariamente ao estabelecimento de uma burguesia empreendedora, de uma elite industrial – que tem que pensar a produção incorporando a logística de transporte até aos mercados (portos, estradas, ferrovias) e que são estruturas que reorganizam o território e geram externalidades (impactos) se formou uma burguesia que quer lucro imediato. E, na periferia do capitalismo, se beneficia por sua capacidade de gerir os fatores locais. Nas áreas centrais mundo afora, a burguesia historicamente se apropriou das estruturas de poder e avançou para as etapas industriais do capitalismo.

No Brasil a forma de ocupação da fronteira se deu a partir da hegemonia de São Paulo, e das determinações do tipo de capital industrial e financeiro que têm procurado diversificação de ativos na Amazônia. A entrada de novos agentes demandou respostas da elite mercantil que controlava o comércio e as terras, entretanto nunca houve a formulação de políticas territoriais federais que dessem conta dessas especificidades. Até o presente, a relação centro periferia pautada pela hegemonia econômica do sudeste sobre o resto do país, tem sido suficiente para orientar as políticas nacionais, e de um modo geral o controle de terras na região (associado à pecuária, à exploração de madeira ou à mineração) tem sido visto como estratégia de acumulação atraente para capitalistas de todo o país, modificando o padrão fundiário e diversificando cada vez mais os atores em jogo.

A validação dessa interpretação requer a apresentação de atores no mundo concreto, idealmente apoiada por agenda de pesquisa histórica e de investigação das relações de poder, que ainda está em fase inicial, mas aponta conflitos e afunila para a importância do fenômeno urbano na região. Busca-se avançar em relação às formulações econômicas de base territorial (CANO, 2012; BRANDÃO, 2007) recorrendo-se a literatura dedicada à investigação dos padrões de urbanização e à pesquisa empírica. Neste ponto entram em cena as pesquisas de campo realizadas em seis cidades do Pará, que aprofundaram o campo exploratório realizado por pesquisadores do projeto UrbisAmazônia em 2012, que naquela ocasião percorreu rota iniciada na cidade de Marabá, passando por Parauapebas, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Tucumã, São Félix do Xingu e Xinguara<sup>1</sup>. Entre 2013 e 2014 foram realizadas pesquisas de campo por pesquisadores vinculados ao projeto focadas individualmente nas cidades de Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, São Félix do Xingu, Santarém e Altamira, vinculadas a dissertações de mestrado e teses de doutorado em andamento no âmbito do projeto, e que também geraram as informações consolidadas nas leituras dessas cidades apresentados no corpo deste relatório.

As leituras oferecidas seguiram o mesmo roteiro de investigação para garantir sua comparabilidade, abrangendo histórico e caracterização da estruturação espacial da cidade, principais eventos associados à expansão urbana, com destaque para a atuação dos setores público e privado. Os quadros expostos a seguir oferecem sínteses dos conteúdos sobre cada cidade investigada; em todos os casos há alguma dinâmica capitalista em curso, introduzida pelo setor público (governo federal) ou pelo setor privado na região, em que pese o tempo de origem ou a inserção geográfica da cidade no estado.



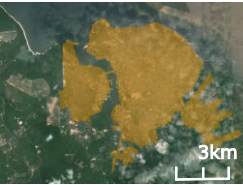
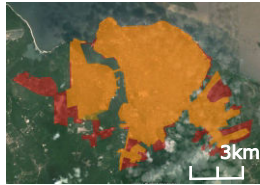
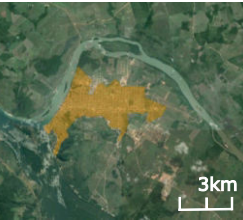
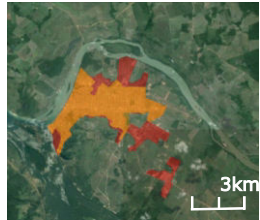
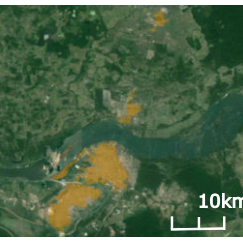
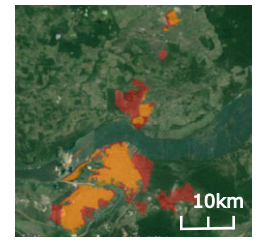

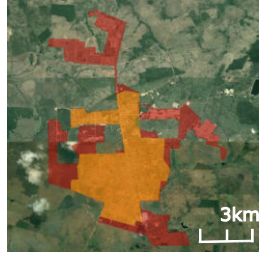

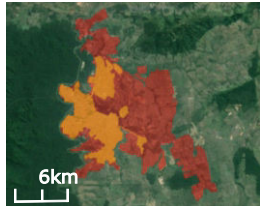
---

O relatório desta atividade está disponível no sítio [www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php?id=urbis:producao:relatorio1](http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php?id=urbis:producao:relatorio1), no Anexo Q.

# APRESENTAÇÃO

Constatou-se que esses processos promoveram a valorização de terras rurais e urbanas e aceleraram a utilização das cidades como instrumentos de acumulação de capital, contudo há arranjos incomuns na produção capitalista da cidade (antigos colonos tornaram-se fazendeiros e depois promotores imobiliários), que demonstram fortes conexões entre dinâmicas rurais e urbanas. O quadro 1 apresenta uma evolução de manchas urbanas entre o período de 2005 a 2013, como evidência da contínua conversão de terras rurais em urbanas como reverso da crescente valorização das terras nas cidades. A operação desses atores também acontece no âmbito de uma fragilidade estratégica (funcional para eles) do setor público, e permite a expansão urbana incompatível com o grau de consolidação da mancha urbana existente.

Quadro1 – Evolução da Mancha Urbana dos municípios em estudo para o período 2005-2013

Municípios	2005	2013	% crescimento
Altamira			26,1
Santarém			22,5
São Félix do Xingu			57,7
Marabá			81,0
Canaã dos Carajás			97,8
Parauapebas			241,5

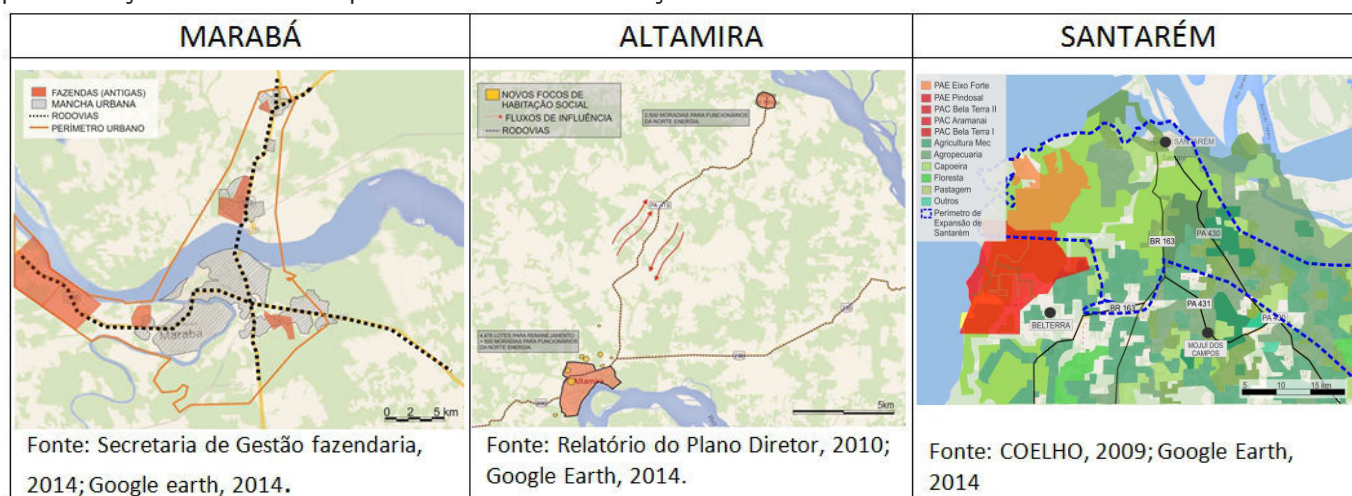
Fonte: Google Earth, 2014 - Elaboração: Carolina Melo



# APRESENTAÇÃO

A valorização de terras tem provocado, além da expansão contínua da mancha, a incorporação de vilas e localidades próximas como área de moradia para a população mais pobre que já não consegue inserção nas áreas consolidadas da cidade polo (ver Quadro 2). Este processo está mais claro nas cidades de Marabá, polinucleada há décadas, mas que agora concentra a produção de habitação pelo programa MCMV nas localidades de São Felix e Morada Nova; de um modo geral tem a expansão urbana de seus núcleos viabilizada pela conversão de fazendas em terra urbana. Santarém, por sua vez, conta com uma região metropolitana onde as cidades de Belterra e Mojuí dos Campos passaram a absorver a população mais pobre, enquanto o interstício entre as três cidades é disputado por usos rurais (assentamentos agroextrativistas, plantações de soja, comunidades rurais) e condomínios fechados. Em ambas as cidades são comuns os casos de violência de proprietários fundiários contra assentados ou movimento social em decorrência da disputa por terra (RUSSI, 2014; MEDEIROS, 2014). O mesmo processo está se constituindo entre Altamira e Vitória do Xingu, demonstrando a influência das estradas na reorganização do entorno dessas cidades.

Quadro 2 – Representação esquemática dos processos de reorganização do entorno das cidades pesquisadas, polinucleação associada à expansão urbana e valorização da terra.



No caso das cidades do sudeste paraense, desmembradas a partir do território de Marabá, destaca-se a influência da mineração. Marabá também vive sob a expectativa da implantação da Hidrovia Tocantins Araguaia e da verticalização da produção mineral (implantação do pólo metal mecânico, incluindo siderúrgicas), enquanto Parauapebas e Canaã dependem completamente da mineração. Altamira está sob influência direta da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. São Félix do Xingu sofre influência da mineração, mas destaca-se por abrigar o maior rebanho bovino do país. Santarém vive sob influência da soja e na expectativa de verticalização de produção de grãos em plantas industriais ao mesmo tempo que comanda uma região onde é expressiva a atuação de extrativistas apoiados pelo terceiro setor. Santarém foi incluída no estudo por apresentar fatores que permitem que na escala local trajetórias extrativistas co-existam com as trajetórias capitalistas que vêm sendo introduzidas pelas ações dos setores públicos e privados, e favorecem a aproximação entre os circuitos superior e inferior da economia, associado em Santos (2008) à produção artesanal, pequena escala de produção, baixo uso de tecnologia, mas que se destaca pelo conhecimento não formal a respeito da região e seu bioma, que por séculos permitiram uma convivência equilibrada da população nesse território, não compreendida ou reconhecida pela racionalidade capitalista industrial.

No Quadro 3, Marabá se destaca em função de acúmulos históricos (político, físico, espacial, econômico e cultural) e melhor revela a tensão entre o projeto das novas elites e o modo de vida anterior à introdução dos grandes projetos na região na região sudeste do Pará, inclusive espacialmente através da diferenciação dos seus diferentes núcleos urbanos. Marabá lidera a tendência à polinucleação identificada em todo o universo estudado. Na busca de evidências sobre a percepção da natureza pela população, pesquisa específica foi realizada em Marabá dedicada à caracterização dos espaços livres (públicos e privados), áreas verdes ou de preservação, assunto que será retomado adiante no texto. A cidade de Parauapebas melhor representa a racionalidade capitalista na região e sempre se destaca das demais quando observada sob essa perspectiva (oportunidade de emprego, PIB), mas também é adaptada à atuação das elites fundiárias e comerciais que se estabeleceram desde a origem da cidade, demonstrando que a riqueza pode ser apropriada por pequenos grupos, e manter a população que está

# APRESENTAÇÃO

distante do poder em uma situação de exclusão semelhante à das grandes cidades. Canaã está em processo de gênese, mas segue o mesmo caminho de Parauapebas, com a expectativa de reproduzir a trajetória da primeira e suplantá-la em importância, em função da qualidade e da quantidade de minério que abriga. Contudo a distância de 60Km que separa as duas cidades e o grau de consolidação de Parauapebas indicam que os investimentos realizados em Canaã são diversos dos realizados em Parauapebas e é mais provável que mais uma vez se estabeleça a polinucleação e as duas cidades assumam funções complementares.

Quadro 3 – Síntese das caracterizações das cidades de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Cidade	Histórico	Dinâmicas atuais	Estruturação Espacial
<b>Marabá</b>	Cidade ribeirinha beneficiada por diversos ciclos de produtos extrativistas (caucho, castanha, borracha, mineração, pecuária); Função de entreposto comercial; Forte atuação da elite econômica e política local no controle desses ciclos. Alagamentos periódicos do antigo núcleo urbano serviu de estímulo à formação de novas nucleações (Cidade Nova – espontânea, Nova Marabá - planejada); Forte atuação do governo militar associada à Guerrilha do Araguaia. A partir de 1960 a ação do Governo Federal, transformou a cidade em polo multimodal (porto, aeroporto, rodovia, ferrovia); Acumularam-se carências habitacionais e de infraestrutura (esgotamento sanitário) em todos os núcleos urbanos.	2006 – aquecimento do setor imobiliário; Expectativa de implantação da Hidrovia Tocantins Araguaia, planejada como corredor de escoamento da produção de grãos; Expectativa de verticalização da produção mineral: Projetos ALPA e ALINE (beneficiamento do alumínio); Crescimento migratório associado à dinâmica agromineral (pecuária, VALE S/A); 2009 – Produção de conjuntos habitacionais PMCMV na outra margem do Itacaiúnas (nos núcleos de São Felix e Morada Nova); Formação de novas frentes imobiliárias; Chegada de empresas nacionais de grande e médio porte (Direcional, DeltaPark, Premium, Água Santa, Mirante Empreendimentos Imobiliários, etc); PMCMV: Direcional (Faixa 2), HF Engenharia (Faixa 1) Formação de novo núcleo no Distrito Industrial por empreendimentos de médio e alto padrão (condomínios fechados) Entrada da Leolar (varejo) no ramo imobiliário, parceria Burity-Leolar; implantação do Alphaville.	Cidade polinucleada (sub-centros): Centro antigo (Marabá Pioneira) – núcleo original, concentra comércio varejista, serviços (destaque para a orla) e atividades tradicionais (pesca, artesanato, biscates); padrões diversos de moradia horizontal, escala do pedestre. Nova Marabá – núcleo de concepção modernista, parcialmente implantado pelo governo federal, conta com centro administrativo, residências de alto padrão, concentra a verticalização na cidade. Abriga shopping center e grande parcela dos serviços (bancos, instituições); Cidade Nova – núcleo formado a partir de loteamentos e conjuntos habitacionais, conta com centro administrativo e de serviços e equipamentos públicos (praças). Distrito Industrial: ocupação por condomínios fechados. São Félix e Morada Nova: núcleos originalmente rurais de crescimento estimulado pelo lançamento de grandes empreendimentos imobiliários do PMCMV. Eixos de expansão: Transamazônica, PA 150;
<b>Parauapebas</b>	Origem associada à implantação do Projeto Grande Carajás – Mina e <i>Company Town</i> em 1980, a partir de assentamento informal (habitado por funcionários terceirizados e migrantes) localizado nos portões de acesso à FLONA. Em 1985 houve regularização do assentamento e provisão de infraestrutura pela CVRD; Após a privatização da CVRD (1997) foi intensificado o crescimento populacional (população pobre migrante), com grande expansão dos assentamentos informais; A partir de 2006 houve retomada do crescimento da mineração e da cidade. Chegada de novos investimentos (shopping center, centros comerciais, rede hoteleira, loteamentos, condomínios, etc.); Valorização extraordinária do preço da terra; Intensificação de migração (pop.pobre).	Crescimento econômico da cidade associado à indústria da mineração; Elite mercantil (comerciantes e fazendeiros) comanda a produção do espaço urbano Prefeitura rica, mas com atuação pontual e incremental na produção habitacional. Condições de infraestrutura acima da média (esgoto, água, coleta de lixo, etc.) mas ainda insuficiente; Déficit Habitacional elevado (necessidade de construção de novas casas) Produção Habitação Social viabilizada por negociação entre setor público e proprietários fundiários. Chegada das grandes incorporadoras e construtoras do Centro-Sul do país (WTorre, Cipasa, Qualyfast, Premium) a partir de 2006; Atuação de empresas regionais no setor imobiliário (Burity-Leolar, Nova Bairros Planejados); Introdução do PMCMV faixa 1 (Qualyfast, Premium, HF);	Cidade de matriz rodoviária, estruturada ao longo das PA-160 (eixo de ocupação menos valorizado) e PA-275 (grandes empreendimentos); A primeira vem sofrendo pressão de substituição de áreas populares por novos loteamentos. A segunda abriga o núcleo consolidado (centro comercial e de serviços terceirizados); Novos loteamentos imobiliários estão estabelecendo sub-centralidades.
<b>Canaã</b>	Cidade originada de aglomerado rural implantado pelo GETAT, dedicado a produção agrícola para o projeto Grande Carajás. O município foi desmembrado do município de Parauapebas em 1994. Forte ligação com Parauapebas por meio de rodovia (60 km de distância). Após a extinção do GETAT e difusão de incentivos fiscais ao grande capital foram formados latifúndios e a agricultura foi substituída pela pecuária (anos 1990). Garimpo foi substituído pela exploração industrial de cobre e seguida pela implantação da maior mina aberta de ferro do planeta (anos 2000). Boom imobiliário (anos 2010). Valorização das terras do município, expansão urbana acelerada por ação de loteadores.	Implantação da mina S11D, com gerará 30 mil empregos diretos e indiretos. Em 18 anos a mancha urbana cresceu 600%. Quando alcançar a fase de operação a atividade se manterá com 2600 trabalhadores. A existência de três lotes por habitante é evidência de forte especulação com a terra. Setor imobiliário opera massivamente através de loteamentos, e da conversão irregular de terra rural em urbana. Em 2011 ocorreu a entrada na cidade de empresas nacionais e regionais (NOVA e Burity) voltadas para a produção de bairros planejados. Investimentos do MCMV foram contratados em áreas afastadas e em quantidade muito inferior do que a ofertada pelo setor privado. Forte assimetria entre capacidade de gestão do setor público e atuação do setor privado.	A Av Weyne Cavalcante é a grande centralidade da cidade, onde o preço dos terrenos chega a ultrapassar 1 milhão de reais. A infraestrutura disponível é concentrada no Bairro Central, no bairro Jardim das Palmeiras (construído pela mineradora para abrigar funcionários). A expansão da cidade se dá por meio de loteamentos desarticulados a ponto de comprometer a estruturação global da cidade. Há pressão de implantação de uso residencial em vilas localizadas próximo à operação da VALE entre Canaã e Parauapebas.

# APRESENTAÇÃO

O Quadro 4 mostra o bloco composto pelas cidades de Altamira e São Félix do Xingu, ambas surgidas na fase de economia mercantil da região, associadas à exploração de recursos naturais e fortemente impactadas por políticas federais, seja de incentivo à produção rural e à pecuária no caso de São Félix, seja pela política de assentamentos rurais associada à reforma agrária e à construção da rodovia Transamazônica, ou pela obra de construção de uma hidrelétrica no caso de Altamira. A transformação está mais avançada em São Félix do Xingu, onde pioneiros foram recebidos como heróis, e após a estruturação da política de preservação ambiental, reclamam por terem sido rotulados como criminosos. Apenas a grande empresa rural consegue operar dentro dos novos condicionantes ambientais e fundiários, beneficiando-se da política de utilização de áreas já antropizadas; neste aspecto destaca-se a vantagem de atores articulados diretamente com o governo nacional ou com o capital internacional. A extensão desses dois municípios aumenta a complexidade de suas dinâmicas, dada a pressão de desmatamento para a exploração de recursos naturais e a assimetria entre atores que disputam seu território (capitalistas, indígenas, pequenos produtores rurais, assentados, garimpeiros); nesse contexto prevalece em suas áreas urbanas a lógica do poder econômico, mesmo que nem sempre operada dentro do marco formal. São Felix representa os municípios que são comandados por dinâmicas rurais e para os quais as cidades e vilas funcionam como apoio à produção rural, onde a mão de obra é concentrada, mas onde muito pouco é oferecido para viabilizar a adequada reprodução desses trabalhadores, ou a realização de outras dimensões da vida para além do trabalho, que em condições normais dinamizam outros segmentos da economia (ex: cultura e lazer). Dessa forma essas cidades são avaliadas como inadequadas por trabalhadores mais qualificados e que esperam uma condição de vida melhor para suas famílias, alimentando um círculo vicioso de problemas econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Quadro 4 – Síntese das caracterizações das cidades de Altamira e São Félix do Xingu.

Cidade	Histórico	Dinâmicas atuais	Estruturação Espacial
<b>Altamira</b>	<p>Cidade tradicional amazônica, de origem ribeirinha e base econômica extrativista (1874, ainda chamada Souzel); Origem associada a missões jesuíticas; Função de entreposto comercial fortalecida pela exploração de borracha (anos 1940); Cidade fortemente afetada por ações do governo federal: abertura da Transamazônica e pela implantação de assentamentos rurais -PROTERRA (1971) e POLAMAZÔNIA (1974); Garimpo (1980) gerou aumento populacional e início do processo de periferização;</p> <p>Nos anos 1980 houve investimentos em infraestrutura (drenagem e pavimentação de ruas), construção do cais na orla do Rio Xingu; instalação do aeroporto e terminal rodoviário; produção habitacional (SUDAM I, Prelazia do Xingu)</p> <p>2011- Início da construção da UHE de Belo Monte, intensificação do fluxo migratório.</p>	<p>Aumento da ocupação informal nas margens dos rios e em áreas periféricas; Projeto de reassentamento urbano coletivo destinado às famílias impactadas pelo projeto Belo Monte (padrão MCMV). A Norte Energia prevê a construção de 500 habitações em Altamira e 2.500 habitações em Vitória do Xingu, iniciando uma polinucleação.</p> <p>Novas frentes imobiliárias: loteamentos formais (Nova bairros planejados, Buriti); PMCMV; Residencial Ilha Arapujá</p> <p>Negociação da prefeitura com fazendeiros para produção habitacional (por conversão de terra rural em urbana).</p>	<p>Ocupação desenvolveu-se às margens do rio (centro político, religioso e comercial);</p> <p>1970 - Vetores de expansão orientados pelas Rodovias: (1) Rodovia Magalhães Barata, (2) Rodovia Ernesto Acioly; (3) Avenida Perimetral; (4) a Estrada do Aeroporto; A produção imobiliária formal concentra-se no eixo da Transamazônica e da Rodovia Ernesto Acioly.</p>
<b>São Félix Do Xingu</b>	<p>Cidade tradicional amazônica, de origem ribeirinha e base econômica extrativista (1900); Forte dependência, na origem, da conexão com Altamira através do rio;</p> <p>1980 – início da atividade madeireira (extração do mogno); expansão urbana de matriz rodoviária; exploração mineral por Garimpo;</p> <p>Após a proibição da comercialização do mogno-extração do jaborandi e avanço da pecuária;</p> <p>No ato de criação da Reserva Florestal Gorotire, a área de proteção foi sobreposta à sede de São Félix impedindo a regularização fundiária na cidade.</p> <p>Inexistência do sistema de esgotamento sanitário; Precariedade do sistema de abastecimento (atende apenas 10% da pop.);</p> <p>A maioria da população pobre se abastece em poços semi-artesianos, localizados em órgãos públicos (Prefeitura/ Câmara dos Vereadores);</p> <p>Atuação tímida da prefeitura no setor habitacional;</p> <p>Antes do PMCMV, a única ação de provisão de moradia de interesse social e lote urbanizado foi o bairro Jardim Novo Planalto.</p>	<p>Pecuária (maior rebanho bovino do país); Elite econômica é ligada a pecuária extensiva e ao comércio varejista, mantém relações diretas com outras regiões (matriz);</p> <p>2ª geração (filhos da elite) retornam como profissionais autônomos (advogados, médicos) responsáveis pela mudança do padrão de moradias da cidade e em cidades vizinhas (Xinguara)</p> <p>2005 surgimento dos primeiros loteamentos privados (transformação de antigas fazendas/serrarias em terras urbanas);</p> <p>2013 – implantação do Frigorífico Frigol e do Campus da UNIFESSPA (PA-279); Loteamento Cidade Nova; Expansão urbana por novos loteamentos irregulares.</p> <p>Construção de um conjunto do PMCMV (1.000 U.H) na margem da rodovia.</p> <p>A gleba Gorotire transformou-se em um entrave à expansão do mercado imobiliário formal e à entrada de incorporadores externos;</p>	<p>Bairros tradicionais próximos ao Rio Xingu – (Triunfo e Centro) E Avenida Pará (PA-279) predominam moradores antigos e atividades ribeirinhas (pesca, culinária, artesanato);</p> <p>Novo vetor de expansão - PA-279 (Avenida Rio Xingu), novo centro de serviços e comércio na cidade;</p> <p>Valorização do preço da terra no local desencadeada em</p> <p>2005 após abertura de agências bancárias na via; permanece acúmulo de investimentos na avenida, 2013 inauguração de um centro cultural e de uma praça de esportes nas suas proximidades;</p> <p>Avanço de loteamentos residenciais irregulares sobre as margens do Rio Fresco substituindo antigos usos produtivos (serrarias).</p>

# APRESENTAÇÃO

O Quadro 5 apresenta Santarém, como uma cidade onde existe convivência entre as racionalidades capitalista e mercantil, onde práticas tradicionais foram viabilizadas pela instituição de unidades de conservação (FLONA, RESEX) e assentamentos rurais de base extrativista (PAEs) explorados por cooperativas de base rural, apoiados por décadas por instituições do terceiro setor. Há permanência de população em territórios rurais apesar da pressão da monocultura da soja sobre o território, e da orientação do poder público municipal pró-modernização do território. A capacidade do extrativista dinamizar atividades que associam produção rural, gastronomia, manifestações culturais, e geração de renda destacam a importância das instituições no suporte ao saber tradicional, e na articulação entre o velho e o novo. A presença de novos atores reproduz os mesmos processos identificados nas outras cidades de disputa pela terra, mas destacam-se outros arranjos institucionais, que permitiram a coesão dos grupos nativos e sua inserção em arranjos viabilizados pelas novas dinâmicas. Tais aspectos fazem de Santarém uma espécie de controle metodológico que ainda apresenta características marcantes de sua inserção no bioma amazônico, e forte identidade cultural.

Quadro 5 - Síntese da caracterização de Santarém

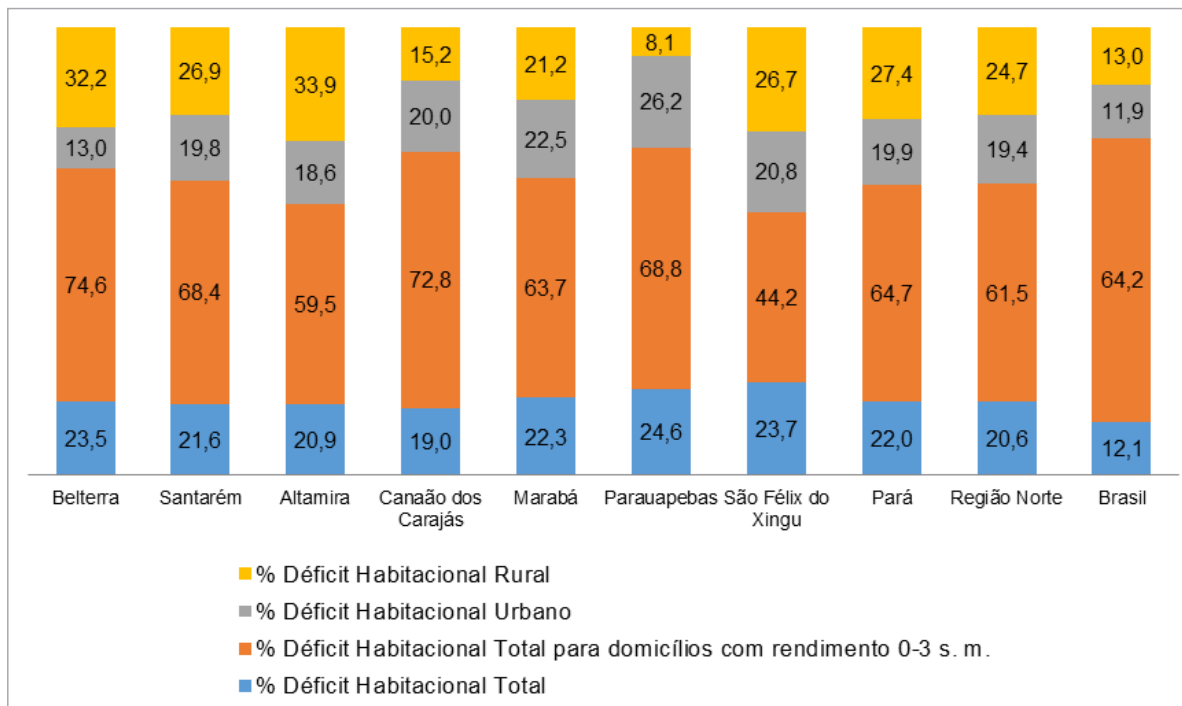
Cidade	Histórico	Dinâmicas atuais	Estrutura Espacial
Santarém	Cidade tradicional ribeirinha beneficiada por diversos ciclos de produtos extrativistas (drogas do sertão, borracha, juta, soja); Entrepósito comercial importante localizado a meia distância entre Belém e Manaus. A cidade sofreu grande influência de investimentos federais na região do Tapajós (rodovias, assentamentos rurais, aeroporto, hidrelétrica), da política de ambiental federal (FLONA, RESEX), e do avanço do agronegócio. Conta com dinâmica demográfica mais estável do que as demais cidades, uma vez que a soja é mecanizada e não gera migração de trabalhadores. Apresenta déficit de infraestrutura, mas está em curso grande valorização de terras com pressão sobre áreas de potencial cênico e de verticalização de área central. Há disputa territorial entre condomínios, assentamentos agroextrativistas e fazendas de soja. Há uma ambivalência no território periurbano que ora assume usos rurais, ora usos urbanos.	Agronegócio (produção de soja e milho); Expectativa de implantação de novos portos privados (para escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste) e planta industrial para o beneficiamento de grãos; Consolidação do polo turístico da região (exuberância da paisagem, praias, floresta); Prática de pequena produção rural por meio de cooperativas associadas a assentamentos agroextrativistas, RESEX, FLONA: extrativistas, produtores rurais, floricultores, artesãos, feirantes, comerciantes, etc. Articulação entre práticas tradicionais e modernas, consumo de produtos rurais por população da cidade em meio a atividades gastronômicas e culturais. Visão tendenciosa do setor público em favor da modernização. Recente tendência da verticalização por ação do setor imobiliário local: R Branco Engenharia e Carlos Ribeiro Imobiliária.	Centro antigo consolidado nas margens da confluência dos Rios Tapajós e Amazonas: comércio (feiras), porto, serviços, lazer, etc. Principais eixos de expansão: BR 163 e PA 370. A expansão da cidade é limitada pelo planalto santareno.  Há vilas antigas no planalto, originadas na época da exploração da borracha, que associadas a novos assentamentos constituem novas centralidades pulverizadas no território: Loteamento Planalto; assentamentos rurais e tradicionais (quilombolas). Destaque para as sedes do novo município de Mojuí dos Campos e do município de Belterra, que compõem a Região Metropolitana de Santarém apesar da inexistência de cornubação.

Outros elementos para a compreensão da produção do espaço urbano no universo estudado são dados secundários disponíveis nas bases do IBGE e da Fundação João Pinheiro, relativos às condições de gestão dos municípios e ao déficit habitacional respectivamente. Os dados do déficit (figura 1) destacam a grande concentração do mesmo nas faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos, enquanto cresce nas cidades a produção de loteamentos para segmentos superiores de renda, e a localização de empreendimentos do programa MCMV é completamente assimilada pela dinâmica local de especulação com a terra. Os empreendimentos do programa acontecem em áreas afastadas do centro, e via de regra facilitam a valorização de terras reservadas pelas próprias empresas para futuros empreendimentos imobiliários.



# APRESENTAÇÃO

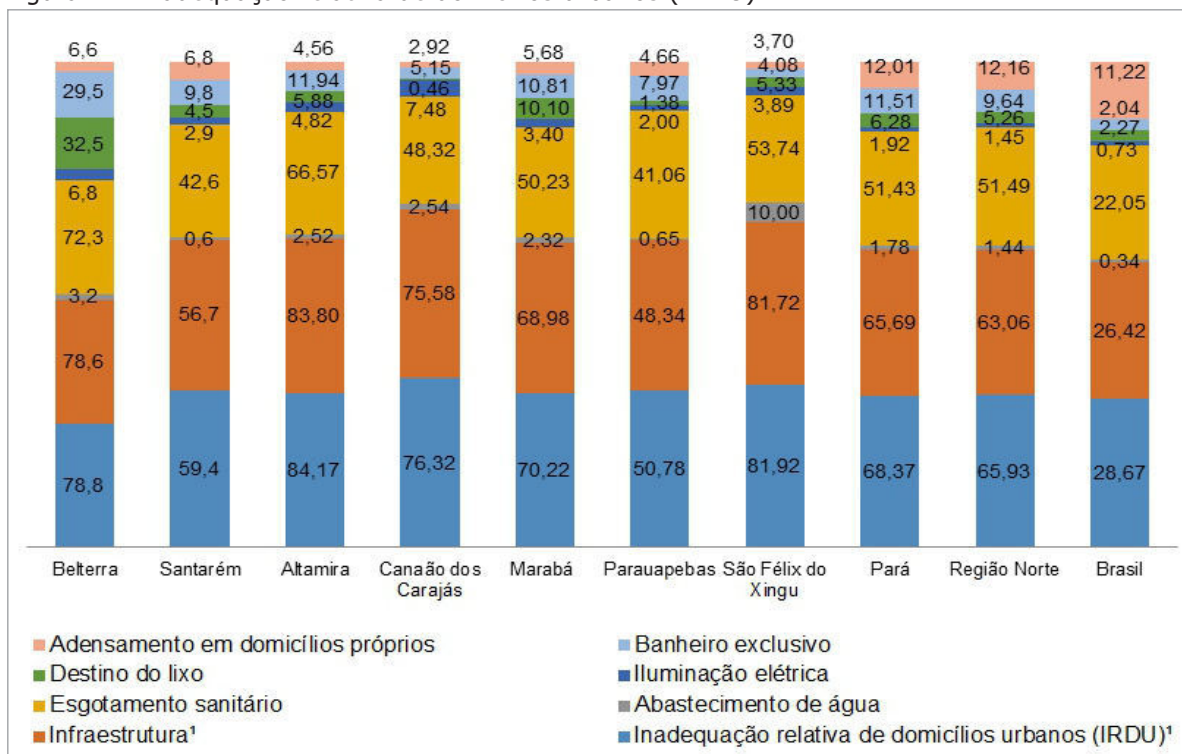
Figura 1 – Déficit Habitacional



Fonte: FJP, 2013.

Outro elemento que merece destaque é a natureza do déficit (ver figura 2), com valores muito elevados de inadequação (precariedade de algum serviço) associados à baixa consolidação da mancha urbana existente, o que chama muita atenção diante da tendência de ampliação de perímetros urbanos e de expansão urbana por novos loteamentos observada nas cidades em geral. Deduz-se que prevaleça o interesse privado (da solução privada do acesso à infraestrutura em condomínios fechados, ou da retenção especulativa de lotes) ao interesse público de consolidar áreas já ocupadas.

Figura 2 – Inadequação relativa de domicílios urbanos (IRDU).



Fonte: FJP, 2013.



# APRESENTAÇÃO

Os mecanismos de gestão (ver figuras 3 e 4) revelam maior interesse na regulação de ferramentas de estímulo aos grandes empreendimentos do que à restrição dos mesmos. Também há limitação geral no trato da política de transporte, mesmo em um contexto de rápida ampliação das distâncias e localização de população trabalhadora em áreas afastadas (de menor custo). Além disso destaca-se o fato de que a existência do instrumento não garante sua utilização ou sua adequação às necessidades do município, caso dos zoneamentos e leis de perímetro urbano.

Figura 3 - Situação administrativa dos municípios em estudo.

Mesorregiões paraenses	Município	CMPU	PD	ZEIS	ZPEA	MIIE	MRIE	CMT	CMMA
Baixo Amazonas	Belterra								
	Santarém								
Sudoeste Paraense	Altamira								
Sudeste Paraense	Canaã dos Carajás								
	Marabá								
	Parauapebas								
	São Félix do Xingu								
RMB	Belém								

Legenda:



**CMPU** - Conselho municipal de política urbana

**PU** - Plano Diretor

**ZEIS** - Zona/área de interesse social

**ZPEA** - Zona/área de proteção ou controle ambiental

**MIIE** - Mecanismos de incentivo à implantação de empreendimento

**MRIE** - Mecanismos de restrição à implantação de empreendimento

**CMT** - Conselho municipal de transporte

**PMT** - Plano Municipal de Transporte

**CMMA** - Conselho municipal de meio ambiente

**LEA** - Legislação específica para tratar da questão ambiental

Fonte: MUNIC 2011 e 2012.

Figura 4 – Quadro de Instrumentos Urbanísticos

Municípios	Perímetro Urbano	Zoneamento ou Uso e Ocupação	Código de obras	Lei de Parcelamento do Solo	Lei de IPTU Progressivo	Estudo de Impacto de Vizinhança
Belterra						
Santarém						
Altamira						
Canaã dos Carajás						
Marabá						
Parauapebas						
São Félix do Xingu						
Belém						

Legenda:



Fonte: MUNIC 2011 e 2012.

## APRESENTAÇÃO

---

Detalhando a observação, a pesquisa realizada em Marabá sobre a utilização e a percepção de espaços livres, destaca o quanto os espaços públicos poderiam articular as matrizes biofísica e urbana. O núcleo pioneiro correspondeu à maior preocupação com o cultivo de plantas mesmo que cultivadas em pequenas jardineiras que atualmente substituem os quintais, após grande adensamento construtivo. Áreas cultivadas cumprem funções ambientais, econômicas (redução de despesas com alimentos, medicamentos e cosméticos) e culturais, na medida em que permitem a perpetuação de saberes tradicionais. Essa conexão é maior em meio à população pobre, e praticamente desaparece no núcleo de matriz modernista. As práticas tradicionais são pouco compreendidas e assumidas como manifestações de atraso que nenhum gestor quer fortalecer. Todos desejam a modernização, e creem que eles a trarão transformando os hábitos correntes no lugar, e via de regra o gestor oriundo de outros contextos (técnicos oriundos da metrópole ou de outras regiões) não compreendem o fracasso de políticas públicas quando os mesmos apresentam propostas ambientais de vanguarda (ex: coleta seletiva). Observa-se que o esforço reformador é incapaz de dialogar com saberes tradicionais e práticas sustentáveis seculares na região, que reproduzem a trajetória extrativista na cidade através do cultivo dos quintais e áreas livres disponíveis, mas que não correspondem ao padrão estético exógeno.

A contagem de usuários de espaços públicos destacou a predominância de transeuntes no núcleo pioneiro da cidade, e de veículos no núcleo de matriz modernista, expressando o quanto é desfavorável a experiência do pedestre na Nova Marabá ou do motorista em áreas da Marabá Pioneira. O campo de experimentação do moderno atingiu seu ápice na Nova Marabá e se mostrou mais árido e menos atrativo para a população que os demais núcleos. Apesar disso o apelo simbólico do moderno, do artifício do controle da natureza, é muito forte, e quando combinado ao mito da propriedade privada da habitação favorece manipulações muito funcionais aos interesses imobiliários e às suas estratégias de operação.

Observa-se que mesmo políticas focalizadas como o PMCMV não conseguem alcançar seu público alvo, sem a mediação de empresas e subordinação dos empreendimentos aos interesses de proprietários fundiários e promotores imobiliários. A precariedade urbana generalizada nas periferias das cidades estudadas favorece a aceitação da operação do programa pelos beneficiários dentro desse contexto. Esse desdobramento do programa federal associado às condições de gestão locais indicam que não é mais possível falar de ausência do setor público na Amazônia, e sim do quanto é necessário compreender a governança que opera nesses lugares, uma vez que toda ação federal é mediada pelas elites que exercem poder político e econômico no âmbito local.

Por outro lado é preciso reconhecer que a leitura da evolução da economia da região através de ciclos de produto tem fortalecido a desvalorização de práticas que antecederam tais ciclos e sobreviveram a eles. A atividade extrativista sempre sustentou a região e foi considerada atrasada e como uma prática a ser substituída por atividades modernas, que disseminaram a exclusão, uma vez que dependiam de capital, tecnologia, e condições de operação de acesso limitado a determinados atores, normalmente exógenos e com expectativa de enriquecimento rápido.

A agenda de pesquisa deve ser ampliada para o estudo das instituições, e para a compreensão das regras de funcionamento dessas novas sociedades, que são incorporadas à operação das políticas públicas nesses contextos. A ação do governo federal é mais uma dentre todos os atores exógenos que disputam o controle do território, reafirmando sua condição de fronteira. A leitura idílica sobre uma Amazônia de florestas e populações tradicionais não corresponde à realidade vivida mesmo no Oeste Paraense (Santarém). O novo urbano é repleto de contradições, assimetrias, desarticulações e desigualdades, não capturados pela ação dos setores público e privado, que ao operarem dentro do marco capitalista recorrem às premissas da homogeneização e da hegemonia de quem formula a política pública ou tomada a decisão e se viabiliza pela ação centralizada.

## APRESENTAÇÃO

---

Por outro lado uma descentralização fortaleceria o poder de atores locais ávidos pelo lucro imediato e completamente descomprometidos com questões sociais e ambientais tão caras à preservação do bioma e a construção de uma nova identidade para a região, que certamente jamais poderá reproduzir impunemente outros contextos regionais. Há a necessidade de operação de movimentos dialéticos, em que visões locais garantam que a inovação possa acontecer a partir de trabalho (e conhecimento) velho, e que visões globais ofereçam elementos (tecnologia, capital) para universalizar acesso a melhores condições materiais para a reprodução da vida e aos benefícios sociais já garantidos à sociedade brasileira.

Destaque-se que a necessidade de articulação de escalas, e de territorialização de políticas públicas também são reafirmadas como medidas prioritárias, assim como a discussão de um paradigma de desenvolvimento, que avance em relação em relação à economia ambiental, em direção à economia ecológica (ver partes III e IV deste relatório). Apenas nessa perspectiva, biodiversidade, saber tradicional, e suas contrapartes físicas (trama de águas e vegetação e condições de moradia e produção na cidade) adquirem relevância e têm chances de serem tratadas de forma equilibrada, para estabilização de uma sociedade em que moderno e tradicional disputam domínio, quando poderiam coexistir e se retroalimentar. Nas cidades essa disputa abrange a lógica de uso e ocupação do território para além do simples valor de troca da terra, abrange governança que, até o presente, suplanta qualquer legislação.

### REFERÊNCIAS:

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, B.; MIRANDA, M., MACHADO, L. Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília:UnB/UFRJ, 1990.

BRANDÃO, C. Economia e Território: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: EdUnicamp, 2007.

CANO, W. Ensaios sobre a crise urbana no Brasil. Campinas: EdUnicamp, 2012.

COENEN, L. , MOODYSSON, J. and MARTIN, H. Path renewal in old industrial regions: possibilities and limitations for regional innovation policy, no prelo. 2014.

COHEN, W.M. e LEVINTHAL, D.A. Absorptive Capacity: a new perspective on learning and innovation. Administrative Science Quartely, 35: 128-152.

COSTA, F.A. Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012.

EMMI, M. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

FORAY, D. L'économie fondée sur les savoirs, in Cahiers français, vol. 323, num. novembre-décembre, p. 65-69, 2004.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HASSINK, R. and KLAERDING C. Evolutionary approaches to local and regional development policy, in PIKE, A., RODRIGUEZ-POSÉ A. and TOMANEY, J. (eds) Handbook of Local and Regional Development, pp. 139-148, 2011

# Parte II:

## A Produção do Espaço da Cidade na Amazônia Oriental:

Os Casos de Marabá, Parauapebas,  
Canaã dos Carajás, Altamira, São Felix  
do Xingu e Santarém

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2 – FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, TENDÊNCIA DE HOMOGENEIZAÇÃO E DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA.....</b>	<b>7</b>
2.1 – A COLABORAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: DO CAPITALISMO NA PERIFERIA ÀS ATRIBUIÇÕES DO CAPITAL MERCANTIL.....	7
2.2- A TEORIA PLURALISTA DA URBANIZAÇÃO DESARTICULADA NA AMAZÔNIA.....	19
<b>3 – DIVERSIDADE ESTRUTURAL E DINÂMICA INSTITUCIONAL NA FRONTEIRA URBANA NO ESTADO DO PARÁ .....</b>	<b>21</b>
3.1 - A política de incentivos fiscais e a dinâmica industrial no estado do Pará.....	27
<b>4 - A CONSOLIDAÇÃO DAS NOVAS ELITES REGIONAIS E A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO PARÁ .....</b>	<b>51</b>
4.1 – Formação dos principais blocos de poder em uma região de fronteira: o caso de Marabá .....	52
4.2- A dinâmica econômica e a consolidação das elites ligadas ao setor da pecuária nos anos 2000.....	74
<b>5 – REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Número de empresas cadastradas na Federação das Indústrias do Pará, por ramo industrial, nos anos de 1972 e 1981.....	24
<b>TABELA 2:</b> Número total de pessoas empregadas por ramos de atividade industrial no Pará entre os anos de 1972 e 1981.....	27
<b>TABELA 4:</b> Ranking das 20 empresas que obtiverem as maiores proporções de incentivos fiscais pela SUDAM (1964 a 1981).....	35
<b>TABELA 3:</b> Localização dos projetos agropecuários aprovados, no Pará, até 1984 por período e por microrregião (amostra de 135 projetos).....	37
<b>TABELA 6:</b> Conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais no município de Marabá.....	55
<b>TABELA 7:</b> Situação fundiária em Marabá em 198.....	56
<b>TABELA 5:</b> Sudeste Paraense e suas microrregiões. Efetivo bovino por número de cabeças: 2000 / 2005 / 2010.....	65

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1:</b> Número de empresas cadastradas pela Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) entre os anos de 1972 e 1981.....	23
<b>GRÁFICO 2:</b> Números absolutos de empresas do setor da Construção Civil do Pará por área entre os anos de 1972 e 1981.....	25
<b>GRÁFICO 3:</b> Número total de pessoas empregadas – Região Metropolitana e Interior do estado do Pará entre os anos de 1972 e 1981.....	30
<b>GRÁFICO 4:</b> Número total de pessoas empregadas da Construção Civil no Pará entre os anos de 1972 e 1981.....	32
<b>GRÁFICO 5:</b> Número de Empregos Gerados setorialmente por Projetos que receberam Incentivos Fiscais da SUDAM entre os anos de 1972 e 1980.....	33
<b>GRÁFICO 6:</b> Empresas industriais do Estado do Pará e volume de incentivos fiscais recebidos da SUDAM entre os anos de 1964 e 1980.....	34
<b>GRÁFICO 7:</b> Empresas Agropecuárias do Estado do Pará e volume de incentivos fiscais concedidos pela SUDAM entre os anos de 1964 e 1980.....	35
<b>GRÁFICO 8:</b> Participação relativa e absoluta dos setores agropecuários e industriais no total de incentivos fiscais concedidos pela SUDAM no período entre 1972 e 1981.....	36

## 1 - INTRODUÇÃO

A questão urbana na Amazônia insere-se atualmente entre as principais questões no debate sobre desenvolvimento regional no Brasil, visto que suas cidades concentram a maioria absoluta da população regional e passam por processos de crescimento desordenado desde o início da década de 60. Momento em que – com base no apoio governamental e nas políticas de desenvolvimento da época – se constituiu um grande esforço estatal com o objetivo da consolidação de uma fronteira agropecuária e mineral, ao mesmo tempo em que se implantava uma estratégia de integração territorial da região ao restante do país<sup>1</sup>.

Para Becker (1982) a urbanização na Amazônia durante este período teria servido originalmente à estratégia do Estado na organização do mercado de trabalho regional e expansão da fronteira de exploração de recursos naturais. Nesta perspectiva, a cidade era considerada como componente fundamental para a circulação de mercadorias, de informação, da força de trabalho, assim como para re-socialização dos emigrantes que vinham para a região em busca de oportunidades de trabalho. Isso assegura à urbanização na Amazônia elementos de diferenciação o qual podem ser compreendidos como resultado de um processo induzido de urbanização acelerada por políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro. O que acaba por construir na região de fronteira um mosaico de cidades de diversos padrões e formas de interação entre agentes econômicos e sociais dos mais diversos tipos.

Mais especificamente no Estado do Pará, a dinâmica de expansão da fronteira amazônica se dá a partir de diferenciações internas reveladoras de processos, ou padrões de urbanização, e trajetórias da dinâmica agrária que representam a forma concreta de inserção dos lugares na fronteira econômica regional e nacional de maneira bastante explícita. Modelos variados de urbanização vão surgindo, como um movimento espontâneo que acompanha o curso das novas estradas e que vão sendo abertas ou asfaltadas enquanto novos atores vão se deslocando para região. Ao mesmo tempo estratégias governamentais vão sendo desenhadas com o objetivo de acelerar o processo de implementação de grandes projetos para a exploração dos recursos naturais, impondo sobre a mesma, como síntese, modelos de urbanização induzidos por dinâmicas dos

---

<sup>1</sup> Movimento o qual mais tarde viria a ser reforçado com a implementação da estratégia dos Grandes Projetos e com a consolidação definitiva do apoio das cidades como base logística para a expansão do capital nacional e internacional em busca da consolidação da Amazônia como fronteira de exploração de recursos naturais.



mais variados tipos, formando diversas frentes pioneiras ou de expansão. Ou seja, um leque bem variado de fenômenos revelando o que Browder e Godfrey (2006) consideraram como uma espécie de modelo de *urbanização desarticulada*.

Por esse ponto de vista, não é a toa que o estudo sobre a dinâmica urbana na Amazônia tem completado nos últimos 30 ou 40 anos uma tendência em apresentar um leque bem variado de estudos empíricos sobre a formação urbana na região. Geógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos e urbanistas tem se debruçado nas últimas décadas sobre a dinâmica de fronteira em busca de um modelo interpretativo condizente com a realidade móvel da fronteira urbana e agropecuária na Amazônia. O resultado tem sido a construção de um relativo consenso no que diz respeito ao papel da fronteira de exploração de recursos naturais e da dinâmica agropecuária como elementos chaves para a compreensão da dinâmica urbana regional amazônica. De maneira complementar, no entanto, e seguindo de certa forma ainda a interpretação original de Becker (1982, 2004), podemos afirmar que, no decorrer da segunda metade do século XX, delineou-se de maneira geral (e do ponto de vista do Estado brasileiro) um projeto de incorporação da Amazônia ao processo de acumulação capitalista em níveis nacional e internacional. É por esse ponto de vista, inclusive, que podemos afirmar que a Amazônia, a partir desse momento, passa a exercer uma função cada vez mais específica e, ao mesmo tempo multifacetada, no que diz respeito a seu papel no processo de acumulação de capital em escala nacional e global. Uma realidade que por fim acaba por incorporar de modo definitivo a região ao mercado internacional de *commodities* relacionado aos seguimentos da mineração e produtos agropecuários (como madeira, soja e carne).

Neste contexto dinâmico, e após décadas de transformações no território da Amazônia Oriental brasileira, particularmente no Estado do Pará, tem-se observado nos últimos anos que as dinâmicas territoriais em curso têm demonstrado a importância de se avaliar de maneira mais precisa o impacto dessas macroescalas sobre a dinâmica sócio-econômica-espacial local e regional amazônica. E nesse sentido, o papel das cidades tem sido considerado determinante para que possamos fazer uma avaliação mais adequada sobre os impactos da economia nacional e global sobre as condições e influência da mesma sobre a região de fronteira na Amazônia. Em muitos casos tem sido por meio do desenvolvimento (ou falta) da infraestrutura urbana das cidades que se tem conseguido constituir uma dinâmica de superação (ou aprofundamento) da condição de precariedade nas condições de vida das populações que vivem nesta região. Por esse ponto de vista, podemos observar que na medida em que uma rede urbana se hierarquiza

na Amazônia oriental (com o desenvolvimento e organização do espaço pela lógica da acumulação de capital), a densidade populacional aumenta, e investimentos, serviços e equipamentos são distribuídos nas cidades em formação de maneira a configurar uma lógica de *urbanização extensiva* (MONTE-MOR, 2003, 2004, 2005). Uma dinâmica sócio-espacial que acaba por transformar profundamente a realidade política, econômico e social da região; ampliando a formação de novas elites que ultrapassam a tradicional ideia e dicotomia entre elites rurais e urbanas; formando e conformando uma nova realidade institucional que irá responder e demandar novas estratégias de desenvolvimento regional que sejam mais adequadas a seus anseios e perspectivas de desenvolvimento e progresso material em curso.

Por esse ponto de vista, a questão urbana na Amazônia tem assumido, nos últimos anos, *status* de interesse prioritário na elaboração de políticas públicas para a região. Tendo em vista a percepção de que as mesmas poderiam cumprir papel determinante na condução de políticas públicas com o potencial de atendimento das necessidades básicas de parcela significativa da população residente na região, e que tem sofrido com o impacto determinante de toda a dinâmica e instabilidade da fronteira, descrita anteriormente, sobre seu nível de bem-estar pessoal e coletivo.

Neste sentido, e por outro lado, da mesma forma em que pretendemos compreender a dinâmica da fronteira e seus impactos sobre a estruturação da rede de cidades e sobre a hierarquia urbana, também visualizamos a necessidade de compreender, em paralelo, qual o sentido político-institucional das mudanças em curso, e em que condições as estratégias de intervenção pretendidas serão capazes de atender os interesses dos novos atores que passam a comandar as novas estratégias de desenvolvimento na região. Para isso, se fazem necessários estudos cada vez mais aprofundados sobre o perfil dos atores sociais que tem constituído a realidade econômica e social da região de fronteira na Amazônia nas últimas décadas.

É tendo em vista a necessidade de compreensão da dinâmica estrutural, institucional e urbana que orientou a formação econômica e social da Amazônia na segunda metade do século XX, que buscamos constituir neste texto alguns elementos com o intuito de organizar, do ponto de vista histórico, um novo campo de pesquisa voltado para o estudo do perfil e orientação institucional das novas elites que, nas últimas décadas, têm impulsionado uma nova dinâmica econômica, social e político nessa região do país. O objetivo em última instância é dar conta de compreender um horizonte de análise histórico que trate da formação das elites regionais amazônicas e

sua relação com a dinâmica de desenvolvimento nacional e regional brasileiro. Assim como de sua integração e adaptação à dinâmica do surgimento de um processo de integração da região amazônica à dinâmica do mercado mundial de matérias primas e commodities agrícolas e de bens ambientais. Um estudo com o intuito de mapear os fundamentos da dinâmica estrutural e econômica da Amazônia que se articulam, ao nível metodológico, com outros níveis de análise no campo das ciências sociais (como no campo da ciência política, da sociologia e dos estudos urbanos), com o objetivo de compreender a formação econômica e histórica das elites regionais e seu papel na constituição da dinâmica urbana e das novas estratégias de desenvolvimento das sociedades amazônicas na atualidade.

## **2 – FRONTEIRA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL, TENDÊNCIA DE HOMOGENEIZAÇÃO E DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA**

Para que possamos melhor compreender a importância da dimensão histórica, assim como o papel de uma análise de economia política do território para a análise sobre a formação da fronteira urbana na Amazônia, utilizaremos nesta parte do texto de uma estratégia de apresentar as principais referências teóricas ou bibliográficas que tratam da noção e do papel do capital mercantil em um processo de acumulação de capital na fronteira amazônica. O objetivo principal será demonstrar de que forma a região de fronteira na Amazônia apresenta especificidades que a transformam em um “lugar” onde a dinâmica de acumulação e capital assume contornos que vão muito além da lógica de expansão da agricultura ou pecuária para a Amazônia. Mas que também envolve uma lógica de integração setorial e exploração de recursos naturais, em pleno processo de industrialização nacional, da região que impulsiona uma dinâmica de expansão da fronteira urbanizada como suporte para o processo de acumulação de capital no Brasil. Um impulso que, ao ser confrontado com a dinâmica e posição do capital mercantil tradicional já estabelecido na região, acaba por resultar em um movimento dialético de homogeneização e ao mesmo tempo diversificação da dinâmica da economia e complexificação da base política local.

### **2.1 – A COLABORAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO: DO CAPITALISMO NA PERIFERIA ÀS ATRIBUIÇÕES DO CAPITAL MERCANTIL**

De início, e bem como propõe o campo da Economia Política do Desenvolvimento, começa-se a discutir o processo de *homogeneização* e a tendência do processo de acumulação de capital a criar condições espaciais para a “igualação” das condições de reprodução do capital em diferentes regiões. Suas determinações nesse primeiro momento concentram-se no movimento do capital a partir de suas próprias determinações conceituais mais simples, abstratas e gerais. Grosso modo, em termos de resultado, esse processo procura criar um espaço unificado para a valorização do capital de forma ampliada. Algo que Marx já apontava em seus escritos iniciais. De acordo com Brandão (2007), nesse sentido, é interessante notar que esse primeiro processo cria características “igualitárias”, sobretudo no que se refere às relações de produção apropriadas para o capital promover seu movimento unificado de valorização - pré-condição necessária para a promoção de sua reprodução ampliada. Lembrando que o capital não necessariamente promovera uma homogeneização das forças produtivas haja vista que uma “igualação” neste conjunto não o interessa. Outro ponto que Brandão (2007) chama a atenção diz respeito ao movimento universalizante e homogeneizador do capital, que arrebatando mesmo os espaços mais remotos a um único domínio não se associa a ideia de afinidade, solidariedade ou mesmo de comunidade, mas sim ao caráter progressista do capital. “Ou seja, é o capital impondo suas determinações mais gerais e imanentes, buscando a constituição dos equivalentes gerais dando unidade a diversidade de relações existentes” (BRANDÃO, 2007, p.72).

A lógica é a de generalização de suas relações sem qualquer tipo de restrição, circulando seus valores, e tudo que o ponha no sentido de criar um espaço de mercado uno bem como é enfatizado a seguir:

“O capital precisa de condições adequadas para se afirmar como capital em geral, como universal concreto, que comanda todo o processo social de trabalho, necessitando de um espaço unificado, homogeneizado e desobstruído, em que possa exercer seu controle universalizante, invadindo todos os âmbitos possíveis de sociabilidade, extravasando sua lógica sem circunscrições territoriais” (Brandão 2007, p.73).

Um terceiro e último ponto, refere-se ao fato da contradição que reside no bojo do processo homogeneizador. Nota-se neste, estruturas heterogêneas, isto é, não niveladas ou desiguais que acompanham a dinâmica frenética de expansão do capitalismo. O capital invade recortes territoriais que o interessa, destruindo ou subordinando formas pretéritas criando e generalizando relações mercantis em conjunto com os devidos avanços em termos de divisão social do trabalho.

A integração apresenta características já facilitadas pelo processo homogeneizador no que diz respeito ao nivelamento das condições necessárias de reprodução do capital no sentido de construir o ambiente apropriado para a valorização do mesmo sem que haja qualquer impedimento de ordem extra econômico. Feito isto, encaminha-se para uma batalha das diversas unidas existentes, num processo concorrencial travado em instituições conhecidas como mercados. É diante disso, que para Brandão (2007, p.76) a integração irá se dar num contexto necessariamente marcado por rupturas, transformações, conquistas e tentativas de preservação de espaços e horizontes renovados para a reprodução ampliada do capital.

A concorrência intercapitalista, diz respeito a mais uma força de natureza interna do capital. Orientada no sentido de alargar e aprofundar influencia, esta realizada de modo a impor desde fora as leis coativas que obrigarão todo e qualquer capitalista a acumulação progressiva, as varias frações de capital, em sua luta por reprodução reservarão espaços/territórios privilegiados de acumulação. Brandão, acrescenta que esse processo concorrencial:

“[...] enquanto pugna entre a pluralidade dos capitais e suas frações, também agrega conteúdo e da forma as escalas espaciais, ao procurar segmentar frações do espaço, proclamando-os como território particular de certa fração particular de capital”(Brandão 2007, p.77).

Localidades como Marabá e a regiões sul e sudeste do Pará, são condicionadas num movimento que se intensifica na segunda metade do século XX a forças contínuas de difícil reversão associadas ao processo interativo, passando cada vez mais a incorporar-se regionalmente de modo a multiplicar sua interdependência e sua complementariedade, num contexto plural de capitais superiores geralmente de fora – fenômeno observado na região a partir do surgimento das estradas e do crescimento do processo de acumulação ligado à atividades da mineração e do setor agropecuário e madeireiro . É nesse sentido, que tanto o potencial quanto a vulnerabilidade regional de localidades como a mencionada podem aumentar, haja vista, que mudanças de caráter interacional provocam uma “[...] metamorfose na densidade econômica [...] muda e diversificam-se os fluxos, o movimento de seus eixos de circulação e seu potencial produtivo” (Brandão 2007, p.76).

Outra característica do processo de integração diz respeito ao rompimento da independência e da autonomia dos espaços/territórios de modo que todos, em virtude das forças que regem o processo, passarão a obedecer a leis coercitivas que orientarão o

capital em direção a sua autovalorização. Todavia, em virtude de perturbações existentes dentro do sistema, a contínua autovalorização é impedida em virtude de desvalorizações nos capitais existentes provocadas pela massa nova de capital incorporada pela força concorrencial. Brandão (2007, p. 78) argumenta que esse processo de integração promove, assim, uma destruição criadora (até mesmo no sentido de desconectar, desintegrar e desvalorizar capitais e seus espaços).

De fato, até aqui se observa que teoricamente o capital passa a arranjar a formatação ideal para a sua “plena” auto expansão. A disseminação do capital na forma mercantil irá acelerar a o que Brandao (2007) denomina de uma “divisão inter-regional do trabalho”, de modo que, cada vez mais a tendência será de afastamento da forma dispersa mal distribuída, onde a péssima condição de comunicação – uma das condições necessária para o domínio do capital mercantil - facilitará no controle do espaço/território por parte da superestrutura dominante – em nosso caso as elites mercantis locais.

O afastamento dessa configuração em direção a uma estrutura mais resiliente, onde o rompimento do isolacionismo inter-regional, pré-condição necessária para a circulação das mercadorias, símbolos e valores do nascente modo de produção capitalista comercial, criará bases para os diversos espaços integrados bem como também provocará grosso modo, uma rapidez em termos econômicos, políticos, sociais, informacionais, técnicos e de um modo geral, da vida levada no espaço/território em questão.

Dai por diante, Brandão traz a tona a discursão que perfaz o caminho do processo de integração, isto é, ele conduz o debate a formação do mercado uno nacional. Tal avanço, só é possível em virtude do processo decorrido até aqui, haja vista que segundo ele esse mercado nacional é resultado de uma coerência imposta pela força política e pelos avanços da concorrência intercapitalistas interregionalmente. Todavia ele ressalta:

“[...] a ação das forças da integração geralmente constitui um longo, contraditório, heterogêneo e conflituoso processo em que os espaços regionais circunscritos e capsulados vão sendo enredados a partir daquele(s) espaço(s) em que prevalecem formas superiores de acumulação e de reprodução econômica” (Brandão 2007, p.79).

Ao passo que os espaços/territórios passam a se integrar na economia nacional, nota-se a composição de um espaço uno de acumulação e valorização capitalista, arranjado na forma de região – nesta altura fala-se da região amazônica como um todo –

esta, deve se inserir e especializar-se complementarmente em elos específicos das cadeias constitutiva da “matriz produtiva nacional” (Brandão, 2007). Todavia, a integração no sentido de criar esse mercado nacional uno, desintegra as regiões, pondo em questão o abismo que separa o centro dinâmico da periferia pouco dinâmica em termos de desenvolvimento capitalista.

As diversas especificidades da complexa rede de espaços/territórios que passa a estar enlaçado devido o processo de integração teoricamente, deverão se enquadrar em uma hierarquia espacial, onde será a porção hegemônica, isto é, as economias de centro, que delinearão os rumos do processo, ampliando e adensando cada vez mais, os fluxos no sentido da periferia do sistema. Capitais concentrados na região dinâmica, agora também espalhados por todo território nacional passam a compor uma estrutura produtiva mais revigorada e integrada, de modo transformar desde as pautas de comercialização, passando pela implantação e diversificação da indústria na periferia no sentido de constituir um “núcleo polarizador central de acumulação contínua” Brandão (2007).

O processo de *polarização* surge com o desenvolvimento das forças produtivas, e se demonstra a partir da hierarquia espacial. Neste, as estruturas já estão devidamente enquadradas, todavia, em virtude das desigualdades existentes impostas pelo capital no sentido de criar zonas “integradas”, nota-se na verdade o surgimento de um desenvolvimento desigual de núcleos heterogêneos, hierarquizados organizacionalmente, categorizados em centro e periferia.

A dominação, a assimetria e a irreversibilidade frente ao processo, da suporte para o surgimento de centralidades, que operam como verdadeiros polos, bem como vem acontecendo na região de Marabá. Esses centros, em uma escala proporcional ao objeto de estudo em questão são “[...] dotados de estruturas complexas de serviços, infraestruturas, centros de armazenagem, comercialização, consumo, gestão, controle e poder político e cultural [...]” (Brandão 2007, p.81). Espaços como estes, emanam decisões vitais, logicamente até o ponto em que exercem influencia. A seletividade do próprio sistema capitalista transforma os espaços, criando regiões dominantes e subordinadas, o próprio sistema rearranja a partir do processo de polarização aqueles espaços/territórios mais favoráveis, atrativos e estratégicos determinando, portanto, os de maior ou menor potencial reprodutivo.

O ultimo processo atribuído por Brandão, diz respeito à *hegemonia*. Neste, o objetivo consiste em encontrar na hegemonia política do bloco dominante, logicamente

sob diversas frações do capital mercantil (especulativo, usurário/bancário, imobiliário etc.), respostas no que diz respeito ao atraso político, produtivo, social, marcadamente associado a configurações de poder de ordem oligárquico/elitista, patrimonial, economicamente fundamentada no capital mercantil.

O processo hegemônico também deverá ter poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser o portador do novo (Brandão 2007, p.83). Brandão (2007) segue dizendo que este ainda deverá ter capacidade de inovar, administrar e de montar um bloco de poder para vencer a heteronímia, de modo que este ser hegemônico, para a sua afirmação deverá, por meio de forças coercitivas impor um “consentimento” no sentido de consolidar e incorporar todos em sua órbita, bem como é suscitado a seguir:

“O ser hegemônico necessita ser minimamente ‘dono de seu próprio destino’, ter preeminência, supremacia e capacidade de ser condutor do processo para ter força suficiente para propor, articular e sustentar uma determinada unidade e aliança e administrar e centralizar uma ‘coesão nacional imaginária’ que se exerce sobre determinados grupos subordinados” (C. Brandão 2007, p.84).

Determinações ligadas à correlação de forças políticas e sociais leva a investigação do processo hegemônico a partir de uma perspectiva de “aliança de classes de longa duração” Brandão (2007). A hegemonia, segundo Brandão, produz blocos históricos repletos de variados blocos políticos. Blocos políticos em aliança lutam no sentido de legitimar seu poder de influenciar a tudo e a todos, trançando projetos e universalizando interesses e coesinando com as demais frações de classe. Esta, além de comandar o processo político da coesão e unidade ao processo, naturalmente repleto de contradições dos demais grupos sociopolíticos. A hegemonia portando:

“[...] cumpre uma função contraditória das contradições presentes nas diversas frações do bloco no poder e tem de estabelecer capacidade de ocultação de conflitos e fissões, de formar determinada ‘concepção de mundo’, forjando e cristalizando uma relação de forças que determina os limites e condiciona ações dos subalternos” (C. Brandão 2007, p.85).

Portanto, torna-se difícil avançar em termos políticos haja vista o baixo nível de politização e cidadania, situações que eternizam, por exemplo, formas de poder que atravessam séculos como é o caso da oligarquia/elite. Assim, o resultado resume-se em um poder de decisão desigualmente estruturado, de um lado forças dominantes de natureza oligárquico/elitista mercantil e de outro uma massa de pessoas que segundo Brandão (2007) tornam-se “objetos dos eventos históricos”.

Nesse sentido, os processos podem ser observados no quadro a seguir:



**QUADRO 2:** Processo de desenvolvimento capitalista

<b>DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA</b>			
<b>HOMOGENEIZAÇÃO</b>	<b>INTEGRAÇÃO</b>	<b>POLARIZAÇÃO</b>	<b>HEGEMONIA</b>
Homogenízna as condições de reprodução do capital	Enlace de espaços e estruturas produtivas	Dominação e irreversibilidade	Sistema de influência baseado no consentimento ativo

Haja vista que, se tem em mente como o processo capitalista se apropria dos espaços, vale colocar outro autor que tem buscado construir um referencial teórico para a análise do papel e especificidade do capital mercantil no que diz respeito á seu papel neste processo de apropriação dos territórios para acumulação de capital em regiões periféricas, fala-se de Wilson Cano (2012).

Wilson Cano, em textos reunidos em uma coletânea com o objetivo de apresentar o problema da questão regional e urbana brasileira, ressalta as principais influências do capital mercantil, ocorridas fundamentalmente em territórios subdesenvolvidos; sejam estes rurais ou urbanos, acentuando fundamentalmente a região nordestina e a área urbana brasileira.

Cano esclarece que o capital mercantil se apresenta, em geral, em regiões periféricas em forma comercial. Emergindo da acumulação primitiva por meio de troca de bens e serviços, e de maneira anterior ao desenvolvimento do capital industrial, por conseguinte restringindo-se ao âmbito da circulação do capital. E quando do aprofundamento do processo de industrialização nacional, passam a sofrer influência do advento de novos capitais como o capital produtivo e o imobiliário. Entretanto o capital mercantil originário nas regiões periféricas não se extingue por completo. Este como os demais capitais passam a estar subordinados ao grande capital industrial nacional, considerado a primazia e “motor” da trajetória do sistema capitalista industrial brasileiro em desenvolvimento entre as décadas de 1930 e 1980.

Quanto mais retardatário o território em termos de seu desenvolvimento industrial, seja este urbano ou rural, maior o poder do capital mercantil, ao passo que este possui ânsia pela perpetuação do atraso para garantir a hegemonia econômica, política e a reprodução do capital mercantil sobre o espaço. Tais poderes se manifestam

por meio do controle da produção com viés sobre financiamentos, armazenagem, distribuição e órgãos do Estado, se fortalecendo pela economia mercantil exportadora. Enquanto isto, de modo diferente nos países desenvolvidos, buscava-se o diferencial no estabelecimento do aumento do emprego industrial e urbano, nas políticas sociais e nas reformas agrárias.

Cano (2012) enuncia que com a expansão do capital industrial no país, o capital mercantil perde espaço, se mantém subordinado ao movimento industrial ou se promove buscando novos meios de atuar, não podendo competir com o capital industrial pela disparidade de recursos financeiros e das reservas necessários para se expandir nos territórios. Desta forma o capital mercantil apenas se amplia limitadamente em pequenos e médios negócios locais. Os antigos atacadistas passam a se transformar em redes de varejo representadas por supermercados, hotéis, bancos e organizações administradas pelos herdeiros das famílias tradicionais das regiões.

E aí viria um dos efeitos mais relevantes para nosso objeto de estudo. De acordo com Cano as novas atividades que se desenvolvem no bojo do processo de aprofundamento da industrialização brasileira, mudam o caráter da urbanização no país. Atreladas ao antigo capital mercantil surgem novos negócios que impulsionam as novas estruturas de poder.

No início do desenvolvimento do capitalismo em qualquer região ou país periférico onde o sistema se desenvolva, pode-se observar a presença marcante do capital mercantil, mas este com o tempo tem seu poder restringido, mas nunca extinto. A urbanização por esse ponto de vista acaba por exigir a construção de estruturas mais avançadas e nestas perspectivas os poderes se modificam. Um conflito de interesses entre grupos locais, nacionais e internacionais se institucionaliza, ao mesmo tempo e que surgem possibilidades de articulação entre alguns seguimentos.

Observando por esse ponto de vista a forma como se desenvolve o processo de acumulação de capital e industrialização brasileira entre as décadas de 1930 e 1980, percebe-se claramente grandes transformações, que aceleram o ritmo de crescimento e a integração econômica nacional, sem que houvesse em nenhuma região do país quaisquer pontos de estagnação. Os diversos setores da economia em especial a agropecuária, mineração, indústria e urbanização se destacaram em seus processos de expansão. Antes disto, as regiões brasileiras passaram por diversas transformações: o Nordeste foi marcado pelo período do açúcar e do algodão, Minas Gerais pela

mineração, o Norte do país pela extração da borracha, e a crise da produção cafeeira no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e Espírito Santo.

Neste contexto, a indústria que irá se desenvolver de maneira mais intensiva nas regiões sul e sudeste, não se expandiu da mesma forma para as demais regiões. Por esse motivo, tivemos um desenvolvimento industrial desigual, estando o capital industrial das regiões periféricas crescido de maneira mais consistente em seus benefícios relacionados a avanços apenas nos setores ligados ao processo de urbanização das cidades. Os quais mantiveram alguma taxa de crescimento industrial em regiões como o Norte e o Nordeste.

Compreende-se de acordo com Cano, portanto, que o capital mercantil sofre mudanças durante o tempo e se expande em determinados territórios em formas e setores diferentes. Apesar de suas readaptações, este segue com suas características iniciais lhe conferindo certo poder em várias escalas, apresentando também diversos modos de manifestação que passam a demonstrar sua face moderna ou reformulada para se englobar aos setores industriais e financeiros nas suas mais diferentes formas. A expressão moderna deste capital se destaca exatamente aonde o sistema capitalista e o modelo industrial estabelecerem maior expansão e dinamicidade.

Nas regiões periféricas, tais proporções de capital, apesar de manter o domínio do capital nacional, se propagam de inúmeras formas, estabelecendo diferentes estruturas e dinâmicas, sejam estas rurais ou urbanas, podendo apresentar significativos níveis de atraso. Ou seja, uma forma de acumulação primitiva se representa na medida em que o capital industrial se articula com o capital mercantil e imobiliário, mantendo determinadas zonas de influência. Zonas estas que se constituem a partir de proporções de riqueza advindas do setor rural ou urbano, tornando-se uma espécie de excedente apropriado em favor, e por meio, da especulação fundiária, concebendo poder econômico e político inclusive para seus sócios regionais, proprietários dos terrenos e imóveis sobre pressão especulativa.

Apesar destas constatações, Wilson Cano destaca que o capital mercantil se encontra em um dilema pelas necessidades estruturais que são exigidas pelo processo de industrialização em curso no país. Logo, o capital mercantil arcaico fornece espaço aos capitais industriais e mais inovadores, sendo representados, por exemplo, por um estabelecimento atacadista em um grupo de supermercados ou em uma exportadora ou importadora de mercadorias. Entretanto essas frações de capital mercantil tende a ter um processo de modernização limitado, podendo ser restringido pelo advento da

concorrência interferindo diretamente no nível de participação do capital mercantil na sociedade local. O antigo capital mercantil demonstrava-se rígido, tendo o controle do comércio e das demais atividades econômicas, e dessa maneira o mantém no poder comercial por meio da obtenção da terra de pequeno, médio e grandes proprietários em situações financeiras alarmantes. Assim o poder comercial e o financeiro agregam domínio da terra. Deste fator justifica-se a perpetuação do poder econômico e político, apesar da decadência desses segmentos.

Neste contexto, a integração de forças políticas e econômica do capital mercantil dificulta que o Estado atue de maneira estruturante e democratizada, o que corrobora com a continuidade desse capital arcaico, mesmo que este não tenha posse de todo o território. Basta que apresente o poder financeiro e mercantil, a distribuição e a comercializações locais, e por meio do controle econômico desenvolve o controle institucional e político, cabendo ao Estado promover sua modernização através de políticas e legislações. Com o advento da modernidade junto a industrialização e a necessidade de urbanização, as exigências no setor urbano são maiores e o antigo capital mercantil passa a perder sua representatividade em detrimento da relação política com o novo capital mercantil, e assim se articula as novas exigências da dinâmica de acumulação da economia.

As novas forças produtivas capitalistas promovem o assalariamento dos trabalhadores, elaboração de tecnologias, máquinas, e cria novas faces a agricultura, a agroindústria e ao âmbito social implementando e fomentando a urbanização. Este contexto renovador desordena as dinâmicas e modificam processos retrógrados, o que se exemplifica na Amazônia depois da implantação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), demonstrando a transformação a partir da lógica do novo capital mercantil, que exige agilidade e mudanças efetivas, sejam nas áreas de infraestrutura local, capacitação do trabalho e saúde, segurança ou educação pública.

Em outras instâncias o capital moderno adéqua seus interesses com o capital mercantil, mantidos alguns interesses de grupos tradicionais, neste cenário tornou-se possível a associação com o Estado, possibilitando um ponto de conciliação entre os capitais. Ambos foram de encontro as reformas sociais que por sua vez podem conflitar com seus interesses, em especial com a o direito a propriedade e as leis do mercado.

Wilson Cano elucida também a respeito da agricultura itinerante, fator de destaque no processo de subdesenvolvimento do Brasil, e propiciado pelas vantagens

que os grandes proprietários rurais detinham sobre a acessibilidade a terra, resultando a menor eficiência da ocupação escravista fomentada pela ocupação de terras novas e mais férteis favoráveis a competição dessa agricultura e ao desenvolvimento de tecnologias.

A agricultura exportadora repelia e acabava por direcionar a agricultura familiar e a pecuária para o interior, e nesta perspectiva não se poderia concorrer com grandes latifundiários, limitando o plantio para a subsistência e elevando o poder do capital mercantil. O complexo nordestino se formou com base no plantio da cana de açúcar, originando uma agroindústria açucareira que mais tarde a declinar e junto a escravidão geraram demasiada depressão na tecnologia e na produção, o que acentuou o poder do capital mercantil, prolongando os retardamentos econômicos e sociais locais.

A partir da década de 1960 ocorreu a modernização da zona rural, conseqüentemente o aumento evasão populacional entre as regiões. Em 1980 se percebia a elevação do PIB, do nível de emprego urbano com destaque ao emprego informal, um crescimento da zona urbana desenfreado, e a negligência do Estado para com as políticas socioeconômicas.

Cano afirma que o contexto migratório se potencializa pela degradação das condições de vida nas regiões rurais, limitação de capacitação técnica, ausência de subsídios e créditos, além da degradação do solo, são fatores que proporcionaram a evasão da população rural. O contexto da urbanização não promoveu apenas avanços, mas também inúmeros entraves sociais que provocaram o empobrecimento dos territórios, desvalorização da mão de obra e elevada concentração fundiária, disponibilizando um contexto favorável a disseminação do antigo capital mercantil. Frente às problemáticas caberia ao Estado atuar por meio de políticas regionais, agrárias, sociais e ambiental, buscando de maneira democrática estruturar e reordenar a economia destes territórios, distribuindo e estabelecendo uma reforma agrária.

A reforma agrária não está associada apenas ao processo de subsegregação de um território específico para alocação de lotes, mas de uma política fundiária estatal efetiva. Sua ausência e necessidade visam minimizar ou solucionar divergências como altos níveis de pobreza, tentando promover a igualdade e a justiça social, buscando também inibir o êxodo rural e a reduzir a superpopulação das cidades, pois tais problemáticas trazem dificuldades sociais e econômicas. A reforma nos setores rurais torna-se imprescindível em vista de sociedades cada vez mais cercadas pelos cenários decadentes seja no âmbito rural ou urbano.

Na perspectiva urbana do capital mercantil, na qual este demonstra maior influência, observa-se que suas transformações perpassando por vários segmentos, como o industrial, bancário, agrícola e principalmente pela construção civil. Diversas organizações deste segmento se beneficiam de licitações estatais e se utilizam de serviços de terceiras, fazendo o papel de gestão dos negócios governamentais. A construção civil e o setor imobiliário promovem uma divisão do trabalho fomentando a continuidade de outros capitais mercantis, tais empresas desenvolvem e gestam negócios sem produzir ou investir, alcançando altos rendimentos. Cano caracteriza este processo de extração da nova mais-valia, que por sua vez demonstram-se progressistas, sendo responsáveis pela constituição urbana brasileira, na qual o Estado detinha o poder político, a acumulação urbana, o controle sobre os aparelhos estatais e a corrupção em suas atuações.

Para o autor com o chamado inchaço urbano, se estabeleceu entre 1930 e 1950. O desenvolvimento de uma urbanização equilibrada quanto a infraestrutura, o transporte e as necessidades básicas, após este período, se torna turbulenta e desenfreada, quando a partir de 1960 as falhas na administração pública e o crescimento demasiado resultaram na *arrebentação urbana*. Dessa forma a negligência do Estado sob a vida social urbana acarretou divergências crescentes e riscos ao futuro de cidades sem direcionamento de gestão.

Apesar da acomodação de várias vertentes sociais, a urbanização provocou o crescimento tanto da construção civil como do percentual populacional. Até 1960 mesmo com a elevação populacional, as taxas de desemprego não se apresentavam alarmantes, os transportes ainda não representavam problemas as estruturas urbanas e a baixa inflação. Dentre os outros fatores positivos o capital mercantil se manteve beneficiado pelo período.

Com o advento do governo militar, concentraram-se as finanças e o orçamento público para os estados e os municípios, adiando a reforma agrária, fomentando o setor da tecnologia na agricultura, e maximizando a urbanização e o êxodo rural, gerando em 1970 a já citada *arrebentação urbana* por meio do crescimento exacerbado sem planejamento e efetividade política, dando graves sinais da ineficiência dos serviços públicos inerentes a urbanização que só favoreciam a ampliação do capital mercantil na perspectiva urbana.

Segundo Wilson Cano a carência de atuação e planejamento público, a expansão da urbanização não detinham suporte suficiente e capacidade administrativa e

técnica afetando diretamente vida da população urbana. O Estado por sua vez busca alianças políticas e econômicas com empresários para estimular a propagação do segmento mercantil por meio de sua inserção no setor imobiliário, aumentando a dependência da sociedade e do aparelho estatal em relação ao capital mercantil, o que ocorre até os dias atuais.

Em uma perspectiva e ideia de produção em larga escala, o governo estabelece e passa a controlar o sistema responsável pelas Cooperativas Habitacionais (Cohabs), as quais englobavam as construções das Vilas BNH, conjuntos habitacionais em áreas distantes das periferias, que de maneira encoberta acentuava o desempenho do capital mercantil com o apoio do Estado. Dessa forma, principiando a acumulação primitiva, o capital mercantil passa a precificar os metros quadrados, valorizando estes e impactando diretamente o custo de vida dos trabalhadores. Nesta conjuntura a associação entre o Estado e o capital mercantil iniciou e propagou a expansão da corrupção e da especulação habitacional, assim por várias fases o capital mercantil seguiu e segue infiltrado em instâncias inimagináveis.

## 2.2- A TEORIA PLURALISTA DA URBANIZAÇÃO DESARTICULADA NA AMAZÔNIA

*A Teoria Pluralista de Urbanização Desarticulada* preenche de forma exemplar a lacuna de ordem espacial criada no tocante aos estudos de formação da oligarquia/elite de Marabá. Mesmo a partir das categorias estabelecidas por Carlos Brandão, notou-se que especificidades pertinentes ao espaço/território em questão, tornaram-se um desafio no decorrer das análises, haja vista que em termos de configuração espacial/territorial, a referida localidade evoluíra de uma forma historicamente marcante na região amazônica, baseada bem como sucinta John O. Brownder e Brien J. Godfrey (2006) na “hierarquia do sistema mercantilista extrativo dominado pelas cidades de Belém e Manaus, para uma ordem superior de acumulação capitalista, mais complexa altamente fragmentada de configurações espaciais policentricas”.

A teoria está embasada em princípios e tendências de urbanização na fronteira. Os princípios de urbanização na fronteira correspondem a oito ferramentas conceituais elementares: 1.Heterogeneidade sócio-espacial, 2.Configuração espacial desarticulada, 3.Desenvolvimento urbano e agrícola desarticulado, 4.Dinâmica urbana desarticulada do desenvolvimento industrial regional, 5.Urbanização ligada a forças econômicas

operando a nível global, 6.Centros urbanos ligados ao circuito global de informações e cambio, 7.Fronteira urbana politicamente desarticulado do Estado centralizador 8.Dicotomias entre o rural e o urbano.

Essas oito ferramentas conceituais orientam-se em direção a uma regularidade em termos teóricos, todos, colaboram no sentido de identificar em cidades como Marabá, aspectos flexíveis, cujas histórias sociais, e orientações econômicas, bem como os desenhos físicos, adaptam-se as funções mutantes nas esferas local, nacional e internacional. Marabá comporta-se a partir dos pressupostos da economia espacial, de modo a apresentar uma superfície repleta de atividades, ou bolhas<sup>2</sup>, puramente extrativas em um primeiro momento, depois transformativas e transitórias, entretanto necessárias, seguindo por fim, com uma estrutura especulativa, bem como sugere. Brownder e Godfrey (2006).

Tendo por base os princípios chave, cabe discorre também sobre as tendências de urbanização na fronteira. Os autores observam que há duas tendências consideradas fundamentais na formação da rede cidades da Amazônia Brasileira, uma de origem populista e outra de origem corporativista. Na localidade de estudo, por exemplo, nota-se que ambas as tendências se sobrepõem, de modo a distorcer pressupostos de regularidade e, portanto “desarticulado de forças de agencias locais e forças externas de estruturação global” (Brownder e Godfrey 2006, p.125).

A tendência populista de urbanização da fronteira, bem como aponta Brownder e Godfrey (2006) apresenta um espaço dominado socialmente, por trabalhadores autônomos, possuidores de todo o acesso aos recursos naturais e a terra, também apresenta um governo, primeiramente informal, porém depois, instituições governamentais formais deliberam sob a localidade. Todavia, podem se desenvolver – como no caso de Marabá – formas patrimoniais tradicionais de dominação política. Surgem também com o passar do tempo:

“[...] distinções de classes sociais (novas propriedades emergentes) [...] novas frentes de recursos extrativos, tais como madeira, ouro, podem ser descobertos e desviar as regularidades emergentes na configuração espacial dos assentamentos da fronteira” (Brownder e Godfrey 2006, p. 126).

---

<sup>2</sup> “Formações sociais localizadas revelando relacionamento contingente entre vários grupos socioeconômicos e classes (capita e trabalho) e produzindo formas distintas de organização espacial na paisagem” (John O. Brownder e Brien J. Godfrey 2006, p.125).



A outra tendência de urbanização da fronteira diz respeito ao caráter corporativista, normalmente associado a programas de desenvolvimento. Nesta modelos de assentamento planejados são criados no sentido de abrigar trabalhadores, que em ultima instancia, são regulados no sentido de “prevalecerem salários flexíveis e relações contratuais de curto prazo bem como apontam Brownder e Godfrey (2006, p.126). O centro de decisões político-econômica estão, nesse contexto, totalmente centralizadas no sentido de garantir ao grande capital primazia no acesso aos recursos naturais.

Ambas as tendências podem acontecer simultaneamente, todavia em termos de diferenciação, Brownder e Godfrey (2006) ressaltam o fato de que o gerenciamento corporativista normalmente procura regular os processos sociais que estão à parte do desenvolvimento de sua frente. De modo oposto, o comportamento político popular busca o mesmo resultado. Todavia, o mecanismo de atuação se reduz em uma difusão do poder limitando, portanto, a autoridade central. Outro ponto que difere as frentes, diz respeito a orientação espacial de ambas no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista, na frente populista nota-se que o trabalho e as mercadorias são mais flexíveis e abertos, ao contrário de espaços corporativos, que seguem uma tendência planificadora, de modo a emergir uma economia de mercado fechada em virtude do controle do acesso a bens e serviços por parte da corporação.

### **3 – DIVERSIDADE ESTRUTURAL E DINÂMICA INSTITUCIONAL NA FRONTEIRA URBANA NO ESTADO DO PARÁ**

Autores como Bertha Becker entre outros (BECKER, 2004) nos tem alertado mais recentemente sobre o fato de que a Amazônia, enquanto unidade de análise, não deve mais ser considerada como um espaço territorial homogêneo. Uma unidade geográfica ameaçada por uma fronteira econômica nacional que supostamente seria a responsável por agredir (de maneira exógena) o equilíbrio interno de seu sistema biótico e abiótico uniforme. Como se a dinâmica social e econômica regional fosse passiva, ou respondessem de forma homogênea, aos desafios impostos pelo processo de mudanças conduzidas durante a sua integração nacional na segunda metade do século XX. Assim como a sua integração mais recente ao processo de globalização comercial e financeira.

A Amazônia brasileira ao contrário, segundo Becker, deve ser considerada como um espaço de sub-regiões que possui os seus próprios protagonistas “modernizadores” locais. E que, por isso, deveria ter sua dinâmica econômica e

territorial compreendida e explicada não apenas pela análise da influência de seus aspectos modernizadores de origem e influência externa à região. Mas também por uma diversidade de formas e processos sociais e econômicos internos – capitaneados e apoiados muitas das vezes por segmentos e representantes das elites regionais, assim como por sua população tradicional de índios, ribeirinhos, caboclos ou camponeses – que se apresenta de forma multifacetada e compondo hoje em dia um cenário que constitui o espaço regional amazônico em sua plenitude; em termos de complexidade, diversidade, e ambiente de disputa econômica e política. Um espaço territorial de grande complexidade em que alguns ainda hoje insistem em definir como compondo uma espécie de “homogeneidade” regional. Mas que, na verdade, representa uma diversidade de processos e trajetórias internas que comporiam, de modo complexo e evolucionário, a dinâmica econômica regional em toda a sua especificidade (COSTA, 2008, 2009).

Uma dinâmica alimentada por um ambiente territorial multifacetado que agrega, por sua vez, uma teia de contradições as quais se expressam a partir de conflitos latentes, como por exemplo: a disputa pela posse e uso da terra, pelo direito a apropriação dos recursos naturais, pelo controle sobre o sistema de crédito produtivo, pela disputa territorial entre diferentes padrões tecnológicos de base agrária, entre outros. Conflitos que em sua maior parte parecem, à primeira vista, se concretizar enquanto fenômenos restritos e independentes entre si. Mas que na verdade se constituem enquanto partes ou componentes mais imediatos e visíveis de um sistema operando com uma lógica de funcionamento que se institucionaliza a partir de vínculos materiais e simbólicos diretamente associados a interesses (locais, nacionais e internacionais) que se constituem enquanto síntese de uma diversidade territorial amazônica como hoje a conhecemos.

Neste contexto, uma das preocupações centrais – no que diz respeito à compreensão da atual dinâmica de desenvolvimento regional da Amazônia –, passa, portanto, pela compreensão da formação histórica e das estratégias de desenvolvimento das elites regionais e das trajetórias institucionais que alimentaram historicamente o perfil de formação específica do desenvolvimento nacional e regional amazônico tal como o mesmo tem se apresentado na segunda metade do século XX. Configurações que se constituem também por elementos discursivos e não discursivos que conformam um leque de alternativas e um campo simbólico de disputas políticas e econômicas de grande relevância para a compreensão do ambiente institucional que se forma

historicamente, e que compõem um território amazônico hoje em dia considerado como multifacetado.

Não é de hoje, portanto, que as disputas nos campos intelectuais e político se desenrolam na Amazônia tendo em vista os dilemas e contradições que se desenvolvem entre uma ânsia por modernização, de um lado; e um desejo de preservação de uma tradição cultural considerada como fonte de uma estabilidade socioambiental e ecológica da floresta amazônica, por outro. Contradição que, a nosso ver, se manifestará pela primeira vez de modo mais claro e com grande intensidade política no período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o período de auge do nacional-desenvolvimentismo no final da década de 50 e início da década de 60 no Brasil (BIELSCHOWSKY, 1996).

Neste contexto, as disputas econômicas e sociais passam a ser alimentadas por discursos e estratégias de desenvolvimento que se impõem enquanto alternativa para um tradicional dilema amazônico, qual seja: o dilema entre *extrativismo* vs. *modernidade* (COSTA, 2013). E nessa ótica, não podemos negligenciar o papel aqui relevante que assume o contexto geopolítico nacional e internacional que alimenta o sentido das disputas que se davam também explicitamente no campo da política e dos interesses econômicos mais explícitos. O que faz a necessidade de compreendermos a plataforma complexa e o pano de fundo sobre a qual estas disputas se realizavam enquanto cenário institucional de interesses dos mais variados tipos. Espaços que representam uma espécie de *locus* aonde, em termos concretos, ocorrem as verdadeiras disputas pelo domínio das organizações e dos instrumentos de controle ideológico do estado e da sociedade civil, em sua relação com o funcionamento das instituições e regras que organizam o funcionamento da sociedade na região.

Sem analisar os aspectos propriamente de natureza institucionais e das trajetórias históricas que sustentam a realidade das regras do jogo econômico, social e político que estão postas em cada caso concreto, acreditamos que não se possa fazer qualquer juízo mais adequado para a compreensão da realidade amazônica, inclusive quando extrapolados seus efeitos sobre a realidade econômica atual.

É neste sentido que podemos afirmar que as abordagens tradicionais de estudos de historiografia sobre a Amazônia são limitadas, em sua maior parte, por não conseguirem compreender, ou dar a importância suficiente, à compreensão mais profunda das características institucionais que, a nosso ver, condicionam a formação histórica e econômica da Amazônia ao longo de séculos. E nesse sentido, para cada fase

de expansão e decadência da região – que se manifestam muitas vezes na forma de ciclos econômicos estanques –, estas abordagens não conseguem apreender de maneira adequada as dinâmicas econômicas e sociais que, após e durante cada ciclo, se mantêm orientando em boa parte a sua atividade econômica e conformando o ambiente institucional amazônico em toda a sua complexidade (COSTA, 2009, 2010, 2012).

Ao contrário do que destaca a maioria das abordagens que tratam do assunto, portanto, acreditamos que são estas implicações históricas que formam os elementos responsáveis pelas dinâmicas que interferem nas *regras do jogo* institucional amazônico ainda nos dias de hoje. Estudar a constituição histórica da Amazônia sem levar em consideração esses elementos de estabilidade institucionais que mantêm uma estrutura de funcionamento básico da realidade regional, ao estilo *path dependency*, implica a nosso ver, portanto, em desconhecimento das reais condições que se pode inferir a partir de qualquer espécie de intervenção sobre a realidade local. Uma realidade que, à moda neo-institucionalista, deveria ser compreendida inclusive para além da simples reprodução de um padrão de códigos, leis e regras que alimentariam, do ponto de vista formal, o funcionamento das “leis de mercado” em um ambiente organizacional específico (NORTH, 1990).

Ao contrário do que pensam a maioria das abordagens que cuidam das intervenções oficiais do Estado sobre a Amazônia, ainda nos dias de hoje, o que queremos sustentar, é a posição já largamente reconhecida na literatura da sociologia econômica (POLANY, 2000) de que as regras de funcionamento do mercado – assim como de qualquer outro tipo de forma de interação social – devam ser compreendidas como o resultado da formação histórica de um ambiente institucional específico. Que mescla aspectos formais e informais num complexo jogo de interação que se constitui como fundamento para o estabelecimento de regras de funcionamento da sociedade em um determinado contexto histórico. E que, por isso, se tornam responsáveis pela orientação dos padrões de comportamento dos indivíduos em situações ambientais e históricas muito específicas. Situações que se expressam, por sua vez, a partir de uma realidade econômica e social historicamente determinada. Fato que as torna necessária enquanto instrumento social efetivo com capacidade de forjar as condições de estabilidade institucionais responsáveis pelo bom funcionamento do sistema de contratos em sociedades avançadas (WILLIAMSON, 1996; NORTH, 1990).

De acordo com o que entende Douglass North (1990), por exemplo, instituições representam conceitualmente uma conjunção de aspectos formais e

informais que sustentam as *regras do jogo* de funcionamento de uma sociedade, e que, por isso, permitem a existência de relações econômicas com alguma estabilidade e eficiência ao longo do tempo. Estabilidade capaz de garantir a existência e funcionamento, mesmo que imperfeito, de um sistema de mercado e seus correlatos. No entanto, segundo North (1990), não se pode garantir que estas instituições, apesar de seu elemento de estabilidade, possam representar ou cumprir o papel de servir como verdadeiras fontes garantidoras da eficiência econômica do sistema. É possível a existência, neste contexto, de instituições que não permitam o bom desenvolvimento e eficiência de um sistema de contratos e de uma economia de mercado, capazes de garantir o direito de propriedade e a diminuição dos custos de transação em uma economia (NORTH, 1990). Daí a imbricada e complexa correlação entre o bom e adequado desenvolvimento institucional e as condições e resultados efetivos em termos de produtividade e desenvolvimento econômico de um país.

Para North, boa parte das razões para o desempenho inadequado – em termos de desenvolvimento econômico – de alguns países ou regiões, está exatamente na deficiência de suas instituições. E nesse sentido, a necessidade de estudos cada vez mais sofisticados sobre a formação da dinâmica institucional de um determinado país ou região, torna-se um aspecto de fundamental importância para a elaboração de bons diagnósticos sobre as razões e condições efetivas de seu nível de desenvolvimento atual.

É tendo em vista, por fim, esta preocupação com a compreensão da natureza da formação histórica e social da Amazônia em seus aspectos mais amplos, portanto, que procuraremos aqui neste trabalho desenvolver, em um plano mais específico, uma síntese dos principais elementos que poderiam nos ajudar a reconstituir, do ponto de vista histórico, o mosaico de conflitos, interesses e características que alimentaram o ambiente institucional amazônico na segunda metade do século XX.

Entre estes elementos podemos destacar, inclusive, as situações de conflito desencadeado pelas novas centralidades urbanas que se fortaleceram com os desdobramentos da dinâmica de ocupação da fronteira agrícola e mineral, assim como de sua interação com a formação de novos blocos de poder e formação de novas elites que passaram a disputar a hegemonia na formação territorial dos diferentes espaços sub-regionais amazônicos, em construção no período pós Segunda Guerra Mundial. Espaços estes tradicionalmente ocupados por parcelas da tradicional elite mercantil de Belém e Manaus. E que nos últimos 40 ou 50 anos têm sofrido com mudanças no ambiente institucional das mais significativas. Novos atores com perspectivas e interesses

bastante diversos em relação aos tradicionais interesses das elites ligadas às áreas de influência da Região Metropolitana de Belém, por exemplo, tem se consolidado em novas regiões de fronteira (como as regiões Sul e Sudeste do Pará), criando uma nova conjuntura de grande tensão política. Ao mesmo tempo em que permite mudanças estruturais de grande significado institucionais em relação ao futuro político do Estado do Pará.

A urbanização ocorrida no Brasil a partir da década de 1950 modificou padrões socioculturais da população do país, independentemente de sua localização geográfica em cidades ou zonas rurais. Em algumas partes do território brasileiro, como é o caso da Amazônia, a restrição de acesso a serviços e possibilidades de consumo fora das cidades foi suplantada através da capacidade da indústria de constituir demandas de consumo em zonas rurais sob influência dos centros industriais, formando redes de distribuição de produtos e atores, que articulam as mais diversas escalas de aglomeração e organização produtiva. Neste contexto, a infraestrutura urbana e os serviços sociais foram estendidos de regiões metropolitanas para os municípios de médio porte e destes para os de pequeno porte e suas cidades, vilas e para seus outros arranjos socioespaciais, produzindo uma reconfiguração no espaço regional com relações que não aderem mais ao tradicional modelo cidade/campo ou urbano/rural. Uma nova configuração territorial que leva consigo uma nova disposição de relações econômicas e política que ultrapassa a tradicional formação das elites regionais compreendida, por um lado: pelas chamadas elites comerciais e urbanos de Belém e Manaus; por outro, pelas elites extrativistas compostas por seringalistas e aviadores que comandavam as atividades extrativas de produção de borracha e castanha no interior (EMMI, 1999).

E será exatamente com o intuito de superar esta tradicional dicotomia, que se forma na Amazônia da segunda metade do século XX, uma nova gama de lideranças políticas e econômicas calcadas em dinâmicas produtivas baseadas, entre outras coisas, na atividade agropecuária, de madeira e de mineração. Atividades estas, no entanto, que viriam a fortalecer economicamente uma nova rede de pequenas e médias cidades com grande poder de estruturação do território.

Com a logística e mineração, em particular, aquilo que Milton Santos chamou do *circuito superior* da economia urbana, acabou por constituir e consolidar posteriormente, em algumas dessas localidades, uma nova elite em dimensões territoriais para além da dicotomia campo/cidade e galgada numa dinâmica econômica de dimensões territoriais importantes. Da fronteira agropecuária e madeireira, por

exemplo, emergiu um fenômeno de formação de novas elites rurais fortemente conectadas com grandes centros urbanos nacionais, as quais viriam a se fortalecer com o apoio das políticas de estímulo a grandes empreendimentos oferecidos pela SUDAM nas décadas de 70 e 80.

Como um todo, portanto, será a partir da formação desses atores e suas novas estratégias e estruturas de conexões territoriais que se formam na Amazônia a partir da década de 50 que, segundo Monte-Mór (2003, 2005), uma dinâmica de *urbanização extensiva*<sup>3</sup> irá se formar na Amazônia, configurando uma lógica de expansão da rede urbana com os padrões e os processos em uma fronteira urbana móvel, caracterizada por suas relações de conectividade em vários níveis e escalas regionais, nacionais e internacionais. Conexões que desempenharam o papel de constituição de novos contornos e padrões de relações econômicas, políticas e culturais que irão favorecer a emergência de novas elites nestas regiões de fronteira. Elites que passarão a rivalizar com as tradicionais elites mercantis da cidade de Belém, conformando uma diversidade estrutural de grande relevância para a compreensão dos dilemas do desenvolvimento a região, tal como a vemos hoje no início do século XXI.

### **3.1 - A política de incentivos fiscais e a dinâmica industrial no estado do Pará**

A partir de meados da década de 40 em diante, inicia-se, por parte do Governo Federal, uma forte tendência no sentido do estímulo à construção de políticas voltadas ao processo de integração territorial da Amazônia ao Brasil. Com a institucionalização da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SVPEA), em 1953, um conjunto de políticas começa a ser ensaiada com o intuito de integrar a Amazônia ao Brasil. Entre as medidas mais relevantes para época, está a construção da Rodovia Belém-Brasília, que acaba por se finalizar no início da década de 1960. Daí em diante, um forte debate irá levar a que a política de incentivos fiscais, iniciadas no Nordeste, por meio da criação da SUDENE, passe a ser estendida para a Amazônia. O que acabará por ser estabelecida finalmente em 1963.

---

<sup>3</sup> O termo *urbanização extensiva* cunhada por Roberto Monte-Mór (2003, 2005), é entendido como fenômeno típico de expansão territorial que ocorre para além dos grandes centros urbanos na Amazônia, abarcando organizações de núcleos populacionais que se alinham em diferentes concentrações de comércio e serviços espalhados por todo o espaço regional amazônico.

Do ponto de vista institucional, a política de industrialização por substituição regional de importações (aos moldes da SUDENE), já era algo em grande parte ventilado e muito discutido nos meios intelectuais, políticos e técnicos locais amazônicos<sup>4</sup>. Neste contexto, novos projetos e planos foram fomentados em vista da elaboração de políticas públicas voltadas em grande parte à busca pelo processo de industrialização e integração territorial da Amazônia ao restante do país. Neste sentido, as mais significativas transformações na dinâmica econômica regional, passariam a ser orientadas pelos impactos gerados pelos projetos de integração (como a construção da Belém-brasília) e pelas iniciativas de busca pelo fomento à diversificação das atividades produtivas locais, ainda consideradas excessivamente concentradas na atividade extrativistas (D´ARAÚJO, 1992).

De acordo com Mourão (1989), a utilização da rodovia quebrou barreiras de proteção física à produção local, tendo grande impacto sobre a dinâmica do parque industrial regional localizado em sua grande parte na cidade de Belém e regiões de entorno. Como não foram tomadas medidas que compensassem de imediato os empresários locais, iniciou-se um processo de quebra de várias empresas paraenses. Diversas indústrias continuaram em atividade, mas em diferentes formatos. Algumas passaram a ser subsidiadas por empresas de outras regiões ou mesmo do exterior. O que representou um grande baque nos anseios de importantes segmentos das elites ligadas a setores tradicionais da indústria local. Após alguns anos de acompanhamento dos acontecimentos, uma nova estratégia na elaboração de uma política de desenvolvimento regional seria colocada em evidência. Desta vez, o objetivo seria estender a política de incentivos fiscais (já realizada no Nordeste, pela SUDENE) para a Amazônia.

Num primeiro momento esta estratégia seria feita por dentro da própria SPVEA, que em 1963 inicia as operações de incentivos fiscais. Mas logo em seguida a mesma seria encampada pela nova SUDAM, instituída formalmente através da Lei Nº 5.173, de 27 de outubro de 1966<sup>5</sup>. Nos dois casos, objetivava-se minimizar os impactos

---

<sup>4</sup> Logo em seguida à institucionalização do artigo 199 da Constituição de 1946 (que atribuía uma reserva de valor de 3% das receitas tributárias federais, estaduais e municipais para o financiamento da Valorização Econômica da Amazônia), um grande debate no Congresso Nacional se desenvolveu. O objetivo principal do debate que se desenvolveria no período, assim como de seus desdobramentos posteriores, seria a busca de um modelo de instituição de desenvolvimento regional que estivesse adequada à tarefa de implementação de uma política nacional de substituição regional de importações para a Amazônia brasileira (MAHAR, 1978; D´ARAÚJO, 1992).

<sup>5</sup> Como resultado nítido desse período, expandi-se durante a década de 70 o número de empresas indústrias em todo o Estado do Pará. Na ocasião o objetivo da nova política de desenvolvimento regional como um todo (a chamada “Operação Amazônia”), era substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia



na queda de competitividade da indústria local, assim como na busca pelo fomento a novos setores com oportunidades de crescimento e estímulo ao dinamismo da economia local. Tudo isso, tendo em vista a nova dinâmica de mercado nacional em expansão, assim como observando as perspectivas positivas de crescimento da economia nacional que começavam a se consolidar com o período que se aproximava ao início do “Milagre Econômico”. Neste contexto, se abriam nítidas possibilidades de integração e complementaridade entre diferentes setores e ramos industriais entre a economia local e os setores industriais mais consolidados no país. O que estimulava um conjunto de técnicos e empresários locais, e de outras regiões, no sentido da elaboração de uma política de incentivos fiscais direcionados para estes segmentos com possibilidades de crescimento e desenvolvimento da economia amazônica.

No entanto, com o surgimento do *Programa de Integração Nacional* – PIN e o POLAMAZÔNIA, novas orientações estratégicas passariam a fazer parte das políticas federais para a região. Nesse momento, a estratégia de polarização e a política de colonização e migração entrariam em cena com o objetivo de “ocupar” de maneira definitiva a região. Por meio dessas medidas tinha o Governo Federal a intenção de criar eixos de ligação viária, ao mesmo tempo em que buscava fomentar polos de desenvolvimento econômico por meio de concessão de recursos e isenção de taxas e tributos federais. Estava assim atado o nó que permitiria ao poder ditatorial militar, estabelecido no Brasil na década de 70, de intervir diretamente na construção da “Amazônia Desenvolvida”.

Nas décadas de 1970 e de 1980 surge, portanto, o início do processo mais explícito de deslocamento dos instrumentos de incentivos fiscais dos atores locais para as grandes empresas, produtores e empresários de outras regiões do Brasil. Nesse momento, ocorre uma redução brusca do poder e dos incentivos para as elites locais, com novos grupos e tipos de capital emergindo na forma de capital privado, financeiro e estatal. Conjuntamente a ampliação do capital aumenta-se as contrariedades na sociedade. O que irá representar inclusive conflitos agrários diretos entre pequenos agricultores e proprietários de terras na região sul e sudeste do Pará.

---

(SPVEA) em sua estrutura e regras de funcionamento interno, mas não extinguir exatamente o projeto e a orientação geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Como objetivos principais os militares tinham por ideia de tornar a Amazônia autossustentada, promover melhorias sociais e integrar a região ao restante do país. A SUDAM e o BASA passaram a ser, neste contexto, os principais agentes de elaboração, controle e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que se promoveu pela segunda metade da década de 1960 e por toda a década de 1970.

Com o período histórico e movimento privilegiado para se avaliar essa mudança de perspectiva e orientação estratégica na política de desenvolvimento regional que passaria a ser direcionada para a região (assim como de seus impactos sobre a dinâmica do setor industrial), está a observação da dinâmica da indústria paraense na década de 1970. Em 1970 observou-se, como resultado desse movimento, a crescente tendência de consolidação do pequeno parque industrial paraense que havia sido fortalecido através da política de incentivos fiscais da década de 60. Ao mesmo tempo um conjunto de novos investimentos e incentivos começaria a se direcionar para ramos ligados agora, cada vez mais, aos setores da madeira, pecuária e produção mineral (ligados em sua maior parte a grupos econômicos externos à região). Neste contexto, uma significativa parte do parque industrial do Pará passa a se direcionar a capitais extrarregionais, principalmente no que tange o setor da cerâmica, da indústria metalúrgica, da madeira, do ouro e da indústria alimentícia. Daí em diante, poucos setores ainda passariam a se encontrar em posse majoritária do empresariado local, como o ramo têxtil, de papel e papelão, farmacêutico, perfumaria, saboaria, vestuário e gráfica. (SANTOS, 1978 apud MOURÃO, 1989, p.74).

De acordo com Leila Mourão (1989), a origem da indústria paraense remonta ao século XVIII, com a produção de pequenas atividades manufatureiras em moldes artesanais, tais como: sabão, chapéus, artefatos de couro, borracha, madeira e farinha, entre outros. Com o desenrolar da primeira metade do século XIX, algumas dessas unidades artesanais familiares tornaram-se empresas manufatureiras, e nesse sentido a manufatura da borracha paraense passou a ter papel destacado, produzindo e exportando sapatos, revestindo mochilas militares e outros tipos de artefatos em geral (MOURÃO, 1989, p. 25). Ao se aproximar o final do século XIX, no entanto, inicia-se o surgimento de novas modalidades industriais que irão configurar a base da indústria paraense em moldes capitalistas. Ou seja, modalidades que já surgiriam “prontas” e organizadas a partir do investimento de capitais voltados especificamente para a compra de máquinas, ferramentas, contratação de força de trabalho assalariada e diretamente associada à formação da empresa fabril voltada para a produção e visando a um mercado consumidor determinado.

Do ponto de vista da fonte de financiamento, o capital comercial foi, sem dúvida, a base da instalação das fábricas no Pará até início do século XX. Segundo Mourão (1989), após esse período, o capital bancário passaria a ser o principal responsável pela origem de quase todas as indústrias paraenses (MOURÃO, 1989, p.

26). A forte influência da economia da borracha, ainda segundo Mourão (1989), pode ser considerado a principal fonte estimuladora do dinamismo industrial paraense no início do Século XX, sendo a mesma em grande parte afetada a partir da crise de sua economia exportadora no início da década de 1910. Daí em diante o que se viu foi um processo de baixo dinamismo, mas que em nenhum momento chegou a definir um abandono completo da estrutura industrial paraense de certa forma já adquirida no início do Século (COSTA, 2012). Em geral, o que podemos observar é que o processo de industrialização no Estado do Pará se constituiu gradativamente por meio de inúmeras particularidades regionais, e seguindo tendências próprias, quando comparadas ao modelo brasileiro em geral. Neste sentido, a dinâmica do setor exportador da borracha sem dúvida alguma foi um fator de destacada importância para a compreensão de sua dinâmica industrial no período<sup>6</sup>.

Em 1912, a crise do setor exportador da borracha veio realmente abalar, de maneira significativa, o ritmo de crescimento e o dinamismo da indústria local. Crise que, no entanto, deve ver seu impacto negativo sobre a economia local como bastante relativizado. Com base em estudos recentes, autores como COSTA (2012) tem demonstrado a manutenção de uma estrutura de comercialização de produtos agroextrativistas (Castanha, Pimenta do Reino, etc.), considerados como bem significativos; e responsáveis pela manutenção de uma significativa atividade industrial em grande parte concentrada nas proximidades da cidade de Belém.

Como um todo, podemos observar no século XX uma dinâmica econômica que se mantém em níveis bem menos expressivos em termos de exportação (se comparados com o período áureo da economia da Borracha), mas com a manutenção de alguma dinâmica endógena, apesar da crise de seu principal setor exportador. Capacidade que acabaria por manter condições de estímulo para manutenção de um pequeno parque industrial local entre as décadas de 1920 e 1940 (COSTA, 2012). Dinâmica de estabilidade econômica que sofreria, no entanto, logo em seguida, com uma forte mudança de rumos.

A partir de meados da década de 40 em diante, inicia-se, por parte do Governo Federal, uma forte tendência no sentido do estímulo à construção de políticas voltadas ao processo de integração territorial da Amazônia ao Brasil. Com a institucionalização

---

<sup>6</sup> Segundo Mourão (1989) inúmeros acontecimentos de ordem política também marcaram as particularidades e diferença explícita em relação ao nível e tipo de crescimento da indústria da região, se comparada ao do restante do país.

da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SVPEA), em 1953, um conjunto de políticas começa a ser ensaiada com o intuito de integrar a Amazônia ao Brasil. Entre as medidas mais relevantes para época, está a construção da Rodovia Belém-Brasília, que acaba por se finalizar no início da década de 1960. Daí em diante, um forte debate irá levar a que a política de incentivos fiscais, iniciadas no Nordeste, por meio da criação da SUDENE, passe a ser estendida para a Amazônia. O que acabará por ser estabelecida finalmente em 1963.

Do ponto de vista institucional, a política de industrialização por substituição regional de importações (aos moldes da SUDENE), já era algo em grande parte ventilado e muito discutido nos meios intelectuais, políticos e técnicos locais amazônicos<sup>7</sup>. Neste contexto, novos projetos e planos foram fomentados em vista da elaboração de políticas públicas voltadas em grande parte à busca pelo processo de industrialização e integração territorial da Amazônia ao restante do país. Neste sentido, as mais significativas transformações na dinâmica econômica regional, passariam a ser orientadas pelos impactos gerados pelos projetos de integração (como a construção da Belém-brasília) e pelas iniciativas de busca pelo fomento à diversificação das atividades produtivas locais, ainda consideradas excessivamente concentradas na atividade extrativistas (D´ARAÚJO, 1992).

De acordo com Mourão (1989), a utilização da rodovia quebrou barreiras de proteção física à produção local, tendo grande impacto sobre a dinâmica do parque industrial regional localizado em sua grande parte na cidade de Belém e regiões de entorno. Como não foram tomadas medidas que compensassem de imediato os empresários locais, iniciou-se um processo de quebra de várias empresas paraenses. Diversas indústrias continuaram em atividade, mas em diferentes formatos. Algumas passaram a ser subsidiadas por empresas de outras regiões ou mesmo do exterior. O que representou um grande baque nos anseios de importantes segmentos das elites ligadas a setores tradicionais da indústria local. Após alguns anos de acompanhamento dos acontecimentos, uma nova estratégia na elaboração de uma política de desenvolvimento regional seria colocada em evidência. Desta vez, o objetivo seria estender a política de incentivos fiscais (já realizada no Nordeste, pela SUDENE) para a Amazônia.

---

<sup>7</sup> Logo em seguida à institucionalização do artigo 199 da Constituição de 1946 (que atribuía uma reserva de valor de 3% das receitas tributárias federais, estaduais e municipais para o financiamento da Valorização Econômica da Amazônia), um grande debate no Congresso Nacional se desenvolveu. O objetivo principal do debate que se desenvolveria no período, assim como de seus desdobramentos posteriores, seria a busca de um modelo de instituição de desenvolvimento regional que estivesse adequada à tarefa de implementação de uma política nacional de substituição regional de importações para a Amazônia brasileira (MAHAR, 1978; D´ARAÚJO, 1992).

Num primeiro momento esta estratégia seria feita por dentro da própria SPVEA, que em 1963 inicia as operações de incentivos fiscais. Mas logo em seguida a mesma seria encampada pela nova SUDAM, instituída formalmente através da Lei Nº 5.173, de 27 de outubro de 1966<sup>8</sup>. Nos dois casos, objetivava-se minimizar os impactos na queda de competitividade da indústria local, assim como na busca pelo fomento a novos setores com oportunidades de crescimento e estímulo ao dinamismo da economia local. Tudo isso, tendo em vista a nova dinâmica de mercado nacional em expansão, assim como observando as perspectivas positivas de crescimento da economia nacional que começavam a se consolidar com o período que se aproximava ao início do “Milagre Econômico”.

Neste contexto, se abriam nítidas possibilidades de integração e complementaridade entre diferentes setores e ramos industriais entre a economia local e os setores industriais mais consolidados no país. O que estimulava um conjunto de técnicos e empresários locais, e de outras regiões, no sentido da elaboração de uma política de incentivos fiscais direcionados para estes segmentos com possibilidades de crescimento e desenvolvimento da economia amazônica.

Nas décadas de 1970 e de 1980 dar-se início ao processo mais explícito de deslocamento dos instrumentos de incentivos fiscais dos atores locais para as grandes empresas, produtores e empresários de outras regiões do Brasil. Nesse momento, ocorre uma redução brusca do poder e dos incentivos para as elites locais, com novos grupos e tipos de capital emergindo na forma de capital privado, financeiro e estatal. Conjuntamente a ampliação do capital aumenta-se as contrariedades na sociedade. O que irá representar inclusive conflitos agrários diretos entre pequenos agricultores e proprietários de terras na região sul e sudeste do Pará.

Como período histórico e movimento privilegiado para se avaliar essa mudança de perspectiva e orientação estratégica na política de desenvolvimento regional que passaria a ser direcionada para a região (assim como de seus impactos sobre a dinâmica do setor industrial), está a observação da dinâmica da indústria paraense na década de

---

<sup>8</sup> Como resultado nítido desse período, expandir-se durante a década de 70 o número de empresas indústrias em todo o Estado do Pará. Na ocasião o objetivo da nova política de desenvolvimento regional como um todo (a chamada “Operação Amazônia”), era substituir a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em sua estrutura e regras de funcionamento interno, mas não extinguir exatamente o projeto e a orientação geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Como objetivos principais os militares tinham por ideia de tornar a Amazônia autossustentada, promover melhorias sociais e integrar a região ao restante do país. A SUDAM e o BASA passaram a ser, neste contexto, os principais agentes de elaboração, controle e execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia que se promoveu pela segunda metade da década de 1960 e por toda a década de 1970.

1970. Em 1970 observou-se, como resultado desse movimento, a crescente tendência de consolidação do pequeno parque industrial paraense que havia sido fortalecido através da política de incentivos fiscais da década de 60. Ao mesmo tempo um conjunto de novos investimentos e incentivos começaria a se direcionar para ramos ligados agora, cada vez mais, aos setores da madeira, pecuária e produção mineral (ligados em sua maior parte a grupos econômicos externos à região). Neste contexto, uma significativa parte do parque industrial do Pará passa a se direcionar a capitais extra regionais, principalmente no que tange o setor da cerâmica, da indústria metalúrgica, da madeira, do ouro e da indústria alimentícia. Daí em diante, poucos setores ainda passariam a se encontrar em posse majoritária do empresariado local, como o ramo têxtil, de papel e papelão, farmacêutico, perfumaria, saboaria, vestuário e gráfica. (SANTOS, 1978 apud MOURÃO, 1989, p.74).

Os cadastros industriais da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) permitiram, por meio de seus dados, algumas análises sobre a evolução da indústria paraense durante a década de 70 e início da década de 80. Desta maneira, busca-se tratar do Estado do Pará em um momento específico, na busca de compreensão, mesmo que parcial, da formação industrial paraense em um contexto de transição na política de integração nacional direcionada para a Amazônia durante o período militar (MAHAR, 1978;). O período analisado está relacionado ao momento em que a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) lança o seu primeiro registro sobre os ramos industriais paraenses, em 1972, através do seu cadastro. Neste contexto, o Pará já estava envolvido no contexto dos programas de desenvolvimento da Amazônia dirigido pelo Governo Federal, por meio de programas como a “Operação Amazônia”, o “Programa de Integração Nacional” (PIN) e o POLAMAZÔNIA (MAHAR, 1978).

De uma forma geral, todos os programas citados visavam em última instância estabelecer estratégia geopolítica e econômica de integração da Amazônia ao território nacional. A diferença, no entanto, estaria relacionada à forma de como, nestes vários momentos, o governo militar iria interferir estrategicamente. Num primeiro momento, ressalta-se o papel da busca pela atração de recursos por meio de incentivos fiscais para as empresas locais, associado à construção de estradas como a Belém-Brasília tendo em vista a busca pela ampliação dos mercados. No segundo momento, a política se direciona nitidamente para a expansão da fronteira por meio da Construção da Transamazônica e da política de polarização dos investimentos públicos e privados em

áreas selecionadas; assim como se intensificam os incentivos fiscais para empresas e empreendimentos de outras regiões do país.

A parit do período entre 1972 e 1981<sup>9</sup> buscou-se compreender o contexto vivenciado e os dados obtidos sobre a indústria paraense neste intervalo. Verifica-se a relevância em identificar quais as transformações econômicas e decisões de políticas públicas contribuíram ou fomentaram a construção do cenário econômico industrial do Estado, no concernente ao Sul e Sudeste, e sob que base esta inserção na industrialização foi realizada. Neste sentido, se torna primordial indagar: Quais os impactos das políticas públicas de integração nacional (e incentivos fiscais) sob o perfil e a dinâmica industrial paraense na década de 1970 e quais os seus desdobramentos nos períodos subsequentes?

A disposição de recursos repassados ao setor industrial transita em um contexto entre a experiência da década de 60 e as políticas de desenvolvimento da fronteira agropecuária que toma corpo através da SUDAM a partir da década de 70. Não há aqui, no entanto, intenção de exaurir a temática sobre a indústria paraense no período supracitado. O intuito é fazer algumas constatações a partir da apreensão de informações agregadas perante os cadastros da FIEPA. A partir da observação dos dados, partimos para o uso de determinadas consultas bibliográficas que nos permitiram trazer pontos relevantes sobre o debate do papel da indústria paraense e do perfil dos incentivos fiscais sobre o a dinâmica econômica e o perfil das políticas públicas de desenvolvimento regional na década de 70 na Amazônia. Em geral busca-se avaliar as consequências negativas do impacto do processo de integração nacional (do final da década de 60) e seus reflexos sobre as mudanças no perfil da política de substituição de importações iniciada ainda na década de 50 com a SPVEA.

Ultrapassada a fase de contextualização histórica e das características da política de desenvolvimento regional amazônica implementada durante nosso período de análise, o trabalho foca em observar os dados obtidos junto aos Cadastros das Indústrias do Estado do Pará de 1972, de 1974/1975, de 1978/1979 e de 1980/1981 oferecidos em publicações avulsas pela Federação das Indústrias do Estado do Pará. Os cadastros disponibilizaram informações pertinentes em relação às empresas que fazem parte da FIEPA. As informações referentes a estas foram construídas de modo individual e, no agregado, por ramo industrial; assim como por região de localização.

---

<sup>9</sup> Foram utilizados quatro números de Cadastros Industriais do Estado do Pará: 1972, 1974/1975, 1978/1979 e 1980/1981.

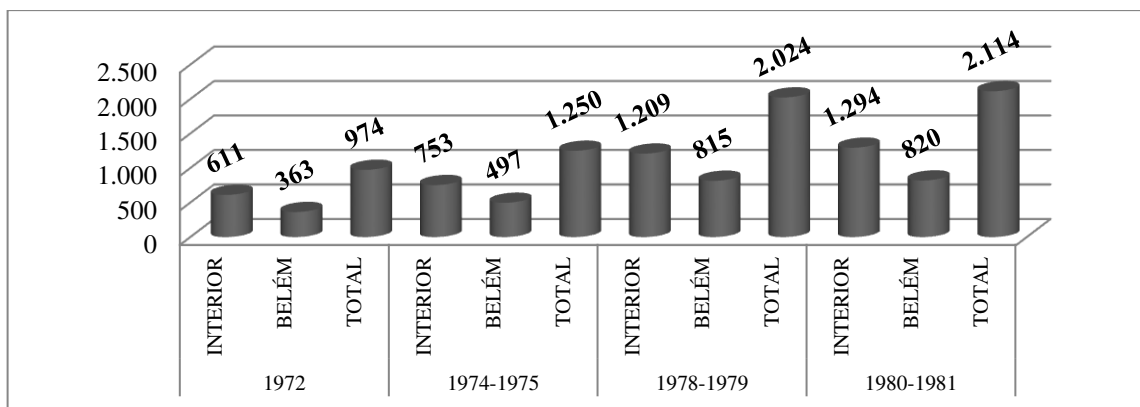
Por intento apurou-se os dados agregados, preferindo-se trabalhar para momento futuro os dados micros de cada empresa.

Para facilitar a análise do papel da indústria concentrada na cidade de Belém e seu entorno em relação ao interior do Estado, optou-se por dividir-se o número de empresas entre Belém e Região Metropolitana (considerada à época como formada pelos municípios de Belém, Ananindeua e Benevides); e Interior do Estado (composto por todos os demais municípios do Estado do Pará). Simplificando a composição dos gráficos e que estes se tornem elementos de fácil leitura, por hora colocam-se somente na descrição “Belém” e “Interior”.

Ainda pretende-se de todo o modo, fazer apuração total das informações do cadastro de 1972 e 1980-1981, para gerar dados agregados de cada município paraense e poder reforçar as informações destes assim como suas análises, a fim de revelar o perfil das elites locais e da influência desta na estrutura política, econômica e social.

O **Gráfico 1** que vemos, a seguir, nos mostra o número total de empresas e a quantidade de empresas distribuídas pertencentes ao Interior e a Belém, conforme os dados dos cadastros da FIEPA nos quatro momentos analisados.

**GRÁFICO 1:** Número de empresas cadastradas pela Federação das Indústrias do Pará (FIEPA) entre os anos de 1972 e 1981



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

Interessante notar que o número total de empresas entre 1972 e 1981 salta de 974 para 2.114. Há um processo de grande elevação no número de empresas, processo este que ocorre tanto no Interior como em Belém; mas que entre 1979 e 1981 praticamente fica estagnado, sofrendo somente leve alteração. Isto ocorre justamente no momento em que o Programa Polamazônia entra no bojo da crise enfrentada pelo



Estado Brasileiro, que culmina em recessão ao final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, e conseqüente extinção do próprio programa no ano de 1980, mostrando a fragilidade da estrutura econômica regional e a dependência da inserção de recursos por parte do governo federal.

O cadastro ainda classifica as empresas e os postos de trabalhos ocupados dentro de 26 ramos industriais, o que nos possibilitou um retrato do perfil industrial paraense quase duas décadas passadas após o início da política de incentivos fiscais por parte da SPVEA em 1963. Mostra a **Tabela 1**:

**TABELA 1:** Número de empresas cadastradas na Federação das Indústrias do Pará, por ramo industrial, nos anos de 1972 e 1981.

RAMOS INDUSTRIAIS	Número total de empresas em 1972	Crescimento real entre 1972 e 1981	Número total de empresas em 1981	Taxa de crescimento entre 1972 e 1981
Produtos alimentares	310	290	600	0,94
Madeira	129	355	484	2,75
Produtos de minerais não metálicos	186	25	211	0,13
Reparação, manutenção e conservação	0	145	145	-
Construção civil	50	68	118	1,36
Mobiliário	37	46	83	1,24
Metalúrgica	20	63	83	3,15
Editorial e gráfica	26	54	80	2,08
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	20	41	61	2,05
Material de transporte	19	31	50	1,63
Material elétrico e de comunicações	2	46	48	23,00
Bebidas	82	-48	34	-0,59
Perfumaria, sabões e velas	22	-5	17	-0,23
Mecânica	0	16	16	-
Têxtil	12	3	15	0,25
Borracha	7	8	15	1,14
Diversas	12	1	13	0,08
Extração de minerais	2	9	11	4,50
Couros e peles e produtos similares	12	-5	7	-0,42
Produtos de matérias plásticas	2	5	7	2,50
Química	19	-14	5	-0,74
Fumo	2	1	3	0,50
Papel e papelão	2	1	3	0,50
Utilidade pública	0	3	3	-
Produtos farmacêuticos e veterinários	1	1	2	1,00
Energia elétrica	1	-1	0	-1,00
<b>Total</b>	<b>975</b>	<b>1139</b>	<b>2114</b>	<b>116,82%</b>

**Fonte:** Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
**Elaboração própria.**

Merece destaque na tabela os setores de produção de alimentos e madeira, que receberam o maior incremento no número de empresas, a despeito de serem, já no início da década de 70, os principais ramos industriais do Estado em termos de número de empresas cadastradas na FIEPA. Conforme podemos observar nos dados apresentados

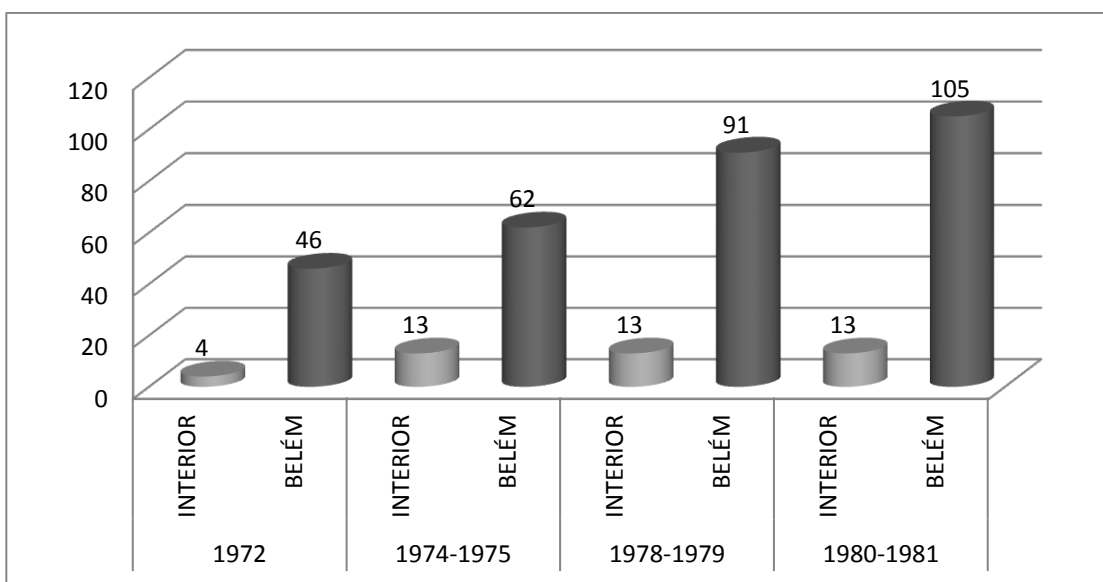
na **Tabela 1**, ambos os setores se destacam, mantendo uma taxa de crescimento bastante elevada se comparada aos demais setores industriais.

No início da década de 1980, como visto na **Tabela 1**, o setor da construção civil era configurado como o quinto maior setor em número de empresas dentro do Estado do Pará. O montante de 118 empresas, representava um crescimento real em 68 empresas e uma taxa de crescimento de 1,36. Quando observamos estes dados mais de perto, reparamos que o crescimento do setor da construção civil ficou concentrado na maioria absoluta na região metropolitana de Belém. Destas 118, somente 13 estavam sediados no interior.

Analisando mais restritivamente os dados de empresas da construção civil localizados no interior do Estado, averigua-se o ramo industrial somente na décima segunda posição.

Na década anterior, podemos averiguar pequena oscilação no número de empresas no setor, ficando, após 1975, estagnada sem nova representatividade no interior. A seguir vemos o **Gráfico 2**, referente ao setor:

**GRÁFICO 2:** Números absolutos de empresas do setor da Construção Civil do Pará por área entre os anos de 1972 e 1981.

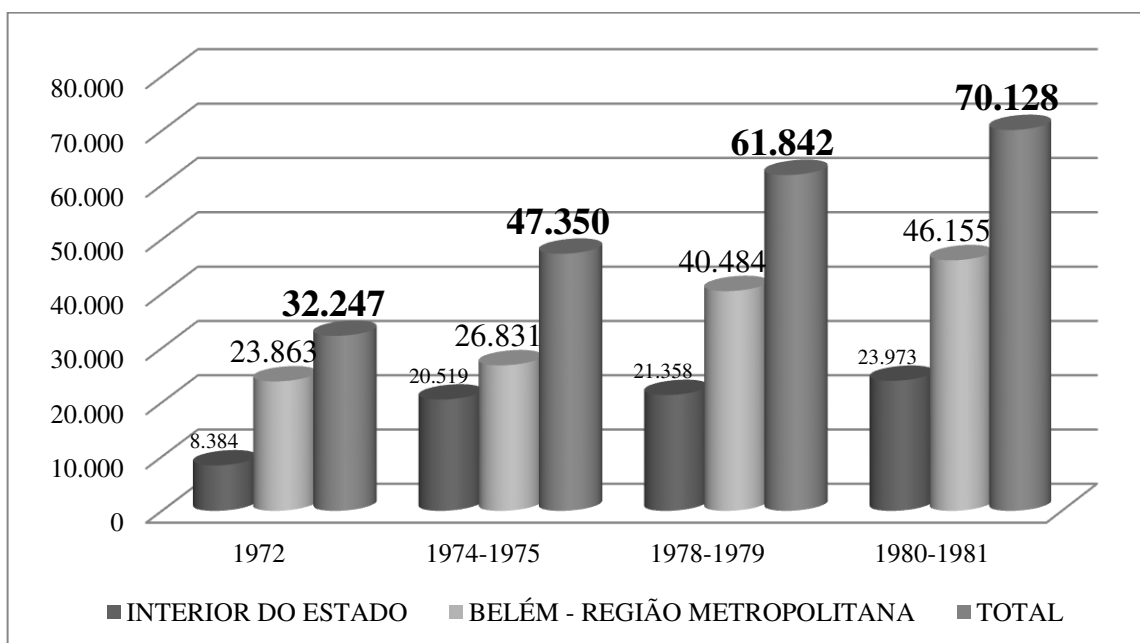


Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

Nos cadastros industriais de 1978-1979 e 1980-1981 o crescimento do setor da construção civil somente é registrado para Belém, mantendo-se sempre o mesmo no Interior.

Apesar dos ramos industriais mostrarem maior número de estabelecimentos empresariais localizados no Interior do Estado do Pará, Belém e Região Metropolitana registram o maior volume de mão de obra empregada, o que demonstra, em média, a maior escala das empresas localizadas no entorno da região metropolitana. O **Gráfico 3** mostra a concentração do número de empregados em Belém e a evolução de total dos mesmos. Vejamos a seguir:

**GRÁFICO 3:** Número total de pessoas empregadas – Região Metropolitana e Interior do estado do Pará entre os anos de 1972 e 1981



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

Belém detinha, em 1981, cerca de 65% do total de empregos do Estado. De 1972 para 1974/1975 teve-se um salto de 8.384 postos de trabalho ocupados no Interior para mais de 20.000 empregados. Neste momento o desnível de emprego entre Belém e Interior tem a sua menor diferença, o que demonstra o crescimento expressivo, no início da década de 70, dos empreendimentos industriais localizados fora da Região Metropolitana da Belém. Porém para os demais períodos da série não podemos observar a mesma margem evolutiva com o número absoluto de empregados tornando-se

praticamente estável entre 1978/1979 e 1980/1981. A média de crescimento com a soma total de empregos entre Belém e Interior foi de 3.788,10 para o intervalo de 1972 à 1981. O número de empregados no ano de 1972 representa somente 45,98% do total dos empregados do Estado do Pará conhecidos no ano de 1981.

**TABELA 2:** Número total de pessoas empregadas por ramos de atividade industrial no Pará entre os anos de 1972 e 1981

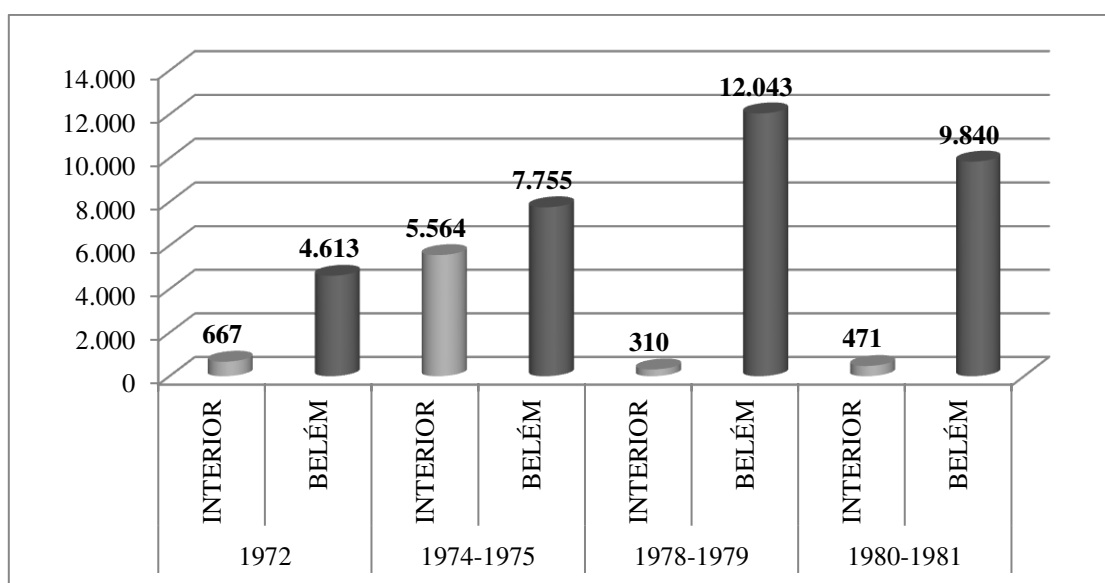
RAMOS INDUSTRIAIS	Número total de empresas em 1972	Crescimento real entre 1972 e 1981	Número total de empresas em 1981	Taxa de crescimento entre 1972 e 1981
Produtos alimentares	6.011	9.278	15.289	1,54
Madeira	3.548	8.870	12.418	2,50
Construção civil	5.280	5.031	10.311	0,95
Têxtil	1.899	2.971	4.870	1,56
Produtos de minerais não metálicos	1.378	3.420	4.798	2,48
Utilidade pública	0	3.400	3.400	-
Extração de minerais	691	2.002	2.693	2,90
Metalúrgica	609	1.655	2.264	2,72
Borracha	774	1.016	1.790	1,31
Editorial e gráfica	758	901	1.659	1,19
Bebidas	906	662	1.568	0,73
Mobiliário	552	972	1.524	1,76
Reparação, manutenção e conservação	0	1.280	1.280	-
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	493	647	1.140	1,31
Material de transporte	1.331	-247	1.084	-0,19
Couros e peles e produtos similares	223	639	862	2,87
Perfumaria, sabões e velas	566	102	668	0,18
Fumo	295	228	523	0,77
Produtos de matérias plásticas	161	331	492	2,06
Material elétrico e de comunicações	36	399	435	11,08
Papel e papelão	216	114	330	0,53
Química	615	-405	210	-0,66
Mecânica	0	207	207	-
Produtos farmacêuticos e veterinários	82	108	190	1,32
Diversas	67	56	123	0,84
Energia elétrica	1.271	-1.271	0	-1,00
Total	<b>27.762</b>	<b>42.366</b>	<b>70.128</b>	<b>1,53</b>

Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).Elaboração própria.

Mesmo sendo somente o quinto setor em número de empresas, a Construção Civil acaba sendo o terceiro setor em absorção de mão de obra, contratando em termos reais mais de 10.000 empregados no ano de 1981, praticamente dobrando o quantitativo registrado no ano de 1972 em 5.280.

Infelizmente, com o decorrer da década de 1970 as disparidades amplificaram-se no setor, entre Belém e Interior, conforme mostra o **Gráfico 4**.

**GRÁFICO 4:** Número total de pessoas empregadas da Construção Civil no Pará entre os anos de 1972 e 1981



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

No período de 1974 a 1975 temos a melhor faixa de distribuição de empregados no ramo da Construção Civil entre Belém e Interior, porém para o período seguinte esta realidade muda drasticamente, passando o Interior contar com somente 310 empregados, assinalando o saldo negativo de 5.254 postos de trabalho, enquanto a região metropolitana de Belém vive o máximo de pessoas contratadas para toda a extensão temporal entre 1972 e 1981 analisada, atingindo a marca de 12.043 empregados.

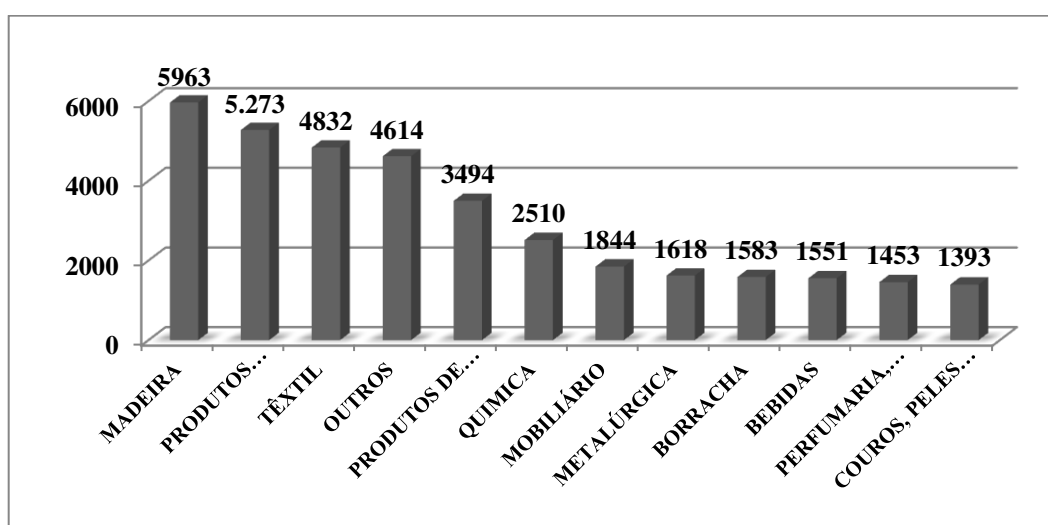
A configuração do setor é bastante peculiar, pois o conjunto de 13 empresas do Interior, antes capaz de contratar entre os anos de 1974 e 1975 o número de 5.564 empregados, encolhe sua capacidade de assimilação de trabalhadores a tal forma que

para o período seguinte, 1978-1979, absorve somente 310 pessoas, sendo somente mais um dos fatores a representar e justificar o aumento da concentração total de trabalhadores na região metropolitana da capital paraense.

Neste sentido, também se torna primordial indagar: quais os impactos das políticas públicas de integração nacional (e incentivos fiscais) sob o perfil e a dinâmica industrial e agropecuária paraense durante a década de 1970 e início de 1980?

Além de dados agregados sobre a indústria paraense, buscou-se avaliar a disposição de recursos repassados ao setor industrial e agropecuário em um contexto em que ocorria a transição entre a experiência da década de 60 e as políticas de desenvolvimento da fronteira agropecuária e mineral que toma corpo através da SUDAM a partir da década de 70. Não há aqui, no entanto, intenção de exaurir a temática sobre a indústria paraense e a dinâmica agropecuária no período supracitado. O intuito de fato, é fazer algumas observações a partir da apreensão de informações agregadas coletadas a partir do cadastro da FIEPA. A partir da observação dos dados, partimos para o uso de determinadas consultas bibliográficas que nos permitiram trazer pontos relevantes sobre o debate do papel da indústria paraense e do perfil dos incentivos fiscais sobre o a dinâmica econômica e o perfil das políticas públicas de desenvolvimento regional na década de 70 na Amazônia. Em geral busca-se avaliar as consequências negativas do impacto do processo de integração nacional (do final da década de 60) e seus reflexos sobre as mudanças no perfil da política de substituição de importações iniciada ainda na década de 50 com a SPVEA.

**GRÁFICO 5:** Número de Empregos Gerados setorialmente por Projetos que receberam Incentivos Fiscais da SUDAM entre os anos de 1972 e 1980



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981). Elaboração própria.

Entre os ramos cadastrados, destaca-se o setor madeireiro que apresenta uma das maiores taxa de crescimento no período. O gráfico 2 demonstra em um universo de 12 principais ramos industriais, quais tiveram a maior proporção de empregos gerados por empresas que receberam benefícios fiscais da SUDAM durante nosso período de análise. Verifica-se por meio dos dados que o setor madeireiro obteve o maior rendimento neste quesito no período de 1972 a 1980, contando com mais 5.963 empregados em empresas beneficiadas. Em segundo se estabelece o ramo industrial de produtos alimentares com aproximadamente 5.273 a mais de trabalhadores em atividade. Posteriormente segue o setor têxtil, também com alta participação abrangendo cerca de 4.832 empregos gerados em 16 anos.

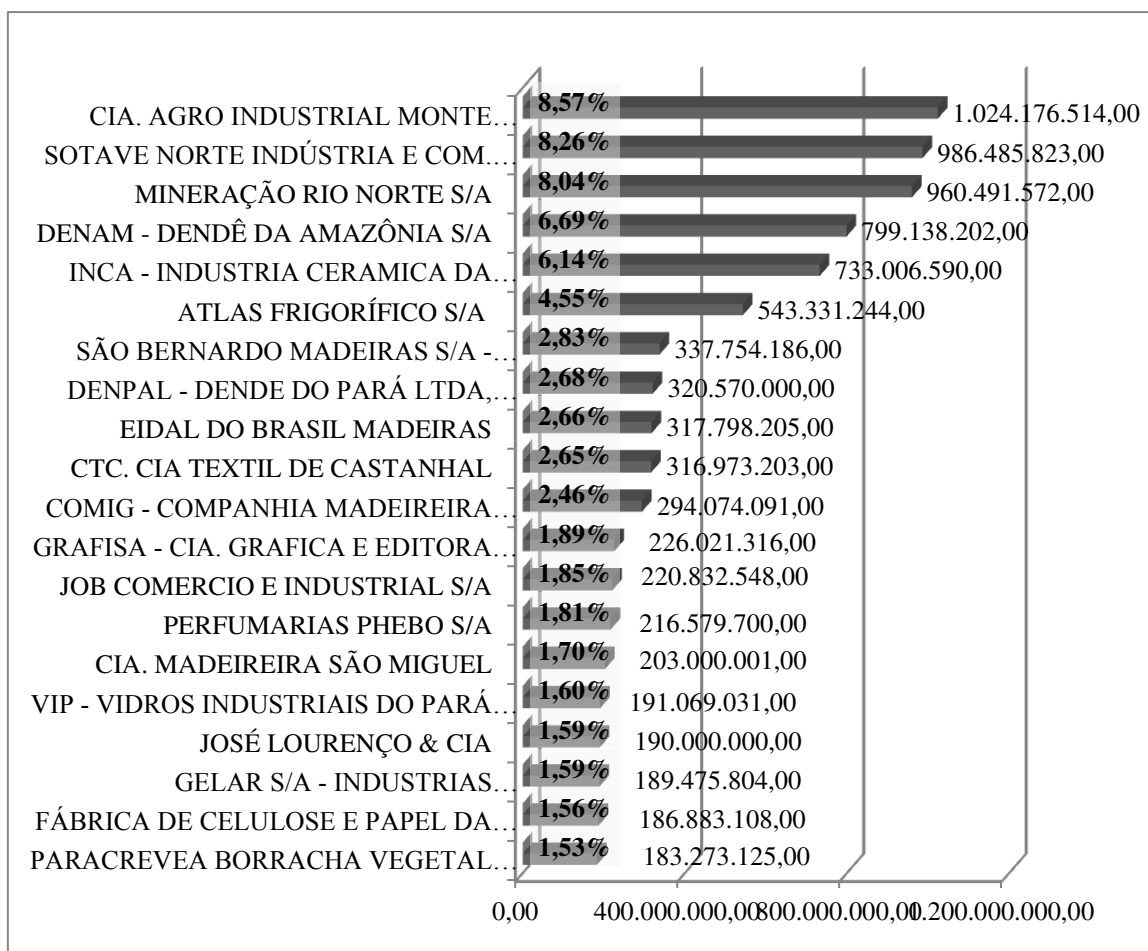
Em seguida se apresentam outros setores com pequenas participações sendo estes agregados, geraram cerca de 4.614 empregos conjuntamente, dentre estes estão a extração mineral; produtos de matérias plásticas; construção civil; material de transporte; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; perfumaria, sabões e velas; fumo; papel e papelão; editorial e gráfica; produtos farmacêuticos e veterinários. Após este grupo, se destaca o ramo industrial de produtos de minerais não metálicos, o qual obteve mais 3.494 empregos no período após os benefícios da SUDAM. Seguindo, observa-se a expressividade do ramo químico e mobiliário, os quais passaram a contar com 2.510 e 1.844 novos empregos neste período. Os demais ramos geraram entre 1.600 a 1.300 empregos, beneficiando os ramos de metalurgia; de borracha; bebidas; perfumaria, sabões e óleos, além de produção de couros, peles e outros similares.

Aqui cabe chamar atenção para o fato de que, apesar das empresas localizadas no interior apresentarem uma maior taxa de crescimento, serão as indústrias localizadas na Região Metropolitana de Belém aquelas que receberão o maior nível de benefícios fiscais entre as indústrias paraenses. A explicação se deve ao fato de que, até o período do início da década de 80, a estratégia de desenvolvimento industrial e com ela os incentivos fiscais para a indústria no estado, estarem concentrados no fortalecimento da indústria regional localizada no entorno da região metropolitana. Numa estratégia conhecida como de substituições regionais de importações. Isto pode ser claramente verificado e confirmado quando analisamos, no Gráfico 3, as 20 maiores empresas beneficiárias dos incentivos fiscais durante o período. Em sua maior parte, as empresas beneficiadas se localizam no entorno da região metropolitana, Marajó e Nordeste



Paraense. Com exceção da companhia mineração Rio do Norte, localizada na região do Baixo Amazonas, próxima à região de influência do município de Santarém.

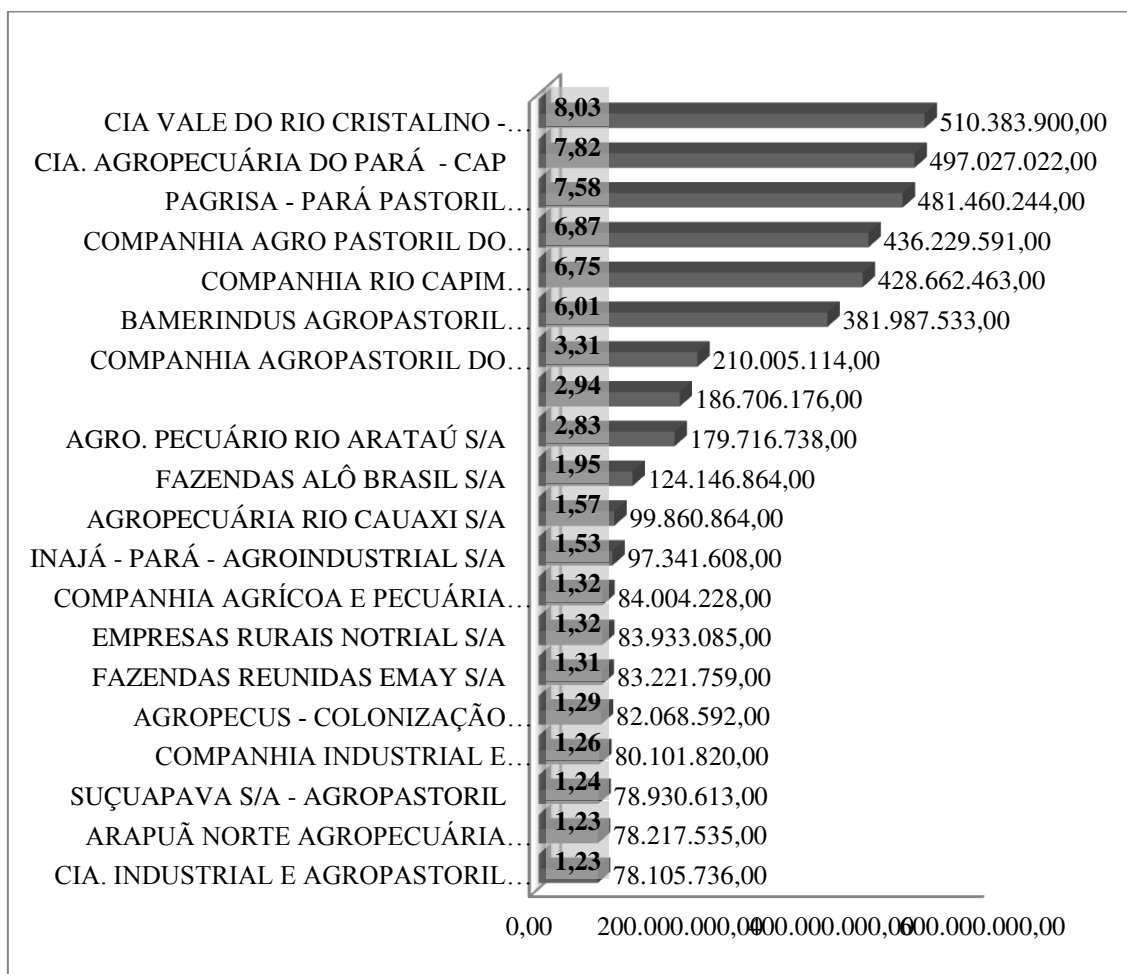
**GRÁFICO 6:** Empresas industriais do Estado do Pará e volume de incentivos fiscais recebidos da SUDAM entre os anos de 1964 e 1980



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

Destaque aqui pode ser dado também para a forte concentração dos incentivos para um número reduzido de empresas, assim como a diversificação dos ramos incentivados. O que reforça a importância que os incentivos fiscais ainda tinham para a estratégia de diversificação da indústria local até o início da década de 80. Na verdade, do ponto de vista industrial, grande parte dos incentivos ficaram concentrados mesmo na Região Metropolitana de Belém, sendo que os volumes de maior impacto, no entanto, estavam localizados em regiões como o Marajó e o Baixo Amazonas.

**GRÁFICO 7:** Empresas Agropecuárias do Estado do Pará e volume de incentivos fiscais concedidos pela SUDAM entre os anos de 1964 e 1980



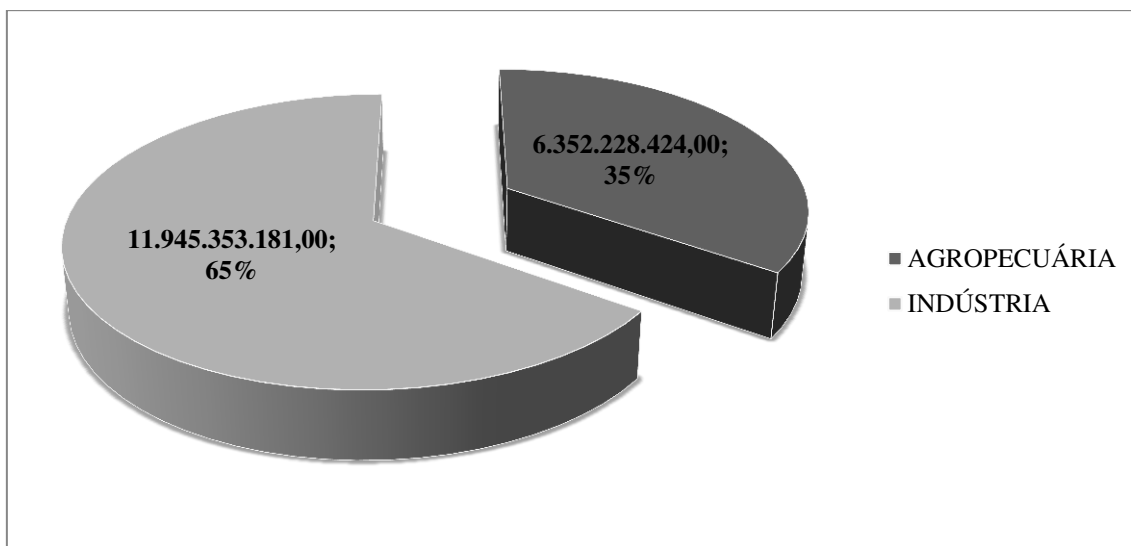
Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).

Elaboração própria.

No que diz respeito ao setor agropecuário, observado no Gráfico 4, o que podemos destacar mais uma vez é a forte concentração dos recursos de incentivos fiscais direcionados a um número pequenos de empresas. A diferença está na localização das empresas que estão concentradas em grande parte no interior, e mais especificamente nas regiões Sul e Sudeste do Estado. Chama atenção mais uma vez o grau de concentração dos recursos em um número limitado de empresas e em proporção ainda maior do que foi encontrado para o setor industrial. De um total de xxx empresas beneficiadas, apenas 6 empresas concentraram algo em torno de 43% do total de recursos disponibilizados para todas as empresas do setor agropecuário. Enquanto que as 20 empresas que foram mais beneficiadas concentram algo em torno de 66% de todo o recurso em nossa amostra de empresas analisadas. A explicação para tamanho grau de concentração se deve à estratégia de atrair grandes grupos empresarias (como

Volkswagen e Bamerindus) para investimentos no setor da pecuária, com destaque para as regiões do Rio Capim, Santana do Araguaia, e regiões próximos aos municípios de Conceição do Araguaia e Redenção.

**GRÁFICO 8:** Participação relativa e absoluta dos setores agropecuários e industriais no total de incentivos fiscais concedidos pela SUDAM no período entre 1972 e 1981.



Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

No que diz respeito à participação relativa dos recursos destinados para os dois setores: industrial e agropecuária (ver Gráfico 5). Os dados de nossa amostra nos apresentam algo como uma divisão de 2 para 1 em favor da indústria, o que demonstra que, apesar da força da política agropecuária no período, não dá para se dizer que não havia uma estratégia deliberada de incentivo à industrialização do Estado do Pará. Por outro lado, fica evidente também o forte nível de concentração dos recursos destinados seja para o setor industrial seja para o agropecuário. Na Tabela 1, podemos observar a lista dos 20 empreendimentos que mais receberam recursos de incentivos fiscais, sejam eles do ramo industrial, seja do agropecuário.

**TABELA 3:** Ranking das 20 empresas que obtiverem as maiores proporções de incentivos fiscais pela SUDAM (1964 a 1981)

Empresas	Setor	Recursos em Cr\$	%
<b>Cia. Agro industrial monte alegre</b>	Indústria	1.024.176.514,00	10,48
<b>Sotave norte indústria e com. Ltda</b>	Indústria	986.485.823,00	10,09
<b>Mineração rio norte s/a</b>	Indústria	960.491.572,00	9,82
<b>Denam - dendê da amazônia s/a</b>	Indústria	799.138.202,00	8,17
<b>Inca - industria ceramica da amazonia s/a</b>	Indústria	733.006.590,00	7,50
<b>Atlas frigorífico s/a</b>	Indústria	543.331.244,00	5,56
<b>Cia vale do rio cristalino – agropecuária, comércio e indústria</b>	Agropecuária	510.383.900,00	5,22
<b>Cia. Agropecuária do pará - cap</b>	Agropecuária	497.027.022,00	5,08
<b>Pagrisa - pará pastoril agrícola s/a</b>	Agropecuária	481.460.244,00	4,92
<b>Companhia agro pastoril do rio dourado</b>	Agropecuária	436.229.591,00	4,46
<b>Companhia rio capim agropecuária</b>	Agropecuária	428.662.463,00	4,38
<b>Bamerindus agropastoril industrial s/a</b>	Agropecuária	381.987.533,00	3,91
<b>São bernardo madeiras s/a – bermasa</b>	Indústria	337.754.186,00	3,45
<b>Denpal - dende do pará ltda, agricultura industria e comercio de oleaginosas</b>	Indústria	320.570.000,00	3,28
<b>Eidal do brasil madeiras</b>	Indústria	317.798.205,00	3,25
<b>Ctc. Cia textil de castanhal</b>	Indústria	316.973.203,00	3,24
<b>Companhia agropastoril do Araguaia</b>	Agropecuária	210.005.114,00	2,15
<b>Companhia agropecuária do pará</b>	Agropecuária	186.706.176,00	1,91
<b>Agro. Pecuário rio arataú s/a</b>	Agropecuária	179.716.738,00	1,84
<b>Fazendas alô brasil s/a</b>	Agropecuária	124.146.864,00	1,27
<b>Total</b>		<b>9.776.051.184,00</b>	

Fonte: Cadastro Industrial do Pará (1972 à 1981).  
Elaboração própria.

Como um todo, fica evidente o alto nível de concentração dos recursos. Chegando os recursos destinados as 20 empresas mais bem classificadas na lista dos recursos recebidos de incentivos fiscais, como algo em torno de 9 bilhões de cruzeiros durante uma década, entre 1972 e 1981.

No que diz respeito à análise específica do setor agropecuário – o qual nos cabe aqui de modo mais imediato analisar, tendo em vista os seus reflexos sobre a economia e a dinâmica da alteração das elites do Sul e Sudeste do Pará – fica o destaque de que; conforme os dados apresentados na Tabela 2, há uma mudança significativa do perfil dos incentivos entre a década de 1970 e o início dos anos 1980. Enquanto a região do Araguaia Paraense concentrava cerca de 2/3 dos recursos até meados da década de 70, o que se percebe daí em diante, até meados dos anos 80, é uma mudança significativa no perfil dos incentivos que passam a ficar bem mais bem distribuídos, com destaque para

a região do Marajó (Região que concentra parte significativa das elites tradicionais em forte conexão com a Região Metropolitana de Belém).

Esta mudança se deve, segundo Costa (2013), às mudanças em termos de tendência política que passa a influenciar a SUDAM a partir da emergência de figuras políticas importantes como o ex-governador e ministro Jader Barbalho no início dos anos 80. Ator estratégico, Jader passará a agir a favor das elites tradicionais no Pará, fortalecendo inclusive as tradicionais elites da castanha na região de Marabá. Neste último caso, será sobre os auspícios da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – do qual o mesmo será responsável como Ministro do novo Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) em meados da década de 80 – que a política de Estado é utilizada com o intuito de reposicionar as elites tradicionais paraenses no novo jogo político que passa a se consolidar com o processo de expansão da fronteira agropecuária e urbana nas regiões Sul e Sudeste do Pará.

Neste sentido, afirma Costa (2013):

“Uma conclusão geral faz-se óbvia: os incentivos fiscais passaram a capitalizar, nos anos oitenta, velhas e decadentes oligarquias paraenses e, possivelmente, a ‘latifundizar’ outras frações de elite local. A primeira injunção que se é tentado a fazer ao verificar tão significativa mudança é a de que ela decorre da reiterada reivindicação regionalista de favorecimento, pela via da política central, do ‘homem (de elite) amazônico’. Observação mais atenta, entretanto, permite situar sua determinação nas condições mais gerais de reorganização do poder em nível nacional. Em um primeiro instante, face às condições impostas pela crise da ditadura e aos percalços de sua autogerida transição para uma democracia parlamentar; num segundo momento, face às condições de revalidação do autoritarismo como fato estrutural do capitalismo brasileiro no novo quadro delimitado por essa mesma democracia parlamentar” (COSTA, 2013, p. 54)

O que se pode observar neste sentido, é uma interpretação da dinâmica política e econômica da região de fronteira no estado do Pará, no sentido de demonstrar uma tendência à ameaça que as elites tradicionais de Belém, Marajó e Zona Bragantina sofrem em relação à busca por uma nova hegemonia por parte de grupos forâneos que começam a se posicionar estrategicamente na região do Sudeste paraense em busca de alcançar um espaço econômico e político realmente novo na dinâmica do desenvolvimento do estado do Pará. E esse jogo se torna evidente quando observamos a grau de concentração dos incentivos fiscais em períodos determinados e por microrregião do Estado do Pará. Como podemos observar mais uma vez na Tabela 2.

**TABELA 4:** Localização dos projetos agropecuários aprovados, no Pará, até 1984 por período e por microrregião (amostra de 135 projetos)

Microrregião	Período de aprovação			
	ATÉ 1970	1971-75	1976-80	1981-84
Médio a. Paraense	–	–	1	3
Baixo amazonas	–	–	–	2
Xingu	–	–	1	4
Furos	–	2	2	2
Campos de marajó	–	–	1	14
Baixo tocantins	–	–	–	5
Marabá	–	1	–	–
Araguaia paraense	21	13	4	7
Tomé-açu	2	–	1	3
Guajarina	7	5	3	8
Salgado	–	–	–	5
Bragantina	–	–	1	–
Belém	–	–	–	7
Viseu	–	–	–	3
Total	30	21	14	70

Fonte: COSTA, F. de A. 2013. A grande empresa capitalista no contexto das políticas de Estado para a Amazônia.

Elaboração: COSTA, 2013.

Segundo Costa (2000) no final de 1985, a Superintendência de desenvolvimento (SUDAM) determinou a aprovação de incentivos fiscais no total de US\$ 3.928 milhões para 959 empresas, onde 628 destas eram do ramo agropecuário ou agroindustrial. As firmas agropecuárias receberam nesse período cerca de US\$ 632,2 milhões ou 17,4% do total, a agroindústria recebeu US\$ 215,4 milhões ou 5,5% do total de investimentos. O que representa uma inversão significativa dos recursos a partir do início dos anos 80. O que também pode ser demonstrado com a ampliação do número de empresas beneficiadas no período 1981-84 (ver Tabela 2). Que passam de 14 para 70 em quatro anos. O que significa que em quatro anos o número de empresas beneficiadas chegava a algo próximo do total de empreendimentos beneficiados durante os quase 20 anos de política da SPVEA/SUDAM desde a década de 1960.

#### **4 - A CONSOLIDAÇÃO DAS NOVAS ELITES REGIONAIS E A DINÂMICA ECONÔMICA RECENTE NAS REGIÕES SUL E SUDESTE DO PARÁ**

Tendo em vista o recente crescimento econômico e demográfico das regiões sul e sudeste paraense nas últimas décadas, faz-se cada vez mais necessário o aprofundamento de estudos no sentido de melhor compreender o sentido e os motivos pelos quais tais transformações têm gerado mudanças significativas na realidade socioeconômica destas regiões. Para além da mineração, que tem, sem dúvida alguma, representado o principal elemento dinâmico da realidade econômica e social, outras atividades econômicas ligadas ao setor agropecuário tem cumprido um papel também relevante para a compreensão da sua dinâmica econômica e social atual nessas regiões.

Entre os subsetores da agropecuária que mais se destacam entre as atividades econômicas, está à pecuária de corte e o setor madeireiro. Municípios como São Félix do Xingu, Redenção, Xinguara, entre outros, tem se transformado mais recentemente em grandes polos de desenvolvimento do setor agropecuário em toda a região Norte do Brasil. Seu desenvolvimento acelerado tem colocado em questão as consequências do atual quadro e modelo de desenvolvimento do Estado do Pará e da região sudeste paraense em específico. Debates sobre o papel do setor pecuário, e sua relação com as dinâmicas e trajetória históricas de produção camponesa e extrativista no campo do agrário na região, tem provocado controvérsias dos mais variados matizes. Discute-se hoje em dia, por exemplo, se a tradicional elite mercantil da economia da castanha e demais atores ligados á essas tradicionais elites ainda teria condições de manter seu poder local frente a entrada de grandes empresas no ramo de frigoríficos? Se uma tradicional elite de perfil mercantil regional e endógeno com poder político de grande alcance outrora, teria condições hoje em dia de rivalizar com os grandes conglomerados financeiros e de capital industrial que mais recentemente tem surgido como grandes *players* na região?

É com base nestes grandes questionamentos de fundo, que buscaremos apresentar aqui um estudo preliminar sobre a formação das elites agrárias e do setor madeireiro nas regiões sul e sudeste do Pará. Tendo em vista sua relação com as novas dinâmicas econômicas e institucionais que tem favorecido, nos últimos anos, o crescimento do setor da pecuária e da mineração a partir do processo de evolução do grande capital industrial e financeiro sobre o antigo capital mercantil da região. O que

tem gerado um processo crescente de subordinação deste último em relação ao grande capital monopolista e financeiro nacional.

#### **4.1 – Formação dos principais blocos de poder em uma região de fronteira: o caso de Marabá**

É com o propósito de evidenciar a importância da formação do município de Marabá, tendo por base não apenas seus aspectos econômicos, mas principalmente os políticos e ideológicos muito pertinentes a essa nova e intensa emergência da temática territorial proposta por pensadores como Wilson Cano, que se faz necessário analisar os desdobramentos ocorridos que vão desde os desequilíbrios e das rupturas, até os conflitos bem como às assimetrias, que ocorrem nas escalas nacional e regional e que de alguma forma refletem na escala local, sobretudo no século XX. Posto isso, é através de um recuo histórico que se busca entender como se deu a natureza desses desdobramentos, especificamente na localidade de Marabá, visto que a cidade apresenta marcas de descontinuidade no que se refere a sua formação, fortemente associada às várias perspectivas de desenvolvimento pensado pelos agentes que estavam à frente da economia e conseqüentemente da política local. Diante disso, é também em virtude da carência de abordagens que compreendam justamente uma análise desses agentes, isto é, dessa superestrutura (aqui entendida como a estrutura político-ideológico do grupo influente) que se forma a partir do extrativismo vegetal apoiado no capital mercantil, e que se cristaliza sob uma conformação de poder específica, característica de um modelo oligárquico/elitista, que se justifica a importância do projeto de pesquisa, haja vista a importância já ressaltada por Marília Emmi, no que se refere a essa estrutura em Marabá:

“A oligarquia de Marabá, entendida como o grupo controlador do poder político, econômico e social local, conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra [...] historicamente ela tem-se apresentado constituída por grupos familiares, os quais em diferentes épocas vêm exercendo o poder local” (EMMI, 1999, P.78).

Diante disso, é com objetivo de identificar a formação desse modelo oligárquico/elitista, bem como as suas relações a nível regional e nacional, que se volta aos primórdios ocupacionais daquilo que mais tarde deriva Marabá, isto é, fala-se do “primeiro núcleo populacional de que se tem notícia, fora das aldeias indígenas: a colônia agrícola do Itacayuna, surgida da expedição semi-oficial de Carlos Gomes Leitão em 1895” (Marília Emmi, 1999, p. 27). É a partir dessa primeira personagem que irá se observar o surgimento de uma perspectiva de desenvolvimento local, ainda que a



área onde formasse o Burgo não fosse completamente virgem, pois segundo Moura (1910) citada por Marília Emmi (1999, p. 28) “essa área habitada por índios gavião, já havia sido visitada por religiosos, comerciantes, garimpeiros, bandeirantes e exploradores profissionais”. Entretanto, diferentemente destes, a lógica norteadora que leva o coronel Leitão junto do seu grupo partidário composto por vaqueiros, lavradores e comerciantes, é justamente a de fixação seguida de exploração econômica.

Mas, não foi apenas por interesses econômicos que o coronel Leitão e o seu grupo desceram o Rio Tocantins. Tal feito foi resultado do desfecho do conflito conhecido como “Guerra da Boa Vista”, ocorrida em Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis) em 1892. Este que aparentemente parecia envolver apenas problemas de ordem religiosa envolveu muito mais, pois se tratava essencialmente de problemas de ordem político-partidária entre o coronel Leitão e o seu rival e chefe político Francisco Maciel Pena, ambos colocados em posições opostas diante das principais elites do Estado de Goiás Leopoldo Bulhões (facção à qual Leitão pertencia) e pelo Cônego Xavier. É nesse interim, de rivalidades elitistas, que se observa uma série de ajustamentos entre as elites locais, regionais e, até mesmo, nacionais. Prova disso fora à identificação ideológica de Leitão com o florianismo<sup>10</sup>. Porém, os ajustamentos com a corrente ideológica não foi o suficiente, pois o conflito terminou com a perda dos florianistas, que logo em seguida abandonaram a localidade de Boa Vista do Tocantins, e avançaram para o Leste e para o Norte.

É com o fim desse incidente que ocorre a criação do Burgo do Itacayuna, que além de ter a sua formação diretamente ligada a conflitos político-partidários e religiosos, também surge dentro de nova configuração nacional e regional, no que se refere ao nível político-administrativo, antes marcado pela centralização do poder Imperial, e que com a República (1889) adota uma estrutura de autonomia baseada no estabelecimento de Estados-membros, possibilitada pela primeira Constituição Republicana de 1891. Posto isso, já nos primeiros anos republicanos, o Estado do Pará logicamente não poderia ficar de fora da dinâmica nacional, fato que ficou muito explícito com a permanência do governador Lauro Sodré (1891 – 1897) no governo de Floriano Peixoto (1891 - 1894), em virtude do apoio dado ao episódio de dissolução do congresso em 1891, ainda no governo do Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891).

---

<sup>10</sup>Corrente criada com o intuito de dar suporte ao Marechal Floriano Peixoto (1891 - 1894) no episódio da Revolta da Armada em 1983.

Essas relações entre as elites regional e nacional iriam refletir no nível local, de modo que em 1896, fosse realizada uma inspeção ao longo do rio Tocantins, a pedido do governador Lauro Sodré, passando também pelo recém-instalado Burgo do Itacauyna, justamente com intuito de identificar as chefias locais, bem como suas atividades econômicas principais. Essa inspeção produziu grandes feitos, pois Leitão chegou a receber uma “ajuda” do governador, sobretudo porque era partidário do florianismo. Tal “ajuda” garantiria ao coronel uma importância em dinheiro, entretanto, aponta Marília Emmi (1999 p.34), tratava-se de um “favor” contratual, que forneceria os empréstimos necessários para a fixação na localidade, contanto que em troca da “ajuda”, este deveria manter uma relação comercial com o governo do Estado, além de ter que obedecer outras regulamentações, entre elas o fato de que o número de habitantes que o burgo deveria ter, contaria como quesito para que continuasse recebendo a “ajuda”. Porém, o coronel não seguiu com o cumprimento do contrato, o que garantiu apenas uma primeira parcela do empréstimo. Diante disso, em 1899 já na administração de Paes de Carvalho (1897 – 1901) o contrato foi oficialmente rescindido, em vista dos descumprimentos do coronel, o que teria desencadeado na decadência do Burgo.

No entanto, o descumprimento do contrato não teve como resultado a derrocado do Burgo, muito pelo contrário, está fortemente relacionado com a descoberta do caucho<sup>11</sup>. Ao que tudo indica o produto descoberto acidentalmente, orientou as atividades do Burgo para a extração da goma, e não para a agricultura familiar prescrita no contrato. Dai por diante, o achado irá provocar modificações nas relações entre os colonos do burgo no trato da terra, pois esta lhes servia basicamente para autoconsumo e comercialização do pequeno excedente, entretanto, em virtude da extração generalizada do caucho seguido do seu relevante valor de troca, serão introduzidas na localidade novas relações – essencialmente capitalistas - que culminam inclusive no deslocamento do Burgo para uma área favorável à comercialização do produto:

“O caucho veio assim contribuir para despovoamento do Burgo, uma vez que a facilidade de comunicação levou os caucheiros a se localizarem na ponta de terra situada entre o Tocantins e o Itacayuna, e aos comerciantes a armarem seus barracões que forneciam as mercadorias necessárias para o internamento na mata”. (EMMI, 1999 p. 36)

---

<sup>11</sup>[...] Uma das árvores produtoras da borracha, envolvia certas peculiaridade em relação aos seringais, uma das quais implica a destruição das plantas [...] (EMMI, 1999, p. 37).

É por essa razão que ocorre o despovoamento do Burgo, até 1896 restrito a 222 habitantes sendo que destes, 55 eram de famílias agrícolas, mas depois em virtude do achado, será densamente povoado por migrantes que nesse primeiro momento virão em especial do Maranhão, Goiás e Ceará.

Essa dinâmica local proporcionada pelo caucho compreendeu a época da economia da borracha Amazônica – embora que este tenha sido descoberto em um período próximo do declínio da atividade gomífera. Todavia, foi nesse contexto que surgiram novas personagens que colaboram para o surgimento do povoado de Marabá, já na sua localização estratégica na confluência dos rios Tocantins e Itacayuna. Um deles foi o comerciante Francisco Coelho, que segundo a tradição local teria sido de fato, o fundador do povoado em virtude da fixação de um entreposto comercial localizado especificamente onde hoje se localiza a Marabá pioneira – primeiro bairro da cidade.

Até aqui, nota-se que a formação do povoado de Marabá irá se dar a partir dos interesses de uma minoria local no que se refere ao potencial da região para a comercialização de produtos extrativos, que de início se fez na economia do caucho. Em consonância com a evolução do processo de comercialização, evidencia-se a figura do comerciante, na sua maioria oriundos de diversas regiões, entre os mais importantes, no que se refere à formação de uma elite comercial local, estão Carlos Gomes Leitão, Raimundo Rocha e Norberto Mello, vindos de Goiás aliados aos maranhenses, Francisco Casemiro, Celso Bandeira e Antônio Maia, todos aponta Marília Emmi (1999 p.36) com objetivos que não se resumiam apenas na simples exploração do caucho da região, fazendo-se representantes locais de interesses muito bem definidos num contexto muito mais amplo de busca do lucro mercantil.

Contudo, com a efetiva transferência do burgo para o povoado de Marabá, o coronel Leitão já não mais determinava a vida local, haja vista a substituição da colônia agrícola por um centro com uma dinâmica mais complexa, com destaque para a atividade comercial orientada para o exterior, provinda do valor de troca do extrativismo vegetal.

É nesse momento, que a vida até então “pacata” sede lugar para os sucessivos conflitos ligados ao processo de acumulação capitalista, associado bem como ressalta Marília Emmi (1999 p. 38) “as lutas entre os (donos) de cauchais [...], pois são as árvores, os cauchais, que constituem o elemento básico, o elemento motivador da apropriação [...]”. Além disso, junto ao processo de inserção do povoado de Marabá na

dinâmica regional de comercialização de matérias-primas, surge também em conjunto com a estrutura de poder oligárquica/elitista, uma estrutura de subordinação/dominação, baseada no *aviamento*, “um sistema de fornecimento, crédito e controle de mão de obra” (Mariana Schmink; Charles H. Wood, 2012 p. 84).

É a partir das características surgidas no povoado durante o ciclo do caucho, que as elites comerciais passam a entrar definitivamente para o imaginário local, como representantes da economia e da política, de modo que a partir da efervescência do processo de formação da base econômica, viesse a surgir um movimento que reivindicava a emancipação de Marabá, bem como destaca Schmink e Wood:

“No início do século XX, [...] os comerciantes de Marabá que tinham enriquecido com o comércio da borracha, pressionam o governo do estado por autonomia política local. Como seus apelos foram ignorados, entraram com petição junto ao Congresso Federal para que fosse criado um novo estado, tendo Marabá como capital. Os comerciantes lograram seus intentos em 1913. Ainda que a cidade tivesse menos que quinhentas pessoas naquele tempo, o estado do Pará separou Marabá do município de São João do Araguaia [...]” (Mariana Schmink; Charles H. Wood, 2012 p. 84).

Foi em 27 de fevereiro de 1913, por meio da lei federal nº 1278, sancionada pelo então governador do estado do Pará Eneias Martins (1913 – 1917) que o município de Marabá surgiu. Após a criação, foi destinada uma junta governativa para município, que perdurou por dois anos. Entre os que faziam parte da junta destaca-se o fato de alguns terem relação com o comércio local, são eles: o tenente coronel Antônio da Rocha Maia, o Major Quirino Franco de Castro, o Capitão Afro Sampaio, o Coronel João Anastácio de Queiroz, Melchiades Fontenelle e o Cândido Raposo. E desse grupo restrito que irá surgir outra oligarquia/elite, que comandará a vida de Marabá na sua fase municipal pelos próximos quinze anos, assentado basicamente sobre o controle do capital mercantil e da contínua apropriação de terra.

Frente a isso, observa-se muito nitidamente nesse período que se estende de 1895 (criação do Burgo do Itacayuna) a 1913 (criação do município de Marabá), a existência de grupos oligárquicos/elitistas controladores da vida local, que irão utilizar de todos os meios possíveis para não perder a influência local. Este processo que em termos de estrutura de poder, não se altera, mas aparece cada vez mais forte encabeçado por novas personagens, quando não as mesmas. O mesmo se faz para a estrutura econômica, que dado o contexto de dominação do capital mercantil, que Wilson Cano (2002) afirma ser rebelde as transformações e ao progresso pelo menos em parte, pois apenas uma parcela dele se transforma, de modo que em Marabá, em virtude das

atividades econômicas experimentadas, isso se torna muito explícito, justamente porque este ocupará o espaço nas suas mais variadas modalidades (industrial, bancária, agrária, de serviços entre outras), encorpado de uma estrutura mais “modernizadora” aparentemente, pois na sua essência preserva traços do mesmo e velho capital mercantil.

É a partir da presença dessa estrutura de controle, que mais uma vez surgirá em Marabá uma dinâmica local específica, agora associado à ascensão da região naquela que seria a atividade econômica mais pujante até então, onde a articulação do poder econômico e do poder político exercido pelos grupos elitistas – formados na sua maioria por comerciantes donos de grandes latifúndios - se reafirmará dentro de uma configuração sem precedentes no que se refere ao controle da terra bem como também do controle comercial. Fala-se do ciclo da castanha que se estende de meados da década de 20, até meados da década de 60.

Logo no início, a vida no castanhal era levada “livremente” no sentido de acessibilidade - ainda que estivessem em terras municipais - bem como também no de organização do trabalho, isto é, não existia a figura do “patrão”, sendo as tarefas divididas de modo a caracterizar uma divisão técnica do trabalho, onde segundo Marília Emmi:

“O *castanheiro* é a o extrator direto cujo trabalho consistia na coleta e quebra dos ouriços e no empilhamento no depósito [...] O *lavador* tem como tarefa lavar as castanhas, separando as podres e tirando a lama nelas impregnadas [...] O *tropeiro* conduz em tropas de burro a castanha coletada dos “pontos” [...] O *barqueiro* desempenhava papel muito importante, transportando a castanha para Tucuruí e, na volta, trazendo mercadorias para o comércio de Marabá [...] O *cantineiro* ganha por mês, salários combinando no início da safra. Sua tarefa consistia em fornecer as mercadorias aos trabalhadores, além de anotar a produção de cada um [...] O *encarregado* recebe o dinheiro do dono do castanhal, providencia a compra de mercadorias para o barracão, contrata os trabalhadores e faz o aviamento para cada um [...]” (EMMI, 1999, p.71)

Mas o produto que já tinha certa importância local, sobretudo no que se refere à alimentação humana e sustento de animais domésticos, ganhará aceitação em grandes mercados como Liverpool, Londres, Paris, Hamburgo, Roma, Nápoles, Argentina, e Sul do país aponta Calheiros (1922), citado por Marília Emmi (1999 p. 62).

Todavia, o que chama a atenção no segundo momento (1920 a 1960) não são apenas os números ascendentes da produção de castanha, que no começo girava em torno de 1,49% e mais tarde em 1927 passaria a 60% do total produzido no Estado, mas os desdobramentos ocorridos fruto da insaciável busca pelo domínio político e econômico local traçado pelos agentes que surgem com o intuito de monopolizar os castanhais e de um modo geral a sua cadeia de produção do produto.

É nesse momento de grande expressividade do produto que os castanhais “livres” até então, serão monopolizados a partir de políticas específicas que garantirão aos que estão a frente do processo a total viabilidade de compra, arrendamento e aforamentos das terras onde se encontram os castanhais. É nesse contexto que ocorre o domínio da política local por parte do secretário do governo, Deodoro de Mendonça, oligarca/elitista que aparece no cenário municipal junto da sua parentalha, no apogeu da produção de castanha exercendo forte influência através dos vários mecanismos proporcionados pelo seu posto no governo.

Este se consolidou localmente como detentor de grandes castanhais por meio da firma Dias & Cia., na qual era associado. Porém sua participação se fez mais evidente no controle da política local, em virtude do cargo no governo do Estado. Foi fortemente favorecido pelas associações com representantes em Marabá, que quando não existiam, era forçado existir através de políticas nepotistas<sup>12</sup>. Deodoro controla durante toda a década de 20 a cadeia de produção da castanha, feito varias aquisições e concessões de terras, geralmente arrendadas ou aforadas, no nome da firma Dias & Cia., mas também no nome dos muitos que faziam parte da sua “parentela”.

Porém, em virtude da nova configuração do poder político nos anos pós 1940, as oligarquias/elites estabelecidas durante a República Velha (1889) serão fortemente abaladas, o que implicará o afastamento de Deodoro da política de (1943 a 1945), pois a confusa dinâmica partidária estadual, contaminada pelos acontecimentos políticos nacionais iniciados desde o começo da década de 30 não será mais favorável ao mesmo. Concomitante a perda de influencia política estadual e local, Deodoro perderá o domínio econômico na área dos castanhais, pois a firma Dias & Cia., será diretamente afetada pela queda na demanda da castanha, sobretudo porque o mercado internacional carecerá novamente da borracha em virtude do estopim da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). Além disso, a demanda externa também provocará a inserção da região na dinâmica de prospecção de minérios, com ênfase para o diamante bem como também para o ouro entre outros, fazendo com que alguns donos de castanhal diversifiquem suas atividades para além da extração de castanha.

A década de 1940 demonstra-se bem sintomática, pois retrata a queda de uma das maiores oligarquias/elites de Marabá, porém é também a gênese do próximo e último grande grupo que irá sustentar uma estratégia de monopólio comercial em

---

<sup>12</sup>Ver M. F. Emmi, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, pp. 82-83.

moldes de Deodoro de Mendonça. Fala-se do tronco familiar de origem Siríaco Mutran, que começou a se fixar na região modestamente, pois inicia como aviador em outras firmas, passando depois ele mesmo a aviador, de modo a se estabelecer cada vez mais na política local. Será por meio das já mencionadas relações elitistas entre as escalas estadual e local, que o grupo terá o seu apogeu no controle do comércio de castanha, fortemente viabilizados pelo Governador Zacarias Assunção (1950 - 1954) que privilegiou o grupo com o contínuo beneficiamento de arrendamentos perpétuos (extinto desde 1930) e concessão de aforamentos. Ambas as políticas vieram a intensificar a relação de dominação/subordinação, que culminaria para a desterritorialização (aqui entendido como a posse de território de outrem) dos donos de pequenos e médios castanhais fazendo aumentar cada vez mais o domínio da família Mutran, sobretudo no que se refere à ocupação do espaço. O tronco familiar Mutran entra para o cenário marabaense e se consolida, sobretudo nos fins de 1950 com o mandato de Nagib Mutran (1958 - 1962).

Marília Emmi (1999, p.97) no fim de 50, o controle dos Mutran se estendeu por uma área de 45.135 hectares, só de castanhais tanto em Marabá quanto em S. João do Araguaia. Porém, a essa altura Marabá já não é mais uma economia que girava apenas em torno do extrativismo vegetal, bem como ficou conhecida durante o ciclo da castanha. Também não era uma localidade totalmente isolada, pois já era ligada ao resto do país por meio das estradas<sup>13</sup> que cortarão boa parte da Amazônia oriental, o que viabilizará a chegada de novos agentes que se voltarão para os potenciais econômicos, até então fonte de domínio exclusivo das oligarquias/elites locais, que tinha por base uma estrutura político-econômica assentada respectivamente, nas relações paternalistas e no capital mercantil. Todavia, é a partir da década de 60 que o município e a região amazônica de um modo geral, serão fortemente assolados pela nova perspectiva de desenvolvimento local/regional, que se incumbirá de promover uma série de mutações inerentes ao processo de acumulação capitalista, consideradas necessárias à atividade empreendedora dos novos agentes<sup>14</sup>, bem como Wilson Cano coloca:

---

<sup>13</sup> As estradas abertas no fim dos anos 50 – rodovia Belém-Brasília e Brasília-Acre, ao mesmo tempo resultado e meio da acumulação, iniciavam essa expansão. A transamazônica, nos anos 70, abriria uma nova etapa (EMMI, 1999, p. 105). E em nível de informação ver também M. Schimink; C. H. Wood, 2012, *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia* pp 201-213.

<sup>14</sup> Novos agentes surgem com o intuito de se apropriar do espaço, que até então fora única e exclusivamente das Oligarquias/elites locais, dentre eles estão órgãos privados e públicos: Bamerindus, a Vale do Rio Do, SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CPT (Comissão Pastoral da Terra), GETAT (Grupo

“[...] a força transformadora do capitalismo e do progresso da economia nacional se interessa economicamente por esse espaço e a partir de um dado momento chega a conclusão de que esse espaço precisa se transformar, por exigência da dinâmica de acumulação da economia nacional, dar-se-á o declínio da forma mais antiga e predominância da nova [...] O capital moderno, seja ele público ou privado, vai penetrar neste espaço, “expulsando” dali o velho capital mercantil [...]” (CANO, 2002, p. 191).

Portanto, é a partir dessa nova lógica orientada pelas forças do grande Capital que Marabá entra definitivamente para o cenário nacional em vista da sua localização estratégica e potencial econômico para atividades totalmente diversas das desempenhadas até então. Essas atividades afetarão as oligarquias/elites de varias formas, uma delas está diretamente relacionada ao uso da terra<sup>15</sup>, pois o castanhal deixara de ter importância, passando a ser terra onde estão os castanhais o elemento motivador da apropriação. Surgem em Marabá ainda na década de 1950 atividades como a Mineração industrial passando pela pecuária e pela agricultura até construção civil. Surge também um comércio mais expressivo dentro de um setor terciário mais dinâmico, que inclusive já possibilitava desempenhar transações bancárias – antes totalmente baseadas no sistema de avião. Muitos serão atraídos para a região em virtude da nova dinâmica local relacionada aos grandes projetos pensados e organizados pelo Governo Federal, que teve entre seus objetivos, sobretudo na região de Marabá: a integração do município ao circuito nacional via estradas, bem como também a devida ocupação do espaço considerado “vazio”, seguido da necessidade de exploração dos recursos naturais muito abundantes, com o intuito de suprir o centro dinâmico do país (Centro-Sul) de todas as matérias-primas necessárias para a criação de um mercado consumidor consolidado.

Marabá na década de 50 caminha em direção a uma cidade menos isolada, e também menos vítima do poder descontrolado da tradicional elite latifundiária. A localidade orientava-se para novos rumos, onde dramáticas mudanças na superestrutura dominante viriam a acontecer. Até 1958, a vida política local estava sob domínio dos líderes dos grupos familiares tradicionais, a essa altura, filiados na sua maioria na UDN (União Democrática nacional), que mesmo antes do Golpe de 1964, já se apresentava dividida entre os donos de castanhais, Pedro Marinho de Oliveira (prefeito local de 62-66

---

Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Em nível de maior informação Ver M. F. Emmi, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, pp. 109-122.

<sup>15</sup> [...] A terra torna-se mercadoria da mesma forma como qualquer outra. De base e expressão maior do poder, numa economia extrativa não-especificamente capitalista, ela passa a ter um expressão, em certo sentido secundaria, numa economia fundamentada no capital industrial [...] (EMMI, 1999, p.110)



e 72-74) e Nagib Mutran (prefeito de 58-62 ; deputado estadual em 62). Porém, foi somente em 64, justamente a partir da centralização do Estado, que: “o destino da tradicional oligarquia de Marabá foi finalmente selado como consequência dos efeitos combinados das rápidas mudanças locais e das mudanças de prioridade políticas em Brasília” (Schmink; Wood, 2012 p. 212). Os autores, apontam para a derrocada da oligarquia/elite local na década de 60, entretanto, cabe lembrar que fatos anteriores ao golpe militar de 1964, já vinham descentralizando o poder desses grupos familiares.

Posto isto, no contexto nacional, embora o Brasil mesmo antes da Segunda Guerra Mundial tivesse em sua agenda, políticas para a efetiva ocupação do “vazio demográfico”, será somente no pós-guerra, em virtude de questões geopolíticas de meados da década de 50, que programas de desenvolvimento colocarão localidades como Marabá no mapa da nação, e colaborando nesse sentido, com transformações marcantes na geografia humana da região.

Essas transformações de ordem estrutural e conjuntural, serão implementadas a partir do chamado que veio do centro do Estado nacional, no sentido de integrar a Amazônia brasileira efetivamente na vida dos brasileiros. Foi, o líder populista Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), que em 1940, com a sua marcha para o oeste<sup>16</sup>, deu início ao projeto ambicioso de unificação do país. Vargas, com o propósito de criar condições de por em prática esse projeto de nação desafiador, instala a primeira grande agência de desenvolvimento regional da Amazônia, a SPVEA<sup>17</sup> – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia. Esta, estava encarregada de criar infraestrutura de transporte, comunicação, saúde, entre outros atributos essenciais para o Plano de Valorização, entretanto, Marabá, que jamais havia recebido qualquer tipo de investimento parecido, sobretudo do Estado Federal, fora vítima de “[...] um novo conceito de política pública, que supervalorizava o capital e a tecnologia mais moderna na busca do desenvolvimento econômico, conhecido como desenvolvimentismo”. (Montarroyos 2013).

Os objetivos demonstravam-se tamanho desafiador e em certos pontos “ignorantes” diante da realidade heterogênea de regiões como Marabá, que muito do que fora pensado nem se quer ganhou vida e mais colaborou com a criação de um ambiente assimétrico e polimorfo. Jose Jonas Almeida resume as principais finalidades do Plano:

---

<sup>17</sup> Esta que mais tarde em 1966, sob o comando do regime militar será reconstituída como SUDAM – Superintendência de para o Desenvolvimento da Amazônia (John O. Brownder e Brien J. Godfrey 2006, p.85)

“Entre os objetivos da Política de Valorização Econômica da Amazônia destacavam-se o estímulo a produção de alimentos para atender o mercado regional; a produção de alimentos e matérias-primas que viessem a contemplar a economia brasileira; a exploração do potencial energético e mineral; visando ‘converter, gradualmente, a economia extrativa, praticada na floresta, e comercial, praticada nas cidades, em economia agrícola e industrial’. O Plano também propunha criar riqueza e movimentá-la por meio de um sistema de crédito e transporte adequado, além de elevar o nível cultural e de vida de sua população”. (Almeida 2009, p.111)

A agência, criada especificamente<sup>18</sup> para lidar com o quadro amazônico tinha ambições praticamente inalcançáveis ou pouco significativas, haja vista que, o tempo e a conjuntura de planejamento, em conjunto com duras ingerências políticas em virtude de acusações de corrupção interna e favoritismo as elites, colaboraram para a contínua incredibilidade do órgão, todavia, e bem como ressalta Brownder e Godfre:

“[...] Mesmo não tendo sucedido em quebrar o isolamento da Amazônia insular, Vargas articulou uma ideologia nacionalista que subsequentemente impulsionou as forças de expansão populares e empresarias para as fronteiras do Norte”. (Brownder e Godfrey 2009, p.85)

A SPVEA, bem como defende Montarroyos (2013), além de ter promovido a criação de programas de desenvolvimento em localidades carentes de políticas públicas, também causou uma metamorfose no perfil populacional marabaense, no sentido de transformar a população até então nômade, em outra, atribuída de características associadas a um modelo de sociedade capitalista do tipo sedentária.

A situação local passa cada vez mais a ser determinada a partir de ordens superiores, isto é, do centro nacional. Após a criação da SPVA em 1953, outra atribuição que dará contornos aos rumos de formação da cidade de Marabá, diz respeito a decisões do governo do Estado. Em 1954, o governo do Estado do Pará introduziu modificações na Lei de arrendamento de terras: castanhais, após curto tempo de arrendamento, passavam às mãos dos arrendatários de forma definitiva, numa forma de aforamento perpétuo (VIRGÍNIA 1996, p. 51). Essa mudança possibilita a posse de grandes propriedades de terra por particulares, inclusive os castanhais de serventia pública. Os aforamentos foram concedidos pela própria prefeitura de Marabá, justamente porque se tratando de interesses pessoais, Pedro Carneiro de Moraes e

---

<sup>18</sup> Mesmo tendo sido criada para lidar com especificidade amazônicas, “não foi levado em consideração a diversidade social, cultural e relação das populações locais com a natureza e muito menos as expectativas dos mesmos em relação a esses objetivos propostos dentro da política de planificação”. (Almeida 2009, p.113)

Silva<sup>19</sup>, bem como os demais líderes oligárquico-elitistas posteriores, não tinham nada a perder. A certeza de posse veio trazer modificações no uso da terra. Os proprietários passam a investir, abrindo estradas, fazendo roças e principalmente, aumentando a criação de gado (VIRGINIA 1996, p. 51). Outro fato ocorrido também em 1954 que, colaborou para o desenvolvimento de Marabá, diz respeito à constatação da Comissão de Planejamento da SPVEA, Pacheco (2013) que ao atribuir o problema da região central da Amazônia como a insuficiência de recursos financeiros e demográficos, demarcou Marabá como uma zona favorável a realização e aceleração do desenvolvimento.

Posto isto, percebe-se que a essa altura, já no final da década de 50 e no início do Mandato de Nagib Mutran, que se estendeu de 1958 a 1962, Marabá já não era mais um economia que girava exclusivamente em torno do extrativismo vegetal, bem como ficou conhecida durante o ciclo da castanha. Também, não passaria a ser uma localidade totalmente isolada, pois já se planejava ligá-la ao resto do país por meio da primeira grande estrada da Amazônia, fala-se do projeto da Belém-Brasília, que contribuirá substancialmente para a chegada de novos agentes que se voltarão para os potenciais econômicos praticamente intocados até então, fonte de domínio exclusivo das oligarquias/elites locais.

Até meados do fim da década de 1950, a situação demonstrou-se tradicionalmente concentrada nas pessoas (comerciantes, prefeitos, secretários de estado, etc). Nota-se que, mesmo em decadência a participação desta ainda será marcante no que diz respeito aos processos que se darão em Marabá, entretanto, há de convir que cada vez mais o lugar antes pleiteado por membros da oligarquia/elite tradicional, será retirado e concedido a novos agentes, isto é, a uma nova elite.

As maiores transformações chegarão com rodovia Belém-Brasília. O projeto iniciado em 1956, é inaugurado em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek<sup>20</sup>, e é finalmente finalizado com a pavimentação, na década 1970. Bem como aponta Maria

---

<sup>19</sup> Pedro Carneiro de Moraes e Silva Nasceu no dia 16 de março de 1922, em Caxias no Estado do Maranhão. Foi comerciante e banqueiro. Exerceu o mandato de Deputado no biênio de 1950/59 e no ano de 1963. Suplente do senador Catete Pinheiro, assumiu o mandato de 13 de agosto de 1963 a 13 de setembro de 1968, devido a licença do titular. Foi deputado federal, de 1971 até 1972, quando veio a falecer. (Dados bibliográficos dos principais políticos da década de 60. Disponível em: <<http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/contexto60link10-dadosbiograficos.htm>> acesso em: 6 de agosto, 2014)

<sup>20</sup> O presidente Juscelino Kubitschek intensificou os esforços de industrializar o país, ampliar o mercado interno e expandir para o interior do país (Brownder e Godfrey 2006, p.85)

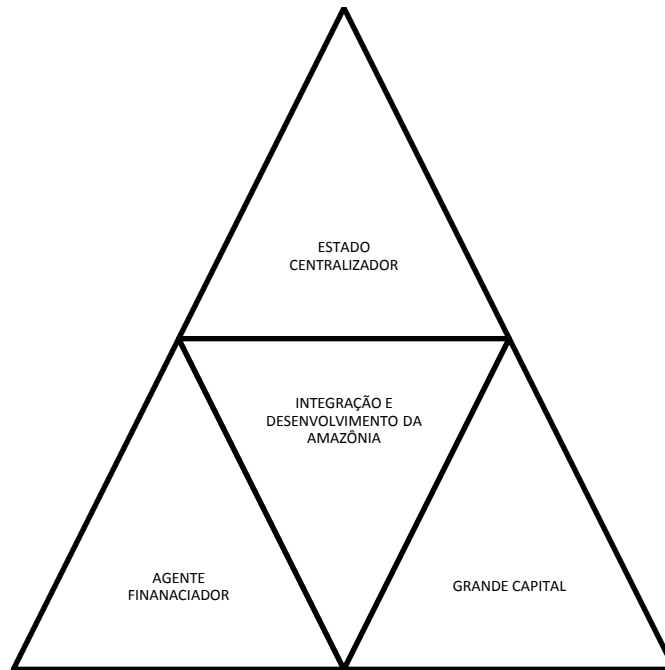
Virginia (1997) abriam-se, para Marabá novas possibilidades comerciais, diminuindo a dependência exclusiva de Belém. Os produtos do Sul passavam a chegar por estrada até imperatriz, e seguir de barco até o Tocantins. Todavia, antes mesmo de ter sido inaugurada e bem como sugere Elias Montarroyos:

“[...] a rodovia modificou bruscamente o espaço urbano e rural de Marabá engrossando a primeira revolução socioeconômica patrocinada pela SPVEA, quando então a agricultura e a pecuária passam a frente da atividade castanheira; e novas indústrias se desenvolvem imediatamente na cidade; além de se multiplicarem a pequenas e medias propriedades rurais onde a maioria esmagadora delas estava, de acordo com o IBGE, na condição de ocupadas” (Montarroyos 2003).

A partir da de 1960, a região passa definitivamente a entrar na agenda dos interesses nacionais – e até mesmo internacionais. O contexto nacional muda, e a proposta será de mais desenvolvimentismo e de mudanças letais para os grupos oligárquicos/elitistas de Marabá, pois a partir de 1964 a política passa a funcionar sob “mãos de ferro”. Assim que assumiram, os militares cuidaram de eliminar “os treze partidos políticos existentes e criou duas organizações políticas abrangentes: a Aliança para a Renovação Nacional – ARENA do governo e o Movimento Democrático Brasileiro –MDB na oposição” (Brownder e Godfrey 2006, p.87). A iniciativa de centralizar o poder político destrói a já em decadência oligarquia/elite local de Marabá. Ao invés de aceitar a tradicional autonomia das elites regionais:

“[...]os militares centralizam a autoridade e promovem uma base de poder constituída por empresas multinacionais e a elite nacional de moda a configurar um eixo que tinha por objetivo integrar a economia amazônica a partir de politicas favoráveis a indústria nacional e internacional” (Brownder e Godfrey 2006, p.88).

O eixo “tripé”, denominado por Brownder e Godfrey, pode ser visualizado a seguir:



Essa estrutura demonstra muito claramente de que ordens são e, como se comportam os agentes. Depreende-se, portanto, que o modelo militar de desenvolvimento não envolveu a população local, inclusive sua porção oligárquica/elitista. Todavia, esta ainda teria muito a perder a partir de 1966, com a criação da SUDAM antiga SPVEA, bem como também com os resultados das “pesquisas da CODIM (subsidiária da Union Carbide) e da United States Steel, na região de Marabá” (Emmi 1999, p. 106). Ainda segundo ela:

“[...] A mineração industrial, a pequena produção agrícola de proprietários autônomos (os colonos) a pecuária, a construção civil vem quebrar o quase exclusivismo da atividade castanheira; o comércio se amplia, os bancos aparecem e um setor terciário emerge independentemente da castanha. Em fins de 1960, Marabá possuía dois bancos, detinha poucos carros, inexistia a distribuição de energia elétrica, telefone; o comércio estava totalmente nas mãos dos ‘galegos’, a construção civil era atendida por simples artesões [...] com as empresas de mineração e de construção, ‘o dinheiro corre’ na cidade de Marabá e a monetarização da economia é generalizada” (Emmi 1999, p. 107).

Com a chegada do ramal que deu acesso a Marabá até a Belém-Brasília, a partir de 1970, hoje BR-222 em 1969, bem como também com o trecho do projeto faraônico da Transamazônica já pronto em 1971, os fluxos tanto de pessoas quanto de mercadorias poderiam transcorrer devidamente – a não ser pela péssima condição das estradas da região nos períodos chuvosos. Marabá, além de ter virado palco de muitas intervenções governamentais, passou a ser uma das entradas para a Amazônia, “Sua posição

estratégica, a existência de riquezas minerais e a infraestrutura que dispunha, fez do município área de segurança nacional” (ALMEIDA 2008, p.21).

Outra intervenção do governo na localidade se deu em 1972, quando o regime militar por meio do INCRA<sup>21</sup> e da SUDAM, tentou promover a integração nacional, a partir de uma reforma social chamada de “colonização oficial”. O PIN – Programa de Integração Nacional (1970-1975) teve como área de atuação a Transamazônica, foi desenvolvido no governo do General Emilio Médici (1969 – 1974). A distribuição dos lotes de terra feita pelo Governo Federal se deu da seguinte maneira:

“A administração de Médici expropriou uma faixa de terras de cem quilômetros de largura em cada lado da Rodovia Transamazônica, da qual se dividiu uma seção de dez quilômetros ao longo da rodovia em lotes de 100 hectares para a distribuição dos colonos recrutados no programa de colonização oficial. O restante das terras públicas foi reservado para a venda às empresas privadas, em lotes que variavam de três mil até setenta e seis mil hectares. A maior concentração populacional na Rodovia Transamazônica ficava na parte leste do percurso, no Estado do Pará, praticamente entre as cidades de Marabá, Altamira e Itaituba. Além das terras separadas para pequenos agricultores, dedicaram-se para fazendas de gado aproximadamente 3,7 milhões de hectares, somente no Pará” (Brownder e Godfrey 2006, p. 96).

O PIN, segundo Brownder e Godfrey (2006), atendeu a vários propósitos dos militares que iam desde preocupações puramente estratégicas de ordem político-econômica, mas também serviu no que diz respeito a objetivos ambiciosos jamais alcançados até então, pois promoveu uma política de colonização na Amazônia. A situação político-econômica que a cidade de Marabá apresentava-se travada entre os novos agentes – estes cada vez mais presentes – e antigas oligarquias/elites locais bem como aponta Marília Emmi:

“Estes que em 1960, apareciam como principais latifundiários da castanha as famílias Mutran, Almeida e Moraes, que juntas controlavam 55.935 hectares. Essa concentração se reforça nos anos posteriores, dando as mesmas famílias 124.5699 hectares em 1965 e 125.954 em 1970. Após essa data, o número deixa de crescer substancialmente, atingindo apenas 193.186 hectares em 1975 e 200.386 em 1980. É a partir dessa época que aparecem novos componentes na distribuição dos castanhais. Passam a concorrer uma companhia exportadora de castanha de Belém, criada em 19770 e pertencente a família Chamié e Chady: a Companhia Industrial

---

<sup>21</sup> “INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - instituição criada em 1970, para fiscalizar a colonização agrária da Amazônia [...] O INCRA projetou um sistema ambicioso de centro de serviços planejados ao longo da rodovia. Conhecido como *urbanismo rural*, esse plano consistia de uma camada de povoados de menor ordem, designadas *agrovilas*, compostas de quarenta e oito a sessenta e quatro familiares cada uma, a ser construídas a cada dez quilômetros ao longo da rodovia. Uma camada média de *agroópolis*, deveria ser localizada a cada cem quilômetros, como centros administrativos intermediários. No topo da hierarquia urbana da transamazônica estariam as *rurópolis*, de até vinte mil habitantes localizadas a cada duzentos quilômetros, para servir como centro administrativos e comerciais da região” CAMARGO (apud Brownder e Godfrey 2006, p.96).

do Brasil – CIB, e sobretudo grande banco nacional em fase de expansão: o Banco Bamerindus, um dos primeiros Bancos particulares a se instalar em Marabá. O monopólio exclusivo das famílias tradicionais é quebrado” (Emmi 199, p.115)

Os castanhais foram disputados entre antigos ocupantes, migrantes, posseiros e “donos” dos castanhais que tentavam apossar-se legalmente através da institucionalização do Polígono dos Castanhais. Emmi (1992) relata que com a abertura da Belém-Brasília na década de 60, a oligarquia castanheira sentiu seus domínios fundiários ameaçados pela chegada de trabalhadores expulsos de outras regiões do Brasil que aqui vieram disputar às áreas dos castanhais, o que na década seguinte marcou a explosão de uma série de conflitos fundiários. A presença de pequenos agricultores neste contexto se faz sentir de maneira mais intensa a partir de 1950, os quais avançam vindos do Maranhão, cruzando o Tocantins e se estabelecendo nas matas da região próximas de Marabá. A penetração espontânea ocorre a partir do município de São João do Araguaia. Desta feita não mais para trabalharem nos castanhais ou garimpos, mas para ocuparem as “terras livres”, com sua técnica agrícola de derrubada da mata queima e cultivo de arroz (VELHO, 1972). A tabela a baixo mostra os principais conflitos que cominaram para o enfraquecimento dos donos de castanhais:

**TABELA 6:** conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais no município de marabá

Início do conflito	Município	Nome do Castanhal	Envolvidos
1976	Marabá	Viraçãozinho	João Anastácio de Queiroz Filho X 80 famílias de Lavradores
1976	Marabá	Buriti	Saulo Van Rondow e Maria Moussalem X 40 Famílias de Lavradores
1978	Marabá	Bela Vista	E. Mutran X 50 Famílias de Lavradores
1978	Marabá	Boa Fé	E. Mutran X Lavradores
1979	Marabá	Mãe-Maria	E. Mutran X Lavradores
1979	Marabá	Sem denominação (limite do município de Itupiranga)	João Anastácio de Queiroz Filho X 150 Famílias de Lavradores
1979	Marabá	Sem denominação (margem esquerda do rio Itacayunas)	M. Moussalem e Salim Moussalem X 50 Famílias de Lavradores
1980	Marabá	Gleba Café	Neir Santana e "Carne Roxa" X 25 Fam. Lavradores
1980	Marabá	Pau Seco (Cametaú)	M. Card. Neto (Nelito) E José Pereira da Nobrega (marinheiro) X 178 Lavradores
1981	Marabá	Fortaleza	A. Q Moraes X 100 Lavradores
1981	Marabá	Sem denominação	Evandro Mutran X 420 Lavradores
1983	Marabá	Tabocão	Alzira Mutran X Lavradores

1984	Marabá	São José e Pau Ferrado	Ed Castor X Lavradores
------	--------	------------------------	------------------------

Fonte: CPT – Regional Norte II; Jornais: O liberal, A província do Pará, Resistência e O Grito da PA – 150. Entrevistas realizadas em Marabá.

Nota: o referido quadro apresenta os conflitos pela posse da terra na região de Marabá, entretanto este também destaca a situação dos municípios, São João do Araguaia, Conceição do Araguaia e Xinguara. Em nível de informação ver: M. F. Emmi, *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*, p. 127.

Com a abertura da PA 70 em 1968 (hoje BR 222), ligando Marabá à rodovia Belém - Brasília (BR 010), e em 1971 com a abertura da rodovia Transamazônica (BR 230), a implantação de usinas hidroelétricas e projetos de mineração, ocorre a mais profunda e radical transformação da fisionomia econômica e social da região. Abre-se oficialmente a fronteira amazônica nesta região, trazendo consigo todo o autoritarismo e violência, marcas das zonas de fronteiras e do regime de plantão. É nesse sentido, que o processo de aquisição de terras tende a ficar cada vez mais concentrado nas mãos de poucos, o que colaborara para os sucessivos conflitos locais. A tabela a seguir demonstra sob o poder de quem estavam os imóveis com área igual ou superior a 10.000 hectares em 1985:

**TABELA 7:** Situação fundiária em Marabá em 1985

PROPRIETÁRIO	ÁREA (HA)
BAMERINDOS AGRO PASTORIL E IND S.A.	58.196,40
NELITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	22.542,60
AGROPECUARIA CARAJÁS LTDA	14.696,90
COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL (CIB)	14.647,00
JOÃO MARTINS CRAVEIRO	13.800,00
NELITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.A	13.227,70
COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL (CIB)	13.200,00
OSÓRIO FCO. MARTINS PINHEIRO	13.015,00
CLAUDIA MARTINS PINHEIRO	13.015,00
ALZIRA MOUSALEM MUTRAN	11.008,40
NELITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	10.800,00
DEMOSTHENES AZEVEDO FILHO	10.800,00
ALICE JACOME MARANHÃO	10.800,00
COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL (CIB)	10.800,00
COMPANHIA INDUSTRIAL DO BRASIL (CIB)	10.800,00
HELENA CHUQUIA MUTRAN	10.800,00
BENEDITO MUTRAN FILHO	10.800,00



JOSÉ OLYNTHO CONTENTE	10.800,00
DELIO MUTRAN	10.486,00
FAUSTO RIBEIRO MARQUEZ	10.009,70
NELITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	10.006,50

Fonte: CADASTRO INCRA: 1995

Nota: a referida tabela apresenta os proprietários dos imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares na região de Marabá. Esta faz parte de um apanhado de dados referentes às mesorregiões do Sudeste Paraense, do Nordeste Paraense, da mesorregião do Marajó bem como também da mesorregião Metropolitana de Belém. Em nível de informação ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno 1995, *A Guerra dos Mapas* p. 275 e 276.

Nota-se portanto uma grande mudança no que diz respeito ao papel que a terra passa a ter, de modo que foi partir de um processo de desarranjo dos antigos castanhais que estruturas como as mencionadas na tabela a cima surgiram. Normalmente, os estudos feitos sobre essas mudanças na sua maioria estão reduzidos a uma análise das causas e efeitos gerados, sobretudo, no que diz respeito ao papel cada vez mais interventor do Estado no sentido de possibilitar e viabilizar essa nova perspectiva para Marabá. Seja do ponto de vista infraestrutura com a construção da Belém-Brasília e da Transamazônica, ou mesmo no que está para criação dos órgãos engajados no sentido de promover a viabilidade econômica para entrada do grande capital na região com políticas específicas de incentivos fiscais, no caso a SPVEA e a SUDAM.

De fato, todas essas circunstâncias foram parte do processo de formação de Marabá para além da década de 50, entretanto, bem como apontado por Velho: “[...] trata-se de uma meia-verdade, já que nenhuma dessas medidas, por si, teriam efeito considerável, se não fosse a existência de certas pré-condições que vinham lentamente amadurecendo [...]” (VELHO 1972, p. 93). Ou seja, aqui é ressaltado o fato de que, houve pré-condições necessárias anteriores a presença direta do Grande capital e do Estado na região. É nesse sentido, que os eventos ocorridos nesse segundo bloco histórico que inicia em 1950, podem ser considerados tanto necessários quanto transitórios no que se refere a formação ainda não consolidada de Marabá de modo que, esse período apresentará especificidades associadas a mais um fenômeno de expansão da fronteira, que agora ressurgiu sob uma ordem *agrário-populista*, que lentamente avançará com a estrada, empurrada pelos grandes investidores – frente corporativa - se encarregarão de monopolizar as terras mais acessíveis ao longo desta, em meados do fim da década de 60 chegará a região de Marabá.

Julga-se, que se trata de um fenômeno de expansão da fronteira, pois o próprio incremento demográfico local denuncia a existência do mesmo. “Considera-se que a região do Itacaiunas, na década de 50, experimentou um incremento demográfico de mais de 60%, o que infere dizer sobre o crescente poder de polarização de Marabá em termos de extensão de influencia” (VELHO 1972, p.12).

Esse incremento demográfico é evidenciado dado à intensificação nos avanços para região de Marabá. O que realiza materialmente essa nova frente de expansão não é apenas a já discutida atividade sazonal da coleta de castanha, mas também - e agora com mais eminência - a boa qualidade e abundância das terras, em conjunto com a atividade garimpeira e grosso modo, a simples existência de alternativas de trabalho, todas essas circunstâncias trarão novamente uma enxurrada de migrantes. Maranhenses, goianos, piauienses entre outros, na sua maioria vinham para a entressafra da castanha, porém em virtude das condições de trabalho, cada vez mais a tendência é a de fixação, por exemplo, como empregados em grandes fazendas da região.

Todavia, existiam outros que optavam pelo trabalho autônomo seja em busca de riquezas minerais em um dos muitos garimpos próximos a Marabá, ou mesmo nos cada vez mais raros castanhais do município. Estes, que até o final da década de 50 ainda ofereciam oportunidades de trabalho, passa a ser alvo de invasões do próprio patronado local, que a partir do processo de centralização e monopólio dos castanhais em conjunto com o novo papel dado terra, os utilizará para extração de madeiras nobres seguidamente para ampliação de áreas para pecuária, o que implicará também em uma intensificação em termos de produção agrícola como alternativa tanto para o patronado quanto para os expropriados. Dificilmente a pequena produção agrícola pôde competir com a pecuária desenvolvida pelos patrões. Como exemplo, tem-se uma situação que representa muito bem como a mudança do papel da terra irá implicar em lógicas conflitantes entre grandes fazendeiros e pequenos produtores agrícolas:

“[...] o mesmo ocorre com a colônia agrícola que se tentou criar em Quindague, próximo a Marabá, hoje transformada quase toda em grandes pastagens. As dificuldades para os pequenos produtores são especialmente grandes próximo a Marabá, e por isso mesmo é que sua atividade desenvolveu-se, de modo coerentemente marginal [...] em Marabá propriamente, após um surto da década de 50, a sua atividade cai [...]” (VELHO 1972, p. 7)

Diante da impossibilidade de ter acesso a terra, muitos pequenos agricultores recorrem a uma nova forma de agricultura, muito diferente da desempenhada até então,

isto é, da tradicional agricultura de várzea, que bem como aponta Velho, tem características marcantes no que se refere à ocupação de locais como Marabá:

“O padrão usual consistia nos indivíduos embrenhar-se na mata e escolherem um sítio favorável, em geral junto a um curso d’água (igarapé) ou pequena lagoa; em terreno com barro, considerado vantajoso para lavoura e para pequena criação de porcos [...]” (VELHO 1972, p. 100).

Esses agricultores, tendem a se distanciar da *beira* do rio no sentido do *centro da mata*, em busca de terras livres e propícias para a produção agrícola e para a criação de animais. Essa tendência surge com chegada da frente que vem, sobretudo do maranhão, estes pensavam de modo diverso, “[...] onde houvesse babaçu, o sinal era de terra boa [...]” (VELHO, 1972, p. 97).

Nesse sentido, o que fica claro, é que os participantes da frente demonstram claramente que não é próximo aos cursos d’água que as boas terras se encontram, o que revela o caráter radical em relação ao que até então definia o modo de vida, pelo menos de localidades como Marabá, criada de frente para o rio. Isto é, estes passam a se distanciar da vida na *beira*, de modo a orientar-se em função das terras desocupadas, ou seja, terras no interior, no *centro da mata*.

Diante disso, e aqui se concorda com Velho (1972) há evidências que mostram que de fato esse comportamento radical trago com *frente agríco-populista*, demonstra desde já, que mesmo antes da chegada da estrada a Marabá por exemplo, e portanto do grande capital e do Estado, a própria população envolvida estabelecerá um novo modelo de assentamento, agora na *terra firme*. Essa reorientação civilizacional, em que pesa o fato de que a vida desde então pode se desenrolar de costas pro rio é parte do modo de reprodução da nova frente, essa característica é considerada como uma pré-condição, necessária e transitória em amadurecimento, anterior a criação da estrada, e portanto antes da chegada da frente corporativista.

Posto isso, diversos fatores juntavam-se no sentido de provocar, como resultado geral, um processo de transformação bastante acelerado, e o primeiro deles é a penetração dessa frente de ordem *agríco-populista*. Entretanto, outro ponto importante refere-se à chegada da frente corporativista em Marabá. Esta que, necessariamente precisou de pré-condições básicas para fixar-se na região, não hesitou em cumprir a tarefa imposta pelo capital na sua longa busca por valorização e auto-expansão. A frente de expansão corporativista:

“[...] é uma manifestação espacial visível na periferia nacional chamada por Evans de ‘tríplice aliança’ dos capitais, estadual, estrangeiro e nacional, a estratégia de desenvolvimento favorecida pelo regime militar brasileiro especialmente nos períodos de 1964 a 1970 e de 1975 a 1985” (Brownder e Godfrey 2006, p.136)

Bem como se pode notar, ambas são fruto das políticas do Estado central, entretanto, bem como será discorrido mais adiante, as atividades desta frente são completamente diferentes, pois abarcam uma gama muito diversa de projetos de desenvolvimento conduzidos na sua maioria pelo Estado, de modo a ignorar totalmente as formações sociais oligárquico/elitistas locais.

“[...] a maior parte dos projetos aprovados eram de empresas do Centro-Sul – cerca de 60% dos projetos, segundo algumas pesquisas existentes – de empresas sem experiência na pecuária, como bancos, construtoras e indústrias” (Kraychete, 1995, p.58).

A nova elite corporativa, Brownder e Godfre (2006) já chega com a posse de grandes propriedades agropecuárias que incluem pistas de pouso. Também surge como investidora de projetos de mineração, ou mesmo engajada em projetos de modernos complexos de produção monocultora como a soja, produção esta, totalmente articulada com o mercado através de conexão via satélite. De gigantescas Hidroelétricas à complexos de beneficiamento de madeira, passando por fábricas de chips a laboratórios de engenharia genética.

Kraychete (1995) aponta para as facilidades viabilizadas pelo Estado, conjugadas com possibilidades de valorização das terras e os ganhos especulativos daí decorrentes, favoreceram a apropriação de imensas áreas por um reduzido grupo de pessoas e por agentes econômicos mais complexos. Essa colocação faz lembrar um resultado obtido em entrevista com Ademir Braz<sup>22</sup>, referente ao processo de apropriação de terras em Marabá na década de 80, segundo período de expansão da frente corporativista. Este, conta que: “[...] o Projeto Grande Carajás teve sua formatação para viabilização de latifúndios, ou em outras palavras, colaborou para a destruição dos castanhais [...]”. Em uma de suas aventuras como jornalista correspondente do jornal o Estado de São Paulo no Pará, Ademir Braz presenciou a visita de um político da época que se referiu a Marabá da seguinte forma: “Marabá, o Sul do Pará, a Amazônia, estão cada vez mais próximos do governo [...] o que se quer é, modificar a estrutura

---

<sup>22</sup> Figura importante no contexto de formação local, é membro efetivo e perpétuo da Academia de Letras do Sul e Sudeste Paraense, advogado, jornalista, poeta e blogueiro,

econômica baseado no extrativismo”. “Nós vamos produzir carne, e plantar capim, derrubar todo o mato”.

Essa perspectiva de desenvolvimento também é apresentada por outra importante personagem em Marabá atualmente, Magda Gobira<sup>23</sup> ao contrario de Ademir Braz vivenciou a expansão da frente corporativista de perto. É interessante notar como o discurso favorece o grupo dominante e caracteriza o tipo de frente: “As pessoas que criavam gado lá, queriam criar gado aqui, assim como aquelas que tinham fazenda lá também queriam ter uma fazenda aqui [...] como elas eram de uma região onde se plantava capim, acontece que, eles derrubavam a mata e plantavam capim, não existia controle ecológico [...] o civil tinha que ocupar a terra, e isso se fazia com apoio do estado e do governo federal e do próprio exercito militar [...] a lei do uso campeão - diz Magda - prevaleceu nessa época”. Portanto, continua ela “sai o extrativismo e entra o *agrobusiness*, ou seja, os caminhões partem para Belém não mais com produtos essencialmente extrativos, mas também com produtos essenciais, isto é, carne, leite, queijo etc”.

As falas são dicotômicas, porém apresentam características marcantes do avanço dessa frente corporativista. Outro ponto a ser considerado no que diz respeito a essa frente, remete a extensão da área urbana, sobretudo com a criação do bairro Nova Marabá em 1972, resultado das demandas dos grandes projetos regionais. Idealizado pela SUDAM, em conjunto com outros órgãos Federais como o Banco Nacional de Habitação – BNH, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU. Notou-se, que a cidade foi se formando dentro das terras dos grandes grupos antes familiares agora corporativos, haja vista, que boa parte do local onde hoje se localiza o bairro, compreendia ao resto dos castanhais aforados por famílias oligárquico/elitistas, nesse sentido precisou-se desapropriá-lo, tarefa que tomou todo o período que foi de 1972 a 1986. O projeto, tipicamente corporativo pesava em um assentamento planejado, de um desenvolvimento urbano de alto nível, onde tudo é devidamente controlado, inclusive o nível requerido de trabalhadores.

Contudo, o resultado final fugiu do controle dos militares, as mudanças na orientação econômica local produziram um inchaço no núcleo pensado para abrigar gerentes, técnicos de nível superior e suas famílias. Tonou-se um espaço híbrido, assolado pelas distorções dos movimentos da frente popular que localizavam-se no

---

<sup>23</sup> Magda Gobira empresaria e membro da Associação Comercial e Industrial de Marabá - ACIM, e atuante política do Pró-Carajás.

entorno do projeto. Brownder e Godfrey (2006) apontam para o resultado agregado desse processo incongruente de formação da cidade da fronteira, que é a tendência contingente de formatação espacial/territorial desarticulada.

Portanto o quadro abaixo sintetiza quais blocos de poder surgiram em Marabá historicamente:

**QUADRO 1:** Blocos de poder formados em Marabá

<b>1895-1913</b>
• (CAPITÃO) CARLOS GOMES LEITÃO
<b>1913-1927</b>
• (CORONEL; COMERCIANTE) ANTÔNIO DA ROCHA MAIA
• (MAJOR; COMERCIANTE) QUIRINO FRANCO DE CASTRO
• (CAPITÃO; COMERCIANTE) AFRO SAMPÁIO
• (CORONEL; COMERCIANTE) JOÃO ANASTÁCIO DE QUEIROZ
• (CORONEL; COMERCIANTE) MELQUIADES FONTENELLE
• (CORONEL) CÂNDIDO RAPOSO
<b>1920-1940</b>
• (SECRETÁRIO DO GOVERNO DO PARÁ; COMERCIANTE) DEODÓRO DE MENDONÇA
<b>1940-1960</b>
• (ENTÃO PREFEITO; COMERCIANTE) NAGIB MUTRAN
<b>1960-1980</b>
• CONTROLE EXERCIDO A PARTIR DO GOVERNO FEDERAL EM ASSOCIAÇÃO COM O GRANDE CAPITAL

Elaboração Própria

#### **4.2- A dinâmica econômica e a consolidação das elites ligadas ao setor da pecuária nos anos 2000**

Após décadas de transformações no território da Amazônia Oriental brasileira, como observado anteriormente, o período posterior à década de 1980 apresenta uma dinâmica territorial em que se destaca (nas escalas macro, regional e local), a importância estratégica das cidades médias para a superação da condição de

precariedade da fronteira impulsionada pelo forte ritmo de avanço da dinâmica agropecuária, madeireira e mineral.

Na medida em que a densidade populacional aumentava como resultado do fluxo migratório e de forte estímulo gerado pelos incentivos fiscais e pelas melhorias no acesso e os baixos preços da terra no interior de Estados como o Pará. Uma rede urbana se desenvolve e se hierarquiza na região sudeste do estado, atraindo novos investimentos em serviços e equipamentos urbanos e aumentando por sua vez a abrangência e alcance territorial dos serviços oferecidos pela rede de cidades em seu processo de complexificação no interior do país. Uma dinâmica sócio-espacial que acabaria por transformar a realidade histórica da região, ampliando a influência de um conjunto de novos interesses econômicos e políticos, movimentados e conduzidos pelo surgimento de novos grupos de poder, que em muito ultrapassam a tradicional dicotomia: “elites rurais” vs “elites urbanas”, constituindo uma nova realidade institucional e política que iria responder e demandar novas estratégias de desenvolvimento regional. As quais passariam a ser vistas, muitas vezes, como estando mais adequadas aos anseios e perspectivas de desenvolvimento e progresso desses novos atores sociais recém-chegados à região.

No entanto, à revelia destes acontecimentos, as instituições regionais de desenvolvimento, a partir da década de 1980, em vez de se transformarem ou aprofundarem seu grau de intervenção na região (tendo em vista a construção de alguma estratégia mais agressiva de intervenção e planejamento dessa nova realidade); foram, ao contrário, se transformando em espaços marginais e periféricos na tomada das grandes decisões sobre planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia. Neste contexto, quem passa a ganhar destaque na condução do planejamento regional é o grande capital privado nacional e estrangeiro, assim como a ação estreita do Estado em alguns ministérios específicos, por meio da atuação das empresas estatais e de diversas políticas públicas voltadas principalmente para as áreas de energia, mineração e meio ambiente (exemplos: Ferro-Carajás, Bauxita-Trombetas, UH Tucuruí, Alumínio-Albrás/Alunorte), sem que para isso fosse levado em consideração o novo fenômeno urbano da fronteira e a nova configuração territorial que se aprofundava em toda sua dramaticidade a partir do processo de redemocratização do país, com a criação de uma série de novos municípios.

Sendo assim, o que se pode perceber enquanto fenômeno político geral, é que após o período militar, ocorreu uma tendência de perda da influência das políticas de

desenvolvimento regional, ocasionada, em boa parte, pela Reforma do Estado Brasileiro. Com a constituição de 1988, por outro lado, uma nova institucionalidade se cria em torno do surgimento e a implementação de uma nova política ambiental e um novo pacto federativo no país. Novidade que passará a ter um papel significativo no contexto da evolução da economia amazônica nas décadas de 1990 e anos 2000.

Além dessas mudanças, de ordem institucional para o trato da questão ambiental e federalista, um novo contexto internacional veio se consolidando em torno de um padrão de mudança vinculado com a crescente globalização na economia mundial, e, com ela uma crescente presença de Ong's também de transnacionais na Amazônia. Como exemplo, temos a crescente importância de empresas como JBS/Friboi, Vale S.A., Agropecuária Santa Bárbara, Cargill, Alcoa, etc..

Ao mesmo tempo em que uma nova fronteira econômica de expande do Norte do Mato Grosso, Rondônia, passando por Tocantins e – seguindo num movimento ascendente no sentido Sul-Sudeste-Nordeste do Pará, acompanhando o eixo principal da Belém-Brasília – indo em direção à Belém; novas aspirações, interesses e projetos de desenvolvimento impreterivelmente às acompanham enquanto parte de um conjunto de novas aspirações sociais, econômicas e políticas emergentes que se instalam nessas regiões, conformando um novo ambiente institucional na região.

De uma forma geral, três setores aqui passam a se destacar enquanto componentes estratégicos para uma nova caracterização das elites regionais que passam a rivalizar e depois subjugar completamente as antigas lideranças políticas e econômicas nas regiões Sul e Sudeste do Pará. São eles os segmentos da madeira, da pecuária e da indústria mineral.

No primeiro caso, temos um grupo que passa a ocupar um papel estratégico entre os segmentos patronais no estado, na medida em que passam a representar na década de 1980 um grupo empresarial de grande peso nas articulações políticas por dentro da Federação das Indústrias do estado do Pará (FIEPA). No segundo caso, fortalece-se um segmento empresarial que passará a comandar boa parte da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA). Ou seja, os pecuaristas que passam a representar importante segmento empresarial no estado, assim como a representar a nova elite com grande poder econômico e político entre os principais municípios nas regiões sul e sudeste do estado. Municípios como Conceição do Araguaia, Paragominas, Redenção, São Felix do Xingu e mais recentemente Marabá, Parauapebas e Tucuruí, são exemplos de municípios de grande importância nesta região e que tem apresentado um número de



seu rebanho bovino, assim como da crescente influência dos segmentos (novas elites) ligadas ao setor da pecuária no estado. De todos estes municípios, no entanto, um deles tem se destacado de maneira muito forte nos últimos 10 anos. Trata-se do município de São Felix do Xingu.

**TABELA 5:** Sudeste Paraense e suas microrregiões. Efetivo bovino por número de cabeças: 2000 / 2005 / 2010

Região	Efetivo bovino (cabeças)			Distribuição relativa (%)			Taxa anual de crescimento (%)
	2000	2005	2010	2000	2005	2010	2000-2010
<b>Sudeste paraense</b>	6.991.753	12.613.543	11.701.754	100,0	100,0	100,0	5,3
Conceição do Araguaia	1.053.052	1.680.469	1.432.299	15,1	13,3	12,2	3,1
Marabá	375.400	1.210.375	937.515	5,4	9,6	8,0	9,6
Paragominas	973.798	1.586.301	1.204.760	13,9	12,6	10,3	2,2
Parauapebas	792.593	1.723.312	1.413.356	11,3	13,7	12,1	6,0
Redenção	1.913.216	2.181.285	1.895.044	27,4	17,3	16,2	-0,1
São Félix do Xingu	1.530.044	2.909.703	3.304.001	21,9	23,1	28,2	8,0
Tucuruí	353.650	1.322.098	1.514.779	5,1	10,5	12,9	15,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Como podemos observar na Tabela 3, se analisarmos a década dos anos 2000, podemos observar o crescimento progressivo da participação relativa do rebanho bovino do município de São Felix do Xingu no total do rebanho da Região do Sudeste Paraense. Chegando o mesmo a representar em 2010, algo em torno de 28,2% de todo o rebanho da região. Neste contexto, a microrregião que acaba por perder a hegemonia é a microrregião de Redenção, que passa de 27,4% em 2000 para algo em torno de 16,2% em 2010. Redenção chega inclusive a diminuir em termos absolutos o tamanho do seu rebanho em quase 20 mil cabeças de gado em 10 anos. Passando do valor máximo da região, de 1 milhão novecentas e treze mil cabeças em 2000, para algo em torno de 1 milhão oitocentas e noventa e cinco mil cabeças em 2010. Sendo a única microrregião entre todas as microrregiões a apresentar uma queda absoluta em seu rebanho bovino. Outras duas microrregiões que também perdem participação relativa são as microrregiões de Conceição do Araguaia e de Paragominas.

Por outro lado, microrregiões como de Marabá, Parauapebas e Tucuruí apresentam um crescimento relativo de seus rebanhos em comparação com as demais microrregiões, mudando de maneira significativa o mapa e a dinâmica espacial do crescimento do setor da pecuária, dentro das regiões Sul e Sudeste do Pará. Neste contexto, o que podemos perceber é uma tendência à concentração dos rebanhos na microrregião de São Felix do Xingu que mais do que dobra seu rebanho em dez anos,

com uma taxa de crescimento de 8% ao ano, ficando atrás apenas das microrregiões de Tucuruí (15,7%) e Marabá (9,6%). Ou seja, um crescimento que se colocado em termos absolutos representa o crescimento de mais de 1,5 milhões de cabeças de gado em dez anos. Um verdadeiro fenômeno.

Uma das grandes características dessa nova onda de crescimento do setor da pecuária nas regiões Sul e Sudeste do Pará, é que o mesmo se mantém, por um lado, em grande parte atrelada ao dinamismo e liderança de empresários oriundos de outras regiões do país. Por outro, a forte presença atual do capital financeiro, o que significa do ponto de vista das elites um processo de conexão da atividade econômica da região com os grandes centros capitalistas em escala nacional e internacional. Empresas e grandes conglomerados internacionais como a JR/Friboi e a fazenda Santa Bárbara representam neste contexto uma novidade de grande impacto e importância para esta nova fase do crescimento do setor agropecuário na região. No passado, empresas comandadas por grupos como Bamerindus e a Volkswagen também tiveram papel destacado, mas não no sentido ativo e empresarial como se pode ver nos dias de hoje com a empresa Friboi e a fazenda Santa Bárbara do banqueiro Daniel Dantas.

## 5 – REFERÊNCIAS

- ALFREDO, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A guerra dos mapas. 2 ed. Belém: Editora Supercoros, 1995. 352 p.
- ALMEIDA, José Jonas. A cidade de Marabá sob os impactos dos projetos governamentais. São Paulo 2008. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022009-121639/publico/DISSERTACAO\\_JOSE\\_JONAS\\_ALMEIDA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05022009-121639/publico/DISSERTACAO_JOSE_JONAS_ALMEIDA.pdf)> . Acesso em 27 de jul. de 2014.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. O pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BRANDÃO, Carlos. Território e Desenvolvimento: As múltiplas escalas entre o local e o global. 1 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007. 240 p.
- BROWDER, J. O.; GODFREY, B. Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: Ed. da UFAM, 2006.

- BUNKER, Stephen G. Da Castanha-do-Pará ao Ferro: os múltiplos impactos de projeto de Mineração na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N e MONTEIRO, M. de A. (ORG). Mineração e reestruturação espacial na Amazônia. Belém: NAEA, 2007.
- CANO, Wilson. Ensaio sobre a crise urbana no Brasil. Editora Unicamp: Campinas-SP, 2012.
- CANO, Wilson [1977]. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas, SP: Unicamp, 1998.
- \_\_\_\_\_. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Campinas, SP: da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- CHELALA, Cláudia; CHELALA, Charles – 1967-2007. Seminário Internacional - Amazônia e fronteiras do conhecimento. NAEA, UFPA. Belém-PA, 2008.
- COSTA, F. A. (2013). Ecologismo e questão agrária na Amazônia. Belém, Ed NAEA.
- COSTA, Francisco de Assis. Formação agropecuária da Amazônia: Os desafios do desenvolvimento sustentável. NAEA, Belém, 2000.
- COSTA, F. A. (2012). Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: Teoria e Prática nos EUA e na Amazônia Brasileira. Belém, Ed. NAEA.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n.,19, jun., 1992.
- EMMI, Marília Ferreira. A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. 2 ed. Ver e amp. UFPA/NAEA, 1999.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ / FIEPA – INSTITUTO EUVALDO LODI. Cadastro Industrial do Estado do Pará 1972. Belém-PA, 1972.
- \_\_\_\_\_. Cadastro Industrial do Estado do Pará 1974-1975. Belém-PA, 1975.
- \_\_\_\_\_. Cadastro Industrial do Estado do Pará 1978-1979. Belém-PA, 1979.
- \_\_\_\_\_. Cadastro Industrial do Estado do Pará 1980-1981. Belém-PA, 1981.
- \_\_\_\_\_. Uma História em prol do desenvolvimento do Pará. 2010. Disponível em: <<http://www.fiepa.org.br/pt/sistema-fiepa/institucional/84-uma-historia-em-prol-do-desenvolvimento-do-para.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- FERNANDES, M. Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista. Belém:UFPA/NAEA,1999.
- KRAYCHETE, Gabriel. Economia Regional e Projetos Empresariais na Amazônia. Caderno CESE Debate, Salvador, v. 4, n. 5, p 55 a 62, Janeiro de 1995.
- MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARTINS, J. de S. (2010). O Cativo da Terra. 9ª Ed. São Paulo, Contexto.
- MARTINS, J. de S. (1996). O Tempo da Fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8(1): 25-70.
- MATTOS, Virgínia Maria de.. História de Marabá. 1 ed. Marabá: GRAFIL, 1996. 114 p.

MONTE-MÓR, R. L. (2003). Urbanização Extensiva e Novas Fronteiras Urbanas no Brasil. In E. Rassi Neto & C. M. Bógus (Eds.), *Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada* (Vol. 3, pp. 79-95). Brasília, DF: Organização Mundial de Saúde (OMS); Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Ministério da Saúde, Brasil.

MONTE-MÓR, R. L. (2004). *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. Unpublished Ph.D., University of California, Los Angeles (UCLA), Los Angeles.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. História Social e Econômica da Casa Marabá: Reconstruindo o Cotidiano de um Barracão na Amazônia Oriental entre 1898 e 1906. CEANS/UNICAMP. Disponível em: <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=222>>. Acesso em 27 de jul. de 2014.

MONTE-MOR, R. A questão urbana e o planejamento urbano-regional no Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C; LEMOS, M. *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. pp. 429 – 446.

MOURÃO, Leila. *Memória da indústria paraense*. FIEPA: Belém-PA, 1989.

NORTH, Douglass. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PACHECO, Rafael Araújo. *A Influência da Rodovia Belém-Brasília no Processo de Desenvolvimento das Cidades do Centro-Norte de Goiás*. Uberlândia 2013. Disponível em:<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4521648.pdf&ei=yo7IU8y9B5OhyATAyoL4Bw&usq=AFQjCNG8SDh86GLq-wHmJB8jMRr0FCMnAw>> Acesso em 27 de jul. de 2014.

POLANYI, Karl [1944]. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, RJ: Campos, 2000.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SILVA, J.G. da (2001). *O Que é Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles.H.(2012); [ Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura]. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém, Ed.UFPA, 2012.

TCHAYANOV, A. V. (1924). *Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas*. Lisboa, Tradução de Manoel Vila verde Cabral.

WILLIAMSON, Oliver E. *The mechanisms of governance*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

VELHO, O. G. (1972). *Frete de Expansão e Estrutura Agrária*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

VELHO, O. G. (1979). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo – Rio de Janeiro, Difusão Editorial.

VELHO, O. G. (1982). *Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SCHIMINK, Mariana; WOOD, Charles H. Trad. Noemi Miyasaka e Raimundo Moura.  
Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia. Belém: Ed..UFPA, 2012. 496 p.

# Parte II:

## A Produção do Espaço da Cidade na Amazônia Oriental:

Os Casos de Marabá, Parauapebas,  
Canaã dos Carajás, Altamira, São Felix  
do Xingu e Santarém

# Marabá e Paraapebas

# SUMÁRIO

---

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>02</b>
<b>2. OBJETIVOS</b>	<b>05</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>05</b>
<b>4. ÁREAS DE ESTUDOS</b>	
<b>4.1 Marabá</b>	<b>06</b>
4.1.1 Histórico	06
4.1.2 Produção do Espaço Urbano	08
4.1.3 O Programa Minha Casa Minha Vida	12
Políticas Habitacionais	12
Déficit Habitacional	13
O PMCMV em Marabá	14
4.1.4 Caracterização do Setor Imobiliário	16
<b>4.2 Parauapebas</b>	<b>19</b>
4.2.1 Histórico	19
4.2.2 Produção do Espaço Urbano	22
4.2.3 O Programa Minha Casa Minha Vida	24
Políticas Habitacionais	24
Déficit Habitacional	26
O PMCMV em Marabá	28
4.2.4 Caracterização do Setor Imobiliário	30
<b>5. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO</b>	<b>35</b>
<b>6. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO</b>	<b>40</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	<b>45</b>
<b>8. ANEXOS</b>	<b>47</b>



# 1. INTRODUÇÃO

---

A exuberância e a imensidão da floresta são imagens que ainda estão fortemente presentes no imaginário coletivo quando se fala sobre Amazônia, assim como percepções da região como um território esparsamente povoado por povos tradicionais (tribos indígenas, seringueiros, agricultores, camponeses), onde prevalece a imagem do rural a despeito dos impulsos urbanos (BROWDER e GODFREY, 2006). Este idílico cenário tomado por uma forma de natureza densa e intempestiva se contrapõe ao inequívoco fato, de mais 70% da população da Amazônia brasileira se concentrar atualmente em núcleos urbanos (cerca de 11 milhões de pessoas) (IBGE, 2010). Cidades amazônicas contemporâneas, como Marabá e Parauapebas, se assemelham pouco à antiga cidade ribeirinha e perdem cada vez mais seus vínculos com o saber e modo de vida tradicional, sobretudo, após a introdução massiva de um novo padrão de consumo difundido pelo mundo moderno, de alcance socialmente pontual e restrito (SANTOS, 2004).

Passadas cinco décadas, é possível observar a radical transformação do espaço urbano amazônico, impregnado por códigos modernos exógenos, transpostos para a cidade de forma incompleta e defasada e, completamente alheios às especificidades socioambientais e a diversidade cultural presente no universo amazônico. De modo geral, manteve-se uma clara correspondência entre o crescimento dos centros urbanos e os eixos estratégicos de integração estabelecidos sob a perspectiva do nacional-desenvolvimentismo, com a criação de centralidades definidas a partir da matriz rodoviária, implantada ainda na década de 1960. As concepções urbanísticas implementadas à época apresentaram pouca aderência tanto às necessidades presentes na escala intraurbana quanto à expectativa de formação de uma rede urbana. Quando existiram, as intervenções em cidades da região seguiram paradigmas importados e foram restritas a parcelas das cidades (CARDOSO, 2011), assumindo o espaço urbano em formação como uma folha em branco e a gestão urbanística, baseada apenas em parâmetros quantitativos.

# 1. INTRODUÇÃO

---

A implantação dos grandes projetos foi concebida a partir de uma visão geopolítica e econômica, com ênfase na implantação de infraestrutura logística de suporte à produção industrial do centro-sul do país (ex. estradas, hidrelétricas, assentamentos para reforma agrária). Na primeira fase (anos 1960) os planos federais (PINs e PDA) assumiram algumas cidades como pontos estratégicos para o controle da região e abastecimento das cidades e núcleos urbanos menores, segundo uma concepção de ocupação do território regional de inspiração *christalleriana* conhecida como Urbanismo Rural (CAMARGO, 1973). Nos anos 1980, a expectativa de implantação de uma segunda geração projetos federais na Amazônia contou com a construção de novas estruturas urbanas (ex. *company towns* e conjuntos habitacionais) baseadas em códigos espaciais modernistas (ex. Nova Marabá), incompatíveis com a realidade socioeconômica e espacial preexistente (ex. Marabá Pioneira).

O recuo dos grandes projetos devido a crise econômica do petróleo (1973), reorientou as massas de migrantes para as cidades, e iniciou um processo de periferação gerador de grandes assimetrias. Passaram a coexistir "ilhas" de áreas formais dinâmicas (ex. cidades de mineração), áreas tradicionais estagnadas (ex. assentamentos ou cidades ribeirinhas), e áreas de várzea progressivamente ocupadas pela população de baixa renda (ex. ocupações de baixadas).

A incompreensão de estruturas espaciais anteriores e o foco na escala de atuação do grande capital, resultaram na adoção de formulações oriundas de sociedades centrais industrializadas. Esse processo alterou o vetor de crescimento do rio para a estrada, eliminou práticas e estratégias de sobrevivência tradicionais, suprimiu os vínculos dos habitantes com a natureza, reduziu e inutilizou os ambientes da vida urbana e os atributos de urbanidade, criou um espaço incompatível com a condição de uso e ocupação do solo pautada pela escala humana e pela diversidade socioespacial.

# 1. INTRODUÇÃO

---

Nas últimas duas décadas, observa-se um novo ciclo de expansão urbana, com crescente participação do setor privado, seja através da implantação de loteamentos e condomínios, de conjuntos habitacionais de baixa renda (ex. Programa Minha Casa Minha Vida) ou de grandes empreendimentos comerciais (ex. *shopping centers*, hotéis, hipermercados). Este padrão de expansão transpõe para a cidade a generalização de processos de alto impacto social e ambiental no espaço urbano, e de grande tolerância e passividade diante dos fenômenos de concentração fundiária, transformação intensiva do ambiente natural, urbanização em grande escala, homogeneização da paisagem e esgarçamento do tecido urbano. A questão central passa a ser: é possível manter as dinâmicas em curso na cidade sem reconhecer os efeitos dessas práticas sobre o ambiente natural e o ambiente construído?

Neste sentido, este texto busca caracterizar o processo de ocupação e expansão urbana da cidade de fronteira amazônica, investigando aspectos econômicos, tipologias de ocupação, atores sociais e estratégias de desenvolvimento urbano, com objetivo de expor um quadro geral do processo de urbanização em curso nas cidades amazônicas. Diante do aumento populacional e dos novos processos associados à produção e expansão do espaço urbano da cidade por loteamentos e condomínios privados, torna-se explícita a necessidade de uma nova agenda de desenvolvimento urbano comprometida com o equilíbrio entre as dimensões sociais, econômicas, ambientais e espaciais.

## 2. OBJETIVOS

---

Caracterizar padrões de expansão urbana

Identificar os ciclos econômicos, tipologias de ocupação, atores sociais e estratégias de desenvolvimento urbano

Caracterizar como a dimensão ambiental se manifesta nos processos de expansão urbana

Identificar as formas de atuação do setor público e privado

Caracterizar a atuação do mercado imobiliário

Analisar os padrões de inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha vida

## 3. METODOLOGIA

Como parte da metodologia do trabalho e com intenção de entender melhor os arranjos estabelecidos na cidade, foram realizadas duas viagens de campo, uma em dezembro de 2013 e outra em fevereiro de 2014. Nessas viagens foram feitas entrevistas com representantes do setor público, do setor privado, e do terceiro setor. Também houve observação de campo em todos os núcleos da cidade para produção de uma caracterização sócio espacial, ambiental e morfológica para cada um deles. Foram realizadas visitas nos empreendimentos imobiliários com a finalidade de caracterizar as tipologias predominantes na cidade e entender a escala de investimentos que está chegando à cidade. Posteriormente foram gerados croquis e cartografias para sintetizar as informações coletadas e viabilizar as análises/ resultados desta pesquisa.

## 4. ÁREA DE ESTUDO

### 4.1 MARABÁ

#### 4.1.1 Histórico

A cidade de Marabá surgiu em um pontal de terra, entre os rios Tocantins e Itacaiúnas. A cidade desempenhou inicialmente a função de entreposto comercial, e se beneficiou de diversos ciclos econômicos: do caucho, castanha do Pará, ciclos de garimpo e mineração, produção de ferro gusa, prestação de serviços, etc.; e foi amplamente impactada pelas ações do Governo Federal, ao ser identificada nos planos regionais como cidade estratégica para a constituição de um polo multimodal na região. Sua configuração original foi condicionada tanto pela sua localização geográfica, quanto pelas enchentes periódicas, e a expectativa de grande crescimento populacional após a implantação dos projetos federais, o que justificou a construção de novos núcleos urbanos. De cidade ribeirinha tradicional típica tornou-se cidade polinucleada, atualmente constituída por seis distritos urbanos: Os núcleos Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, Distrito Industrial, São Felix e Morada Nova, ocupados em diferentes períodos.

O núcleo pioneiro surgiu com uma ocupação tradicional e ribeirinha que se consolidou em torno do pontal, criou uma pequena malha viária e estimulou o aparecimento de um comércio local na cidade. A Cidade Nova surgiu como uma alternativa para a população que era atingida com as cheias que aconteciam na Marabá Pioneira e está associada ao processo de expansão espontânea da cidade, seu início se deu através de grandes ocupações e loteamentos que hoje já estão consolidadas e amalgamados em uma malha urbana mais integrada.

O distrito de Nova Marabá foi constituído a partir do planejamento governamental com a ideia de ser um “núcleo de equilíbrio” e servir como espaço de contenção para os fluxos migratórios que se deslocavam para a região (TOURINHO, 1991), seu projeto teve inspiração modernista com ruas sem saída e modulação de avenidas voltada para o automóvel. Evidenciou-se também a formação de clusters em Marabá, formado por grupos de empresas que se

FIGURA 01: Localização do Município de Marabá



FONTE: Wikipedia, 2014.

FIGURA 02: Localização dos distritos de Marabá

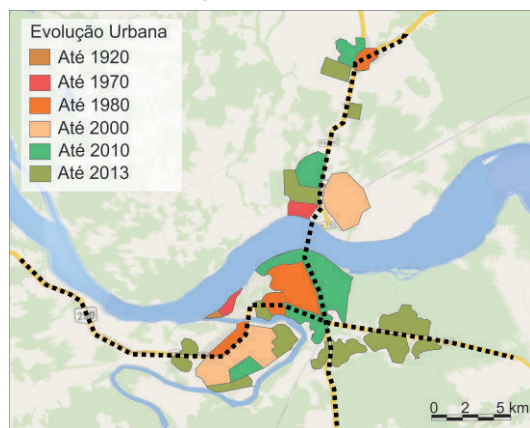


FONTE: Google Earth, 2014.

Elaboração: Taynara Gomes

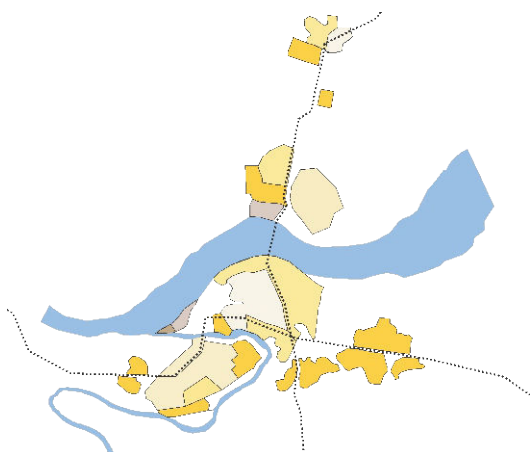
## 4.1.1 HISTÓRICO DE MARABÁ

FIGURA 03: Evolução Urbana de Marabá



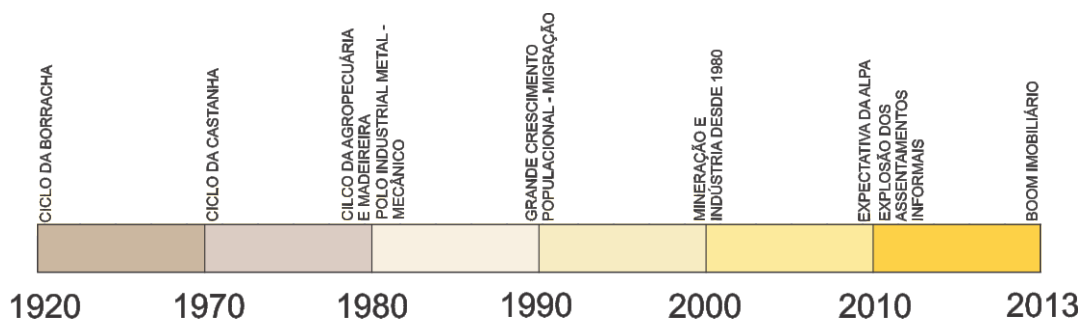
FONTE: GeoMarabá, 2010; Google Earth, 2014.  
Elaboração: Taynara Gomes

FIGURA 04: Espacialização da Régua do tempo.



FONTE: GeoMarabá, 2010; Google Earth, 2014.  
Elaboração: Taynara Gomes

FIGURA 05: Régua do tempo de Marabá.



Elaboração: Taynara Gomes

aglomeraram em determinados território e passaram a promover o beneficiamento de produtos extrativos minerais, cabe ressaltar aqui a instalação em 1980 do Distrito Industrial de Marabá.

Outros dois distritos localizados na margem oposta do Rio Tocantins, são Morada Nova e São Félix. Ambos surgiram em função da descoberta dos depósitos de gemas de diamante e cristal de rocha no leito do Rio Tocantins, ocasionando uma intensa migração de garimpeiros e comerciantes para a região. Após a queda na produção das gemas em São Félix, a economia local entrou em recessão e houve um consequente esvaziamento populacional no distrito. Em 1985, a inauguração da Ponte Mista, ligando o núcleo de Nova Marabá à São Félix, permitiu um maior fluxo de pessoas, mercadorias e serviços para essa região, assim como a constituição de núcleos urbanos e posteriormente conjuntos habitacionais e loteamentos. Além dos distritos citados, recentemente novas ocupações foram iniciadas em áreas peri-urbanas nos dois extremos da Rodovia Transamazônica, surgidas em função do *boom* imobiliário gerado com a expectativa de realização do projeto ALPA anunciado em 2010. A primeira localizada à 3km do distrito Nova Marabá, está sendo ocupada por novos loteamentos (ex. Cidade Jardim, Ipiranga Ecoville, Total Ville Marabá, Deltaville, etc.). E a segunda, especialmente mais fragmentada, inicia a 2km do distrito Cidade Nova, onde estão surgindo condomínios fechados e loteamentos horizontais, acompanhados por ocupações informais e loteamentos irregulares, os quais emergem nas bordas e nos interstícios das áreas formais.



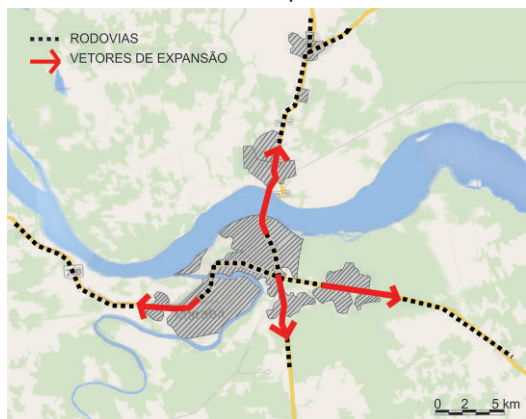
## 4.1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

FIGURA 06: Tipologias de ocupação de Marabá



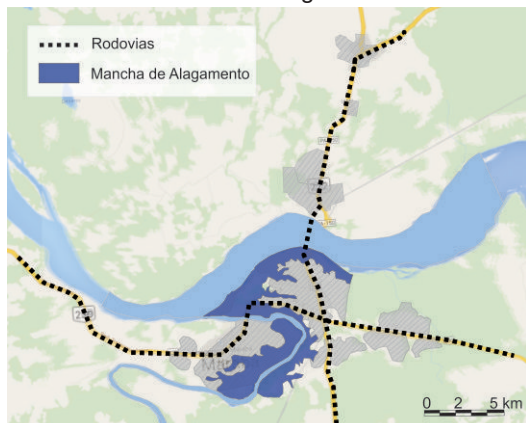
FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Taynara Gomes.

FIGURA 07: Vetores de expansão de Marabá



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Taynara Gomes.

FIGURA 08: Mancha de alagamento de Marabá



FONTE: GeoMarabá, 2010; Google earth, 2014.  
Elaboração: Taynara Gomes.

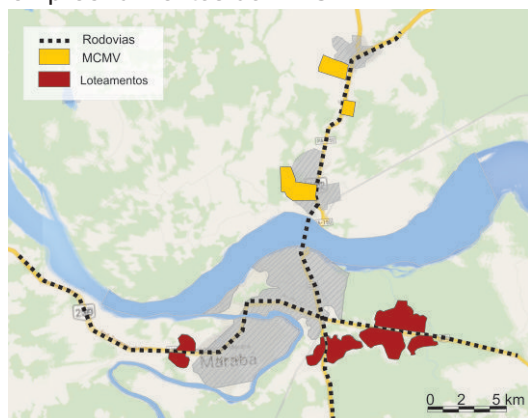
Os distritos do município apresentam configurações e características morfológicas distintas, resultando na formação de um tecido urbano desarticulado, fragmentado e espraiado, conectado através da rodovia Transamazônica (BR-230). Tal característica faz com que haja maior segregação espacial entre os distritos e maior deslocamento da população em função da concentração de atividades de determinados setores de cada distrito.

As estratégias de ocupação do espaço urbano da cidade de Marabá, a exceção da Marabá Pioneira, sempre foram induzidas por diferentes atores sociais. Até os anos 1980 a cidade contava com um núcleo vernáculo chamado Marabá Pioneira, sujeito a inundações frequentes. As inundações e a nova condição de polo multimodal serviram de justificativa para a implantação de um novo núcleo urbano financiado com recursos federais, denominado Nova Marabá, inspirado na concepção do urbanismo modernista. O núcleo foi projetado com base em códigos e parâmetros dissonantes da prática e do modo de vida da população ribeirinha, em decorrência da crise econômica (1973) a completa implantação do núcleo urbano foi inviabilizada e desencadeou um processo de ocupação informal intenso. Este processo motivou a produção formal de 1.025 unidades habitacionais pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) no núcleo Cidade Nova, localizado do outro lado do Rio Itacaiúnas, que passou a amalgamar conjuntos habitacionais, a antiga agrovila, novos loteamentos e mais tarde, ocupações informais.

Após duas décadas, os três núcleos urbanos se consolidaram, com as franjas ocupadas por população pobre, áreas vulneráveis à constantes inundações. Marabá teve um crescimento populacional extraordinário nesse período, principalmente, constituída por migrantes pobres, de outros estados e de áreas rurais. Esse fenômeno articulou a condição de vulnerabilidade social preexistente com a da população migrante oriunda de assentamentos rurais, garimpos e mineração, de modo geral, sem qualificação para atuar dentro da dinâmica urbana industrial.

## 4.1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

FIGURA 09: Localização dos loteamentos e empreendimentos do PMCMV



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Taynara Gomes.

FIGURA 10: Ilustração do Condomínio Ipiranga Ecoville Marabá



FONTE: <http://www.premium.com.br/maraba>;  
acesso em 15 de setembro de 2014.

FIGURA 11: Residencial Magalhães



FONTE: <http://maraba.pa.gov.br/>  
Acesso em 15 de setembro de 2014.

Esta realidade foi atropelada pela entrada na região de novos arranjos comerciais e empresariais formatados para atuação dentro do novo marco de financeirização do mercado imobiliário, e que trouxeram para a cidade empresas nacionais de grande capital (ex. Direcional), assim como outros empreendimentos imobiliários de iniciativa regional que esperavam se beneficiar do fortalecimento de atividades industriais e da implantação da hidrovía Araguaia Tocantins. Nesse movimento, terras rurais foram convertidas em urbanas para a produção de áreas exclusivas para a demanda de alta renda (ex. funcionários da VALE S/A, empresários, funcionários públicos), simultaneamente a operação de empresas nacionais na execução PMCMV para as faixas de média e baixa renda.

Essas formas de produção do espaço da cidade, quer pelo setor público ou pelo setor privado, via de regra imitam o padrão vigente na metrópole, reproduzindo formas homogêneas, seja na escala da unidade (ex. fachada, planta) ou do espaço público (ex. arruamento, áreas de lazer). O domínio do privado sobre o espaço urbano, privilegia a difusão de empreendimentos em escala industrial, sobretudo, a partir das diretrizes de padronização e racionalização construtiva. O paradigma urbano-industrial, transposto para cidade, coloca em segundo plano a criação de meios adequados para reprodução da vida e para o ambiente natural. Morros, várzeas, cursos d'água, maciços verdes, são amiúde arrasados, em favor do tempo de reprodução do capital.

No entanto, observa-se em Marabá espaços resilientes ao apelo da modernização, como o núcleo pioneiro. A sua ocupação vernácula e seu padrão espacial baseado no modo de vida tradicional, o tornam mais favorável à criação e manutenção de espaços urbanos vivos, com potencial para atividades sociais recreativas e de lazer, em contato com a natureza, privilegiando o fluxo de pessoas. As quadras são pequenas, as ruas arborizadas, com diversidade de usos, mantendo o espaço urbano dinâmico ao longo do dia.



## 4.1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

FIGURA 12: Distrito Marabá Pioneira



Autor: Taynara Gomes, 2013.

FIGURA 13: Distrito Cidade Nova



Autor: Taynara Gomes, 2013.

FIGURA 14: Distrito Nova Marabá



Autor: Taynara Gomes, 2013.

Essas qualidades são preservadas porque os antigos moradores mantêm boa parte das características do núcleo tradicional. Muitos ainda têm uma forte relação com o rio e dependem dele para suas atividades econômicas. Nessas áreas o espaço público se mistura ao privado, tornando-os mais dinâmicos e atrativos. A vida acontece dentro e fora das casas.

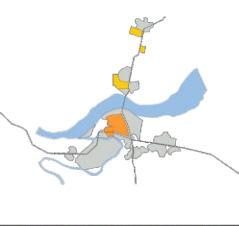
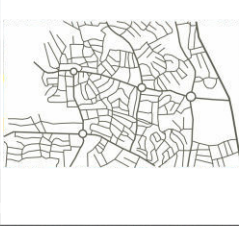

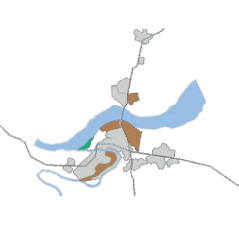
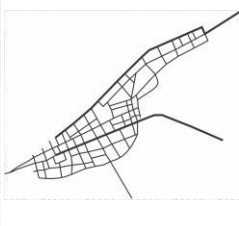

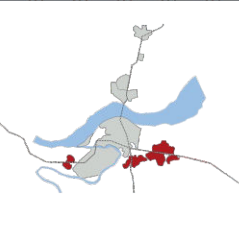
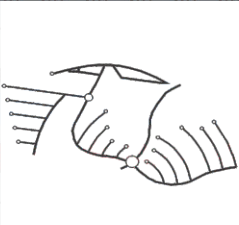

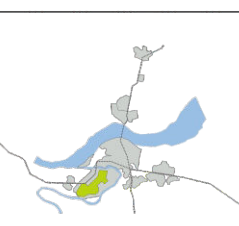
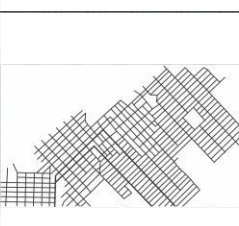

Um pouco semelhante ao núcleo pioneiro, o distrito da Cidade Nova, apresenta um arranjo urbano diverso e mais atrativo ao perfil médio de população da cidade. Possui espaços convidativos ao uso coletivo, devido a mistura de usos e as possibilidade de apropriação das ruas pelas pessoas. É possível encontrar no mesmo distrito equipamentos públicos, supermercados, conjuntos habitacionais, feiras, comércios, praças, restaurantes, hotéis, etc. O distrito tem um fluxo constante de pessoas, tornando o espaço vivo, seguro e agradável. Na Cidade Nova é comum ver pessoas se locomovendo a pé ou de bicicleta, em função do tamanho das quadras propício a este tipo deslocamento. Observa-se, também a manutenção de vegetação nos lotes privados (fundo de quintal), com potencial para o cumprimento de funções ambientais no distrito e entorno (ex. absorção de água das chuvas, preservação de massas de vegetação e fluxos naturais).

Os demais distritos de Marabá não apresentam os mesmos atributos de urbanidade observados nos núcleos mais antigos. Neles, prevalece a escala do automóvel e do grande empreendimento, na medida em que desvalorizam a escala humana e a mobilidade de baixo impacto (ex. bicicletas, pedestres, transporte coletivo). A Nova Marabá, de matriz modernista, apresenta uma composição urbana desfavorável para os moradores dessa área. A experiência das pessoas que caminham por suas ruas não é agradável, pois as casas são todas muradas, fazendo com que as ruas sejam "mortas" e inseguras. As áreas de lazer se restringem aos espaços privados (*shopping center*, *play center*, academias esportivas) e as áreas públicas são subutilizadas ou inexistentes.

## 4.1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Com a expansão de dinâmicas vinculadas ao grande capital e a iniciativa privada, as áreas ambientalmente vulneráveis da cidade foram progressivamente ocupadas pela população de baixa renda, como única alternativa de viabilizar a moradia próximo as áreas centrais, onde se concentram serviços e oportunidades de trabalho, semelhante ao padrão de urbanização dualista observado nas metrópoles brasileiras (MARICATO, 2001). Vale ressaltar que esse tipo de ocupação informal também possui um importante papel no desenho da cidade. Pois na ausência de estratégias formais de moradia, estes moradores criam uma trama urbana própria, com a abertura de ruas (caminhos) e produção de tipologias adaptadas as condições do lugar, nesses lugares o espaço da rua é a extensão do espaço da casa.

FIGURA 15: Quadro de produção do espaço urbano

		EVOLUÇÃO URBANA	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	TIPOLOGIA
AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO	ESTADO			
	GRUPOS SOCIAIS			
	PROMOTORES IMOBILIÁRIOS			
	PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS			

Elaboração: Taynara Gomes

FIGURA 16: Residencial Tocantins



Autor: Taynara Gomes, 2014.

FIGURA 17: Residencial Tocantins



Autor: Taynara Gomes, 2014.

FIGURA 18: Residencial Tocantins



Autor: Taynara Gomes, 2014.

### Política Habitacional

A estruturação da política habitacional no município de Marabá começou em meados de 1970, quando o governo federal lançou o PLANHAP (Plano de Habitação Popular) e a COHAB-PA iniciou a elaboração do Plano Estadual de Habitação (PEH), que estabeleceu como prioridades os investimentos nas cidades de Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá, Bragança, Capanema e Castanhal, devido o alto grau de carência identificado nesses municípios (HOLANDA, 2011). Nesse período foram produzidas 1.025 unidades habitacionais em Marabá, sendo o déficit desse período 16.379 unidades. Segundo o IDESP (1990), a produção habitacional foi muito pequena se comparada aos objetivos iniciais do plano.

Com objetivo de incentivar o fortalecimento e o cumprimento das diretrizes da política habitacional no Estado do Pará, o Ministério das Cidades contratou em 2007, uma pesquisa para aferir a capacidade administrativa dos municípios paraenses. A pesquisa constatou em Marabá um déficit habitacional expressivo (55% dos domicílios permanentes do município estavam nesta situação), concentrado entre população com renda de até 3 salários mínimos (correspondente a cerca de 70% do déficit), que para ter acesso à moradia recorre a estratégias de autoconstrução e ocupação de áreas de risco. Apesar das taxas elevadas de precariedade habitacional, a prefeitura municipal de Marabá ainda não havia instituído um órgão específico para a tratar sobre a política habitacional, ainda assim 60% das demandas referentes à habitação estavam em andamento e o cadastramento de famílias de baixa de renda em programas habitacionais já havia iniciado.

Somente em 2009, após a contratação da primeira geração do PMCMV, a provisão habitacional pelo setor público tomou corpo. Naquele ano, foram contratadas 2.500 unidades habitacionais, distribuídas em dois conjuntos habitacionais, o Vale do Tocantins (à 10km do centro de Marabá), com 1.090 unidades e o Tiradentes (a 16 km do centro de Marabá), com 1.410 unidades.

### 4.1.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Em 2011, outros dois empreendimentos foram contratados, através do PMCMV 2, o Residencial Jardim do Éden, no distrito de Morada Nova (à 17 km do centro de Marabá), com 968 unidades e o Residencial Magalhães com 3.000 unidades habitacionais, contíguo ao Vale do Tocantins. Contabilizando um total de 6.468 unidades habitacionais contratadas através do PMCMV.

Segundo o Plano Local Habitação de Interesse Social (PLHIS) a meta é produzir até 2017 mais 6 mil moradias, somando as novas contratações do PMCMV, do PAC e a produção municipal.

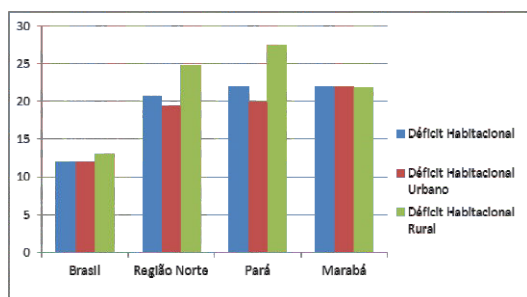
À reboque do aquecimento imobiliário promovido pelo PMCMV, com o aumento de crédito e subsídios para o setor, o mercado privado de moradias voltado para o segmento econômico e alto padrão também cresceu, o que se refletiu na valorização extraordinária do preço dos imóveis para venda e aluguel. Em Marabá, destaca-se a realização do loteamento Cidade Jardim, da empresa Buriti Empreendimentos, com quase 8 mil lotes, a maioria já vendido.

### Déficit Habitacional

Segundo o IPEA (2010), o déficit habitacional, no Brasil, diminuiu 12% nos últimos cinco anos. Em que pese o panorama habitacional positivo do país, na região Norte não houve redução e em números absolutos o déficit habitacional da região é estimado 6 milhões. Em Marabá o censo 2010 identificou a necessidade de 33.405 novos domicílios, entre domicílios improvisados, cedidos, alugados e coabitados.

A estimativa do déficit habitacional realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP), em 2013, evidencia o alto índice de precariedade habitacional em Marabá, em particular, associado à carência de infraestrutura (água, esgoto, pavimentação), em contraposição a realidade do Centro-Sul do País, onde o déficit por incremento da produção é mais relevante.

FIGURA 19: Gráfico comparativo do Déficit Habitacional

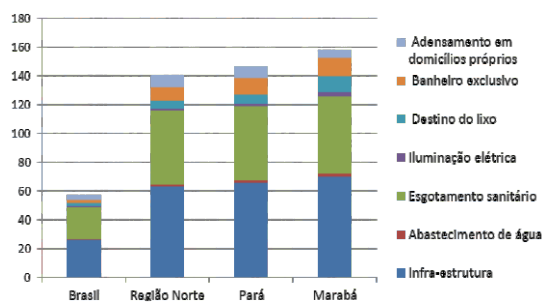


Fonte: FJP, 2013.



### 4.1.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

FIGURA 20: Componentes do Déficit Habitacional



Fonte: FJP, 2013.

Os resultados da pesquisa da FJP (2013) sobre o déficit habitacional, no quesito inadequação dos domicílios, Marabá apresenta uma grande precariedade referente à infraestrutura, chegando a 74% seu nível de precariedade, enquanto a média no Brasil é de 29%. O segundo pior índice de inadequação é o esgotamento sanitário, sendo de 53%. Dentre as demais características, como adensamento, banheiro exclusivo, destinação do lixo, iluminação e abastecimento de água, os índices de Marabá são mais altos do que a média nacional, regional e estadual, mostrando assim o quanto a cidade apresenta um padrão diferente do encontrado nacionalmente e do quanto é preciso de políticas específicas para atender a demanda municipal.

Para caracterizar o déficit habitacional é utilizado os seguintes componentes: Coabitação familiar, habitação precária, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo. Dentre as categorias citadas, a coabitação (9%) e o número de domicílios precários (7%) são as mais relevantes para o município de Marabá, seguidos pelo ônus com aluguel e adensamento excessivo.

A condição extrema de precariedade revelada em Marabá se deu em função da desequilibrada relação entre crescimento populacional e provisão de infraestrutura capaz de acompanhar e dar suporte a esse crescimento, dessa forma uma grande parte da cidade foi ocupada informalmente e somente agora as políticas públicas estão voltadas para atender essa demanda.

### O PMCMV em Marabá

Em Marabá a produção habitacional de interesse social pelo poder público ainda é insuficiente e nessa região acompanha as dinâmicas de conversão de terras rurais em urbanas, mantendo o padrão de oferta de lotes ou habitação mais baratas e cada vez mais distantes para os mais pobres. No município a articulação entre atores políticos e econômicos na produção desses empreendimentos fez com que em 2010 o perímetro urbano municipal fosse ampliado, englobando os distritos de São Felix e Morada Nova,

TABELA 01: Empreendimentos do PMCMV em Marabá

Empreendimento	UH	Valor da operação (R\$)	Situação	Empresa
Vale do Tocantins	1090	42.496.052	Entregue	HF
Tiradentes	1410	54.972.128	Entregue*	HF
Magalhães	3000	154.828.511,25	Andamento	HF
Jardim do Éden	968	58.080.000,01	Andamento	CCM

Elaboração: Carolina Melo, 2013.

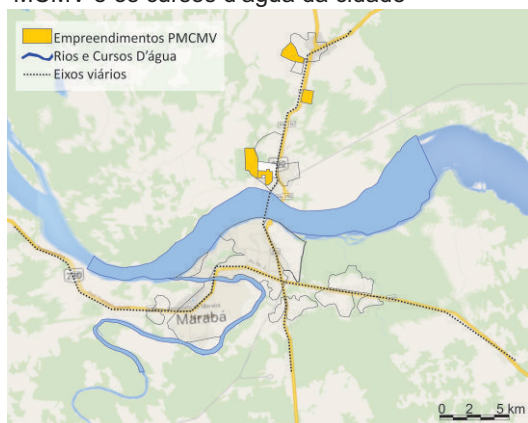
### 4.1.3 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

FIGURA 21: Localização dos empreendimentos MCMV e as centralidades da cidade



FONTE: Google Earth, 2014  
Elaboração: Carolina Melo.

FIGURA 22: Localização dos empreendimentos MCMV e os cursos d'água da cidade



FONTE: Google Earth, 2014  
Elaboração: Carolina Melo.

FIGURA 23: Localização dos empreendimentos MCMV e os padrões de ocupação



FONTE: Google Earth, 2014  
Elaboração: Carolina Melo.

permitindo dessa forma a implantação e aprovação dos empreendimentos do PMCMV nessa região, que está completamente isolada do centro da cidade (o primeiro empreendimento está a 9km e o segundo a 12km do centro da cidade) e cujo acesso ainda é muito restrito, resultando em uma expansão urbana espalhada.

A implantação dos empreendimentos nesses distritos acarretou no descumprimento de determinações estabelecidas no plano diretor sobre uso e ocupação do solo urbano e eventualmente da legislação ambiental, além disso a região está passando por um rápido processo de especulação da terra urbana, pois com a chegada dos empreendimentos houve uma dinamização da economia local.

Logo após o programa ter sido lançado em 2009, os primeiros empreendimentos foram contratados no final de 2010, sendo eles o Residencial Vale do Tocantins e o Residencial Tiradentes. Posteriormente, em 2012, mais dois empreendimentos foram contratados, o Residencial Magalhães e o Residencial Jardim do Éden. Atualmente mais dois empreendimentos estão em fase de aprovação junto a prefeitura, mais um no núcleo de Morada Nova, e outro, exceção a regra, no distrito da Cidade Nova.

Todos os esses empreendimentos contratados que foram citados anteriormente se enquadram na modalidade FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) do Programa Minha Casa Minha Vida, especificamente para a Faixa 1 de atendimento, que estabelece como perfil de atendimento pessoas com renda salarial de 0 a 3 salários mínimos. Para a faixa 3 de atendimento, de 6 a 10 salários mínimos, existe um empreendimento já entregue o Residencial Total Ville Marabá, da construtora direcional, com 224 unidades habitacionais.

Com o programa minha casa minha vida, o município de Marabá contratou ao todo 6.468 unidades habitacionais, dentre essas 2.500 já foram entregues, atendendo uma demanda populacional de 470 UH para quem reside em Morada Nova, 470UH para São Felix, 670UH para Nova Marabá e 220 para Marabá Pioneira.

#### 4.1.4 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

Em Marabá, a forte coalizão entre os atores sociais responsáveis pela produção do espaço urbano tem sido fundamental na formação de um novo ciclo de expansão urbana, associada à produção imobiliária privada. Promotores imobiliários, investidores, empresários, Estado e instituições públicastem se articulado para viabilizarnovas aglomerações urbanas. No âmbito privado, empresas locais tem se articulado ao setor imobiliário na produção de empreendimentoscompatíveis com o paradigmamoderno. É o caso da construção do primeiro Shopping Center de Marabá, um complexo de lojas, escritórios e hotel, viabilizado pela parceria entre o Grupo Leolar (empresa varejista local), A Dan-Hebert S/A (construtora e incorporadora), AD Shooping (gestão) e o Grupo Solare (rede hoteleira).O novo Shopping Center localizado na Rodovia Transamazônica foi beneficiado pelas obras de duplicação da rodovia, obra que integra a construção do anel viário que contornará a cidade e dará maior vazão ao fluxo de veículos que deve aumentar com a implantação dos projetos minero-siderúrgicos previstos para a cidade.

O Grupo Leolar, inicialmente, com foco no varejo começou a diversificar sua atuação em 2005, com investimentos no ramo da indústria extrativa mineral.Após a consolidação da rede de varejo no Sul e Sudeste do Pará, a empresa começou a firmar parcerias no setor imobiliário, primeiro com a realização donovo shopping e, a partir de 2008,com o lançamento de empreendimentos imobiliários. Em associação a Buriti Empreendimentos Imobiliários participou da produção de loteamentos urbanizados (Cidade Jardim Marabá e Cidade Jardim Parauapebas); e com a Síntese Engenharia, empresa sediada na capital paraense, lançou o condomínio vertical Cristal Tower, torre com 54 unidades e 21.911,22 m<sup>2</sup> de área construída.

O movimento de aquecimento do mercado imobiliário em Marabá acompanha a processo de estruturação de novos vetores de expansão. Três novos núcleos urbanos estão sendo criados desde que os novos arranjos do setor imobiliário foram postos em ação:

TABELA 02: Principais empreendimentos lançados em Marabá a partir de 2010.

Empreendimento	Ano de instalação	Setor
Supermercado Guerra	2011	Alimentício
Construcenter	2011	Construção
Farmácia espaço do trabalhador	2011	Farmácia
NipponRural	2011	Sementes
Supermercado Valor	2012	Alimentício
Supermercado Apache	2012	Alimentício
Centrolar	2012	Varejo
Global	2013	Construção
Vidraçaria WGM	2013	Construção

Fonte: Midades, 2012.

#### 4.1.4 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

FIGURA 24: Loteamento Cidade Jardim Marabá



FONTE: [www.buriti.com.br/Maraba](http://www.buriti.com.br/Maraba)

FIGURA 25: Condomínio Ipiranga Ecoville Marabá



FONTE: [/www.premium.com.br/empreendimentos](http://www.premium.com.br/empreendimentos)

FIGURA 26: Condomínio Mirante do Vale Marabá



FONTE: [www.miranteempreendimentos.com.br](http://www.miranteempreendimentos.com.br)

um aglomerado urbano inteiramente novo está surgindo, próximo ao Distrito Industrial, situado na rodovia Transamazônica, em direção a São Domingos do Araguaia. O novo distrito é formado por um conjunto de loteamentos urbanizados, condomínios fechados (horizontais e verticais), para os segmentos os segmentos de média e alta renda, caracterizados pelo espraiamento e fragmentação do tecido urbano, com a transformação de fazendas e chácaras em empreendimentos urbanos. Esta área reúne diversas empresas do setor imobiliário, com destaque para a Direcional Engenharia (Total Ville), Premium Engenharia (Ecoville Ipiranga) e a Buriti Empreendimentos (Cidade Jardim Marabá). Estas empresas se articulam a outros segmentos empresariais e a instituições públicas para garantir a implantação de infraestrutura (duplicação da via), serviços (supermercado, lojas, escritórios) e equipamentos urbanos (faculdades, escolas) no local. O segundo núcleo, localiza-se na via de acesso onde está prevista a instalação dos projetos minero-industriais (ALPA e ALINE), semelhante ao primeiro, observa-se a implantação de loteamentos horizontais e condomínios fechados para os segmentos de média e alta renda, embora se observe a formação de ocupações informais e presença de loteamentos irregulares nas bordas ou próximos aos empreendimentos formais. Nesta área foi mais comum a instalação de empresas regionais como a DeltaVille (Castanheira Residence) e a Água Santa Construtora (Jardim Imperial). E por último, o núcleo de São Félix, localizado na outra margem do rio Itacaiúnas, o assentamento preexistente vive um processo de intensa alteração no uso do solo, com conversão direta de terras rurais e de floresta em áreas urbanizadas, sobretudo após a contratação do PMCMV. O distrito de São Félix, transformou-se em um novo núcleo urbano destinado a população de baixa renda, com previsão de um acréscimo populacional de 22 mil habitantes até o fim das obras. A implementação dos empreendimentos gerou uma nova dinâmica socioeconômica no município e, com início das obras houve a atração de novos usos e serviços para o distrito, com



#### 4.1.4 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

---

empreendimentos de grande e médio porte construídos às margens Rodovia PA-150, principal eixo viário de São Félix.

Em Marabá, a produção imobiliária recente orientada prioritariamente por aspectos econômicos tem transposto a racionalidade da produção em larga escala da metrópole para a cidade. A transferência deste modelo evidencia a incapacidade do setor privado em reconhecer as especificidades socioambientais da região, além de repercutir na expansão prematura das cidades e em padrões urbanos precários, ausente de espaços públicos adequados, de alternativas de mobilidade e de aproveitamento das características bioclimáticas locais. A centralidade dominante existente nas áreas de expansão é a definida pela Rodovia, com todas as limitações que isso determina à circulação de pedestres e ao traçado urbano. A carência de uma diretriz municipal consistente para tratar a questão urbana e ambiental concede ao setor privado a liberdade de adoção de tipologias e soluções que melhor atendem as expectativas de racionalização do seu canteiro de obras, e não contabiliza a restrição que isso gera no âmbito local e, essencialmente, na reprodução da vida da população.

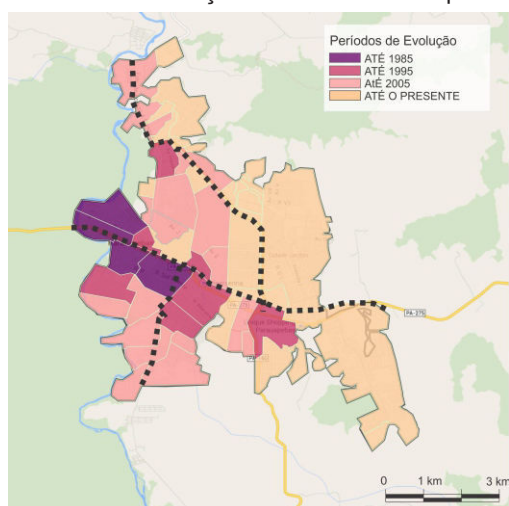
## 4. ÁREA DE ESTUDO

FIGURA 27: Localização do Município de Parauapebas.



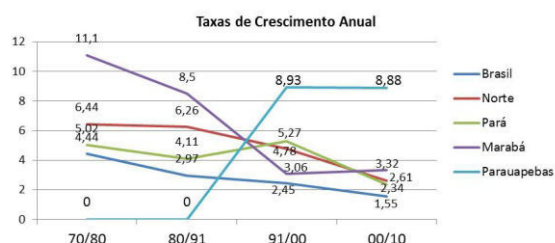
FONTE: Wikipedia, 2014.

FIGURA 28: Evolução Urbana de Parauapebas



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Carolina Melo.

FIGURA 29: Evolução das Taxas de Crescimento Populacional de 1970 a 2010



FONTE:  
<http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/doku.php?id=urbis:producao>.  
Acesso em 21 de agosto de 2014.

### 4.2 Parauapebas

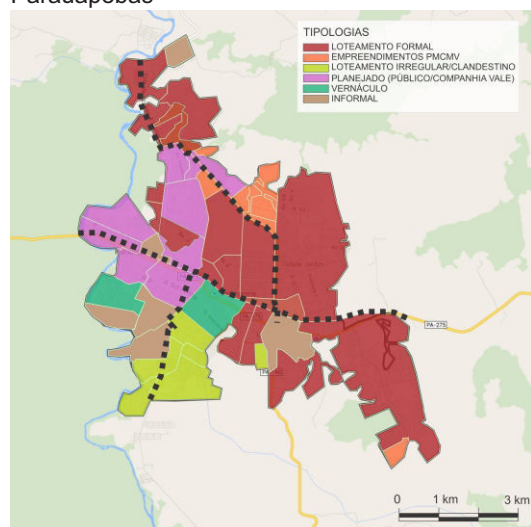
#### 4.2.1 Histórico

O território de Parauapebas se constituiu em função de duas dinâmicas impulsionadas pelo Governo Federal nos anos de 1980, a iniciativa do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) com a criação dos projetos de colonização que resultaram nos Centros de Desenvolvimento Regional (CEDERE) I, II e III e a exploração da mina de Carajás, movimento que contribuiu para emancipação do município, principalmente em função da intensa dinâmica de exploração das minas pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O núcleo urbano de Parauapebas se desenvolveu como assentamento espontâneo, contíguo à entrada de acesso a Floresta Nacional de Carajás, na qual estão inseridas a Mina de Carajás e a company town destinada aos funcionários da empresa (CVRD). A cidade depende completamente da dinâmica da mineração e conta com mais 150 mil habitantes. Atualmente abriga, principalmente, mão-de-obra terceirizada da empresa Vale S/A, mas já conta com população mais diversificada e núcleo urbano melhor estruturado após intervenções da empresa sobre a cidade.

A atuação da CVRD no município exerce um papel chave na dinâmica econômica local, sobretudo em função dos royalties do minério, dos tributos arrecadados pela prefeitura municipal e pelo impacto gerado pelo grande volume de investimentos associado ao setor. Em 25 anos de existência, a cidade cresceu 336%, expandiu o seu produto interno bruto em 144% de 2008 a 2011, ultrapassou o PIB da capital paraense e é a cidade campeã de exportações no Brasil. Por outro lado, esse dinamismo econômico extraordinário é responsável por intensa migração e por acelerado processo de expansão urbana. A cidade sofre transformações com uma rapidez e intensidade bastante superiores à média brasileira e estadual, as quais não são acompanhadas pela ampliação da capacidade do poder público de atender as crescentes demandas sociais, econômicas e ambientais do município (SATLER et al, 2009; CARDOSO, 2010; INPE, 2012).

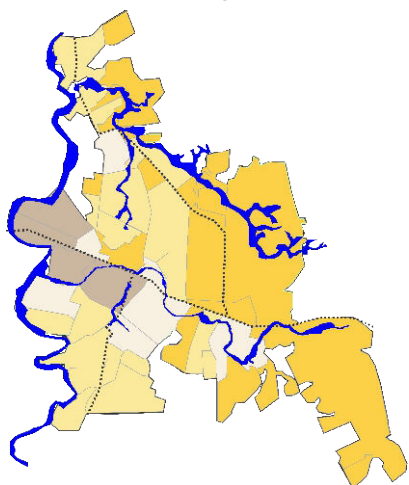
## 4.2.1 HISTÓRICO DE PARAUPEBAS

FIGURA 30: Tipologias de ocupação em Parauapebas



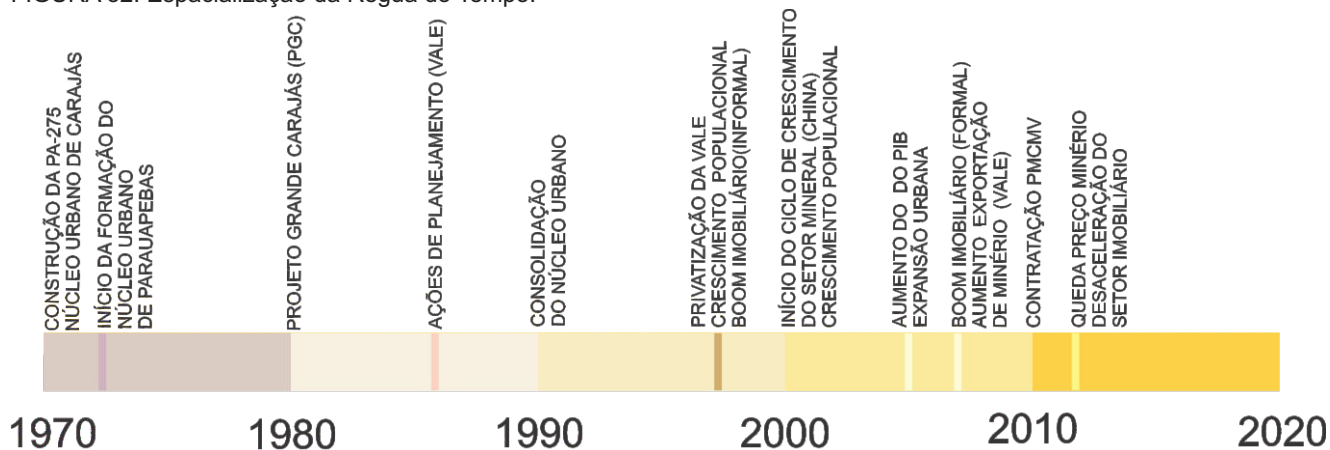
FONTE: Google Earth, 2014  
Elaboração: Carolina Melo.

FIGURA 31: Espacialização da Régua do Tempo.



FONTE: Google Earth, 2014  
Elaboração: Carolina Melo.

FIGURA 32: Espacialização da Régua do Tempo.



Elaboração: Carolina Melo.

A condição excepcional de acúmulo de riquezas em Parauapebas é proporcional aos exorbitantes preços praticados na venda e no aluguel de imóveis no âmbito do setor formal, onde se concentram os investimentos públicos e privados. Como reverso, se constituiu a cidade informal, caracterizada pela ocupação ilegal ou irregular do solo urbano, com precariedade e carência de serviços e infraestrutura, e ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis, sujeitas a riscos geotécnicos, inundações e enchentes. Essas áreas abrigam a população pobre, e têm se constituído em fronteira que o setor imobiliário formal não transpõe enquanto persistem as limitações e dificuldades aos interesses e estratégias de operação do mercado (MARICATO, 1996, 2000; MELLO, 2008).

Em função da atividade mineradora, Parauapebas tem se constituído como espaço marcado pela exploração de seus recursos naturais e por dinâmicas de extração de riqueza, em particular, associadas à renda da terra, sem que esses recursos sejam internalizados e revertidos em proveito de condições urbanas e ambientais mais adequadas à população, reiterando a descontinuidade e a incompletude da produção do espaço na periferia do capitalismo (SANTOS, 1986).

## 4.2.1 HISTÓRICO DE PARAUAPEBAS

FIGURA 33: Bairro consolidado em Parauapebas



Autor: Carolina Melo, 2014.

FIGURA 34: Ocupação informal em Parauapebas



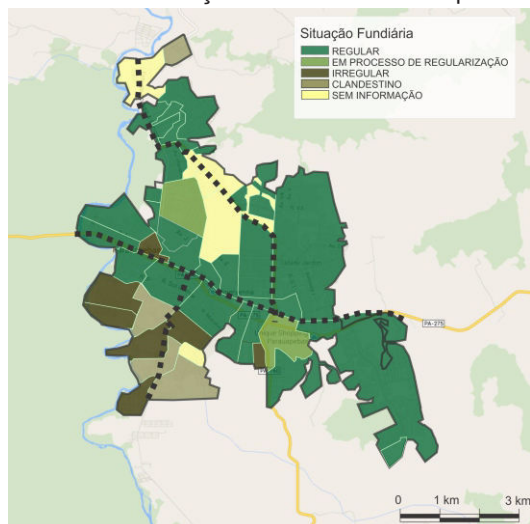
Autor: Carolina Melo, 2014.

Seu caso combina simultaneamente formas sofisticadas de acumulação de capital com práticas de capital mercantil urbano, manifestando relações típicas de acumulação primitiva e de espoliação (CANO, 2010). Este quadro revela, que de um lado, a cidade, passou a se constituir como receptáculo dos excedentes obtidos nos setores agrário, comercial e industrial, e como fronteira de valorização de diversas frações do capital, através da abertura de novos loteamentos, condomínios, bairros planejados, shoppings centers, etc; e de outro, manteve o quadro funcional de precariedade urbana e social, intensificado pelas ondas migratórias geradas desde a década de 1980, com a expansão da ocupação informal sob a forma de loteamentos irregulares e ocupações em áreas ambientalmente vulneráveis.



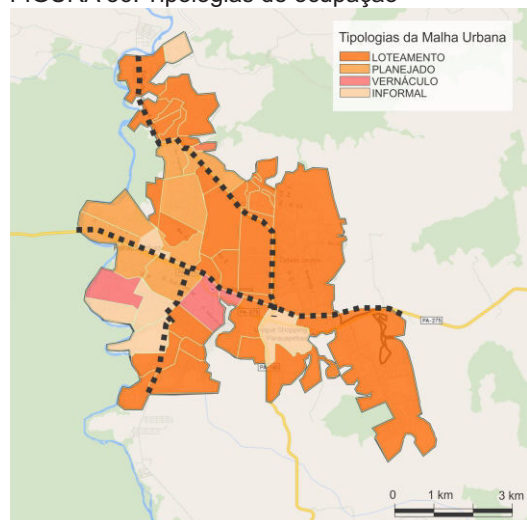
## 4.2.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

FIGURA 35: Situação fundiária de Parauapebas



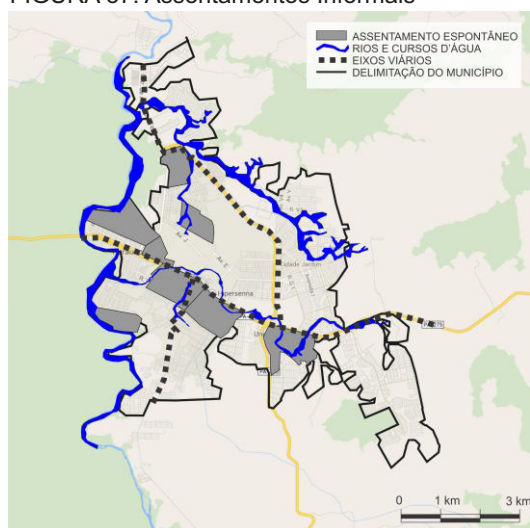
FONTE:  
Elaboração: Carolina Melo

FIGURA 36: Tipologias de ocupação



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Carolina Melo

FIGURA 37: Assentamentos Informais



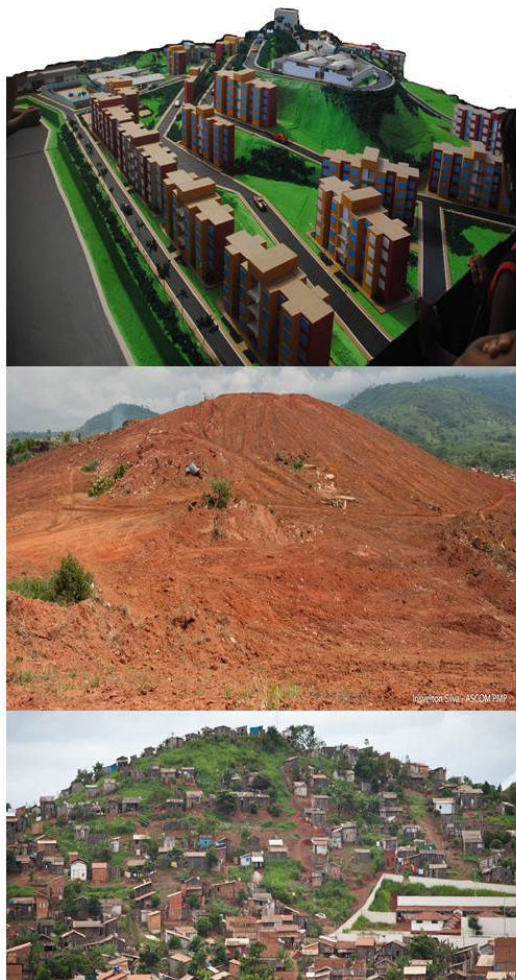
FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Carolina Melo

A análise da evolução urbana de Parauapebas expõe uma certa alternância entre fases de produção formal e informal do espaço construído, que resultaram na geração de configurações bastante diferentes. Destacam-se quatro períodos de expansão da cidade, a saber: a formação do núcleo pioneiro por ocupação espontânea, que em 1985 teve concluídos processos de regularização urbanística e fundiária; em seguida houve a abertura de novas frentes de expansão, com extensão do núcleo pioneiro e origem das primeiras ocupações periféricas (entre 1986 a 1995); após esse período ocorreu um boom da ocupação informal, que coincidiu com a privatização CVRD e com o aumento vertiginoso da população urbana no município (cerca de 10% ao ano); nessa etapa houve acelerado processo de expansão periférica e de conversão de glebas rurais em loteamentos clandestinos e irregulares por proprietários de terras (entre 1996 a 2005); por último houve extraordinário espraiamento da mancha urbana por meio da abertura de loteamentos formais de médio e alto padrão (a partir de 2005 até o presente).

Em Parauapebas, o processo de expansão urbana segue duas trajetórias opostas, a leste se dá através da produção de grandes loteamentos urbanizados, às margens da PA-275 (ex. Cidade Jardim; Nova Carajás) e a oeste, com ocupação informal por meio de ocupações informais, loteamentos clandestinos e conjuntos habitacionais produzidos pelo setor público (ex. Morada Nova; Bela Vista; Jardim América), em direção à PA-160, na franja urbana do município. Esses assentamentos estão localizados amiúde em áreas ambientalmente vulneráveis (morros, próximo a cursos d'água, matas ciliares etc). Vale ressaltar, que a construção de empreendimentos formais também causa impactos socioambientais significativos sobre área urbana. O segmento formal, frequentemente realiza a supressão de morros, acidentes naturais, maciços verdes e o aterramento de cursos d'água, bem como a retirada da população pobre dessas áreas, com o apoio de instituições públicas

## 4.2.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

FIGURA 38: Projeto Morro do Chapéu



FONTE: Sehab Parauapebas, 2013.

FIGURA 39: Loteamento Nova Carajás



FONTE: [www.leolar.com.br](http://www.leolar.com.br)  
Acesso em 12 de outubro de 2014.

Esse padrão recente de expansão urbana, destaca a pressão do setor imobiliário tanto sobre o ambiente natural quanto sobre o espaço já construído, e por outro lado revela a correspondência entre o espaço informal e popular e áreas ambientalmente vulneráveis, principalmente, morros, rios, igarapés, nascentes e áreas alagáveis. Neste contexto, o Morro do Chapéu se constituiu em um enclave geográfico de informalidade em meio a uma área sob disputa por esses dois universos (o formal e o informal).

Um detalhamento desse cenário evidencia como o espaço urbano de Parauapebas está sendo polarizado entre os espaços periféricos, historicamente marcados pelo uso informal e por intervenções pontuais do setor público para atender minimamente a população de baixa renda, e os espaços recém-criados pelo mercado imobiliário, com bairros planejados, condomínios de luxo e loteamentos urbanizados.

Com a chegada do PMCMV na cidade, a penetração do setor imobiliário privado tem se estendido às áreas periféricas que antes eram consideradas espaços "de segunda classe". Após a implantação de loteamentos do PMCMV e de loteamentos de médio e alto padrão nas proximidades das áreas informais, ocorreu valorização geral das terras informais e foi iniciada e disputa entre o setor imobiliário e a população excluída, que muitas vezes produziu solo (por aterro de várzea) para ter acesso a terra urbanizada.

FIGURA 40: Projeto do loteamento WTorres



FONTE: <http://www.wtorre.com.br/>  
Acesso em 12 de Outubro de 2014.

### **Política Habitacional**

Prática comum nas cidades médias paraenses, a conversão de área rural em urbana, realiza-se com a entrada de grandes proprietários de terra no mercado imobiliário. No município de Parauapebas esta dinâmica fomentou o surgimento de uma série de loteamentos urbanizados de médio e alto padrão nos últimos anos, fenômeno intensificado a partir de 2008 com o lançamento dos loteamentos: “Nova Carajás” (Nova Carajás construções e incorporações), “Cidade Jardim” (Buriti Empreendimentos) e com o surgimento de outros loteamentos de menor porte produzidos com a expectativa de crescimento da cidade.

A análise das ações do setor público no âmbito habitacional evidencia que desde o início, houve articulação entre os proprietários de terra, loteadores e administração municipal para a promoção de habitação de interesse social em Parauapebas. As primeiras ações foram iniciadas em 1993, com a aquisição pela prefeitura de um terreno de 510 lotes da Fazenda e do loteamento Vila Rica, de propriedade de um dos maiores loteadores do município e atual sócio proprietário da Nova Carajás construções e incorporações. A compra dos lotes foi feita para distribuição à população de baixa renda e regularização da situação fundiária de famílias que haviam ocupado à área. Essa mesma estratégia foi reproduzida posteriormente em outras áreas da cidade, como no Bairro Liberdade, onde houve aquisição de terreno rural para parcelamento e distribuição de 900 lotes para reassentamento das famílias que anteriormente residiam na ocupação Riacho Doce (atual Bairro Primavera).

Sem a instituição de uma política habitacional consistente a prefeitura de Parauapebas atuou de forma bastante incremental e com recursos próprios até 2009, através de ações e programas pontuais para o setor habitacional. Em 2001, a gestão municipal repassou por decreto (Decreto 091/2001) 1.500 lotes do Loteamento Betânia à Associação dos Sem Teto de Parauapebas sem que fosse feita a regularização fundiária da área, situação que permanece a mesma, segundo o recente levantamento da



#### 4.2.4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

---

Coordenadoria de Terras do Município. Nos anos de 2003 e 2004 durante a gestão petista, foram lançados dois programas habitacionais para famílias de baixa renda, o programa "Morar dias melhores", com produção de 680 casas e 1.220 lotes urbanizados e o "Programa Habitar Feliz", que entregou 540 casas populares.

A partir de 2009, com a criação da lei 11.977 que regulamenta o Programa Minha Casa Minha Vida, a prefeitura municipal se reestruturou institucionalmente para viabilizar a contratação de empreendimentos com recursos do programa, e nesse sentido houve a criação da Secretaria de Habitação (SEHAB) para operacionalização da política habitacional, com o objetivo de promover acesso à habitação aos segmentos sociais mais vulneráveis a partir da aplicação de instrumentos e ações normativas, urbanísticas, jurídico-fundiária e de provisão. Na sequência houve a contratação do empreendimento "Residencial dos Minérios" com recursos do PMCMV/FAR e previsão de construção de 1.000 unidades habitacionais próximo à PA-160.

Apesar das contratações de unidades de habitação social com inserção no programa do governo, a prefeitura municipal não abandonou as iniciativas via recursos próprios, retomando com o programa "Lotes Urbanizados" estratégias semelhantes às ações iniciais da prefeitura no âmbito habitacional. Em 2011, a prefeitura adquiriu da empresa Buriti Empreendimentos, um dos principais atores do setor imobiliário no município, 4.005 unidades fracionadas nos loteamentos "Jardim Ipiranga" e "Jardim Tropical", com lotes destinados a servidores públicos (500 lotes) e a famílias em situação de risco. O programa foi alvo, recentemente, de diversas denúncias de irregularidades na distribuição dos lotes. Com a previsão de produção até 2017 de 10 mil unidades entre lotes urbanizados e unidades habitacionais, atualmente estão sendo produzidas pelo MCMV/FAR mais 650 unidades, no conjunto habitacional "Vila Nova" (contíguo ao "Residencial dos Minérios") e outras 1.194 unidades (Residencial "Nova Carajás IV") no loteamento Nova Carajás.



#### 4.2.4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

---

Além disso, está em curso o projeto de urbanização e revitalização do Morro do Chapéu, projeto de alta complexidade que prevê a construção de 1.008 unidades habitacionais em sua primeira etapa, distribuídas em 34 blocos de apartamentos com 7 pavimentos cada, inclui a construção de unidade de saúde, escola infantil, duas quadras de esportes e a revitalização da área alagada com passeios públicos, lagoa, quiosques, trapiche, pista para caminhada e trilha ecológica. Além dos recursos do FAR (R\$ 60.161.959,84 reais).

a intervenção agrega investimentos do PAC modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (R\$ 68.647.157,72 reais), e uma contrapartida de aproximadamente R\$ 27 milhões do município. A Secretaria de Habitação (SEHAB) ofereceu, com base no plano de remanejamento, quatro propostas para as famílias desapropriadas, dentre elas a aquisição de apartamento na área de intervenção. Atualmente, o órgão estuda o lançamento de uma segunda etapa do projeto "Morro Alto Bonito", com previsão de construção de mais 1.392 unidades habitacionais no local. O projeto inclui a desapropriação das famílias do Morro do Chapéu, prevê a aquisição de 323 lotes no loteamento "Jardim Ipiranga" e a produção de 500 unidades para remanejamento das famílias e implantação do Residencial "Alto Bonito" no morro do Chapéu.

#### **Déficit Habitacional**

A dinâmica econômica excepcional do município de Parauapebas gerou padrões de provisão de infraestrutura e carência habitacional diferenciados daqueles observados em grande parte dos municípios paraenses, neste sentido a cidade apresenta taxas mais sensíveis de precariedade urbana, ainda que superiores à média nacional e demanda por provisão de infraestrutura e moradia fortemente associada à condição de economia de fronteira que caracteriza a formação de várias cidades na região amazônica (BECKER, 2005). Em decorrência do intenso fluxo migratório impulsionado pela atividade de mineração,

## 4.2.4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

TABELA 03: Déficit Habitacional Total absoluto e relativo segundo a situação de domicílio e número de domicílios vagos, 2000 e 2010.

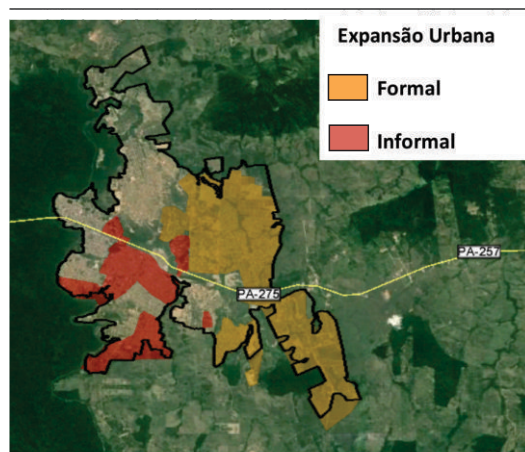
Município	Déficit habitacional total 2000	Déficit habitacional total 2010	% Déficit habitacional total 2000	% Déficit habitacional total 2010	Taxa de Crescimento de Domicílios vagos 2010
Parauapebas	3.545	10.495	21,57	24,57	13,04
Marabá	9.691	13.466	25,56	22,27	6,23
Sudeste Paraense	-	94.221	-	22,11	-
Pará	474.743	410.799	36,28	22,02	4,28
Região Norte	812.605	823.442	28,93	20,63	2,61
Brasil	5.890.139	6.940.691	13,15	12,09	0,04

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP), 2013

observa-se desde a década de 1990 taxas elevadas de crescimento populacional em Parauapebas, superiores a média de crescimento populacional nacional, regional e estadual. números que justificam o aumento do déficit habitacional registrado no município de 2000 para 2010, quando a tendência à nível nacional foi a redução dos indicadores (IBGE, 2000; IBGE, 2010).

Em 2010, o município de Parauapebas figurou como o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, atrás apenas da capital paraense, com arrecadação anual próxima a 16 bilhões de reais (IBGE, 2010), fato que impulsionou o crescimento populacional e repercutiu no aumento da demanda por habitação, o resultado foi a elevação significativa do aumento do preço da terra no município, dificultando a entrada de trabalhadores menos qualificados no mercado formal de terras e por consequência houve significativa expansão das ocupações informais no município na última década.

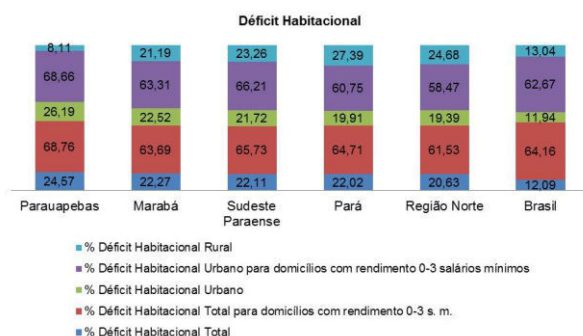
FIGURA 41: Crescimento formal e informal da cidade de Parauapebas



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Carolina Melo

O recém-publicado estudo sobre déficit habitacional da Fundação João Pinheiro (FJP) e Ministério das Cidades (MCidades), demonstra que Parauapebas também mantém, em relação a carência por moradia, uma condição excepcional em relação ao restante do país, possuindo percentual de déficit habitacional maior que o dobro da média nacional, com números superiores à média do estado e da região norte. Além disso, observa-se que o déficit habitacional está bastante concentrado nas faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos e no perímetro urbano do município, com déficit habitacional rural inferior à média nacional, fato que se justifica pelo condicionamento geográfico do município, que está contido na Flona de Carajás, responsável pelo controle da ocupação e a concentração do déficit no núcleo urbano.

FIGURA 42: Déficit Habitacional segundo a situação de domicílio a nível nacional, regional, estadual, da macrorregião do Sudeste Paraense e municípios de Marabá e Parauapebas.

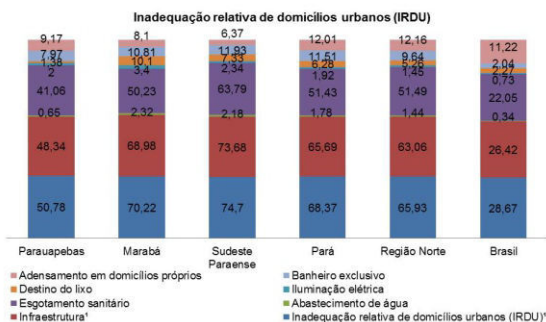


FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP), 2013.

Quanto à inadequação dos domicílios urbanos os números revelam que Parauapebas apresenta um nível de precariedade de infraestrutura significativamente inferior do que a média registrada no Sudeste Paraense, ainda assim, os percentuais de inadequação dos domicílios são superiores

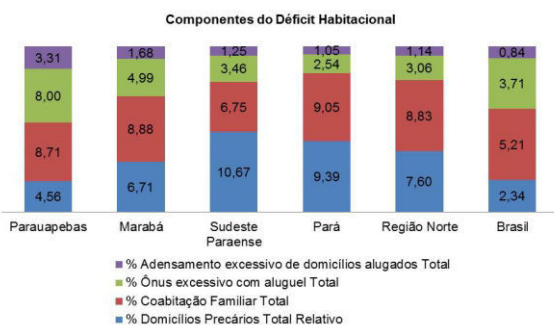
## 4.2.4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

FIGURA 43: Inadequação relativa de domicílios urbanos (IRDU) com médias a nível nacional, regional, estadual, da macrorregião do Sudeste Paraense e municípios de Marabá e Parauapebas



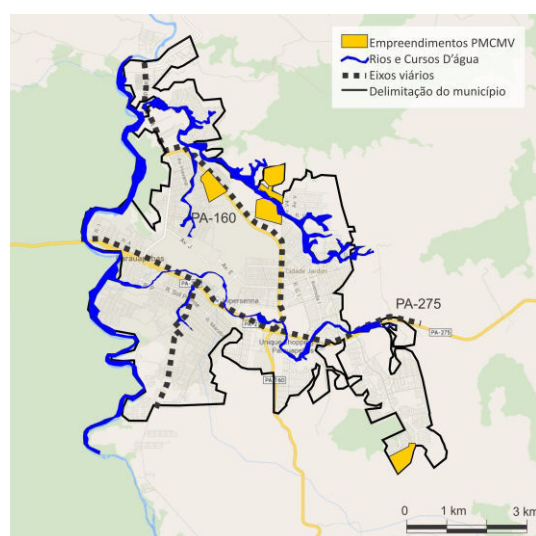
FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP), 2013

FIGURA 44: Déficit Habitacional por componente



FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP), 2013

FIGURA 45: Localização dos empreendimentos do PMCMV



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Carolina Melo.

à média nacional, com números significativos de inadequação de esgotamento sanitário (41,06%), banheiro exclusivo (7,97%) e adensamento em domicílios próprios (9,17%). Por outro lado, apresenta percentuais baixos de inadequação de abastecimento de água (0,65%) e iluminação elétrica (1,38%).

Observa-se que dentre as componentes utilizadas para caracterizar o déficit habitacional (coabitação familiar, habitação precária, ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo em domicílios locados), a Coabitação Familiar é a variável do déficit habitacional mais expressiva, seguida pelo Ônus Excessivo com Aluguel e Adensamento excessivo de domicílios locados, estas três componentes refletem processos tratados anteriormente, como o intenso fluxo migratório, o consequente aumento de operações especulativas com a terra e a incapacidade do poder municipal em vencer a demanda habitacional, apesar da extraordinária arrecadação do município. Condição de enclave de Parauapebas, apresentando uma condição excepcional comparada aos outros municípios, inclusive quanto à demanda habitacional e provisão de infraestrutura, tendo o menor percentual de domicílios precários, quando a carência por provisão de infraestrutura é uma das questões mais significativas para grande parte dos municípios da região norte e particularmente para o Sudeste Paraense.

### O PMCMV em Parauapebas

Segundo os dados do Ministério das Cidades (2012) e da Caixa Econômica Federal (2013), foram contratados até o momento 7 empreendimentos em Parauapebas, 4 para faixa 1 (PMCMV/FAR) e 3 para faixa 2 (PMCMV/FGTS), totalizando 4.579 unidades contratadas, das quais 3.852 são destinadas ao atendimento da faixa de baixa renda, com investimentos de aproximadamente 182 milhões para este segmento. No município, os primeiros empreendimentos foram contratados em terrenos contíguos, formando um complexo de conjuntos habitacionais, chamado Bairro dos Minérios (Residencial dos Minérios, Residencial Vila Nova, Residencial



## 4.2.4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

TABELA 04: Quadro síntese dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida divididos por faixa para as cidades de Marabá e Parauapebas, Março, 2013.

Empreendimento	Faixa	Nº de Unidades	Empresa
Residencial dos Minérios	1	1000	HF
Residencial Vila Nova	1	650	HF
Residencial Nova Carajás	1	1194	CCM
Residencial Alto Bonito	1	1.008	Qualyfast
Residencial Rio Verde	2	507	HF
Residencial Amec Ville	2	156	AMEC
Residencial Castanheira	2	64	Premium

FONTE: Caixa Econômica Federal, GIDUR Belém, 2013 e Ministério das Cidades, 2013.

FIGURA 46: Bairro dos Minérios



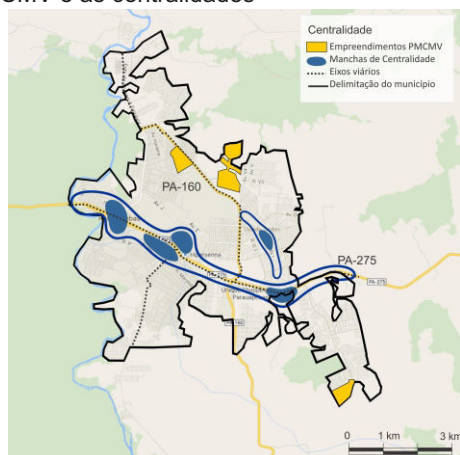
FONTE: [www.parauapebas.pa.gov.br](http://www.parauapebas.pa.gov.br)  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

FIGURA 47: Bairro dos Minérios



Autor: Carolina Melo

FIGURA 48: Localização dos empreendimentos MCMV e as centralidades



FONTE: Google Earth, 2014.  
Elaboração: Carolina Melo.

Rio Verde), viabilizado pela HF Engenharia, empresa com forte atuação no Sudeste Paraense em empreendimentos do PMCMV, principalmente, na cidade de Marabá. Inaugurado em abril de 2012, o Residencial dos Minérios foi o primeiro conjunto habitacional inserido no PMCMV a ser entregue em Parauapebas. Após quase dois anos de ocupação, o conjunto começa a apresentar problemas de diversas ordens seja na unidade habitacional, seja na área de inserção. Quanto ao acesso a serviços de infraestrutura, os problemas mais evidentes são: interrupção no fornecimento de água, entupimento da rede de esgoto, coleta de lixo aquém da demanda, precariedade de acesso ao transporte público e ausência de arborização. Outra questão preocupante tem sido a ocupação irregular de áreas institucionais e áreas verdes do empreendimento. Segundo representante da secretaria de habitação, a ocupação nas adjacências do curso d'água foi iniciada em função da desocupação do Morro do Chapéu, a esta população foram oferecidas quatro opções compensatórias: indenização por benfeitoria (298 famílias), remanejamento para lote urbanizado (316 famílias), aquisição de casa (107 famílias) e reassentamento na área após conclusão do Residencial "Alto Bonito". No entanto, devido aos altos preços de aluguel praticados no município, os moradores que optaram pela aquisição de casa ou apartamento, apresentam dificuldade de arcar com o custo dos aluguéis e por isso estão ocupando terrenos próximos, como é o caso das áreas de proteção permanente (APP) do Bairro dos Minérios. Por outro lado, nas áreas institucionais ocupadas, onde a condição dos terrenos é melhor, há indícios de retenção de terrenos para especulação por população com poder aquisitivo. O caso do bairro dos Minérios, evidencia que a produção massiva de moradias por si só, não é capaz de extinguir o déficit habitacional e, de como políticas públicas mal formuladas podem potencializar efeitos nocivos quando os interesses políticos e econômicos são postos acima das dimensões social, urbanística e ambiental da cidade.

## 4.2.5 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

FIGURA 49: Loteamento Wtorres



FONTE: <http://www.wtorre.com.br/>  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

FIGURA 50: Shopping Unique Parauapebas



FONTE: [www.zedudu.com.br](http://www.zedudu.com.br)  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

FIGURA 51: Projeto de Torres - Construtora Buriti



FONTE: [www.leolar.com.br](http://www.leolar.com.br)  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

O cenário econômico amplamente favorável somado as altas taxas de crescimento urbano e populacional, sobretudo impulsionadas pela atividade mineradora, tornou a cidade de Parauapebas, fortemente atrativa para grandes investimentos imobiliários. Em 2008, devido à alta no preço do minério e a expectativa de abertura de novos postos de emprego pela Vale S.A, iniciou-se o primeiro boom do setor imobiliário e da construção civil na cidade, liderado pelo Grupo WTorre, um conglomerado empresarial com negócios em diversos segmentos (construção, propriedades comerciais, desenvolvimento imobiliário, centros logísticos, entretenimento, shopping centers e infraestrutura), associado à formas de capitalização avançadas via mercado financeiro.

O líder do Grupo, um experiente e hábil empreendedor que se diz "viciado em negócios", foi o primeiro a captar o potencial oferecido pela cidade para absorção de novos investimentos. Em 2008, a empresa Guanandi Urbanismo, do Grupo WTORRE, lançou em Parauapebas dois grandes empreendimentos, um novo núcleo urbano, com previsão de construção de 12 mil unidades destinadas a funcionários da empresa Vale S.A. e o primeiro Shopping Center da cidade, em parceria com a Urbia Commercial Properties e Premium Engenharia S/A. A Premium Engenharia S/A foi mais uma das empresas nacionais a entrar no mercado imobiliário de Parauapebas naquele ano. Originalmente sediada em Brasília, a empresa de construção civil começou a atuar em Parauapebas como investidora e construtora do Unique Shopping Parauapebas, na sequência diversificou sua operação, com a construção de condomínios habitacionais fechados e a realização de obras de infraestrutura urbana e construção da nova sede da Prefeitura Municipal de Parauapebas.

A atividade dessas empresas foi acompanhada pelo lançamento de grandes loteamentos urbanizados pelas empresas regionais Buriti Empreendimentos Imobiliários e da Nova Bairros Planejados. A empresa Buriti, criada em 2003 na cidade de Redenção (Sudeste Paraense), lançou em Parauapebas 4 torres residenciais e 4 loteamentos



#### 4.2.5 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

---

urbanizados, colocando no mercado 256 apartamentos e 22.383 novos lotes urbanizados. Hoje atua em 24 cidades distribuídas em 9 Estados (Pará, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Alagoas), colocou no mercado 94 mil lotes e pretende lançar em breve mais de 220 mil novos terrenos. A Nova, Bairros Planejados foi uma marca criada com a junção de dois grandes grupos da região Centro-Oeste, O grupo Nova Carajás, de Brasília e o Grupo São Francisco de Assis, de Minas Gerais. Seu primeiro empreendimento foi o bairro planejado Nova Carajás, em Parauapebas, construído em uma área de 12 milhões de m<sup>2</sup>, um núcleo urbano inteiramente novo, localizado às margens do principal eixo viário da cidade, a rodovia PA 275.

A produção imobiliária das empresas regionais nos últimos anos foi extraordinária, juntas, a Buriti Empreendimentos e Nova Carajás, praticamente empreenderam a construção de uma nova cidade, com a quase duplicação do perímetro urbano do município. Se todos os lotes produzidos por essas duas empresas estivessem hoje ocupados, por uma média de 3 pessoas por unidade, Parauapebas teria um acréscimo populacional de 67%, equivalente a 103 mil novos moradores.

No final de 2009, foi contratado o empreendimento Bairro dos Minérios, construído pela empresa HF Engenharia, com grande destaque no Sudeste Paraense. Com previsão de construção de 2.157 unidades, o empreendimento localizado na PA 160, em direção à via de acesso à Estrada de Ferro Carajás (EFC), foi o primeiro de uma série de empreendimentos contíguos do PMCMV construídos na área. Com isso, formou-se de um complexo de conjuntos habitacionais do PMCMV, chamado Bairro dos Minérios (Residencial dos Minérios, Residencial Vila Nova, Residencial Rio Verde), que atraíram outras empresas imobiliárias para a área de expansão urbana e, fortaleceram os vínculos entre o poder público com a iniciativa privada. Em 2011, a prefeitura adquiriu da empresa Buriti Empreendimentos Imobiliários 4.005 unidades fracionadas nos loteamentos Jardim Ipiranga e Jardim Tropical,



## 4.2.5 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

FIGURA 52: Perspectiva Ilustrativa do Residencial "Alto Bonito"



FONTE: [www.Qualyfast.com.br](http://www.Qualyfast.com.br)  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

FIGURA 53: Perspectiva Ilustrativa do Residencial "Alto Bonito"



Fonte: [www.Qualyfast.com.br](http://www.Qualyfast.com.br)  
Acesso em 20 de Outubro de 2014.

destinados a funcionários públicos e população de baixa renda.

Em geral esses empreendimentos constituem um "produto-tipo" de loteamentos urbanizados difundidos em larga escala pelas construtoras, sem adaptação as características ambientais e climáticas locais. O padrão de construção pressupõe a supressão quase integral da cobertura vegetal nativa e das várzeas, que muitas vezes recebem aterro de morros que são derrocados mesmo quando comportam nascentes. Em Parauapebas, as escassas áreas verdes reservadas pelos empreendimentos, frequentemente coincidem com os cursos d'água que definem o limite dos loteamentos.

O lançamento do "Residencial Alto Bonito" no Morro do Chapéu pela prefeitura no fim de 2013, com programação de alcançar as 10 mil unidades (entre lotes urbanizados e unidades habitacionais) até 2017, foi dirigida para população de baixa renda (com renda até R\$1.600,00), mas sua tipologia de condomínio vertical apresenta diversas características com maior aderência a faixas de renda mais elevadas. Os códigos espaciais e parâmetros modernos são dissonantes da prática e modo de vida da população local, habituada ao uso da tipologia horizontal e ao emprego de estratégias de sobrevivência e de geração de renda informais (ex. biscate, pequenos comércios, artesanato), baseadas na própria habitação ou dependentes da localização da habitação no assentamento. Tais práticas são dificultadas pela lógica condominial: com restrição à ampliação da unidade e a outros usos (ex. comércio e serviços), despesa adicional com a manutenção do espaço público, gestão coletiva, etc.

O caso ilustra a relação conflituosa entre as estratégias de expansão criadas pelas empresas do setor imobiliário e a esfera socioambiental. Após a desocupação do Morro do Chapéu, diversas famílias oriundas da área, migraram para as faixas de APP existentes no polígono do Bairro dos Minérios, a 500 metros de distância do local de origem. As famílias alegam que o valor do aluguel social (R\$ 400 reais) não tem sido suficiente para solver o preço dos



#### 4.2.5 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

---

imóveis praticados no município.

Parauapebas ilustra o caso da cidade criada pela/para a empresa capitalista, onde se observa uma forte dependência entre a dinâmica de crescimento urbano e o desempenho da indústria de extração mineral, inclusive ligada aos movimentos cíclicos da economia mundial (FERREIRA et al, 2013). Observa-se que desde o início, a atuação dos agentes produtores do espaço urbano (Estado, proprietários fundiários, loteadores e, mais recente, construtoras e incorporadoras) esteve centrada prioritariamente na acumulação de capital, privilegiando a produção padronizada, em massa, a partir de projetos genéricos, que pressupõem soluções que adotam volume de chuvas, temperatura, condições físicas a partir de médias nacionais e acesso a trabalho e renda via emprego formal.

Apesar das características físicas e do capital natural da região, com a implantação dos grandes projetos, foi imposta em Parauapebas a racionalidade urbano-industrial, a qual trata a natureza predominantemente como "natureza morta" (BECKER, 2005; COSTA, 2009). A atuação em escala industrial da mineração transferiu para a cidade a generalização de processos de alto impacto social e ambiental no espaço urbano, e de grande tolerância e passividade diante dos fenômenos de concentração fundiária, transformação intensiva do ambiente natural, urbanização em grande escala, homogeneização da paisagem, esgarçamento do tecido urbano, entre outros (MONTE-MÓR, 1994)

## 5. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

---

Esta seção analisa as características da gestão municipal dos municípios de Marabá e Parauapebas a partir de uma breve avaliação da capacidade administrativa e institucional, das prioridades de investimento, obras de infraestrutura e características da gestão urbanística e ambiental dessas cidades.

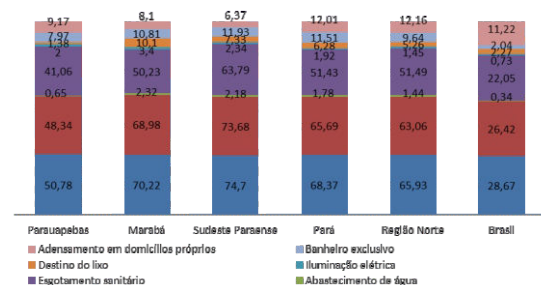
Em geral, a realidade dos municípios paraenses quanto à capacidade da gestão municipal, revela um cenário de fragilidade administrativa, técnica e de investimentos, que tende a se agravar em municípios de pequeno e médio porte (HOLLANDA, 2010). No caso, dos municípios em estudo, as situações administrativas do poder municipal são bastante distintas. Dados estatísticos somados à pesquisa de campo revelam, no caso de Marabá, um perfil de gestão pública que vem se fortalecendo nos últimos anos e apresenta hoje um quadro administrativo relativamente melhor do que as demais municipalidades do Estado do Pará, enquanto em Parauapebas se observa um expressivo contraste entre a situação financeira privilegiada do município e a baixa capacidade de conversão desta arrecadação na geração de melhorias para cidade, apesar das altas taxas de investimento público formalizadas pelo município, em particular, destinadas a obras e infraestrutura (COELHO et al, 2005).

Em Marabá, observa-se uma situação administrativa e institucional mais consolidada e melhor ajustada ao cumprimento das exigências federais para o acesso a recursos do governo, em parte justificada pelo porte do município, uma cidade secular com mais de 200 mil habitantes; e pela consolidação da organização política local, fundamentada em grande medida através de articulações políticas e econômicas dos grupos de poder da região (pecuaristas, empresários, políticos). No entanto, o recente esforço da prefeitura de Marabá em aperfeiçoar o quadro da gestão municipal se deve, sobretudo, ao movimento para criação do Estado de Carajás, capitaneado por Marabá, na tentativa de apresentar um quadro administrativo que a viabilize como futura capital do novo Estado.

## 5. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Em Parauapebas, observa-se uma forte dependência da atividade extrativa mineral, que se reflete em toda organização socioeconômica da cidade. A administração municipal dispõe de uma vultosa arrecadação orçamentária, em função dos royalties do minério e dos tributos arrecadados com a atividade mineradora. No entanto, a elevada receita orçamentária do município não tem se convertido em uma ampliação da capacidade do poder público em atender as crescentes demandas sociais, econômicas e ambientais do município (SATLER et al, 2009; CARDOSO, 2010; INPE, 2012). Apesar de uma receita orçamentária 30% maior que a de Marabá, o padrão de provisão de infraestrutura e de habitação, observado em Parauapebas reafirma o baixo grau de cobertura das redes de infraestrutura e o alto grau de precariedade habitacional encontrado na região norte, com índices de inadequação de domicílios superiores à média nacional, embora sensivelmente inferiores à média observada no Sudeste Paraense.

FIGURA 54: Inadequação relativa de domicílios urbanos



FONTE: FJP, 2013.

A característica socioeconômica das cidades analisadas revela desdobramentos sobre gestão administrativa. No âmbito da estrutura organizacional, ambos os municípios apresentam quadro institucional e corpo técnico, quantitativamente maior em comparação a outros municípios paraenses, com a exceção da capital do Estado. Por outro lado, em ambas as cidades, essa estrutura organizacional inflada tem demonstrado baixa consistência institucional e fragilidades na execução de das políticas de governo. Em Parauapebas, o expressivo número de servidores públicos, superado apenas por Belém, não tem se convertido em uma máquina administrativa mais ativa e eficiente, nem na constituição de um corpo técnico capacitado e preparado para enfrentar os desafios específicos gerados pelo impacto da indústria extrativa mineral na região, morosidade na elaboração dos planos setoriais básicos (saneamento, habitação, meio ambiente) são exemplos disso.

De modo oposto, a prefeitura de Marabá tem se organizado, na atual gestão, de forma a atender as

## 5. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

determinações federais para o acesso aos recursos disponíveis no âmbito de infraestrutura urbana (saúde, educação, habitação, saneamento, etc.), a despeito do número de servidores relativamente menor e do quadro institucional, quantitativamente, semelhante ao de Parauapebas.

TABELA 04: Quadro institucional

Município	Nº de Secretarias	Nº de autarquias	Outros órgãos
Belém	12	6	13
Canaã dos Carajás	14	3	3
Marabá	18	1	16
Parauapebas	18	1	12
Santarém	13	-	7
São Félix	12	1	1

FONTE: Portal da Transparência, 2014.

A estruturação de um quadro administrativo mais organizado em Marabá decorre de outra ação importante encabeçada pelo município, a recém-criação da Região Metropolitana de Marabá (RMM), que também integra parte das estratégias dos municípios de Sudeste Paraense para fortalecimento do movimento de criação do Estado de Carajás, embora se observe uma incontestável excepcionalidade de Marabá neste contexto, dada a precariedade administrativa e a limitação orçamentária do restante dos municípios que compõe a RMM.

TABELA 05: Composição do quadro administrativo dos municípios da RMM

Município	Total de funcionários ativos	População	Densidade administrativa (nº funcionários/população)	PIB a preços correntes
Marabá	9.431	233.669	4,04	3.742.469
São Domingos do Araguaia	1.191	23.130	5,15	120.267
Bom Jesus do Tocantins	613	15.298	4,01	87.712
São João do Araguaia	545	13.155	4,14	56.742
Nova Ipixuna	426	14.645	2,91	69.489
Parauapebas	14.303	153.908	9,29	19.897.435
Belém	17.030	1.393.399	1,22	19.666.725

FONTE: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2012.

Quanto à avaliação do quadro institucional, outro aspecto questionável diz respeito à ausência de uma clara distinção entre as atribuições dos órgãos que compõe o quadro institucional dos municípios em estudo, em particular, no que tange a execução da política urbana e habitacional. Em Marabá, por exemplo, a política urbana e habitacional é conduzida por quatro secretarias (Planejamento, Obras, Assistência Social, Meio Ambiente), além da Superintendência Desenvolvimento Urbano, embora nenhuma trate especificamente dessas questões. Dessa forma, o cumprimento de ações da esfera urbana e habitacional é repartida com órgãos que originalmente tratavam de outras demandas (ex. políticas assistenciais, planejamento orçamentário, grandes obras de infraestrutura, etc.), a despeito do recente esforço a nível federal para o fortalecimento institucional desses setores. É o caso da implementação do programa Minha Casa Minha Vida em Marabá, realizado através da Secretaria de Assistência Social do município, que se contrapõem a instituição da lei federal 11.977/09 sobre o PMCMV, a qual incentiva a criação pelos municípios de órgãos específicos de habitação (ex. secretarias e coordenadorias de habitação). Além disso, esse tipo de estrutura administrativa causa uma

## 5. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

---

maior morosidade no processo de aprovação e gera dificuldades na implementação de projetos, em função das sucessivas vezes que a documentação técnica passa por cada um dos órgãos responsáveis, sem que haja uma integração efetiva dessas entidades.

Em Parauapebas a situação é semelhante. A Secretaria de Planejamento e Gestão concentra diversas competências: coordenação das atividades administrativas gerais, planejamento orçamentário, monitoramento de políticas públicas, aplicação da legislação urbanística e territorial, acompanhamento de planos setoriais, dentre outros; resultando em uma lentidão no encaminhamento de programas e ações monitorados pela secretaria. Além disso, apesar da recente instituição da secretaria de habitação, a operacionalização da política habitacional ainda apresenta diversas fragilidades, com ações bastante concentradas no incremento da produção, em detrimento da aplicação de instrumentos voltados à dissolução de problemas habitacionais em sua raiz, como a necessidade de ações estratégicas para controle do preço da terra urbana.

Os dados apresentados no quadro 1, expõe um quadro síntese sobre a atuação da gestão municipal de Marabá e Parauapebas, e revelam que, de modo geral essas gestões seguiram as determinações federais de elaboração de planos (ex. Plano Diretor) e de criação de alguns instrumentos jurídicos para esfera urbana (ex. conselhos setoriais), mas não contam com a mesma preocupação quanto ao detalhamento de políticas setoriais ou a criação de instâncias de participação compatíveis com uma agenda urbana local, como a criação de conselhos de política urbana ou de zonas de interesse social e ambiental. Ao mesmo tempo, se destacam por possuírem melhor estrutura técnica e administrativa e mais recursos, mas nem por isso contam com os instrumentos de gestão ou capacidade de planejamento para efetivar políticas setoriais (ex. Plano Municipal de Transporte, Legislação ambiental).

Observa-se que a implantação de empreendimentos de grande porte, sobretudo do setor imobiliário, tende a ser estimuladas em que haja uma avaliação acurada dos

## 5. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

impactos futuros sobre a gestão municipal. Apesar da crescente demanda por licenciamento desse tipo de empreendimento nos últimos anos, ainda não há reconhecimento da prioridade de análise das condições de inserção urbana, de valorização imobiliária, de aspectos ambientais e sociais ou da própria capacidade do município em oferecer serviços após a sua implantação.

QUADRO 02: Situação urbanística de Marabá

Município		CMPU	PD	ZEIS	ZPEA	MIIE	MRIE	CMT	PMT	CMMA	LEA
Região Metropolitana de Marabá	Marabá										
	São Domingos do Araguaia										
	Bom Jesus do Tocantins										
	São João do Araguaia										
	Nova Ipixuna										
Outros municípios	Parauapebas										
	Belém										

**Legenda:**

SIM     NÃO

**CMPU** - Conselho municipal de política urbana

**PU** - Plano Diretor

**ZEIS** - Zona/área de interesse social

**ZPEA** - Zona/área de proteção ou controle ambiental

**MIIE** - Mecanismos de incentivo à implantação de empreendimento

**MRIE** - Mecanismos de restrição à implantação de empreendimento

**CMT** - Conselho municipal de transporte

**PMT** - Plano Municipal de Transporte

**CMMA** - Conselho municipal de meio ambiente

**LEA** - Legislação específica para tratar da questão ambiental

FONTE: Munic, 2014.

## 6. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

---

Desde 2006 está em formação uma nova fronteira de expansão imobiliária em cidades como Marabá e Parauapebas, acompanhando o processo de fortalecimento do setor imobiliário no país, após as mudanças institucionais, o aumento do fluxo de recursos e a retomada do crescimento econômico nacional, a partir de 2005. Este processo alcançou seu ápice em 2009, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (ROYER, 2009; SHIMBO, 2010), quando as empresas imobiliárias nacionais expandiram sua ação por todo o país, segundo uma rígida gestão da produção massificada, e com expectativa de enorme lucratividade (FIX, 2011; MELAZZO, 2013).

O novo arranjo fomentado pelo Estado repercutiu sobre as estratégias das empresas do setor imobiliário e da construção civil. E entre 2005 e 2008, ocorreram importantes transformações no circuito imobiliário nacional com entrada das principais empresas do setor na bolsa de valores, através da "oferta públicas de ação" (OPA). Este movimento permitiu uma capitalização extraordinária das empresas e viabilizou a expansão territorial e a formação de bancos de terras urbanas em diversas cidades brasileiras (landbanks) (FIX, 2011; CARDOSO et al, 2014).

Em 2009, com a chegada do programa MCMV, ampliou-se o acesso das faixas de baixa renda ao mercado formal, essa mudança deu um novo sentido à estimativa do déficit habitacional, transformado pelo mercado em um mecanismo de análise de demanda. Em função disso, observou-se uma forte tendência de expansão das empresas em direção às periferias, e centros não metropolitanos, como as cidades de Marabá e Parauapebas, onde as expressivas taxas de déficit habitacional combinavam-se ao preço da terra relativamente menor, em particular, de terras rurais, imediatamente transformadas em áreas urbanizadas com a implantação dos novos empreendimentos.

A condição socioeconômica de Marabá e Parauapebas também contribui para torná-las atrativas para grandes investimentos imobiliários. Em Parauapebas, a principal razão foi sua forte vinculação à dinâmica da mineração e à

## 6. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

---

grande alta no preço do minério de ferro, ocorrida em 2008. Essa alta coincidiu com o cenário institucional favorável ao setor imobiliário de capital privado no país, e foi seguida pelo lançamento do PMCMV no ano consecutivo. Já em Marabá, o aquecimento do setor imobiliário foi alavancado em 2009, após o lançamento dos primeiros empreendimentos do PMCMV para os segmentos de média e baixa renda e, fortalecido com a expectativa de atração de investimentos e afluxo de mão-de-obra, após o anúncio dos projetos ALPA (Vale) e ALINE (SinoBrás), em 2010. Em ambos os casos, as recém-criadas empresas regionais do setor imobiliário rapidamente se associaram às empresas nacionais (construtoras e incorporadoras), impulsionando um novo ciclo de expansão urbana nessas cidades, fortemente alimentado por ações do Estado tanto a nível local como nacional.

Iniciativas dessa natureza marcam a chegada de capital imobiliário intensivo, com assimilação de formas de capitalização avançadas, que se manifestam na cidade através da presença de incorporadoras de capital aberto, ou de empresas associadas (por joint-venture) ou mesmo totalmente controladas por fundos de investimentos imobiliários. Essa foi uma novidade, em um contexto até então caracterizado por práticas e relações eminentemente mercantis, em que o mercado imobiliário, era comandado por proprietários fundiários locais, muitas vezes detentores de grande poder político, econômico e social.

Neste contexto, foi comum a participação das elites econômicas locais, composta por empresários da indústria agrícola, madeireira, extrativa mineral, do comércio varejista (supermercados, concessionárias de veículos, postos de gasolina, lojas de materiais de construção, etc.), pecuaristas e proprietários fundiários, na formação da nova frente de expansão imobiliária. Para estes segmentos econômicos as operações de transformação urbana se configuraram em uma oportunidade promissora de diversificação de investimentos e de acumulação. A cidade se transformou em base logística para concentração dos excedentes obtidos nos setores agrário, comercial e, em



## 6. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

---

fronteira de valorização de diversas frações do capital privado. A convergência de interesses entre empresariado local e regional e as incorporadoras e construtoras externas, somadas ao expressivo apoio oferecido pelo Estado foram determinantes para a conversão da cidade em uma espécie de “máquina imobiliária de crescimento”.

Neste período, foram deflagrados diversos processos de estruturação urbana, viabilizados por grandes investimentos do setor público em obras de infraestrutura viária, urbanização, saneamento e habitação, principalmente em Marabá, por meio da alocação massiva de recursos federais através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). De modo diverso, em Parauapebas, a nova frente de expansão urbana foi liderada predominantemente pela iniciativa privada. O setor público atuou de forma bastante incremental e com recursos próprios até 2009. Somente em 2010, houve o aumento da operação pública no setor urbano, com o início da contratação de projetos subsidiados por investimentos federais.

No âmbito privado, coube aos atores locais à articulação as incorporadoras nacionais e a mobilização para realização de grandes empreendimentos (muitos, até então inéditos nessas cidades), com reflexos sobre a criação de novas centralidades urbanas, a partir da construção de shopping centers, condomínios fechados, loteamentos, hotéis, hipermercados, centros educacionais (escolas, faculdades) e outros produtos associados à expansão do mercado imobiliário (CARDOSO, NEGRÃO, 2013).

A partir de 2009, com lançamento do PMCMV, observou-se uma mudança no perfil de operacionalização da política habitacional, alinhada com o movimento de expansão da fronteira imobiliária. Se até então as formas de negociação entre os atores que controlavam o mercado fundiário e imobiliário eram baseadas em acordos pessoais e práticas de especulação e extração da renda da terra em pequena escala, com a chegada do programa MCMV, esse arranjo foi associado a mecanismos que permitiram a ampliação da escala de operações do setor da construção

## 6. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

civil e a eliminação de barreiras espaço-temporais impostas à reprodução do capital no espaço urbano, como os limites de demanda e a produção em áreas periféricas (NETO, 2011). Com a criação da lei federal 11.977 que regulamenta o Programa Minha Casa Minha Vida, houve uma tentativa de fortalecer institucionalmente a política habitacional dos municípios de pequeno e médio porte, para viabilizar a contratação de empreendimentos pelo programa. Em Parauapebas, houve a criação da Secretaria de Habitação (SEHAB) e a estruturação desse órgão para a elaboração de projetos e regulação normativa (ex. Plano de Habitação de Interesse Social/PLHIS). De modo diverso, em Marabá, durante a primeira rodada de contratações do programa (2009-2011) os empreendimentos foram viabilizados sem que as recomendações previstas na lei do PMCMV fossem atendidas, na ocasião a prefeitura assumiu o compromisso de executar as orientações após as contratações. Vale ressaltar, que somente em 2014 o Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS) foi aprovado, após a mudança de gestão do município e, que as obras aprovadas no PMCMV 1, apresentaram problemas de diversas ordens, tanto na unidade habitacional (ex. materiais construtivos de baixa qualidade), quanto de infraestrutura (ex. sub dimensionamento do sistema de drenagem, rompimento da rede de esgoto, iluminação pública precária)

FIGURA 55: Alagamento no empreendimento “Vale do Tocantins”, após o início do período chuvoso em Marabá.



Autor: Milena Castro (2014).

## 7. BIBLIOGRAFIA

---

- BECKER, Bertha. (2005b). Dinâmica Urbana na Amazônia. In: Diniz, C. C., Lemos, M. B. Economia e Território. Belo Horizonte, EUFMG. Pp. 401-428.
- CAMARGO, José Geraldo da Cunha. Urbanismo rural. Brasília, DF: Gráfica Gutemberg, 1973.
- CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. IE/UNICAMP, Campinas, v. 177, n. 1, p.1-22, maio 2010.
- CARDOSO, A. C. O problema das escalas e o desafio do urbano na Amazônia Oriental. In: REIS, A. F. (Org.). Arquitetura, Urbanidade e Meio Ambiente. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 200p.
- CARDOSO, A. C.; NEGRÃO, M. Das máquinas autoritárias de planejamento do século XX, às máquinas de crescimento urbano do século XXI. In: ENANPUR, 15, 2013, Recife. Anais Encontros Nacionais da ANPUR. Recife: RBEUR, 2013.
- COSTA, F. A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.35-52, jun. 2009. Semestral.
- FERREIRA, Vanessa Cardoso; DINIZ, Sibelle Cornélio; SILVA, Harley. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.61-76, nov. 2013. Semestral.
- FIX, M. de A. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 2011. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, Unicamp, Campinas, 2011.
- HOLANDA, A. A Nova Política de Habitação de Interesse Social no Pará (2007-2010): avanços e limites. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 2011.
- IBGE. Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- INPE. Projeto UrbisAmazônia. Relatório de Missão de Campo. São José dos Campos, 2012.

## 7. BIBLIOGRAFIA

---

CARDOSO, A. C. O problema das escalas e o desafio do urbano na Amazônia Oriental. Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010. Cd-rom.

CARDOSO, A. C.; MELO, A. C.; GOMES, T. V. Programa Minha Casa Minha Vida na Região Norte: Balanço e Desafios. 2014 (no prelo).

COELHO et al, 2005. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 8, n. 2, p. 73-107, dez. 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010. Belo Horizonte: FJP, 2013. 80 p.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ (IDESP). Avaliação das intervenções do poder público na questão habitacional no Pará. Belém, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). Brasília: Ipea, 2013. 20 p. Disponível em : <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/130517\\_notatecnicadirur01.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf)>. Acesso em: 01 set. 2013.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 4. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p.

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 2, p.29-40, set. 2013. Trimestral.

MELLO, Sandra. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/ SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Base de Dados PMCMV – Chamada MCTI/ CNPq/ MCidades no 11/ 2012. Brasília: MCidades/SNH, 2013. (dados de dez/2012, cessão da base em 20/08/2013).

## 7. BIBLIOGRAFIA

---

MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR 1994 (1994): 169-181.

RAIOL, José de Andrade (coord.) Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá. Pará, Belém: 2010. Disponível em : <<http://www.pnuma.org/deat1/pdf/2010%20-%20GEO%20Maraba.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

ROYER, L. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. 2009. 194 f. Tese (Doutorado), Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. O espaço dividido. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 440 p.

SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 113 p. (Geografia: Teoria e Realidade).

SATHLER, D.; MONTE-MÓR, R. L.; CARVALHO, J. A. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 19, n. 01, p.01-30, 01 abr. 2009. Trimestral.

SHIMBO, L. Z. Habitação social, habitação de mercado. A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos. 2010. 361 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010.

TOURINHO, Helena Lúcia Zaguri. Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá. Belém, 1991. 270 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

# Anexos



Cidade: MARABÁ

Distrito:

# CIDADE NOVA

O Distrito Cidade Nova é o núcleo mais populoso e o segundo mais densamente povoado do município, possui a maior concentração comercial municipal. É considerada a segunda área de ocupação regular mais antiga de Marabá, tendo seu processo iniciado em 1920. Sua ocupação está diretamente ligada as enchentes que atingem o Distrito de Marabá Pioneira.

O distrito apresenta uma área total de 2104 km<sup>2</sup>, uma população total de 55.232 hab, e densidade populacional de 37,21 hab/km.



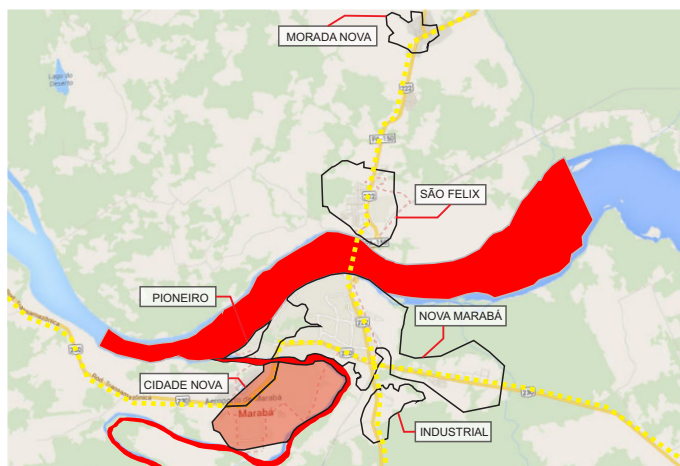
**Figura 1 - Condomínio Vertical**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

A constituição do Núcleo da cidade Nova está relacionada ao processo de expansão espontânea da cidade de Marabá devido ao intenso fluxo migratório.

Até meados da década de 70 o bairro era caracterizado majoritariamente por ruas com terra batida, casas improvisadas, ausência de saneamento básico, energia elétrica e asfaltamento, elementos que denunciam a precariedade deste núcleo.

Atualmente, o Distrito já conta com o projeto de instalações de rede em três bacias, ruas asfaltadas e está passando por um processo de regularização fundiária dos domicílios.



**Figura 2 - Distrito Cidade Nova**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

O distrito é predominantemente residencial, com algumas áreas de comércio local. Sua tipologia dominante é horizontal, com ruas largas e calçadas irregulares. Os Bairros dessa região apresentam pouca vegetação e áreas livres, entretanto ainda possuem um alto potencial construtivo.



**Figura 3 - Condições de Infraestrutura**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



**Figura 4 - Tipologias encontradas**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

Cidade: MARABÁ

Distrito:

# MARABÁ PIONEIRA

O núcleo pioneiro de Marabá apresenta uma organização espacial com fortes relações com a dinâmica dos rios. Este primeiro núcleo abriga edificações de valor histórico e uma aglomeração comercial. Essa parte do município enfrentou grandes problemas com as enchentes, o que obrigou seus moradores a se deslocarem para outras áreas da cidade.

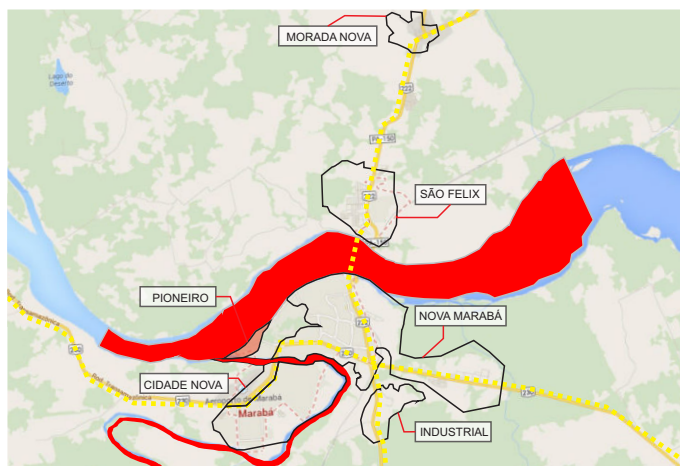
As formas espaciais deste bairro apresentam ruas mais estreitas e casas pequenas em madeira e alvenaria, muitas ainda sobrevivem a partir de trabalho relacionado com o rio ou com pequenos comércios informais. O modo de vida dessa parcela de moradores está relacionado com a dinâmica ribeirinha, em que suas relações estão diretamente ligadas ao movimento das marés.



**Figura 1- Estrutura Viária**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

Com a implantação das novas dinâmicas econômicas na cidade, houve mudanças de caráter infraestrutural neste espaço da cidade; algumas ruas foram alargadas e pavimentadas e um eixo comercial de maior porte foi estruturado no Distrito. Parte da paisagem foi marcada pelo uso mais intensivo do solo associados ao varejo de luxo.



**Figura2 - Marabá Pioneira**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

Este núcleo apresenta um único eixo central, que o conecta com os demais distritos, e nele concentra os estabelecimentos comerciais e de serviços. Apresenta também o eixo da orla, onde oferece atividades de lazer, com presença de restaurantes, bares, lanchonetes e residências.



**Figura3- Condições de saneamento**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



**Figura4 - Tipologias residenciais**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



Cidade: MARABÁ

Distrito:

# NOVA MARABÁ

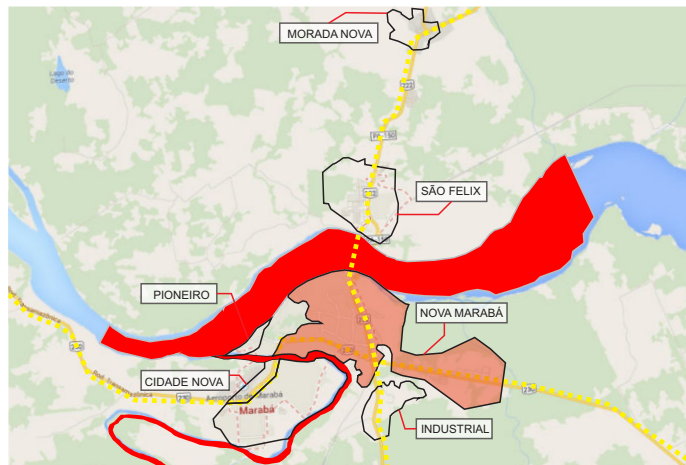
A Nova Marabá é um distrito urbano do município que foi planejado para funcionar como um único bairro e subdividido em folhas. O bairro original foi concebido e planejado pelo urbanista Joaquim Guedes e estabelecido na década de 1970. Apesar da ideia original ser um “núcleo de equilíbrio”, a cidade planejada apresentava um alto grau de precariedade como as condições de saneamento básico e ruas ainda em terra batida. Segundo Vincentini (1994), Nova Marabá foi implantada como principal objetivo servir como centro de apoio aos grandes projetos, de maneira a receber fluxos migratórios e prestar serviço à região.



**Figura 1 - Estrutura Viária**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

O desenho urbano, “considerado excêntrico”, nunca foi totalmente assimilado pela população, de maneira que a prefeitura teve que intervir e criar pontes de conexão entre as folhas (VINCENTINI, 1994).



**Figura2 - Nova Marabá**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

Atualmente o distrito de Nova Marabá é uma das áreas mais valorizadas e consolidada da cidade. É predominantemente horizontal e residencial, apresenta ruas largas e amplas calçadas. Os lotes são grandes o que permite afastamentos entre as edificações.



**Figura3 - Calçadas e recuos das residências**

Fonte: Taynara Gomes



**Figura4 - Tipologias Residenciais**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

Cidade: MARABÁ

Distrito:

# SÃO FELIX

São Felix é o distrito urbano que apresenta atualmente os maiores índices de crescimentos populacional da cidade. O distrito é uma das áreas de ocupação mais antigas do município, tendo se iniciado na década de 1930.

Sua ocupação se deu com ciclo econômico das gemas e do extrativismo vegetal, surgindo assim os primeiros povoados deste núcleo. Com a construção da Ponte Mista, ligando São Felix aos demais distritos, e que serviria para escoar a produção mineral pela estrada de ferro, houve um maior fluxo populacional para essa região.



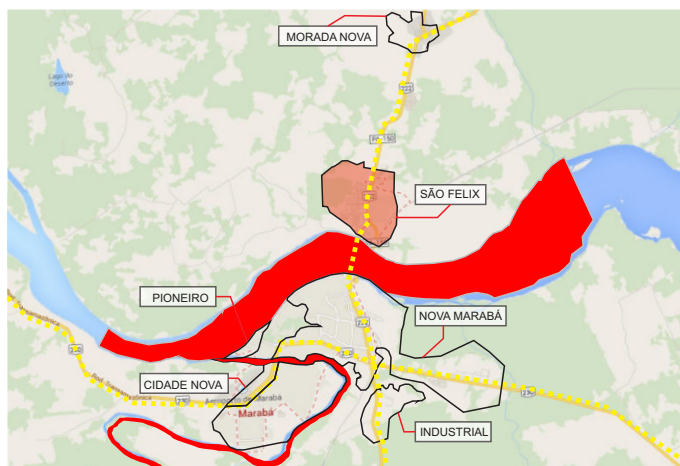
**Figura 1 - Forma de Ocupação**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

Atualmente o Distrito de São Felix apresenta as áreas mais tradicionais, compostas pelos bairros de São Felix I, São Felix II e São Felix III. O grau de precariedade nesses bairros são grandes. As ruas não são pavimentadas, não apresenta rede de esgoto e água e os córregos são extremamente poluídos.

Em paralelo as ocupações tradicionais, o distrito conta com empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, que construiu 1090 unidades habitacionais na região e está construindo mais 4000 unidades.

A linha de produção do PMCMV atraiu outros investidores que estão produzindo novos loteamentos nesta mesma região.



**Figura 2 - São Felix**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

Entretanto o Distrito de São Felix não recebeu investimentos compatíveis para atender essa nova demanda populacional, logo não apresenta estrutura e serviços com suporte para esses empreendimentos



**Figura 3 - Precariedade de Infraestrutura**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



**Figura 4 - Tipologia habitacional MCMV**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



Cidade: MARABÁ

Distrito:

# MORADA NOVA

O distrito de Morada Nova é o mais distante do Núcleo Central de Marabá. A sua ocupação começou com a abertura da rodovia que integrava o sudeste do Pará, e dessa forma os primeiros colonos começaram a estabelecer-se na nessa região e em pouco tempo esta área encontrava-se completamente ocupada.

A partir da década de 70 instalam-se as madeireiras e serrarias que formam o primeiro parque industrial de Morada Nova.



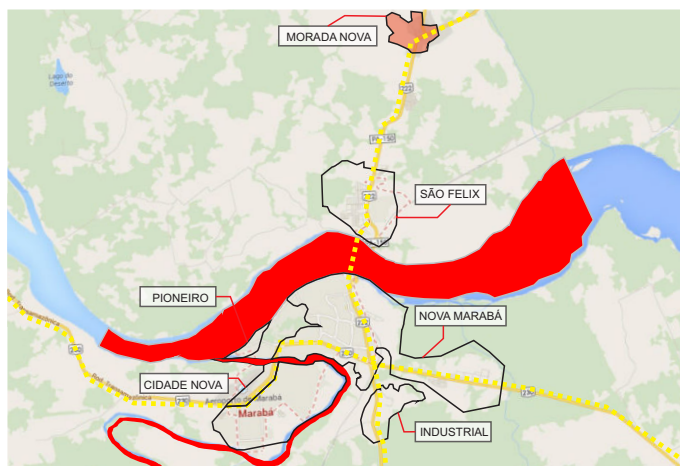
**Figura 1 - Tipologia Habitacional MCMV**

Fonte: Taynara Gomes

O distrito de Morada Nova apresenta uma malha em quadrícula que por sua vez é bem articulada com a malha rodoviária, o que contribuiu para o crescimento demográfico deste núcleo.

A precariedade de infraestrutura, redes de abastecimento, saneamento, serviços e transporte faz desse distrito um dos mais precários em comparação aos outros da cidade.

Uma nova dinâmica está sendo implantada na área em função da produção habitacional com o programa minha casa minha vida. Um empreendimento está em fase de entrega e outro já está em fase de aprovação para esse distrito.



**Figura2 - Morada Nova**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes



**Figura3 - Estrutura Viária**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



**Figura4 - Rua em Terra Batida**

Fonte: Taynara Gomes

# ÁREAS INFORMAIS

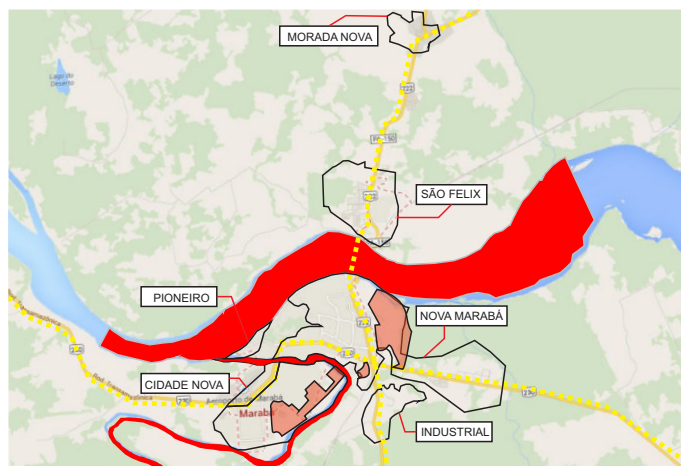
O município de Marabá apresenta uma enorme quantidade de área ocupada informalmente. Atualmente Marabá apresenta 22 ocupações urbanas, dentre áreas públicas e particulares e se calcula o déficit entorno de 50% da população (RODRIGUES, 2010). Algumas ocupações já estão consolidadas há muito tempo e hoje já estão passando pelo processo de regularização fundiária.



**Figura1 - Estrutura viária**  
Fonte: Taynara Gomes, 2013

A expectativa da implantação da ALPA e a chegada da Sinobras, assim como a expansão do polo industrial de Marabá contribuíram para a elevação dos preços dos aluguéis e decisivamente para a elevação dos preços dos terrenos.

Os bairros que já estão em processo de regularização fundiária estão recebendo um projeto de infraestrutura urbana, onde serão implantadas redes de saneamento básico. A maioria da população dessas áreas não possuem água, sistema de esgoto, transporte público, equipamentos urbanos.



**Figura2 - Áreas Informais**  
Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes



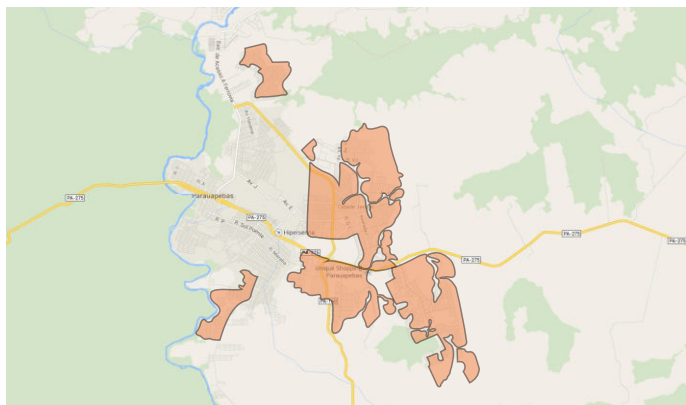
**Figura3 - Condição de Infraestrutura**  
Fonte:Taynara Gomes, 2013



**Figura 4 - Tipologia Residencial**  
Fonte: Taynara Gomes, 2013



# LOTEAMENTOS



**Figura 1 - Loteamentos**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Tayanara Gomes

A configuração urbana de Parauapebas em grande parte é composta por grandes loteamentos que se concentram no eixo da PA 275. Os principais são os loteamentos Cidade Jardim e Nova Carajás.

Entre suas principais características estão a heterogeneidade do público alvo, pelo grande porte dos empreendimentos, eles conseguem atender a diversas demandas. Ambos são loteamentos urbanizados e não apresentam a lógica condominial, permitindo inclusive a possibilidade de se ter lotes comerciais dentro do residencial.

Essa nova dinâmica imobiliária chegou ao município em função dos grandes investimentos, do grande fluxo migratório, além das mudanças institucionais para o setor imobiliário e do



**Figura - Estrutura viária**

Fonte: Tayanara Gomes, 2013

aumento do fluxo de recursos financeiros para o mercado privado visando o atendimento da classe média e alta, além das camadas de baixa renda.



**Figura3 - Tipologias residenciais**

Fonte: Tayanara Gomes, 2013

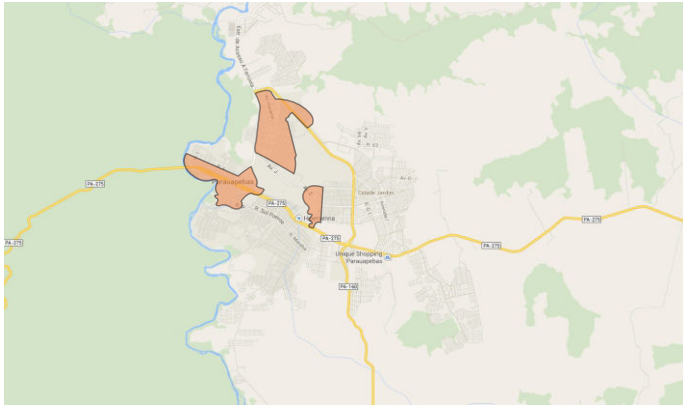
Numa lógica característica da mercantilização da terra urbana na Amazônia, a expansão do setor imobiliário com a abertura de loteamentos acontece sem que haja o acompanhamento da questão ambiental, neste sentido, os empreendimentos ultrapassam os limites entre o rural e o urbano nas cidades médias, e torna-se lugar-comum a conversão da terra em seu estado primitivo (floresta) em perímetro urbano, sendo frequente a mudança dos limites do perímetro urbano autorizada por entes municipais.



**Figura 4 - Comércio estabelecido**

Fonte: Tayanara Gomes

# BAIRROS CONSOLIDADOS



**Figura 1 - Bairros Consolidados**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

Os primeiros bairros da cidade começaram como pequenos povoados com uma infraestrutura precária, mas em função dos grandes investimentos feitos em Carajás acabaram se consolidando e apresentando uma condição de acessibilidade infraestrutura melhor que as demais áreas. Esses bairros concentram também os principais corredores de comércio e serviços da cidade.



**Figura 2 - Tipologias habitacionais**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

Entretanto por serem os bairros mais antigos, também apresentam ocupação horizontal, bastante adensada, com poucas áreas verdes ou áreas livres. Após sua consolidação surgiram ocupações irregulares no seu entorno, sobrecarregando a capacidade de atendimento da infraestrutura e de serviços urbanos.



**Figura 3 - Sistema Viário**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

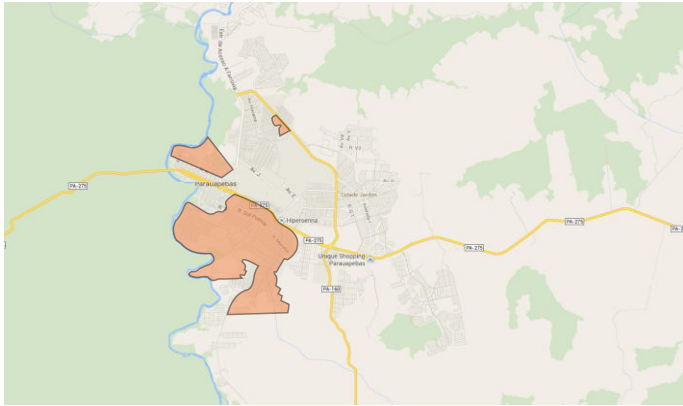


**Figura 4 - Padrão de ocupação**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



# BAIRROS INFORMAIS



**Figura1 - Bairros Informais**

Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

A dinâmica econômica implantada no município atraiu grande demanda populacional, sem que o município estivesse preparado para acompanhar a velocidade das transformações em curso, ocasionando a ocupação de terras livres, principalmente em áreas ambientalmente sensíveis e sujeitas à preservação permanente (APP), como encostas de morros, matas ciliares, cursos d'água, várzeas, etc. e. No entanto, houve a consolidação dessas ocupações, antes que investimentos em provisão de infraestrutura ou solução da precariedade vigente fossem realizados.



**Figura2 - Padrão de ocupação**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

Apenas algumas ruas possuem pavimentação adequada, observa-se também que as tipologias habitacionais são bastante improvisadas, sendo frequente o uso da madeira e materiais de baixa qualidade, além da ocupação de áreas livres, ausência de serviços e equipamentos públicos, assim como falta de integração entre os bairros e um constante espraiamento dessas ocupações.



**Figura 3 - Estrutura Viária**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



**Figura 4 - Tipologias Residenciais**

Fonte: Taynara Gomes, 2013

# EMPREENDIMENTOS MINHA CASA MINHA VIDA



**Figura 1 - Empreendimentos Minha Casa Minha Vida**  
Fonte: Google Earth, 2014 . Elaboração: Taynara Gomes

Simultaneamente à implantação dos loteamentos pelo setor privado, ocorre a produção habitacional pública para a demanda social, através do Programa Minha Casa Minha Vida. No Município de Parauapebas atualmente existem três empreendimentos contratados pelo programa, o Residencial Bairro dos Minérios, Residencial Rio Verdes e Residencial Nova Carajás.

O produção oficial para a demanda social ainda é muito baixa tendo em vista as taxas de crescimento da população da cidade e o grau de informalidade existente em outros bairros de ocupação irregular.



**Figura 2 - Tipologia Habitacional MCMV**  
Fonte: Taynara Gomes, 2013

Os problemas nesses empreendimentos são os mais diversos. Problemas ambientais, com empreendimentos rodeados por áreas de preservação ambiental já estão ocupadas ou destruídas, canalização de córregos e rios que cortam os residenciais. Além de problemas de infraestrutura, serviços e acessibilidade, associados à localização dos empreendimentos nas franjas do município.



**Figura 3 - Unidades Habitacionais em construção**

Fonte : Taynara Gomes, 2013



**Figura 4 - Área para locação do empreendimento**

Fonte: Taynara Gomes, 2013



# Canaã dos Carajás

# SUMÁRIO

---

<b>1. HISTÓRICO</b>	<b>02</b>
<b>2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO</b>	<b>04</b>
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO</b>	<b>09</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO</b>	<b>11</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>13</b>
<b>7. ANEXOS</b>	<b>15</b>
7.1. Densidade de Ocupação e Média de Valores dos Lotes	

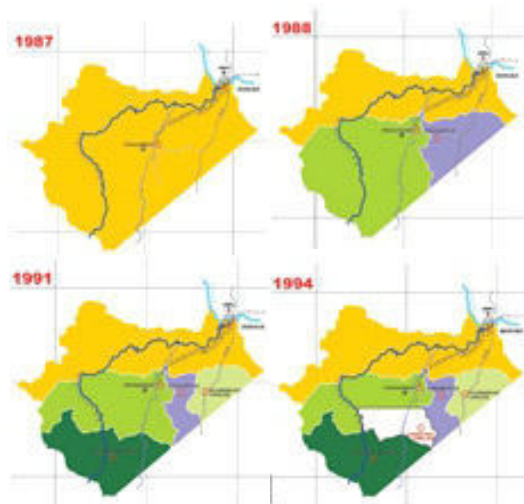
# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 01: Localização do Município de Canaã dos Carajás



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.

IMAGEM 02: Municípios emancipados de Parauapebas no período de 1987 a 1994.



FONTE: Diagonal Urbana, 2011.

O território de Canaã dos Carajás nasceu do projeto de colonização realizado pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) na região sudeste do estado do Pará em gleba arrecadada na porção sul do município de Parauapebas no ano de 1982. O projeto de colonização tinha como objetivo minimizar conflitos fundiários na região conhecida como "bico do papagaio" e dar suporte a oferta de alimentos, como arroz, milho e feijão, a frente de exploração mineral instalada na região de Carajás (Projeto Grande Carajás), iniciada pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na década de 1980.

O projeto de colonização assentou um total 1.551 famílias, dentre estas, somente 816 receberam título definitivo da terra. Com a extinção do GETAT em 1985, o auxílio técnico e financeiro ao pequeno produtor definiu, assim como todos os objetivos do projeto, provocando estagnação na região e empobrecimento do colono e sua família, que como alternativa de sobrevivência abandonou e/ou vendeu sua propriedade para produtores de maior capital. Estima-se que somente 10% do total de famílias assentadas pelo Getat permaneceram em suas terras na década de 1990. Este momento marcou o declínio da agricultura e o avanço da pecuária extensiva como principal atividade econômica local.

A ação das instituições estatais foi de significativa importância para a constituição do padrão de uso e ocupação dos espaços rurais em Canaã dos Carajás. Na atuação tanto do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) quanto do GETAT, houve severa descontinuidade na gestão dos investimentos e incentivos ofertados ao pequeno agricultor, por outro lado o Estado ampliou os investimentos em empreendimentos privados e grandes proprietários de terras mediante a SUDAM, o que contribuiu para a conformação de um padrão de desigualdade na distribuição e acesso à terra e infraestrutura social e urbana.

O processo de ocupação territorial e desenvolvimento da atividade econômica em Canaã dos Carajás caracterizou-se pela presença de madeireiros, fazendeiros e do pequeno produtor no ciclo de produção do setor primário, que se iniciou desde as primeiras ocupações espontâneas do território na década de 1970 e foi incrementado pelo projeto de colonização realizado pelo Estado (GETAT) na década 1980. Predominou até o início da década de 2000, quando o setor secundário, a partir da implantação da atividade de exploração mineral, foi assumindo o papel de destaque e potencializou o desenvolvimento dos setores de comércio e serviço e iniciou o processo de urbanização do município.

A frente de exploração mineral expandiu-se na região sudeste do Pará provocando aumento nos dados de população, na demanda por serviços urbanos e infraestrutura, alterando as características rurais locais a partir da inserção de novos agentes sociais com práticas, estratégias e padrões de consumo diferenciados do tradicional local. A pressão pelo acesso à terra, de um lado exercida pelos grandes proprietários do agronegócio, e de outro pela empresa mineradora, diminuiu consideravelmente a pequena propriedade baseada na agricultura tradicional, desdobrando-se na queda da área

# 1. HISTÓRICO

destinada ao plantio na região e na ocupação de terras das comunidades tradicionais.

Nesse mosaico de atividades produtivas (agricultura, pecuária e mineração) e de demanda pela terra, a pressão social em favor da emancipação da área, então integrada ao município de Parauapebas, culminou com a criação do município de Canaã dos Carajás pela lei nº 5.860 em 5 de outubro de 1994. Em 1º de janeiro de 1997 prefeito e vereadores, eleitos em outubro de 1996, tomam posse, instalando efetivamente o município, com a seguinte composição territorial: um núcleo urbano, sete vilas e uma extensa zona rural. Neste período, a principal atividade econômica do município ainda é o agronegócio, este cenário começa a mudar em 2002 quando a empresa Vale S/A inicia a implantação da primeira mina de extração de cobre em Canaã dos Carajás, a mina Serra-Sossego.

QUDRO 01: Principais atividades econômicas, agentes sociais e tipo de ocupação de Canaã dos Carajás no período de 1970 a 2010.

	<b>DÉCADA 1970</b>	<b>DÉCADA 1980</b>	<b>DÉCADA 1990</b>	<b>DÉCADA 2000</b>	<b>DÉCADA 2010</b>
ATIVIDADE PRODUTIVA	AGROPECUÁRIA DE PEQUENO PORTE EXPLORAÇÃO DE MADEIRA	AGRICULTURA PEQUENO PORTE	GARIMPO IRREGULAR ÁREA DO SOSSEGO	EXPLORAÇÃO MINERAL AMPLIAÇÃO DO COMERCIO E SERVIÇO	LOTEAMENTOS URBANOS DE CARÁTER PRIVADO
GRUPO SOCIAL	FAZENDEIROS E MADEIREIROS	COLONOS	MIGRANTES SEM QUALIFICAÇÃO (AVENTUREIROS)	MÃO DE OBRA QUALIFICADA E NÃO QUALIFICADA	ESPECULADORES, IMOBILIÁRIAS DE CAPITAL LOCAL, REGIONAL E NACIONAL
TIPO DE OCUPAÇÃO	ESPONTÂNEA	ESTADO (GETAT)	ESPONTÂNEA - SEGUINDO A FRENTE DE EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MINÉRIO	ESPONTÂNEA E DIRECIONADA - SEGUINDO A FRENTE DE EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO	BAIXO ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DOS LOTEAMENTOS

## 2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGEM 03: Localização do CEDERE II na divisão territorial posterior as emancipações



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.

IMAGEM 04: Localização do CEDERE II e os principais eixos viários estabelecidos pelo GETAT.



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.

O núcleo urbano de Canaã dos Carajás formou-se no trecho dos cinco lotes que constituíam o Centro de Desenvolvimento Regional II (CEDERE II), centro melhor infra estruturado. A localização exerceu um papel fundamental para a consolidação do núcleo, que estava situado no entroncamento de vias construídas pelo GETAT, consideradas o principal ponto de acesso em direção ao município de Parauapebas e entre as propriedades rurais dos colonos.

A consolidação e expansão deste pequeno núcleo infra-estruturado possui relação com o fim do apoio técnico e financeiro aos colonos assentados, o que causou o empobrecimento deste à medida em que a produção agrícola foi decrescendo a cada ano; e com a instalação do garimpo do Sossego, que provocou a migração espontânea de trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Vale ressaltar que neste contexto, final da década de 1980 e início da década de 1990, o ocorrido no garimpo de Serra Pelada nos anos 1980 fazia-se muito presente no imaginário de cada garimpeiro, e isto impulsionava os deslocamentos em direção a novas áreas de exploração.

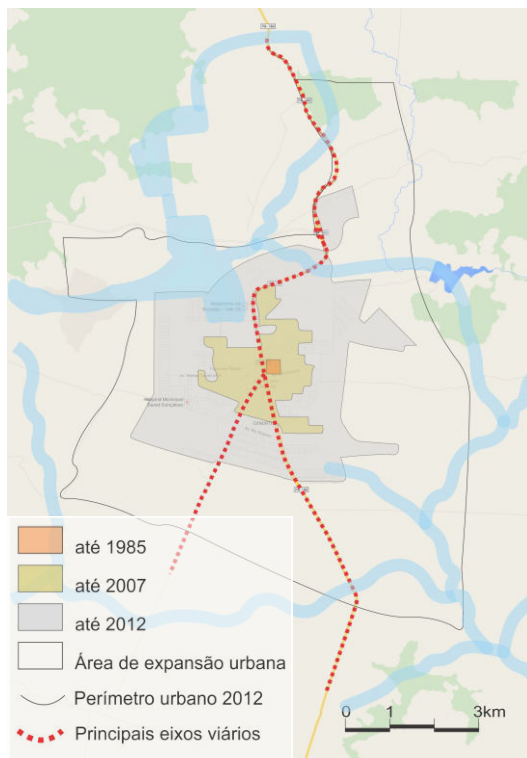
A área urbana de Canaã dos Carajás se estruturou por dois distintos eixos: o da rodovia VE-03 (atual Av. Weyne Cavalcante) e o da rodovia VS-14b (atual Av. Pioneiros); ambos os eixos concentram os usos comercial, de serviços e residencial. A VE-03 era o principal acesso ao CEDERE II (atual centro urbano). A VS-14b consolidou-se ainda na época do GETAT, como a principal ligação entre os lotes rurais recém implantados e os serviços e infraestrutura existentes.

Colonos que não abandonaram ou venderam suas propriedades, para se manterem nelas passaram a produzir e comercializar para atender a demanda interna formada pelos garimpeiros da área do Sossego. O temor em ter sua propriedade ocupada de forma ilegal, em razão do contingente de migrantes do garimpo, levou alguns colonos a parcelarem, de forma irregular, suas propriedades em lotes sem infraestrutura para comercializar a preços acessíveis, sobretudo os que localizavam-se próximos ao núcleo infraestruturado estabelecido pelo GETAT (CEDERE II). A inversão no destino da produção, que passou a tender a demanda local e não mais dar suporte ao Programa Grande Carajás, como estratégia de sobrevivência do colono e sua família, junto a atividade de parcelamento ilegal de suas propriedades, possibilitaram a ampliação do comércio local e a expansão do núcleo urbano.



## 2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGEM 05: Evolução Urbana município de Canaã dos Carajás, período 1985 a 2012



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.  
Elaboração: Christiane Costa

IMAGEM 06: Padrão concentrado na oferta de infraestrutura básica em Canaã dos Carajás



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.  
Elaboração: Christiane Costa

As vias do projeto de assentamento (VE-03 e VS-14b) tornaram-se os principais eixos de estruturação do tecido urbano, concentrando comércio, serviços e infraestrutura. As propriedades rurais, contíguas a estas vias, tornaram-se na prática lotes urbano sem nenhuma infraestrutura, destinados a usos como o comercial, residencial e de serviços. A expansão do tecido urbano seguiu o prolongamento das vias no sentido norte-sul (Av. Weyne Cavalcante) e sudoeste (Av. Pioneiros), com a abertura de novos bairros. A expansão do núcleo urbano e a consequente formação de bairros em Canaã dos Carajás, ocorreu de forma irregular, pois estendeu-se sobre pequenas e médias propriedades tecnicamente rurais que foram parceladas e vendidas sem consulta ao INCRA, sem observação a critérios técnicos de parcelamento (Lei nº 6766/79) e sem um mínimo de infraestrutura.

A partir dos anos 2000, com o início da atividade de exploração mineral pela Vale S/A no município de Canaã dos Carajás, iniciou-se um novo momento de migração seguindo a frente de trabalho da exploração mineral, que diferentemente do garimpo, exige um certo grau de capacitação da mão de obra, e uma nova expansão do tecido urbano. O elevado grau de expansão do tecido urbano, a ampliação do setor de comércio e serviço, a comercialização ilegal de lotes sem infraestrutura para fins habitacionais e a ocupação ilegal de propriedades públicas e privadas e de áreas de risco, revelam que a necessidade de capacitação da mão de obra não representou uma barreira para o deslocamento de pessoas sem qualificação para a área do projeto.

Em 18 anos, o tecido urbano do município de Canaã dos Carajás cresceu aproximadamente 600%, passando de uma extensão de 500 metros (em linha reta), menos de 1km<sup>2</sup>, em 1985 para 3 mil metros (em linha reta) em 2003. Com a implantação e funcionamento da mina Serra-Sossego pela Vale S/A em 2002 - 2004, viu-se o surgimento de um mercado de terra urbana no município, ainda ilegal - uma vez que o município como um todo ainda era tido como rural -, apesar de já apresentar uma área urbana central consolidada. A infraestrutura implantada pela Vale S/A como medida socioambiental do projeto Sossego não se estendeu às áreas mais periféricas e se concentrou na área central, seguindo o eixo viário da Av. Weyne Cavalcante (VE-03), e nas áreas destinadas a habitação dos funcionários da mineradora, localizadas no nordeste (bairro Jardim das Palmeiras).

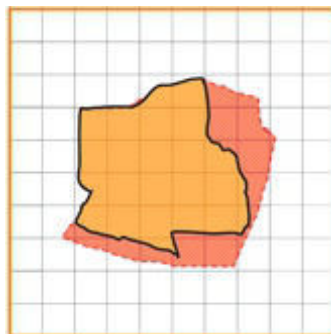
## 2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGENS 07 A 11: Alterações legais realizadas no limite do perímetro urbano no período de 2008 a 2012

 Limite do Perímetro Urbano (LPU)

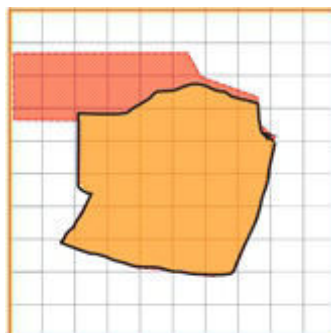
 Ampliação legal do LPU

 1 km<sup>2</sup>



O perímetro urbano estabelecido pelo PDPCC em 2007 foi alterado em 2008 pela lei nº 195, incluindo terras situadas na porção nordeste e sul.

Ampliação: aproximadamente 7km<sup>2</sup>



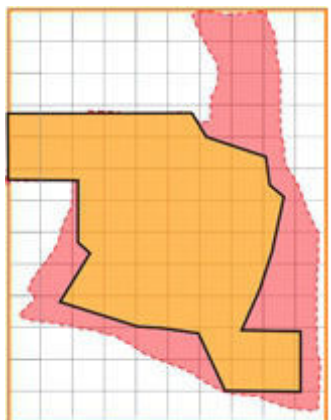
O perímetro urbano estabelecido pela lei nº 195/2008 foi alterado em 2010 pela lei nº 254, incluindo terras situadas na porção noroeste.

Ampliação: aproximadamente 10 km<sup>2</sup>



O perímetro urbano estabelecido pela lei nº 254/2010 foi alterado em 2011 pela lei nº 258, incluindo faixa de terra situada na porção sudeste.

Ampliação: aproximadamente 6 km<sup>2</sup>

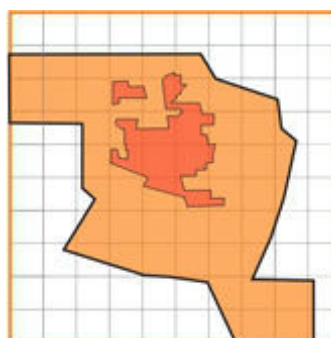


O perímetro urbano estabelecido pela lei nº 258/2011 foi alterado em 2012 pela lei nº 557, incluindo porções de terras situadas ao norte, leste, sul, sudeste e sudoeste. A ampliação: estimativa de 15 a 20 km<sup>2</sup>

A mineradora Vale S/A implantou pavimentação, sistema de água potável (barragem e reservatório, estação de tratamento e rede de distribuição), sistema de esgotamento sanitário (rede de coleta e estação de tratamento) e rede pluvial em parte do núcleo urbano, estas obras além de estarem associadas as medidas socioambientais do projeto de exploração mineral Serra-Soossego, estão vinculadas a um novo modelo de ocupação do espaço pela mineradora, que optou por integrar à cidade as unidades habitacionais destinadas a seus funcionários, bem como os equipamentos culturais, institucionais, etc. (hospital, centro cultural, escola, creche), diferentemente da decisão tomada em Parauapebas, em que a CVRD optou por concentrar toda infraestrutura em um núcleo populacional planejado localizado na serra, a vila de Carajás. As residências e equipamentos distribuíram-se na área central do núcleo urbano e no bairro Jardim das Palmeiras. Esta ação promoveu um padrão concentrado na distribuição de infraestrutura e serviços, bem como uma forte valorização fundiária em relação aos demais espaços periféricos.

Com a atividade de exploração mineral, a entrada de um contingente populacional seguindo as frentes de trabalho formal e informal, a ampliação significativa do comércio e serviços e implantação de infraestrutura (rede de água, iluminação e pavimentação) em setores localizados do núcleo urbano pela mineradora, Canaã dos Carajás, criada a partir de um projeto de assentamento agrícola e com função de dar apoio na oferta de produtos da agricultura para o Projeto Carajás, tem suas características, essencialmente rural no padrão de uso e ocupação do espaço, no modo de produção e nas tipologias construtivas, modificadas para um modelo predominantemente urbano, com lógica de mercado (capitalista) e tipologias construtivas modernas.

Com a aprovação do Plano Diretor Participativo Municipal (PDPCC- Lei nº 162 de 2007) e a delimitação do perímetro urbano, aumentou sobremaneira a pressão dos proprietários fundiários para terem suas propriedades incluídas no limite do perímetro urbano estabelecido pela lei, esta pressão resultou em sucessivas alterações na legislação municipal.



Aqui torna-se mais evidente a articulação de caráter especulativo entre proprietários fundiários e o poder público local na ampliação do perímetro urbano municipal objetivando a arrecadação de renda fundiária. Pois, o grau de consolidação do tecido urbano em 2011 não justificaria tais ampliações excessivas e consecutivas. No entanto, para os proprietários fundiários, suas propriedades na zona urbana representam maior facilidade de negócios.



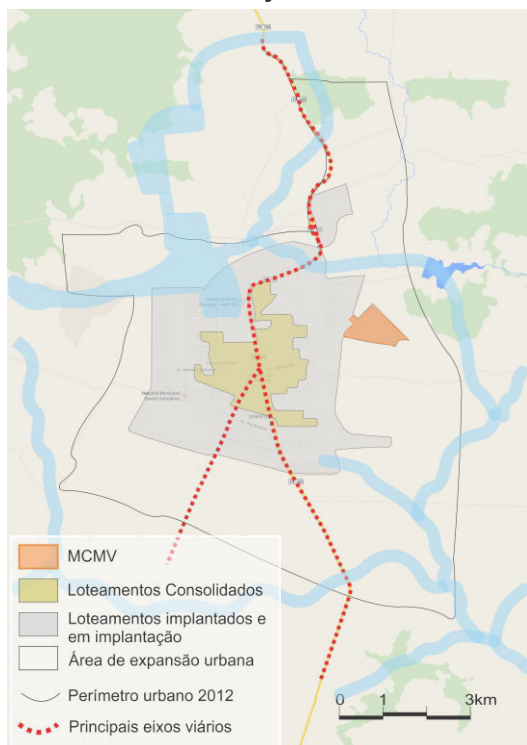
## 2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGEM 12: Localização de Loteamentos



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.  
Elaboração: Christiane Costa

IMAGEM 13: Localização de Loteamentos



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.  
Elaboração: Christiane Costa

A urbanização, com conseqüente crescimento da cidade, inseriu o proprietário fundiário como principal agente na conversão do uso da terra rural em urbana. Com a abertura de novas frentes de trabalho, sobretudo de exploração mineral, a demanda por terra urbana cresceu sobremaneira na região, e o proprietário fundiário passou a atuar também como loteador imobiliário, se apropriando da renda fundiária originada pelos usos urbanos.

A acelerada transição na predominância de uma economia agrária para uma economia industrial/urbana implicou em uma transferência de ativos daquele setor para este setor, e isto é evidenciado pelo crescimento da participação de proprietários fundiários em atividades voltadas a atender a demanda urbana, como o comércio varejista, construção civil, e sobretudo, pela conversão de terras rurais em terra urbana para fins de loteamento. Este processo de transferência de ativos teve seu primeiro momento com a implantação da mina Serra-Sossego, em 2004, quando proprietários fundiários parcelaram suas terras para comercializar com migrantes oriundos da frente de exploração mineral. Legitimou-se nos anos de 2007 e 2008 com a doação pelo INCRA da primeira légua patrimonial ao município e com a aprovação do Plano Diretor Participativo Municipal (PDPCC- Lei nº 162 de 2007), e foi sustada a partir de 2011 pela entrada de empresas de capital nacional (ex. NOVA Bairros Planejados e Buriti) no ramo da produção de loteamentos urbanos.

O crescimento da atividade mineral, o desenvolvimento do setor terciário e o fluxo migratório, responsáveis pelo aumento na demanda por terra urbana e infraestrutura, alteraram significativamente as características de produção espacial no município. Além de potencializarem parcelamentos ilegais de propriedades rurais - o que provocou irregularidades entre a malha consolidada e a dos novos parcelamentos -, inseriu o modo de produção capitalista nas relações de apropriação espacial e produção habitacional.

Para Mercês (2011, apud RIBEIRO, 1997) estas formas de produção são originadas a partir da combinação e/ou disputa entre os interesses dos capitalistas, proprietários fundiários e dos usuários. Em linhas gerais, a forma de produção capitalista do espaço de moradia é compreendida pela produção de moradias/edificações orientada pela lógica de mercado, atribuindo às edificações e ao espaço status de mercadoria, em que o valor de troca é capitalizado pelo proprietário fundiário ou de imóvel no momento da comercialização. Este é o princípio fundamental do conceito de renda fundiária. Já a forma de produção não capitalista consiste na produção de edificações/moradias sob a égide do valor de uso, não tendo como objetivo a arrecadação de renda.

## 2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGEM 14: Área centra – concentração de comércio, serviços e pessoas.



FONTE:  
Campo, 2013.

IMAGEM 15: Área periférica – empreendimento com 100% dos lotes comercializados de ocupação edilícia rarefeita

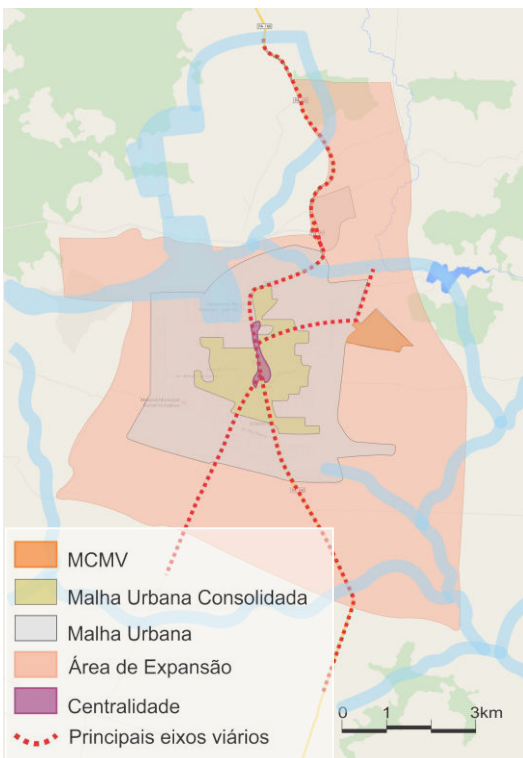


FONTE:  
Campo, 2013.

É evidente o descompasso entre a produção capitalista e não capitalista do espaço de moradia no município. O volume de empreendimentos imobiliários do setor privado nos últimos anos é consideravelmente superior ao fornecimento de moradia pelo Estado, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida, que é o principal agente da produção não capitalista. Esse descompasso existente aumenta o número de contratos temporários de uso da terra e também potencializa formas de ocupação espontâneas, uma vez que a parcela considerada da população não possui potencial econômico para adquirir os lotes produzidos pelo setor privado.

A produção de habitação de interesse social pelo poder público através de programas federais ainda é insuficiente, mantendo o padrão de oferta de lotes ou habitação mais baratas e distantes do centro de comércio e serviço para os mais pobres. Há articulação entre os agentes sociais, a saber: proprietário fundiário, gestão local e imobiliárias na produção de novos empreendimentos cujos lotes são, em sua grande maioria, adquiridos para especulação, dado o baixo índice de ocupação nesses novos empreendimentos e o sucesso nas vendas. Essa estratégia resulta no espraiamento da cidade, agravado pela ausência quase total de transporte público coletivo.

IMAGEN 16: Distância do centro de comércio e serviço em relação as habitações de baixa renda



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.  
Elaboração: Christiane Costa

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

IMAGEM 17: Modelo de habitação em Canaã dos Carajás.



FONTE: Campo, 2013.

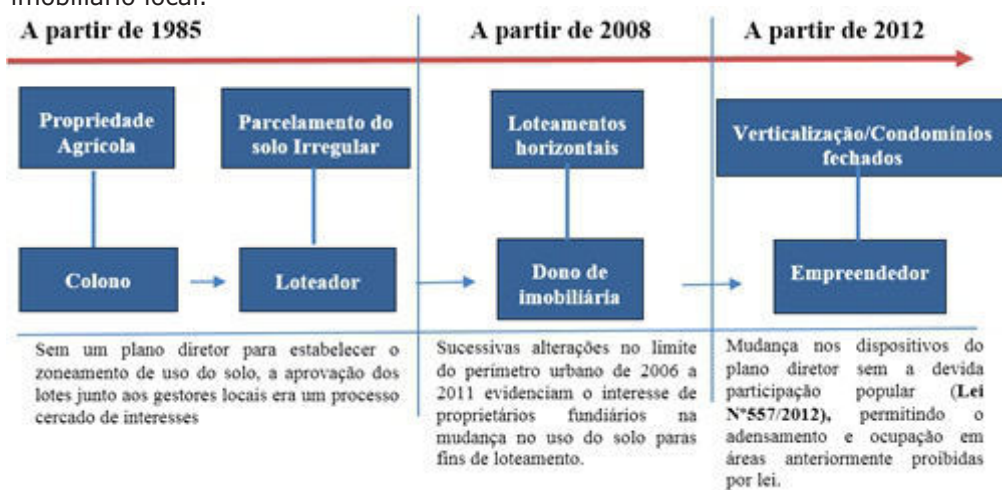
Os primeiros parcelamentos do solo em Canaã dos Carajás ocorreram no final da década de 1990 e início da década de 2000 nas terras doadas pelo GETATE aos colonos, sob a justificativa de evitar a ocupação ilegal da propriedade por migrantes de outros municípios do estado que se deslocaram para a região para explorar cobre/ouro de forma ilegal na área conhecida como Sossego. O medo em ter sua propriedade invadida motivou alguns proprietários fundiários a parcelarem suas terras e vender estes lotes a preços acessíveis aos próprios imigrantes.

Em meados da década de 2000, a produção de lotes era de domínio das imobiliárias locais, como a Moreira empreendimentos e JB imobiliária. Com baixo capital de investimento e a falta de regulação e fiscalização do poder público local, as primeiras glebas loteadas não possuíam infraestrutura e nem documento de posse e propriedade; o recibo de pagamento pela terra era o principal comprovante da negociação entre loteador e comprador.

As imobiliárias de natureza regional e nacional passaram a atuar efetivamente na cidade a partir de 2010/2011, em função da expectativa de mercado excepcional gerada pelos valores de investimentos da mineradora para implantar e operar a mina de ferro S11D na região. Estas empresas, sobretudo a de natureza nacional (ex. NOVA Bairros planejados), são empresas que possuem maior capital de investimento, podendo portanto oferecer maior qualidade na infraestrutura do lote produzido e maiores quantidades de lotes. Além de apresentarem novos conceitos em moradia (estilo de morar dos grandes centros do país) em alguns de seus empreendimentos.

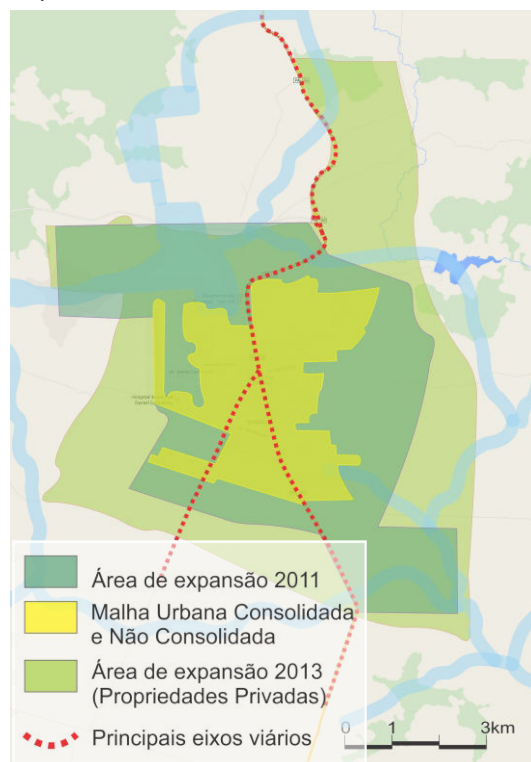
Com a recente mudança ocorrida no limite do perímetro urbano do município pela lei N°557/2012, ampliou-se, mais uma vez, a capacidade de lotes na área urbana. Segundo informações da pesquisa de campo, a imobiliária "NOVA, Bairros Planejados" possui um banco de terras com capacidade para 40 mil lotes, a serem lançados por etapas nos próximos anos. A expectativa de crescimento populacional, no trabalho e na renda local, assim como no atuação de especuladores fundiários e imobiliários de outras regiões, são consideradas condições excepcionais para a produção e comercialização de lotes.

QUDRO 02: Trajetória do agente imobiliário local.



### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR IMOBILIÁRIO

IMAGEM 18: Malha urbana e Área de expansão.



FONTE: Diagonal Urbana, 2006.  
Elaboração: Christiane Costa

O ano de 2012 foi o de maior número de empreendimentos aprovados, isto deve-se ao início das obras de implantação da mina de ferro S11D - momento excepcional para o mercado imobiliário. O momento para a comercialização de lotes é tão positivo, que em apenas 36 horas todos os lotes de um mesmo empreendimento foram vendidos, mesmo com uma exigência mínima de R\$ 16 mil no ato da negociação. Embora as vendas sejam um sucesso, isso não se traduz no aumento do índice de ocupação, denotando o perfil especulativo dos compradores, que em sua grande maioria são de outras regiões.

Os lotes são vendidos pelas imobiliárias a preços que variam de R\$ 80 mil a R\$ 300 mil, com entrada mínima de 2% do valor total, o restante pode ser parcelado em até 180 meses (15 anos). A procura por lotes é intensa, a grande maioria dos lotes foram comprados direto das imobiliárias e colocados à venda novamente por seus proprietários mediante corretores, em que sofrem outra elevação de preço. A valorização fundiária é suportada pelos compradores/ especuladores mediante o financiamento a longo prazo. O problema da solvabilidade, que consiste no alto valor da mercadoria moradia em comparação ao potencial de compra da população local, é superada a medida em que os prazos de financiamento são ampliados pelas financiadoras, permitindo pagamento a parcelas menores durante períodos mais longos, mas ainda assim a necessidade de pagamento no ato da negociação no valor mínimo que varia de 5% a 10%, dependendo do estabelecido pelo proprietário do lote, limita o acesso a população assalariada e aos que ocupam postos de trabalho informais.



## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

---

Os riscos de um crescimento urbano atrelado ao ciclo da mineração são preocupantes, neste sentido, em 2005 o município em parceria com a empresa Vale S/A criou a Agência Canaã (Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás) com o objetivo de diversificar as atividades produtivas de forma a tornar o município independente do circuito minerador. E assim, promover o desenvolvimento sócio-ambiental, econômico, local, integrado e sustentável do município de Canaã dos Carajás e região, procurando, para tanto, harmonizar o crescimento econômico e a inclusão social com a exploração racional de seus recursos físicos, humanos e naturais, ampliar as oportunidades de negócios, a melhoria da qualidade de vida da população, a melhoria da renda "per capita" e de emprego compatível com a dignidade humana (AGÊNCIA CANAÃ, 2007).

No entanto, a instituição pouco tem contribuído para evitar o quadro pós mineração, ainda mais alarmante com a "euforia" vivida com a implantação da mina S11D. As principais barreiras para uma ação efetiva da agência são: ter a mineradora como principal parceira e financiadora dos projetos da agência, visto que os investimentos estão aquém do esperado para o incremento de novas atividades e desenvolvimento de uma economia sustentável; a participação direta da mineradora e seus interesses nas decisões da agência, uma vez que participa diretamente da composição do núcleo gestor; a carência de profissionais; dificuldade de captação de recursos financeiros de outras fontes; estrutura física precária; ausência de transporte e de uma política de regularização fundiária eficaz e eficiente.

A agência, criada com expectativa de ampliar seu raio de atuação para municípios próximos, diante das dificuldades expostas, não tem sido efetiva no próprio município de Canaã dos Carajás em nove anos de atuação. Ações pontuais são realizadas pela agência, mas pouco representam diante do cenário local e da necessidade vital em diversificar a economia e proteger o meio ambiente natural.

Acerca da expansão urbana consequente da mineração, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Urbano municipal (IDURB), uma autarquia municipal com objetivo de coordenar e executar políticas de desenvolvimento urbano e habitacional, além desempenhar o papel de fiscalizador do cumprimento das disposições contidas no Plano Diretor de 2007 e no Código de Postura municipal. Sua estrutura administrativa envolve dentre outras competências, assuntos acerca do patrimônio imobiliário, da regularização fundiária, de projetos habitacionais, do parcelamento e uso do solo e de compras e licitações.

O IDURB é a instituição responsável pela aprovação e fiscalização de projetos de loteamentos, mas a carência em profissionais dos setores da construção civil, como arquitetos, engenheiros e técnicos em edificação, para avaliação técnica da grande quantidade de projetos que lhe é submetido dificulta a ação de fiscalização e controle do processo de expansão urbana.

A velocidade com que as transformações sócio espaciais ocorrem no município, seja pelo intenso fluxo migratório diário

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

---

migratório diário, seja pela dependência da economia local do preço do minério no cenário internacional, torna a atividade de enfrentamento das questões urbanas complexa, uma vez que os problemas crescem a níveis elevadíssimos em pouco tempo se comparado às capitais nacionais que não são sedes de projetos de mineração. Por exemplo, o dimensionamento das redes de infraestrutura, cálculo que possui relação direta com a estimativa populacional, corre o risco de ser defasado caso a expectativa de crescimento populacional supere os números previsto pela gestão local, ou corre o risco de ser subutilizado caso a expectativa de crescimento populacional não se confirme ou sofra severa retração, sobretudo após a fase de implantação da mina.

Sob a perspectiva da gestão municipal, a expansão urbana via abertura de novas áreas para loteamento pelo setor privado transfere para este uma obrigação do poder municipal, qual seja o de fornecer infraestrutura básica a estes novos espaços. Cabe aqui destacar, que a implantação da infraestrutura pelo setor privado, obrigatória para a aprovação do empreendimento junto ao IDURB (Instituto de Desenvolvimento Urbano), significa ampliação da rede no setor urbano, configurando o principal argumento no discurso de desenvolvimento local. A associação entre estes agentes (proprietário fundiário, município e imobiliárias) favorece o discurso acerca da "necessidade" de crescimento, justificando perante a sociedade as ações da gestão local que favorecem as práticas dos agentes envolvidos na produção de loteamentos, mas que na realidade escondem articulações e interesses entorno do rendimento financeiro que esta prática proporciona.

A atuação da gestão local diante deste processo é mais contundente em exercer pressão nas imobiliárias e loteadores na garantia dos serviços de infraestrutura nos loteamentos, do que impedir que essa expansão de caráter especulativo continue a avançar sobre áreas de preservação ambiental e zonas onde este tipo de uso não é permitido. Esta pressão da gestão local, em melhor infraestrutura nos loteamentos, engendrou outra valorização, pois quanto maior for o rigor da aprovação no que refere-se a qualidade dos lotes ofertados (infraestrutura), maior será o custo de sua produção, e este custo será repassado ao comprador provocando outra alta nos preços.

O ritmo exigido para adequação/assimilação ao rigor técnico e a demanda originada com a entrada da mineradora e seu modelo baseado no paradigma industrial/urbano dos grandes centros do país, é acelerado em relação a estrutura do contexto local, isto apresenta-se como a principal barreira para consolidação do mercado local de produtos e serviços e para a atuação de profissionais locais. Esta realidade impede a diversificação no arranjo produtivo, além de estabelecer duas realidades: a vivida pelos funcionários de melhor remuneração (Vale S/A e cargos públicos), que tem suas demandas atendidas em outras localidades; e a vivida pelos menos abastados (assalariados, trabalhadores informais, etc.), que não tem acesso a estes serviços, produtos e atendimento em função da dificuldade na fixação destes no contexto local.

## 5. CONCLUSÃO

---

É indiscutível o fato de que o acelerado processo de urbanização de Canaã dos Carajás tem suas origens com a entrada e desenvolvimento da exploração mineral, que provocou profundas transformações nas relações sociais, no modo de organização e apropriação do espaço pelos atores sociais locais, a partir da inserção da lógica capitalista e da presença de atores sociais não-locais com interesses e estratégias próprias, sobretudo no espaço urbano. Com a mineração, o município de característica rural foi submetido a uma significativa ampliação de seu contingente populacional e de seu setor terciário, instalando um processo de implosão (LEFEBVRE, 1999) de seu centro urbano, passando a concentrar serviços e comércio, mão de obra e de mercado consumidor.

A acelerada mudança nas características de fronteira amazônica a partir da inserção de novos agentes sociais com práticas, estratégias e interesses, que alteraram (e vem alterando) a estrutura espacial tradicional, essencialmente rural no padrão de uso e ocupação do espaço, no modo de produção e nas tipologias construtivas, para um modelo predominantemente urbano, com lógica de mercado (capitalista) e tipologias construtivas modernas/contemporâneas, imprimiu uma expansão de cidades que ocorre dentro de uma lógica de mercado, a saber: mercado especulativo, gerado a partir de uma expectativa. Esta, que tem suas origens junto aos projetos de exploração mineral que se desenvolvem na região.

Essa mudança que vem ocorrendo nas cidades amazônicas, está em sua grande maioria vinculada, e portanto, dependente de fatores exógenos, como a atividade de exploração mineral. Outro ponto que chama atenção neste processo é que ele ocorre desvinculado de um planejamento do Estado, é uma expansão conduzida pelo mercado, ou melhor, baseada na especulação, onde os interesses particulares além de prevalecerem aos da sociedade em geral, influenciam nas políticas públicas locais.

Diante desta perspectiva, constatou-se em Canaã dos Carajás, conhecida pelo potencial em recursos minerais, mas também pela precariedade na oferta de serviços sociais, infraestrutura urbana, regulação fundiária e de fragilidade técnica e estrutural do poder público municipal, ocorre um acelerado processo de expansão de cidades desassociado das políticas públicas de planejamento e gestão territorial. Expansão que se manifesta pela conversão do uso da terra rural em glebas urbanas para fins de loteamento, imprimindo na cidade uma lógica de mercado com forte especulação fundiária e imobiliária que é legitimada a partir do discurso do desenvolvimento, expandindo assim, a prática maciça de produção de valores de troca, ampliando a degradação ambiental e as desigualdades sócio espaciais.



## 5. CONCLUSÃO

---

É indiscutível o fato de que o acelerado processo de urbanização de Canaã dos Carajás tem suas origens com a entrada e desenvolvimento da exploração mineral, que provocou profundas transformações nas relações sociais, no modo de organização e apropriação do espaço pelos atores sociais locais a partir da inserção da lógica capitalista e da presença de atores sociais não-locais com interesses e estratégias próprias, sobretudo no espaço urbano. Com a mineração, o município de característica rural foi submetido a uma significativa ampliação de seu contingente populacional e de seu setor terciário, instalando um processo de implosão (LEFEBVRE, 1999) de seu centro urbano, passando a concentrar serviços e comércio, mão de obra e de mercado consumidor.

As transformações espaciais ocorridas no município, são conduzidas pelo setor privado, portanto, atreladas a interesses do mercado e de particulares, evidenciando padrões de uso e ocupação do território distintos dos tradicionais e manifestando estratégias rentistas dos agentes sociais. Novas estratégias, assim como a presença desses novos agentes sociais na região, geraram demandas sociais e urbanas em um contexto historicamente conhecido pela precariedade destes serviços e de fragilidade técnica e estrutural do poder público local em atendê-las.

# Anexos

## 7.1. DENSIDADE DE OCUPAÇÃO E MÉDIA DE VALORES DOS LOTES

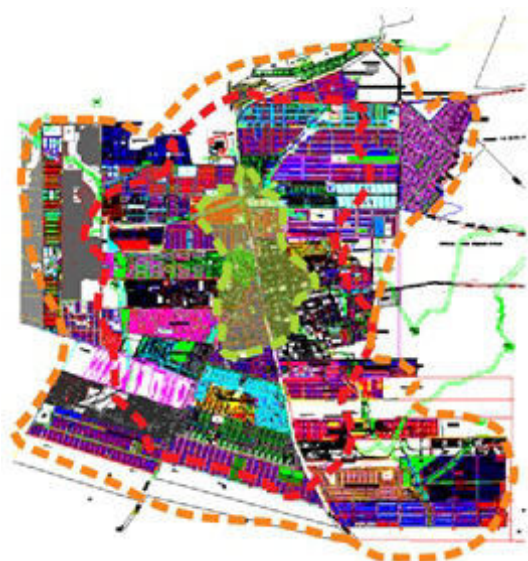
IMAGEM 19 A 23: Malha urbana

### ÁREA CENTRAL

**Área central** – apresenta o maior número de construções e maior densidade de ocupação. Servida de infraestrutura básica, e concentra a maior quantidade de estabelecimentos



FONTE: Campo, 2013.



### ÁREA INTERMEDIÁRIA

**Área “intermediária”** - loteada no passado, sobretudo por imobiliárias locais e proprietários fundiários, apresenta algumas construções pulverizadas no espaço (vazios urbanos); algumas atividades comerciais já iniciaram deslocamento para a área, predominância para as estâncias, lojas de materiais



FONTE: Campo, 2013.

### ÁREA PERIFÉRICA / NOVOS EMPREENDIMENTOS

**Área Periférica / Novos empreendimentos** - apesar do sucesso e velocidade nas vendas, apresentam baixa densidade de ocupação (vazios urbanos), algumas ocupações informais; é um verdadeiro canteiro de obras: provisão de infraestrutura.



FONTE: Campo, 2013.

Altamira

# SUMÁRIO

---

<b>1. LOCALIZAÇÃO</b>	<b>02</b>
<b>2. HISTÓRICO</b>	<b>03</b>
<b>3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO</b>	<b>06</b>
<b>4. NOVAS PERSPECTIVAS</b>	<b>08</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b>	<b>11</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>12</b>

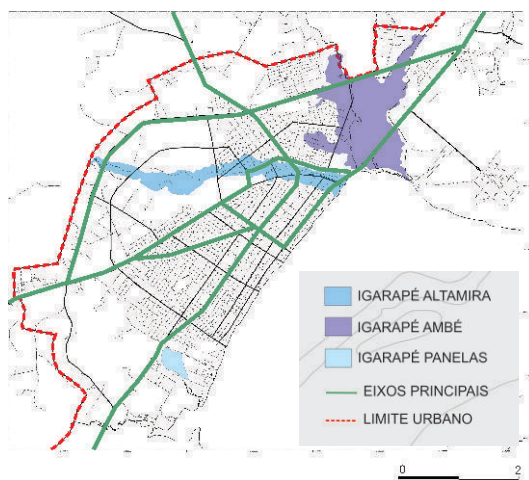
# 1. LOCALIZAÇÃO

IMAGEM 01: Localização de Altamira



FONTE: WikiPedia, 2014.

IMAGEM 02: Localização dos Igarapés



FONTE: Technum, 2010  
Elaboração: Lucas Cândido

O município de Altamira está localizado no Oeste do Estado do Pará, com uma população estimada em 106.768 habitantes (IBGE, 2014), e destaca-se por ser o maior município em extensão territorial. A sede fica às margens do rio Xingu e é cortada por três igarapés: Ambé, Panelas e Altamira.

A cidade é de porte médio, sendo considerada como um importante polo polarizador da região sul do estado. De acordo com Regic (2007), a cidade enquadra-se como Centro Sub-regional B<sup>1</sup> e possui como região de influência os seguintes municípios: Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.

1. Centro Sub-regional B: cidades onde se manifestam atividades de gestão menos complexas e níveis intermediários de gestão territorial, de área de atuação e de relacionamentos externos mais reduzidos (Regic, 2007).

## 2. HISTÓRICO

A origem do município de Altamira possui relação com a presença dos jesuítas que lá permaneceram até 1750. Após vencerem a volta do grande do Xingu, os missionários fundaram uma missão religiosa na margem esquerda do rio Xingu, acima da foz do igarapé Panelas, com objetivo de catequizar os índios (Technum, 2010).

Durante este período, as dificuldades de locomoção encontradas em virtude da floresta densa e das cachoeiras e corredeira presentes no rio Xingu, levaram à construção de uma estrada primitiva, ligando a missão à localidade de Cachoeirinha. No entanto, com a ascensão ao poder em Portugal do Marquês de Pombal no século XVIII, as obras anteriormente realizadas na Amazônia pelos jesuítas foram irremediavelmente perdidas (Technum, 2010).

A reconstrução da estrada que viabilizaria a penetração nos rios Iri e Fresco foi retomada em meados do século XIX, pelos Capuchos da Piedade, realizada por escravos e índios, que ligou o baixo ao médio Xingu (atual São Félix do Xingu) e que propiciou afluentes a montante do rio Xingu, visando a exploração da borracha.

A abundância de seringais nativos na região do Xingu fortaleceu sua função de entreposto comercial (PARÁ, 1981) e consolidou uma ocupação permanente, inicialmente na foz do igarapé Panelas, alicerçada no sistema de aviamento, tendo como suporte uma rede de núcleos articulados pela circulação fluvial que se manteve até a segunda metade do século XX. Durante este período, a ocupação da área urbana de Altamira desenvolveu-se às margens do rio, onde se localizou um centro político, religioso e comercial, dando origem ao primeiro bairro (Technum, 2010).

A crise da borracha e a proibição do mercado de peles de animais, levou o município a um processo de estagnação econômica, e por consequência do crescimento urbano, que só foi retomado na década de 70, quando o município foi alvo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN), que tinha como objetivo a ocupação territorial e a exploração de recursos naturais (Alonso e Castro, 2006).

A estratégia do II PDN pautava-se em projetos como: a) O Plano de Integração Nacional (PIN) que resultou na construção da BR 230; b) Os Projetos Integrados de Colonização<sup>2</sup> (PIC's) ao longo da rodovia Transamazônica que desapropriou uma parte do território para construção de

IMAGEM 03: Polígono de desapropriação do município de Altamira



FONTE: Technum, 2010 - Elaboração: Lucas Cândido

2. As terras destinadas aos colonos foram divididas em lotes de 100 ha tanto na faixa marginal (500 m x 2.000 m), quanto ao longo das estradas vicinais (400 m x 2.500 m). O projeto previa, também, a construção, a cada cinco quilômetros, de uma estrada vicinal e de um travessão com duplo objetivo: penetração no interior do território para acesso aos lotes mais ao fundo e permitir o escoamento da produção agropecuária. Cerca de 6.300 famílias foram assentadas pelo projeto PIC – Altamira.



## 2. HISTÓRICO

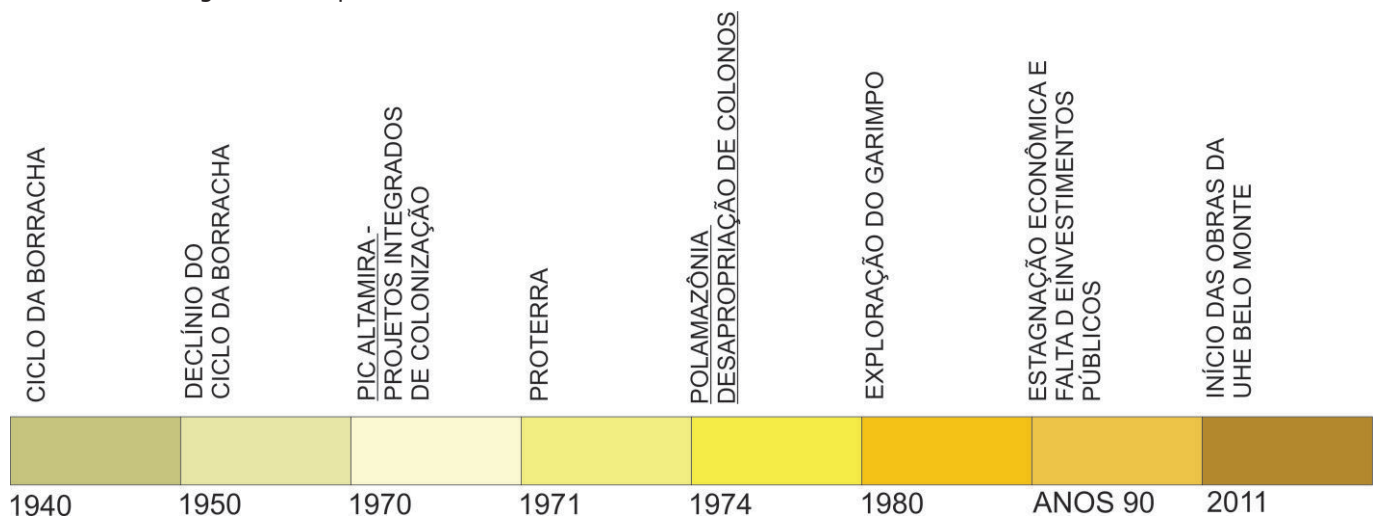
que desapropriou uma parte do território para construção de agrovilas, agrópolis, Rurópolis, além dos PIC's; o governo instaurou o Programa de Redistribuição de Terra – PROTERRA, com o propósito de facilitar a aquisição de terras, melhorar as condições de trabalho e igualmente promover a agroindústria no nordeste e na Amazônia; e c) o Polamazônia que incentivou as atividades agropecuárias e reorientou o processo de ocupação desse território que passou a ter a empresa agrícola como centralidade. Com isso, Altamira tornou-se um dos 15 polos agropecuários e agrominerais projetados para o Estado do Pará (HALL, 1989).

Para a criação do polo agropecuário houve a necessidade de liberação de terras que resultou na expropriação de colonos assentados pelos projetos anteriores, contrariando os objetivos da colonização e proporcionando o deslocamento rural-urbano. Na segunda metade da década de 1980, localidades como a Ilha Fazenda e Ressaca passaram a atrair pessoas para as atividades de garimpo; quando esta atividade entrou em declínio, foi a cidade de Altamira que recebeu este contingente populacional. Altamira foi se delineando como uma estrutura de serviços e, enquanto tal, ponto de apoio social, político e econômico regional (Technum, 2010).

Nos anos 90, por falta de investimento público a cidade passou por um período de estagnação. Observa-se nesse período um processo de ocupação da população de baixa renda nas margens do Igarapé Altamira e o início de um processo de periferização que se estende até o ano de 2002, assim como, a ocupação do restante da orla, com edificações de melhor padrão (Technum, 2010).

Incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) do Governo Federal que previu para esta região a construção da hidrelétrica de Belo Monte e o asfaltamento da BR 230 - Transamazônica, a cidade tornou-se novamente alvo de um intenso fluxo migratório, que se intensificou com início das obras da hidrelétrica em 2011.

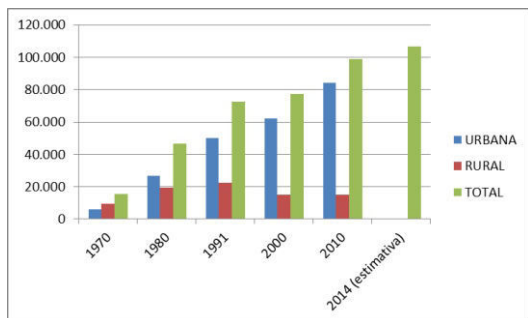
IMAGEM 04: Régua do tempo



FONTE: Technum, 2010 - Elaboração: Lucas Cândido

## 2. HISTÓRICO

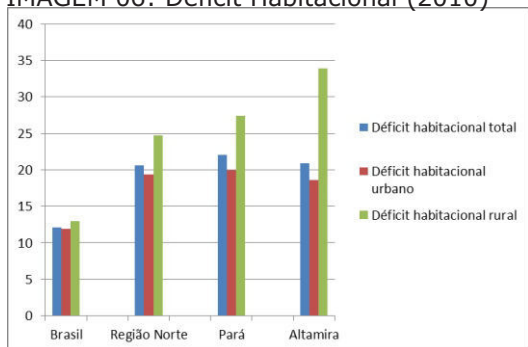
IMAGEM 05: Dado Populacional de Altamira



FONTE: IBGE (Dados censitários)

Elaboração:

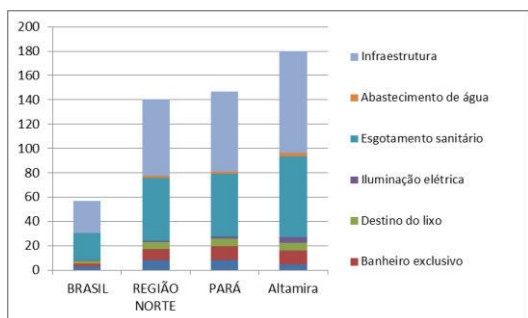
IMAGEM 06: Déficit Habitacional (2010)



FONTE: Fundação João Pinheiro, 2010.

Elaboração:

IMAGEM 07: Déficit de Infraestrutura

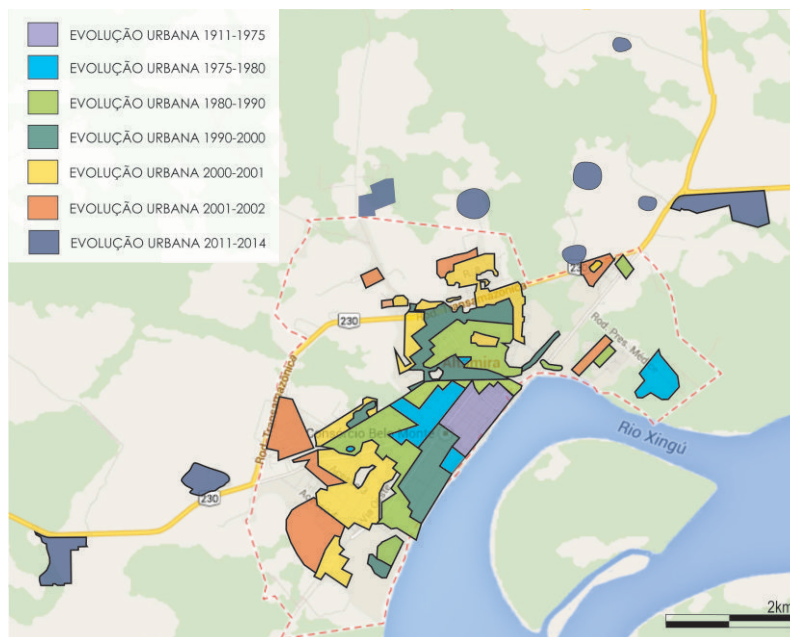


FONTE: Fundação João Pinheiro, 2010

Elaboração:

Atualmente, Altamira passa por um processo de expansão urbana associado a problemas socioambientais e de infraestrutura, além do surgimento de uma nova dinâmica econômica que vem modificando a realidade local.

IMAGEM 08: Evolução urbana

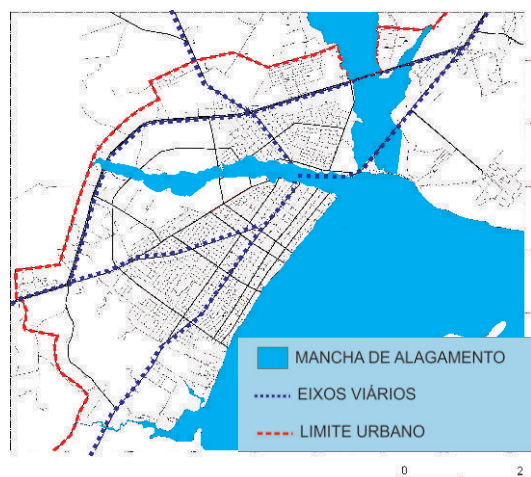


FONTE: Technum, 2010

Elaboração: Lucas Cândido

### 3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGEM 09: Eixos Viários



FONTE: Technum, 2010  
Elaboração: Lucas Cândido

IMAGEM 10: Av. Tancredo Neves: via inspirada em soluções modernistas.



FONTE: Marcília Negrão

IMAGEM 11: Av. Tancredo Neves: via inspirada em soluções modernistas.



FONTE: Prefeitura de Altamira.

As distintas temporalidades, conduzidas por ciclos econômicos, imprimiram no espaço urbano de Altamira características morfológicas diversificadas. Os assentamentos vernáculos datam das primeiras décadas do século XX e estão localizados no primeiro bairro de Altamira, nas proximidades da orla. O traçado ortogonal fechado, assim como a localização da praça e da Igreja Matriz, remetem às características urbanísticas correspondentes ao Período Pombalino. O bairro desenvolveu-se durante o ciclo da borracha e nele foram construídos os prédios mais imponentes e importantes da elite local da época e autoridades políticas e religiosas, num tipo estilístico de arquitetura que transita entre os estilos colonial e o neoclássico.

No período que compreende entre a década de 70 e o ano 2000, a cidade passou a crescer em torno dos quatro eixos viários: Rodovia Magalhães Barata; Rodovia Ernesto Acioly, saída da cidade no sentido nordeste, para o trevo com a BR-230, constituindo novo traçado da PA-415 para Vitória do Xingu; a Avenida Perimetral, que encontra a BR-230; e a Estrada do Aeroporto (Avenida Tancredo Neves, sequência da Avenida Djalma Dutra).

As vias construídas neste período possuem características modernas, como é o caso da Av. Tancredo Neves que possui quatro faixas divididas por um canteiro central, ciclovias e acostamento, contando ainda com rotatórias.

De acordo com o Relatório do Plano Diretor (2010), nos anos de 1980, devido ao grande fluxo migratório do campo para a cidade, foram identificadas algumas tentativas de intervenção urbanista planejadas na cidade, previstas no Plano de Diretrizes Urbanas e desenvolvidas pelos interventores federais na sua administração, que, na tentativa de proporcionar um melhor aparelhamento de órgãos federais e estaduais, implantaram na cidade: INCRA, ampliação do Hospital São Rafael / FSESP, Projeto RONDON, FUNAI, Quartel do Exército (51 Batalhão de Infantaria e Selva), Banco do Brasil, Banco da Amazônia, CELPA, COSANPA e TELEPARÁ, entre outros. Foram realizadas obras de drenagem e pavimentação de ruas, a construção do cais na orla do Rio Xingu em frente da cidade, um novo e aparelhado aeroporto e terminal rodoviário, escolas de ensino fundamental e médio e a retificação de parte do leito do Igarapé Altamira.

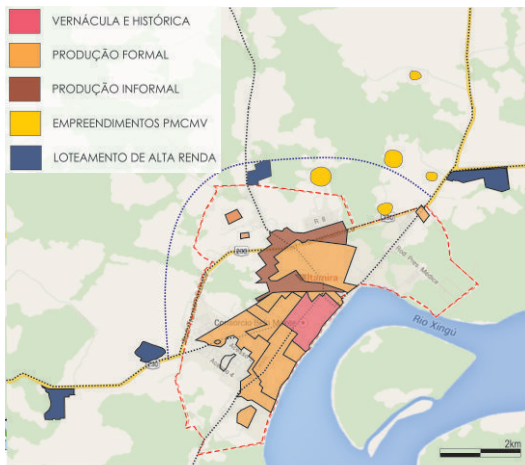
Neste período a produção da habitação se deu de modo formal e informal. O setor formal contou com os seguintes atores:

a) governo federal: voltado principalmente para o atendimento dos inúmeros funcionários da administração pública que chegavam continuamente. Foram construídas algumas vilas residenciais e projetados novos bairros, como os SUDAM I e II, sendo o primeiro previsto para fins residenciais e o segundo para o futuro distrito industrial.

b) Prelazia do Xingu, que foi responsável pela produção de habitação formal em terras da igreja. Com intuito de evitar que a área sofresse um processo descontrolado de favelização, e mediante a chegada maciça de migrantes à região, a Prelazia realizou um estudo topográfico e encaminhou para registro o loteamento.

### 3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

IMAGEM 12: Produtores do espaço urbano



FONTE: Technum, 2010  
Elaboração: Lucas Cândido

c) Prefeitura de Altamira, que negociou lotes em áreas pertencentes a grandes fazendeiros ou de herdeiros dos antigos coronéis da borracha. Como a cidade crescia em ritmo intenso, e aumentava a demanda por moradias, esses lotes foram urbanizados e estavam situados em áreas sem inundação. Eram lotes que dispunham de uma melhor estrutura urbana, mais próximos do centro, e por isso valorizavam rapidamente. Além da produção formal da habitação, nesse período, houve a consolidação da ocupação às margens do igarapé Altamira e em áreas periféricas.



## 4. NOVAS PERSPECTIVAS

IMAGEM 13: Aumento do perímetro urbano



FONTE: EIA UHE Belo Monte, 2009

IMAGEM 14 a 17: Loteamento Jatobá construído pela Norte Energia.

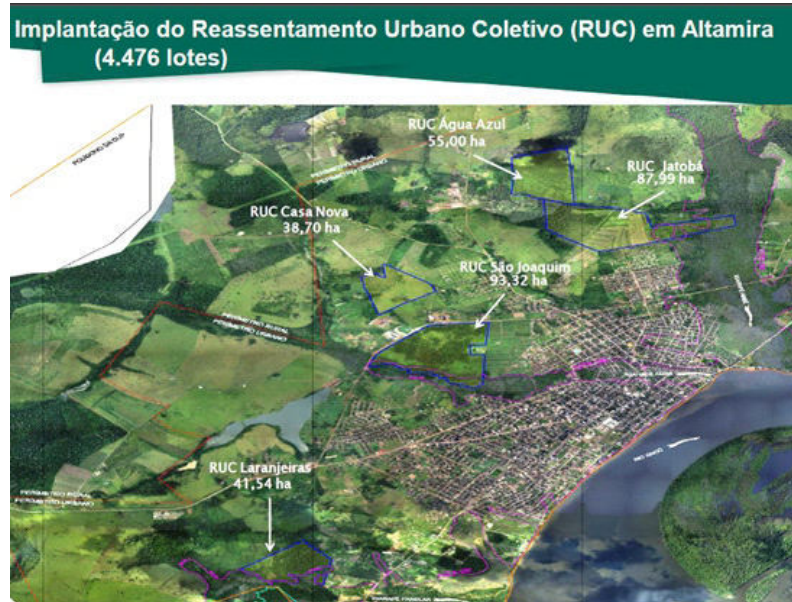


FONTE: Marcília Negrão

Em 2010, o Plano Diretor Municipal passou por uma revisão, e o município teve seu perímetro urbano aumentado em função da necessidade de remanejamento das pessoas que serão atingidas pela formação do reservatório do Xingu, que sofrerá influência de maré, e provocará um alagamento de parte da área urbana, principalmente às margens dos igarapés Panelas, Ambé e Altamira, onde a Norte Energia cadastrou 5.241 famílias (dados de 2003).

O reassentamento das famílias deverá ser realizado em 4.476 lotes distribuídos da seguinte forma:

IMAGEM 18:



FONTE: Norte Energia

O loteamento Jatobá foi concluído em 2013, para onde as famílias foram remanejadas, e onde fica localizado o escritório da Norte Energia.

Além do reassentamento dos moradores atingidos pelo alagamento, a Norte Energia prevê para os seus funcionários a construção de um loteamento com 500 habitações em Altamira e 2.500 habitações em Vitória do Xingu.

## 4. NOVAS PERSPECTIVAS

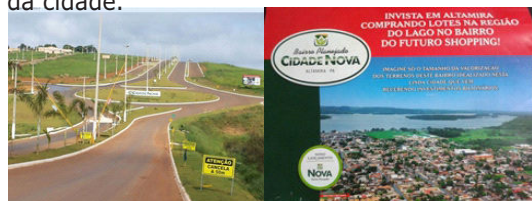
IMAGEM 19: Loteamentos e Mcmv



FONTE: Technum, 2010

Elaboração: Lucas Cândido

IMAGEM 20 a 22: Loteamentos de alto padrão construídos ao longo dos eixos de expansão da cidade.



FONTE: Marcília Negrão

IMAGEM 23 a 26: Loteamento no Ramal do Côco, ao longo da PA 415



FONTE: Marcília Negrão

IMAGEM 27 a 28: Residencial Ilha Arapujá



FONTE: Marcília Negrão

Além da construção de habitações, a Norte Energia prevê um trabalho de requalificação urbana na orla e às margens dos igarapés conforme figura abaixo:

IMAGEM 29:



FONTE: Norte Energia

Os loteamentos Minha Casa Minha Vida contam com relativa dificuldade de acesso, encontram-se em áreas isoladas e conta com sérios problemas ambientais.



## 4. NOVAS PERSPECTIVAS

IMAGEM 30: Centralidades e Mcmv



FONTE: Technum, 2010

Elaboração: Lucas Cândido

IMAGEM 31: Conjuntos residenciais construídos na área central de Altamira.



FONTE: Marcília Negrão

IMAGEM 32: Conjuntos residenciais construídos na área central de Altamira.



FONTE: Marcília Negrão

IMAGEM 33: Terreno vazio no centro de Altamira.



FONTE: Marcília Negrão

IMAGEM 34: Produção do Espaço Urbano de Santarém

	EVOLUÇÃO URBANA	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL	TIPOLOGIA
COLONIZADORES			
PRODUTORES INFORMAIS			
PROMOTORES MOBILIÁRIOS			
PROPRIETÁRIOS FUNDIÁRIOS			
INCORPORADORAS			
GOVERNO FEDERAL			

FONTE: Technum, 2010

Elaboração: Lucas Cândido

O centro da cidade ainda possui grandes terrenos desocupados e também observa-se o surgimento de grande quantidades de kit-nets para alugar.



## 5. CONCLUSÃO

---

A inclusão de Altamira nas obras do PAC2 atraiu um intenso fluxo migratório e de capital que modificou o modo de vida da população local e vem conduzindo um processo de expansão urbana.

A necessidade de remanejamento da população atingida pelas obras de Belo Monte conduziu a ampliação do perímetro urbano para a construção de novos bairros. Aproveitando a oportunidade de conversão automática de terra rural e urbana, observa-se a ação de incorporadoras e construtoras externas, que somadas ao expressivo apoio oferecido pelo Estado, estão sendo determinantes para a conversão da cidade em uma espécie de "máquina imobiliária de crescimento" que avança inclusive sobre áreas ambientalmente protegidas.

Os dados coletados demonstram que Altamira passa por processos similares aos observados nas metrópoles e nos grandes centros urbanos como: fragmentação, periferização, carência de infraestrutura e alto déficit habitacional.

## 6. BIBLIOGRAFIA

---

Technum, 2010. Relatório do Plano Diretor.

HALL, A. Amazônia- desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC). Editora Zahar, Rio de Janeiro. 1998.

IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

São Felix  
do Xingu

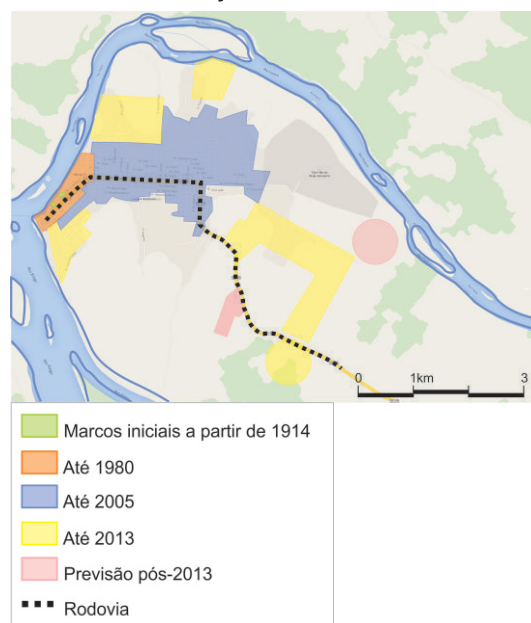
# SUMÁRIO

---

<b>1. HISTÓRICO</b>	<b>02</b>
<b>2. MCMV E HABITAÇÃO SOCIAL</b>	<b>12</b>
<b>3. LOTEAMENTOS</b>	<b>13</b>
<b>4. BAIRROS CONSOLIDADOS</b>	<b>14</b>
<b>5. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>16</b>

# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 01: Evolução Histórica de SFX



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

IMAGEM 02: Áreas sem delimitação de poligonal



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

Ao congregar processos socioespaciais de diferentes tempos, São Félix do Xingu nasceu como uma cidade tradicional amazônica – de origem ribeirinha e base econômica extrativista – que chegou ao século XXI com o maior rebanho bovino do país. No entanto, a cidade de São Félix permaneceu praticamente isolada por terra – a exceção era uma rota de tropeiros vinda de Conceição do Araguaia – até os anos 1980, década em que a estrada alcançou a sede municipal. Nesse período, o Sudeste do Pará vivia um intenso fluxo migratório, devido à atividade mineradora, à corrida pelo ouro nos garimpos e aos projetos de colonização. Influenciada pelos projetos do Governo Federal para a Amazônia, a região viu surgir cidades planejadas em meio à floresta e curru telas se transformarem em grandes núcleos urbanos, tudo isso articulado pelas estradas que, a partir de então, cortaram o território e fizeram uma Amazônia bem diferente daquela a que se estava acostumado. São Félix, um dos pontos extremos dessa rede que vai do rio às rodovias, pode ser analisada como entroncamento dessas duas Amazônias, o encontro entre o complexo verde e a Amazônica sem mata, nos termos de Bertha Becker (2009).

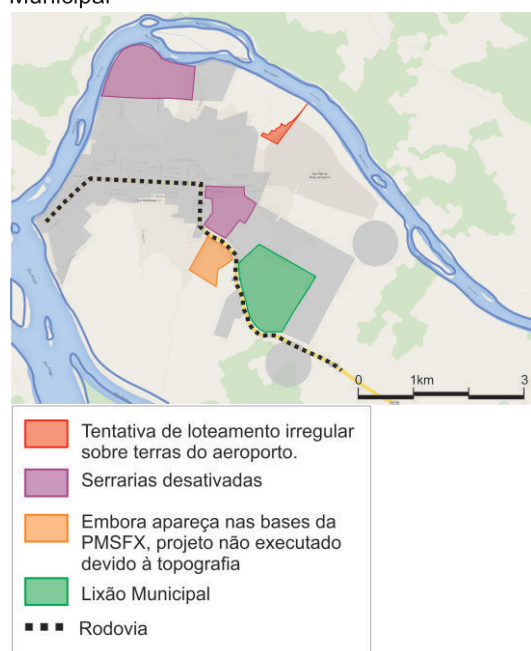
Desse modo, a cidade de São Félix do Xingu é onde se pode observar de forma mais aguda as temporalidades distintas dos sujeitos que chegam até a fronteira. Essas diferentes racionalidades estão sobrepostas no tempo, mas espacialmente vão se orientando de modo a criar oposição e contraste entre áreas tradicionais e novos espaços. Isso pode ser notado à medida que a cidade cresce e se afasta de seu núcleo original, na confluência dos rios Fresco e Xingu. Em princípio, essa dinâmica entre tempos e racionalidades distintas é o que organiza as trajetórias típicas dos sujeitos em São Félix do Xingu.

Os primeiros cristãos, como eles mesmos se classificam, chegaram no início do século XX para a extração do látex. Denominavam-se assim, e até hoje o fazem, em oposição ao índio, classificado por eles como caboclos. A essa época, as terras do Xingu já eram ocupadas pelos Kayapó, com quem os primeiros moradores tiveram conflitos sangrentos, resultando em muitas mortes para ambos os grupos. Nesse tempo, as elites que comandavam a economia da borracha na região tinham como base Altamira, município à que pertencia a área onde hoje está a cidade de São Félix do Xingu. O povoado que se formou às margens do rio era ocupado predominantemente pelos seringueiros e suas famílias, com exceção do patrão da borracha local, àquela época o Coronel Tancredo Martins Jorge.

Essa frente de expansão tem como marca principal a atividade extrativista liderada pelos patrões, os donos dos barracões de aviamento. Como em toda região de extração da borracha, a primeira iniciativa a ser tomada para a exploração, após a constatação da existência de uma vasta área de árvores disponíveis, era a construção de um barracão, que funcionava como entreposto, onde ficava armazenada toda produção de borracha e os artigos que seriam consumidos pelos seringueiros. São Félix do Xingu nasceu da construção de um desses barracões de aviamento, quando em 1900 o ex-coronel da Guarda

# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 03: Loteamentos irregulares e Lixão Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005

Elaboração: Christiane Costa

Nacional Tancredo Martins Jorge se instalou na Ilhota de São Félix, próximo à atual sede do município. Tancredo havia sido contratado por José Porfírio de Miranda, também ex-coronel residente em Altamira e de origem nordestina, que controlava toda a bacia do Xingu e pretendia expandir seu império. Da Ilhota de São Félix, os brabos – como eram conhecidos os nordestinos que vinham trabalhar na seringa e no caucho – avançavam pela mata na extração do látex. Cerca de dois mil homens chegaram a ser aviados pelo ex-coronel Tancredo, que comandou a região durante os primeiros anos. Em 1914, uma enchente destruiu o barracão e o povoado se mudou para sua localização atual, mas o auge da borracha já estava no fim. A partir desse período a influência de Tancredo começou a decair. Uma rota de tropeiros entre o povoado e Conceição do Araguaia fugia ao controle do ex-coronel, permitindo a entrada de mercadorias e migrantes. Mais tarde, desavenças entre ele e José Porfírio fizeram com que este se apoderasse de todos os bens de Tancredo, que morreu pobre em 1920 (SANTANA, 1997; SCHIMINK e WOOD, 2012).

A economia da borracha voltou a se fortalecer somente com a Segunda Guerra Mundial, mas durante todas essas décadas não deixou de conviver com outras atividades extrativistas que se fortaleceram, como a coleta de castanhas, que ocorria no período de chuvas, entre janeiro e maio. Após o fim da Guerra, que conseqüentemente levou a um novo declínio da borracha, a caça de animais silvestres começou a fazer parte das atividades que garantiam a sobrevivência da população de São Félix. Foi a época da fantasia, como contam os moradores mais antigos da cidade, que viveram da caça de onças, lontras e ariranhas. As peles eram vendidas para a fabricação de casacos, as tais fantasias. Em todo esse tempo, o sistema de aviamento articulou patrões e fregueses em torno das atividades extrativistas, mas não consolidou uma elite local. Do início da ocupação até o final da década de 1970, a frente de expansão em São Félix foi marcada por uma grande massa de trabalhadores pobres comandados por poucos patrões que, em geral, aviavam tanto a extração da castanha, quanto da borracha ou caça de animais, mas tinham suas bases em outros municípios, com predomínio para Altamira, a quem São Félix sempre esteve fortemente ligada pelo rio.

No decorrer das décadas, esses primeiros cristãos desenvolveram duas trajetórias principais. Com a emancipação do município, alguns se envolveram na administração pública, sendo que até hoje famílias inteiras desses antigos seringueiros trabalham em órgãos do governo, com destaque para a área da educação. Essas famílias ocupam, principalmente, o núcleo mais antigo da cidade, próximo à Igreja de São Félix. Outros desses antigos seringueiros, com o fim da atividade extrativista financiada pelos patrões da borracha, passaram a viver do trabalho informal na cidade. São parte dos atuais beradeiros de São Félix, aqueles que moram às margens dos rios da cidade. Muitos de seus familiares, entretanto, construíram um caminho parecido com as gerações sucessoras dos outros seringueiros e trabalham atualmente na administração pública.

# 1. HISTÓRICO

---

Já no início dos anos 1980, essa frente de expansão entrou em contato com os chamados pioneiros, quando se iniciou a extração do mogno no município de São Félix do Xingu. O chamado ciclo do ouro vermelho, nome dado em função da cor da madeira exportada para a Europa, trouxe para o região empresas de outras cidades, que abriram suas serrarias às margens do Rio Fresco, principalmente. Durante toda a década, transformações expressivas no espaço urbano passaram a acontecer de modo mais acelerado. A cidade cresceu em direção à estrada construída em 1983, a PA-279, deixando o antigo núcleo no encontro dos dois rios para trás. Aqueles que chegavam, em geral populações altamente móveis que já haviam passado por outras cidades do Sul do Pará, recebiam da prefeitura lotes urbanos a preços de custo, como explica Schmink e Wood (2012).

A essa época, o garimpo também já era uma atividade forte nas terras do Xingu e evidenciava o caráter urbano que a fronteira havia ganhado, antes mesmo de ser uma fronteira agrícola. Ainda que não localizados na sede, os garimpos reuniam alguns milhares de habitantes e tendo pequenas vilas como base de serviços locais. Como registra Monte-Mór (1984: 7), as áreas de garimpo foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos fortes, em alguns casos “[...] transformando o próprio espaço contíguo à área de garimpagem em lugares centrais que permanecem como centros de serviços regionais, mesmo quando a atividade mineradora perde sua forma indutora, esgotando-se ou deslocando-se para outras áreas”. Assim surgiram alguns povoados no município de São Félix. Até hoje, áreas de garimpo têm se destacado, como é o caso do distrito de Taboca, localizado a 100 km da sede e com população estimada em 20 mil habitantes, devido à intensa movimentação econômica gerada pela extração de cassiterita nos últimos anos.

Com a proibição da derrubada do mogno, entre o final dos anos 1980 e início da década seguinte, duas atividades passaram a ter grande importância no município: a extração do jaborandi e a pecuária. A extração do jaborandi aconteceu durante um conturbado e curto período, sendo montada uma cadeia de produção em que a grande maioria dos envolvidos, os chamados folheiros, não tinha qualquer vínculo com o laboratório que comprava o vegetal usado no tratamento do glaucoma. Já o desenvolvimento da pecuária, foi liderado por alguns dos donos de serrarias que permaneceram no município e, aproveitando as terras desmatadas e avançando sobre outras áreas, transformaram São Félix do Xingu no maior produtor de bovinos do país. Se, em 1994, o município tinha pouco mais de nove mil cabeças, em 2011, São Félix fechou o ano com mais de dois milhões de reses declaradas (IBGE, 2011).

Atualmente, a pecuária é praticada por três perfis principais de produtores rurais em São Félix. O pequeno produtor, com foco na pecuária leiteira ou a criação de bezerros, que são vendidos para a engorda aos médios e grandes proprietários. Estes últimos são os responsáveis pela engorda final do gado e a venda para o abate nos frigoríficos. Mesmo que muitos proprietários de terras no



# 1. HISTÓRICO

---

município de São Félix do Xingu tenham articulações ou mesmo residam em outras cidades da região e do Sudeste brasileiro, é possível encontrar integrantes desses três perfis que têm a cidade como base de reprodução, ou seja, moradia, uso de serviços, consumo ou desenvolvimento de outra atividade que é incorporada à renda. Em alguns casos, segundo a Associação Comercial local, essa atividade urbana é até mesmo a primeira fonte de renda, sendo a propriedade rural uma fonte secundária de recursos. Estima-se que 83% dos comerciantes locais tenham terra e sejam produtores de gado em São Félix.

No entanto, um quarto perfil, que tem surgido em anos mais recentes, não se articula com os demais produtores nem com a sede municipal, uma vez que são praticamente autossuficientes em toda a cadeia. Como a sede de seus negócios não está na região, eles compram com facilidade diretamente dos grandes laboratórios do Sudeste do Brasil e trazem boa parte da mão de obra de fora. Essas fazendas chegam a 23 mil alqueires e atingiram essa proporção graças à incorporação de terras onde havia pequenos ou médios produtores. Existem áreas nas quais foram incorporadas terras de mais de 200 famílias a grandes fazendas. É possível percorrer 20 km sem avistar uma casa, onde antes existiam várias famílias que tinham a cidade como base para consumo.

Essa trajetória típica que se desenvolveu entre a pecuária e o comércio, a partir dos anos 1980, é o que consolidou a atual elite econômica e política de São Félix do Xingu. Esse grupo já está em uma segunda geração, caracterizada pelos filhos de comerciantes e produtores rurais que estudaram fora do município – com predomínio para Goiás e Tocantins, pela facilidade de acesso e relações familiares. São, em sua maioria, profissionais autônomos, que oferecem serviços jurídicos e de saúde e têm relativo impacto na mudança do padrão de moradias e demais edificações da cidade. O retorno desses jovens ao município tem motivado a construção de novas residências ou edificações comerciais sofisticadas para os padrões locais que contrastam com as pequenas casas cobertas por telhas de fibrocimento predominantes, até então, mesmo entre as camadas mais altas. Um arquiteto residente em Tucumã e associado a maior casa de materiais de construção da cidade é o responsável pelos projetos, que adotam cada vez mais acabamentos de luxo e modos de morar próprios de outras regiões do país. Aos poucos, São Félix do Xingu vai ganhando fachadas com pastilhas, frisos de alumínio e telhados cobertos por platibandas.

A melhoria do padrão construtivo pode ser notada principalmente ao longo da Avenida Rio Xingu, área que tende a se consolidar como novo centro de serviços e comércio na cidade. Esse processo foi desencadeado em 2005 e foi conduzido pela abertura de uma agência do Banco do Brasil em um dos lotes da avenida. A partir de então, o comércio local se intensificou, conduzindo para a área novos empreendimentos. Em 2008, quando a agência do Bradesco transferiu-se para uma quadra próxima, a própria população começou a reconhecer aquele novo espaço como “o futuro de São Félix” e o preço dos lotes aumentaram. Lotes de

# 1. HISTÓRICO

---

12x38 metros passaram a ser comercializados por até R\$ 400 mil. No final de 2013, foi inaugurado um centro cultural e uma praça de esportes nas proximidades, atraindo também adolescentes e crianças durante todo o dia.

Mas, em comum, todas as edificações padecem com a inexistência do sistema de esgotamento sanitário, das mais luxuosas aos casebres de madeira à margem do Fresco. A maioria faz uso de fossas negras, quando não lançam a água servida diretamente no rio. O abastecimento de água é feito a partir de micro-sistemas localizados em quatro bairros da sede municipal, que não chegam a atender 10% da população. As demais localidades são abastecidas pela água do rio sem tratamento. Algumas residências utilizam-se de cisternas, mas a maioria da população pobre retira a água para beber e preparar os alimentos dos poços semi-artesianos localizados em órgãos públicos, como a Prefeitura, a Câmara dos Vereadores, e postos de gasolina. Para além disso, apenas as casas das camadas mais ricas e os hotéis contam com poços semi-artesianos para abastecimento próprio.

Os primeiros loteamentos privados de São Félix do Xingu surgiram em 2005 e são, em geral, resultantes da transformação de antigas fazendas ou serrarias em terras urbanas. Como em toda a cidade, não há sistema de esgotamento sanitário e, nos mais antigos, as vias também não são pavimentadas. Os loteamentos mais recentes, como o Cidade Nova, lançado em 2013, confirmam o vetor de expansão da cidade, ao longo da Rodovia PA-279. A nova área aberta em frente ao Frigorífico Frigol – esperança de emprego para alguns jovens da cidade – está em atividade desde o segundo semestre de 2013. Antes de alcançar o loteamento, às margens da rodovia está também o terreno destinado à construção das primeiras moradias da cidade pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Avançando para o interior do loteamento, ao final das terras parceladas, está o terreno onde ficará o campus local da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), criada pelo governo federal em junho daquele mesmo ano.

Apesar de todos esses fatos ocorridos durante o ano de 2013, muitos dos novos loteamentos estão sub-ocupados. Os impactos da atividade mineradora são menores em São Félix do Xingu, se comparado a outras localidades do Sudeste do Pará, onde as sedes municipais estão próximas das unidades de extração, gerando aquecimento do mercado imobiliário e comércio. Apesar de a desaceleração da atividade mineradora ter chegado a São Félix do Xingu pela PA-279, o arrefecimento da economia local é atribuído a um fator interno: a irregularidade da gleba onde está localizada a sede municipal. No ato de criação da Reserva Florestal Gorotire, a área de proteção foi sobreposta à sede de São Félix, impedindo que a prefeitura concedesse títulos de propriedade à população. Durante décadas, predominaram registros cartorários baseados na posse mansa e pacífica. Desde 2000, lideranças locais vinham se mobilizando para resolver o imbróglia, até que em 2005 a União repassou a área para o estado, a fim de que este cedesse a gleba Gorotire ao município e concluísse a legalização dos terrenos, o que não foi feito até o momento.

# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 04:

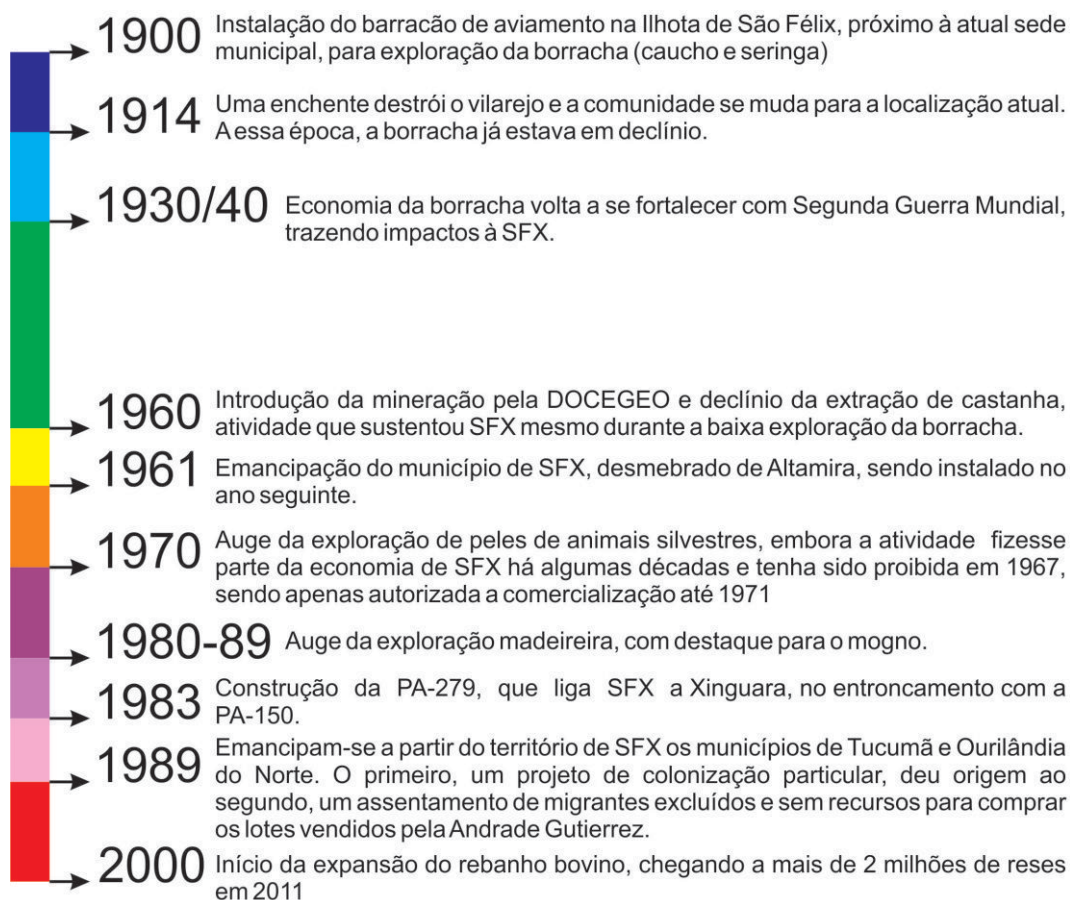


Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

Por conta disso, no início de 2013, o prefeito cancelou todos os títulos da cidade, o que inibiu o parcelamento de novos terrenos e fez cair a venda dos loteamentos já existentes, já que não era mais possível conseguir financiamento. Grupos que atuam em cidades vizinhas chegaram a visitar o município naquele mesmo ano, mas optaram por não investir na abertura de novos empreendimentos. Além disso, os comerciantes de São Félix do Xingu passaram a não contar mais com o patrimônio imobiliário como garantia de crédito.

Diante dessa situação, aqueles que optam pela compra de lotes para a construção da casa própria precisam aderir ao carnê pago diretamente ao proprietário. É praticamente um acordo tácito entre as partes, já que nenhuma das duas tem o título do imóvel. As camadas populares, por falta de informação ou por estarem acostumadas à informalidade dos chamados contratos de gaveta em suas transações imobiliárias, não sentem grandes dificuldades em lidar com essa instabilidade. Ao fim, a gleba Gorotire transformou-se em um entrave à expansão do mercado imobiliário formal e à entrada de incorporadores externos.

IMAGEM 05: Linha do Tempo da Formação Urbana de SFX



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa



# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 06:

Área 1

Rodovia

Bairro Sol Poente - Um dos primeiros loteamentos da expansão recente da cidade (pós anos 2000), sendo inaugurado em 2005. Antiga chácara dá lugar ao loteamento, ainda hoje pouco ocupado, o que indica especulação de algumas pessoas de alto poder aquisitivo, já que se trata de uma das poucas áreas no interior da sede municipal às margens do Xingu passível de ocupação (à leste, a topografia e a vegetação nativa impedem a expansão!).

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

## Poligonais de Análise:



IMAGEM 07:

Área 2

Rodovia

Loteamento Solar das Águas - Também parte da recente expansão da cidade de SFX.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa



IMAGEM 08:

Área 3

Rodovia

Faixa de grandes porções de terreno, com predomínio de uso não residencial. Usos comuns: marina e bares, além do Pátio Olímpico de SFX. Às margens do rio Xingu, predominam praias particulares onde no passado localizavam-se olarias devido à extração de argila do rio.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa



# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 09:

- Área 4
- Rodovia

Embora não esteja registrada na base fornecida pela prefeitura, há presença de habitações por toda a orla do Rio Fresco. Essas habitações localizam-se às margens do rio, em condições precárias.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

IMAGEM 10:

- Área 5
- Rodovia

Porção que abrange os bairros Centro e Triunfo. Juntamente com a porção 03 (também integrante do bairro Triunfo e aqui destacada apenas por conta da diferença de uso) constitui a primeira área ocupada da cidade.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

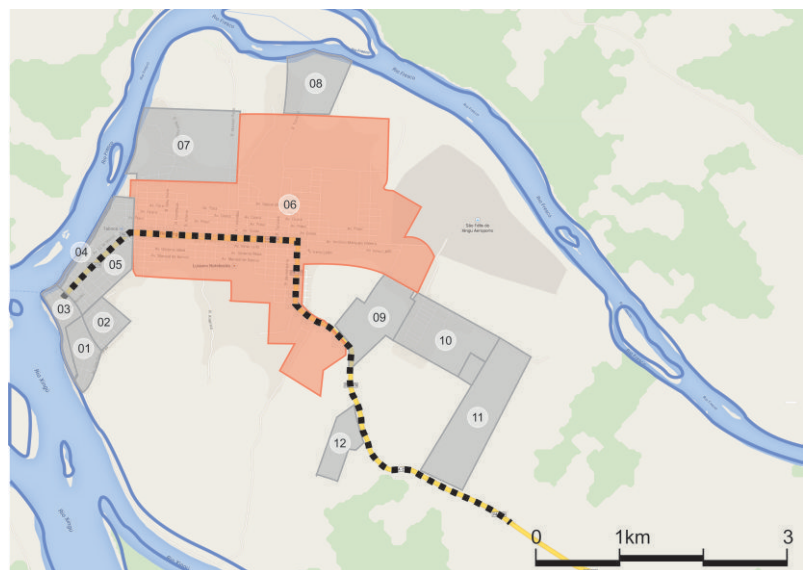
IMAGEM 11:

- Área 6
- Rodovia

Bairros formados após a década de 1980, com ocupação irradiando a partir da avenida Xingu. Obs.: Usou-se aqui a mancha de limites dos bairros fornecida pela prefeitura e não o arruamento dado pela planta.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

## Poligonais de Análise:





# 1. HISTÓRICO

## Poligonais de Análise:

IMAGEM 12:

■ Área 7

■ Rodovia

Bairros Vitória 1 e 2. Loteamento de 2011. Dos loteamentos recentes, é o mais ocupado por casas. Lotes entre 300-450m<sup>2</sup>, com predomínio da classe média da cidade. Obs.: uso da mancha fornecida pela PMSFX.



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

IMAGEM 13:

■ Área 8

■ Rodovia

Bairro Bela Vista 2. Loteamento de 2007. Lotes entre 300-450m<sup>2</sup>, com predomínio da classe média da cidade.



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

IMAGEM 14:

■ Área 9

■ Rodovia

Residencial Atlanta. Loteamento de 2009.



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

# 1. HISTÓRICO

IMAGEM 15:

■ ■ ■ Área 10

■ ■ ■ Rodovia

Bairro Planalto. Processo de urbanização desde 2007. Parte da população recebeu imóvel pronto. Parte, apenas o lote, predominando nesse caso construções de madeira levantadas pela própria população.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

## Poligonais de Análise:

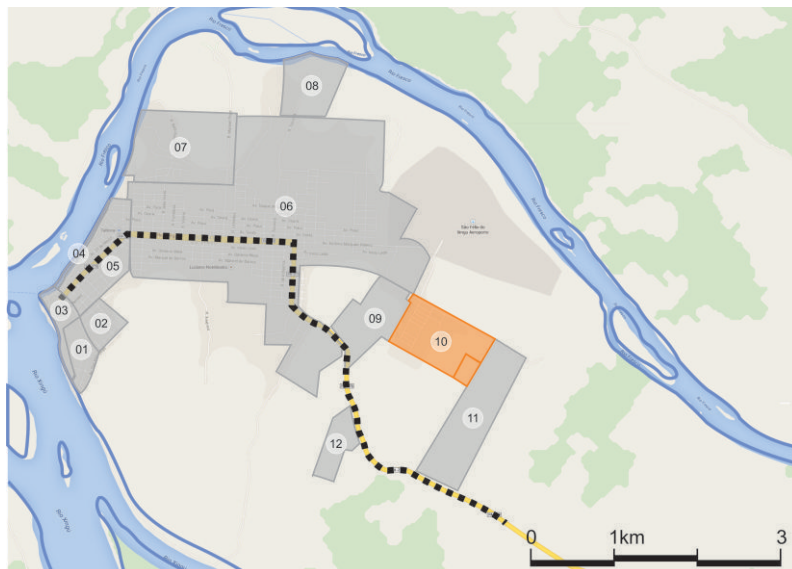


IMAGEM 16:

■ ■ ■ Área 11

■ ■ ■ Rodovia

Residencial Atlanta, loteamento de 2013.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa



IMAGEM 17:

■ ■ ■ Área 12

■ ■ ■ Rodovia

Área destinada ao MCMV. Ainda não consta no levantamento fornecido pela PMSFX. Ver projeto anexo e fotos da área.

Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa





## 2. MCMV E HABITAÇÃO SOCIAL

IMAGEM 18: Área destinada ao PMCMV



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 19: Bairro Jardim Novo Planalto



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 20: Loteamento MCMV



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005  
Elaboração: Christiane Costa

Através do Programa Minha Casa Minha Vida, serão construídas 1.000 casas para famílias de até três salários mínimos em área próxima à PA-279. A empresa responsável já havia iniciado os trabalhos de terraplanagem no final de 2013. O cadastramento feito pela prefeitura junto à ação social consta de 2.500 famílias em situação de risco e que precisam ser remanejadas para local adequado, mas serão priorizados aqueles que estão à margem dos rios Fresco e Xingu e nos córregos que cortam a cidade em áreas alagáveis.

Esse é um dos poucos investimentos do setor público em habitação social. Antes do Programa Minha Casa Minha Vida, apenas o bairro Jardim Novo Planalto havia passado por processo semelhante. Na segunda metade dos anos 2000, algumas famílias receberam casas e outras apenas lotes na área.

### 3. LOTEAMENTOS

---

IMAGEM 21: Loteamento Cidade Nova



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 22: Loteamento Residencial Atlanta



Autor: Felipe Sudré, 2013.

O grande problema fundiário de São Félix do Xingu refere-se à questão da légua patrimonial, cuja documentação é irregular. Esse problema impacta todos os atores da cidade, mas tem tido repercussão principalmente na abertura de novos loteamentos. O grupo Buriti, presente em boa parte do Sudeste do Pará, chegou a procurar os donos de terras da cidade, mas desistiu de investir no município devido à ilegalidade da documentação.

A maioria desses loteamentos tiveram suas documentações analisadas pela Prefeitura, sendo muitos deles liberados para a efetivação das obras. No entanto, a impossibilidade de crédito impede a entrada de grupos externos à cidade, predominando os loteadores locais. Não por acaso, os loteamentos são mais conhecidos pelos nomes de seus executores do que pelo próprio nome dado ao futuro bairro.

## 4. BAIROS CONSOLIDADOS

IMAGEM 23: Igreja de São Félix



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 24: Travessa Padre Valter, em frente à praça da Igreja de São Félix



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 25: Bairro Centro



Autor: Felipe Sudré, 2013.

O núcleo original de São Félix do Xingu é composto pelos bairros Triunfo e Centro. Nesses dois bairros, localizados na confluência dos rios Fresco e Xingu, há predomínio de edificações vernáculas, vias densamente ocupadas, ainda que não seja possível notar a presença de verticalização do espaço construído. Nas proximidades da Igreja de São Félix, estão populações que ocupam a região há várias gerações.

Boa parte das casas originais foram reconstruídas ao longo das décadas, ocorrendo uma transição dos materiais empregados para a edificação. As primeiras unidades eram, em sua maioria, de taipa e cobertas de palha. Depois, foram substituídas pelas edificações em tábuas de madeira aparelhada. Após a década de 1990, intensificou-se o processo de substituição da madeira pela alvenaria, em função da escassez e preço dos recursos.

Alguns trechos da Avenida Coronel Tancredo, que margeia o rio Fresco, receberam calçamento. Em outros, a via em terra batida é ocupada por habitações com acesso direto ao curso d'água, geralmente erguidas em madeira e em estado de conservação precário. Ali moram algumas famílias que estão em São Félix desde a época da borracha, mas é também destino de migrantes recém-chegados que, por não encontrarem alternativa de moradia em outras áreas da cidade, ocupam as casas de madeira ali construídas, pagando aluguéis mais baixos ou mesmo comprando o imóvel.

Ainda merece destaque nesse conjunto a Avenida Pará, via de terra batida perpendicular ao rio, que tem uma grande concentração de pescadores artesanais no quarteirão mais próximo ao curso d'água. Além das residências dos pescadores, nesse trecho estão localizadas as peixarias, as casas que vendem gelo e a Colônia dos Pescadores. Na Avenida Pará, famílias inteiras se organizam em função da pesca, passando cinco ou oito dias nos rios da região, onde têm como ponto de apoio casebres comunitários construídos nas ilhas e praias. Durante o período em que a pesca fica vetada – o defeso – vivem do benefício concedido pelo governo federal. Alguns trabalham de modo informal na cidade para aumentar a renda, outros se aventuram na pesca de arraias ornamentais.



## 4. BAIRROS CONSOLIDADOS

IMAGEM 26: Avenida Coronel Tancredo



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 28: Avenida Pará



Autor: Felipe Sudré, 2013.

IMAGEM 27: Avenida Coronel Tancredo



Autor: Felipe Sudré

IMAGEM 29: Avenida Coronel Tancredo



Autor: Felipe Sudré, 2013.

## 7. BIBLIOGRAFIA

---

BECKER, Bertha Koiffmann. Articulando o complexo urbano e o complexo verde na Amazônia. In: BECKER, B. K; COSTA, F. A; COSTA, W. M.. (Org.). Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições. Brasília: CGEE, 2009. p. 39-86.

IBGE. Produção da pecuária municipal, v. 39, Rio de Janeiro, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. São Félix do Xingu: o avanço da fronteira amazônica e um novo espaço em formação. Belo Horizonte: Cedeplar, 1984.

SANTANA, Luís Ferreira. São Félix do Xingu: sua história, 1888-1997. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, 1997.

Santarém



# SUMÁRIO

---

<b>1. ÁREA DE ESTUDO</b>	<b>02</b>
<b>2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO</b>	<b>03</b>
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO</b>	<b>04</b>
<b>4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO</b>	<b>10</b>
<b>5. O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM SANTARÉM</b>	<b>14</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>17</b>

# 1. ÁREA DE ESTUDO

FIGURA 01: Localização do município de Santarém



FONTE: wikipedia, 2014.

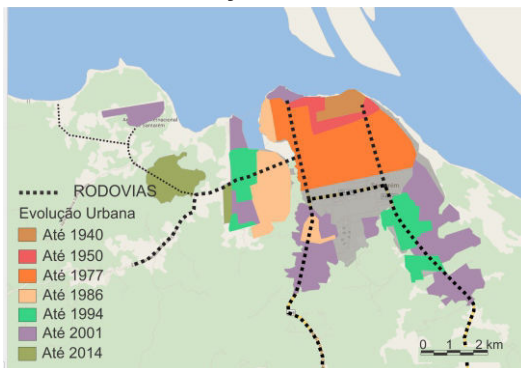
A cidade de Santarém, assim como a maioria das cidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia, surgiu a partir de uma missão religiosa e posteriormente como uma fortificação militar com o objetivo de garantir a posse da terra no Baixo Amazonas. A cidade foi fundada em 1661, pelo então Padre João Bettendorff, sob nome de "Aldeia dos Tapajós". Posteriormente coube aos jesuítas o desenvolvimento da aldeia, e em 1758 essa aldeia foi elevada à categoria de vila, recebendo o nome de Santarém, em homenagem a cidade portuguesa de mesmo nome (OLIVEIRA, 2008).

Nas décadas de 1960/70 com os projetos de integração da Amazônia e com as aberturas das rodovias foram criados núcleos estratégico de apoio aos processos de ocupação e Santarém foi um desses núcleos no oeste paraense. Devido a sua localização privilegiada (confluência do rio Tocantins e Amazonas) a cidade passou a desempenhar um papel polarizador na região, onde se concentravam as atividades socioeconômicas, políticas e culturais.

A economia de Santarém, como a maioria das cidades da Amazônia era basicamente fundamentada no extrativismo. Seus principais ciclos econômicos foram exploração do cacau, no século XVIII; posteriormente o ciclo da borracha, da juta e do ouro (AMORIM, 2000). Foi a partir dessas atividades que Santarém se tornou o maior centro comercial da região do baixo Amazonas. Atualmente a base da economia da cidade é a agropecuária e o agronegócio, porém a atividade extrativista ainda é muito significativa para a população. A cidade de Santarém apresenta uma economia diversificada, que vai do extrativismo, pecuária, agricultura, pesca, artesanato até o comércio varejista.

Santarém atualmente é o terceiro município mais populoso do estado (IBGE, 2012), estando atrás somente da capital, Belém e de Ananindeua e o sétimo PIB do estado. Também é uma das cidades mais visitadas do norte do Brasil devido seus atrativos turísticos, como os 100km de praias e manifestações folclóricas como o Sairé, que atrai turistas do mundo todo.

FIGURA 02: Evolução urbana de Santarém



FONTE: Coelho, 2009; Google earth, 2014.  
Elaboração: Emanuela Piani.

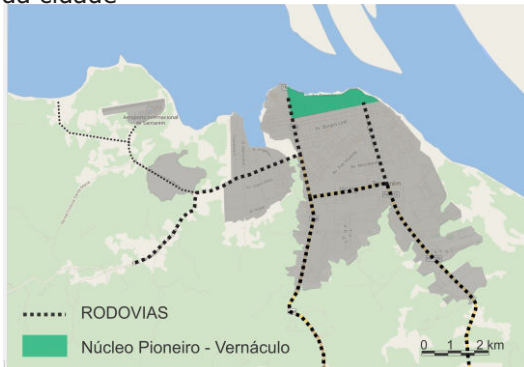
## 2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

FIGURA 03: Vetores de expansão urbana



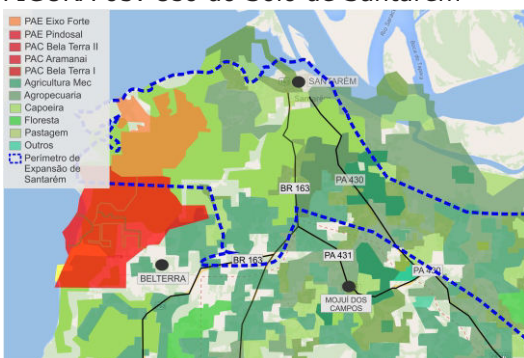
FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Emanuela Piani.

FIGURA 04: Localização do núcleo pioneiro da cidade



FONTE: Google earth, 2014.  
Elaboração: Emanuela Piani.

FIGURA 05: Uso do Solo de Santarém



FONTE: Coelho, 2009.  
Elaboração: Emanuela Piani.

Santarém começou como um pequeno núcleo na margem do rio Tocantins e conforme as dinâmicas da cidade foram mudando a malha urbana da cidade passou por alterações também. O núcleo original se consolidou como tradicional e mais infraestruturado da cidade, entretanto a partir da década de 1980 a cidade começou a passar por um processo de descentralização. A área dinâmica e comercial que se localizava na parte tradicional da cidade começou a se espriar pela cidade dando indicativos do crescimento dessa cidade e da necessidade de melhorias de inserção desses equipamentos. (PMB, 2007).

O traçado da cidade se expandiu de forma lenta e paralelo ao rio Tapajós partindo da área central em direção aos bairros Prainha e da Aldeia. A expansão urbana da cidade se intensificou em 1970 com a abertura da rodovia Curuá-Una. O outro eixo cuja ocupação aumentou também foi o da antiga rodovia que ligava Santarém a Belterra (atual BR163), entretanto esse eixo concentra muitas colônias agrícolas. Atualmente esse processo de expansão urbana ocorre principalmente acompanhando os eixos das rodovias Santarém – Curuá-Una, Cuiabá-Santarém e Av. Fernando Guilhon (Santarém- Aeroporto) (PEREIRA, 2004).

Segundo Oliveira (2008) até o final da década de 1970 o crescimento da cidade se orientava do sentido sul, pois os dois principais igarapés, o Urumary e o Mapiri, serviam como barreira para esse crescimento urbano. Somente na década seguinte esses igarapés deixaram ser empecilho e novos bairros surgiram.

Na década de 1980 e 1990 a cidade passou por um grande adensamento devido a intensa migração das áreas rurais devido a entrada da cultura da soja na cidade. Essa nova cultura acarretou grandes transformações, pois com a chegada do grande capital a agricultura familiar foi desagregada e incorporada as grandes áreas agrícolas, impulsionando assim a migração para as áreas urbanas (PEREIRA, 2004).

O espaço da cidade de Santarém é dividido, apresenta o núcleo pioneiro, a área das comunidades tradicionais, as áreas informais, áreas que receberam projetos habitacionais, área portuária, etc. Atualmente novas dinâmicas estão chegando na cidade e novos espaços estão surgindo, são os loteamentos de alto padrão, os empreendimentos de casas populares do programa minha casa minha vida e as novas áreas portuárias que estão surgindo na cidade.

A cidade de Santarém cresce de forma desarticulada, entretanto ainda consegue manter dinâmicas tradicionais e modernas convivendo simultaneamente. Sua área de influência abrange 16 municípios nos estados do Pará e do Amazonas. Devido sua força atualmente abriga movimentos emancipatórios que podem dar origem a um novo estado brasileiro, o Tapajós.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

---

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC, 2011 e 2012), o município de Santarém apresenta um quadro administrativo e institucional relativamente consistente, dada a fragilidade técnica e administrativa observada na maior parte dos municípios paraenses. Conta com uma estrutura de governo composta por 13 secretarias e 7 coordenadorias, nas quais estão distribuídos 10.257 funcionários. Conforme entrevistas realizadas com representantes da administração municipal, há um esforço para que as secretarias atuem de forma conjunta na condução de questões estratégicas para a gestão, capitaneadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEMDE) e com a participação mais ativa das secretarias de Infraestrutura (SEMINFRA), Meio Ambiente (SEMMA) e Administração (SEMA).

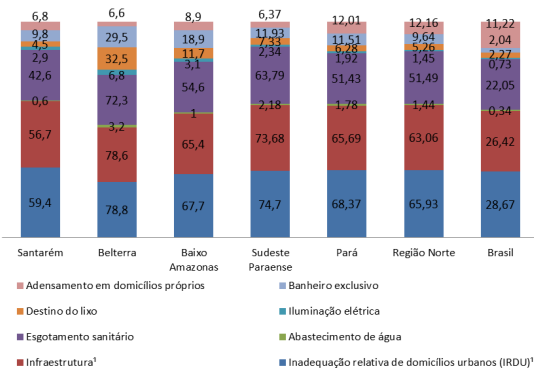
De acordo com o plano de desenvolvimento econômico do município (PDE), atualmente a gestão municipal concentra suas ações na viabilização de empreendimentos associados ao agronegócio e a atividades alavancadas pelo aquecimento econômico deste setor (ex. infraestrutura, transporte, construção civil), na tentativa de atrair investimentos para a região e alimentar um círculo virtuoso de desenvolvimento local e regional, conforme a concepção do atual governo. Segundo o plano, com a conclusão da BR-163 (Cuiabá-Santarém), novas oportunidades de investimentos surgirão no município nos próximos anos, em particular, ligadas à produção de grãos (ex. soja, milho, sorgo), à atividade extrativa madeireira e a pecuária, setores que representam hoje, 32,96% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal (PMS, 2013).

Com base neste panorama, os investimentos regionais nas três esferas de governo tem se concentrado em: melhorar a malha viária da região (ex. duplicação da BR-163, trecho Santarém-Belterra), dinamizar os projetos de extração mineral (ex. Projetos Jari, MRN, ALCOA), ampliar a capacidade de transmissão de energia (ex. Projeto TRAMOESTE) e, por último, fortalecer e incentivar a produção de grãos, com atração do empresariado do agronegócio e ampliação da exportação graneleira, através da ampliação da plataforma portuária e da construção de uma planta industrial para o beneficiamento de grãos. A reboque destes investimentos surgem, também atividades associadas à construção civil, como é o caso da implantação recente de uma fábrica de cimento do grupo Camargo Córrea em Santarém, investimento estimado em US\$ 450 milhões.

Em paralelo ao processo de fortalecimento do agronegócio na Região do Baixo Amazonas e também associado a ele, há uma crescente expectativa de criação do Estado do Tapajós, do qual Santarém seria a provável capital, devido ao dinamismo econômico e a função polarizadora que a cidade exerce no seu entorno, onde se concentram serviços (ex. saúde, educação, rede bancária) e infraestrutura logística (ex. portos, aeroporto) de apoio a cidades (ex. Manaus, Macapá) e localidades vizinhas (ex. Juruti, Belterra, Oriximiná). Assim como no Sudeste Paraense, em que há o movimento para criação do Estado de Carajás e onde recentemente foi criada a Região

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

FIGURA 06: Inadequação relativa de domicílios urbanos (IRDU)



FONTE: FJP, 2013

<sup>1</sup> Considerando pelo menos um componente de inadequação (abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação elétrica, destino do lixo, banheiro exclusivo, adensamento em domicílios próprios).

Metropolitana de Marabá (RMM), na região do Tapajós, houve a instituição da Região Metropolitana de Santarém (Lei Complementar Estadual nº 079/ 2012), composta pela cidade homônima, por Belterra e pelo recém-criado município de Mojuí dos Campos. Semelhante ao caso citado, observa-se o contraste entre a situação da sede da região metropolitana e dos outros municípios que a compõe. Santarém possui um quadro administrativo, institucional e financeiro excepcionalmente melhor ajustado que os demais municípios da RMS, os quais apresentam elevado grau de precariedade urbana e rural. Segundo os dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2013), o nível de precariedade urbana observado em Belterra é extremamente discrepante da situação observada em Santarém. Em Belterra os índices de inadequação dos domicílios, infraestrutura e esgotamento sanitário estão acima de 70%, números muito superiores à média brasileira. A inadequação da destinação de lixo (32,5%) e a ausência de domicílios com banheiro exclusivo (29,5%) também são revelam a expressiva carência de infraestrutura urbana observada no município, para as mesmas componentes Santarém registra percentuais bem mais sensíveis, 4,5% e 9,8%, respectivamente, inclusive apresentando um quadro de infraestrutura urbana e de moradia superior a media paraense e da região norte para quase todas as componentes analisadas.

Não foi possível estabelecer o mesmo quadro comparativo em relação à Mojuí dos Campos, devido sua criação recente (janeiro de 2013), no de divulgação da pesquisa sobre inadequação de domicílios urbanos (FJP, 2013). A emancipação do município foi uma resposta do Estado à pressão de grupos de poder econômico e político que atuam nesta região, interessados na expansão de seus domínios sobre essas áreas, sejam eles ligados a produção de soja (e milho) ou a elite local detentora de grandes propriedades fundiárias. Segundo o Coordenador de Terras do novo município, com a emancipação de Mojuí dos Campos, houve um aumento extraordinário e sem controle da monocultura da soja nas áreas rurais, enquanto no perímetro urbano, observou-se o rápido surgimento de dezenas de loteamentos irregulares através do parcelamento de antigas fazendas e chácaras. Um ano após sua criação, a gestão municipal enfrenta enormes desafios para regulamentação e implementação de diretrizes para ordenação do território. A própria estrutura física, técnica e administrativa da prefeitura revelam as fragilidades da gestão, que reúne esforços para realizar o primeiro diagnóstico do plano diretor e, ao mesmo tempo, tenta conter ainda que de forma precária, a expansão de atividades irregulares em Mojuí dos Campos. A criação de municípios em favor dos interesses de grupos de poder econômico, político e social atuantes sobre determinados territórios é uma prática já observada em outras regiões da Amazônia. Esses agentes costumam pressionar o poder público para instituição de novos municípios, dos quais eles tornam-se verdadeiros donos.



### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, 2012), Santarém e Belterra atenderam as recomendações gerais do Governo Federal e, possuem mecanismos básicos para a formulação da política urbana municipal: elaboraram planos diretores, instituíram conselhos municipais (política urbana, meio ambiente) e delimitaram de zonas de interesse especial dentro do perímetro urbano. Quanto aos planos setoriais, os dois municípios elaboraram planos de habitação de interesse social (PLHIS), conforme determinação do Ministério das Cidades para a captação de recursos para execução de programas habitacionais, mas não avançaram no detalhamento de outras políticas setoriais importantes, como saneamento, transporte e regularização fundiária. Segundo informações de representantes da prefeitura de Santarém, os planos de saneamento e de regularização fundiária estão em fase de elaboração.

QUADRO 01: Situação administrativa dos municípios que compõe a Região Metropolitana de Santarém.

	Município	CMPU	PD	ZEIS	ZPEA	MIIE	MRIE	CMT	CMMA
Terra de Santarém	Belterra								
	Santarém								
	Mojuí dos Campos								

**Legenda:**

SIM     NÃO

**CMPU** - Conselho municipal de política urbana

**PU** - Plano Diretor

**ZEIS** - Zona/área de interesse social

**ZPEA** - Zona/área de proteção ou controle ambiental

**MIIE** - Mecanismos de incentivo à implantação de empreendimento

**MRIE** - Mecanismos de restrição à implantação de empreendimento

**CMT** - Conselho municipal de transporte

**PMT** - Plano Municipal de Transporte

**CMMA** - Conselho municipal de meio ambiente

**LEA** - Legislação específica para tratar da questão ambiental

FONTE: MUNIC, 2012.



### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Em relação à regulamentação de instrumentos para efetivação da política urbana, observa-se um amplo contraste entre os municípios. Mojuí dos Campos, devido a sua recém-criação ainda não possui nenhum tipo de mecanismo regulamentado para o ordenamento territorial do perímetro urbano. No caso de Belterra, alguns instrumentos básicos para a ordenação territorial como a Lei de Perímetro Urbano e de Parcelamento do Solo, ainda não foram instituídos, o quadro é ainda mais grave quanto aos instrumentos urbanístico-jurídicos recomendados pelo Estatuto das Cidades para dar efetividade ao plano diretor, seis instrumentos pesquisados (ver Quadro 3), nenhum foi regulamentado. Novamente o cenário mais positivo é o de Santarém, a cidade possui um conjunto de instrumentos com legislação própria vigentes (ver Quadro 2) e alguns instrumentos previstos no Estatuto das Cidades também instituídos.

QUADRO 02: Instrumentos da política urbana regulamentados pelos municípios da RM de Santarém.

Município da RM de Santarém	Leis e regulamentações					
	Perímetro Urbano	Uso e Ocupação do Solo	Código de obras	Parcelamento do Solo	IPTU Progressivo	Estudo de Impacto de Vizinhança
Belterra						
Mojuí dos Campos						
Santarém						

**Legenda:**

SIM     NÃO

QUADRO 03: Instrumentos da política urbana regulamentados pelos municípios da RM de Santarém e recomendados pelo Estatuto das Cidades.

Município da RM de Santarém	Leis e regulamentações (Estatuto das Cidades)					
	Transferência do Direito de Construir	Solo Criado	Operação Urbana Consorciada	Concessão do Direito Real de Uso	Parcelamento, edificação ou utilização compulsória	Direito de Preempção
Belterra						
Mojuí dos Campos						
Santarém						

**Legenda:**

SIM     NÃO

FONTE: MUNIC (2012)

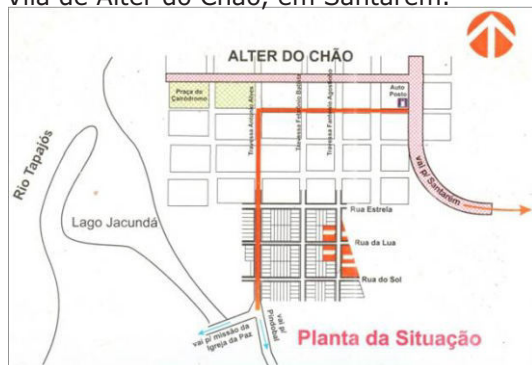
### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

FIGURA 07: Loteamento Amazônia Park Residence na Vila de Alter do Chão, em Santarém.



FONTE: <http://www.icribeiro.com.br/>  
Acesso em 17 de Setembro de 2014.

FIGURA 08: Loteamento Jardim Tapajós na Vila de Alter do Chão, em Santarém.



FONTE: <http://www.icribeiro.com.br/>  
Acesso em 17 de Setembro de 2014.

Neste sentido, observa-se a primazia da cidade de Santarém na rede urbana da região do Baixo Amazonas e Sudoeste do Pará, exercendo atração sobre as localidades do entorno. Atualmente, o centro urbano desponta como um polo estratégico para o escoamento da produção de grãos vindos do Centro-Oeste e de outras regiões do estado do Pará e, é referência no âmbito da saúde, da infraestrutura urbana e da educação, correspondendo ao principal núcleo universitário da região do Tapajós. Apresenta potencial para desenvolvimento do ecoturismo e ampla diversidade de atividades econômicas de pequena escala (agricultura familiar, extrativismo, artesanato, turismo, etc.), desenvolvidas em bases comunitárias, cooperativistas e/ou familiares. Neste contexto, a gestão municipal vem gradualmente se fortalecendo do ponto de vista institucional e administrativo, especialmente diante da expectativa de se tornar a futura capital do Estado do Tapajós. Esse cenário tem desencadeado novas dinâmicas na região, sobretudo associadas à tentativa do setor público e privado em evidenciar o potencial de crescimento econômico do município. Nesse sentido, a prefeitura municipal junto a agentes locais, tem se organizado para incentivar a atração de investimentos externos, principalmente ligados à monocultura da soja. Na perspectiva desses setores a atividade apresenta grande potencial para gerar desenvolvimento local e regional e tem estimulado outras atividades econômicas no âmbito regional (imobiliário, infraestrutura, transporte e armazenamento). Em função disso, o poder público tem alocado crescentes investimentos nesses setores:

Somente nos 12 últimos meses, o setor de agronegócios recebeu mais de R\$ 15 milhões de investimentos; infraestrutura, R\$ 14,3 milhões seguido do setor de transporte e armazenamento, que teve R\$ 12,6 milhões. A construção civil, especificamente o setor de construção de moradias foi contemplada com mais de R\$ 9,3 milhões em investimentos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2013).

As trajetórias externas vinculadas a racionalidade urbano-industrial, como a agricultura mecanizada, a introdução de plantas indústrias e de plataformas portuárias, bem como a instalação de empreendimentos imobiliários de grande porte (shopping centers, hotéis, prédios comerciais e residenciais), tem sido largamente favorecidos, a despeito das atividades econômicas tradicionais e do potencial turístico da região, gerando dinâmicas completamente novas e de alto impacto socioambiental, exemplo disso é a expansão de loteamentos urbanizados sobre áreas de assentamentos rurais, florestas e cursos d'água (rios, praias, mananciais) em Santarém.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

---

Em paralelo a este processo, a criação da RM de Santarém, evidencia mais o caráter estratégico e político da ação, do que a tentativa de instituição de uma gestão compartilhada e integrada da RMS. Fato que se confirma diante da fragilidade e da precariedade da gestão municipal dos municípios de Mojuí dos Campos e de Belterra e da ausência de um plano de ação metropolitana que vise articular políticas setoriais, como por exemplo, a gestão de resíduos sólidos, identificada como uma problemática a ser enfrentada por esses municípios nos próximos anos.

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

---

Desde 2008, uma onda de novos empreendimentos voltados para a expansão do agronegócio e de setores associados a ele, vem se estabelecendo em Santarém. Segundo estudo recente realizado pelo Centro Avançado de Estudos Amazônicos (CEAMA), além da produção graneleira, o aquecimento da economia santarena tem sido resultado de investimentos públicos e privados no setor de infraestrutura, transporte e armazenamento, construção civil e hotelaria. Para manter o dinamismo dois primeiros setores a prefeitura municipal de Santarém iniciou a duplicação de um trecho de 36 km da BR-163, com objetivo de dar maior fluidez ao fluxo de veículos e a circulação de mercadorias nessa região. Além do investimento municipal, o Governo Federal está concluindo a pavimentação de 1.089 km da rodovia, visando tornar a BR-163 o principal corredor de exportação de grãos oriundos do Centro-Oeste, com redução da sobrecarga dos portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP).

Além dos investimentos em infraestrutura viária, a prefeitura de Santarém prevê a instalação de um complexo portuário destinado ao escoamento de grãos e insumos agrícolas, na região do Maicá, localizada às margens da PA-370. A área prevista para implantação dos portos atinge 9 bairros da cidade onde vivem comunidades tradicionais (trabalhadores rurais, quilombolas, pescadores, extrativistas). Segundo entrevista com representante da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (FAMCOS), o projeto está sendo desenvolvido sem a participação da população nas decisões sobre a implantação da nova plataforma logística e, mesmo sem o início das obras, o projeto já está gerando questionamentos por parte da comunidade, sobretudo em função da remoção de algumas famílias da área sem a realização de trabalho social e o esclarecimento dos possíveis impactos sobre estas comunidades, além disso, a população local reivindica a implantação de mecanismos de consulta prévia, com objetivo de garantir a participação dos moradores e evitar possíveis danos socioambientais ao Lago do Maicá, hoje fonte de sustento da maioria da população que vive no local.

Com a expansão da monocultura de grãos e consequente aumento da imigração oriunda da região Centro-Oeste, novas dinâmicas tem surgido em Santarém nos últimos anos. Dentre elas, o aquecimento do setor imobiliário e da construção civil, movimento identificado em diversos municípios amazônicos desde 2006, quando o crescimento do mercado imobiliário privado passou a ser fortemente estimulado pelo Estado brasileiro e, se expandiu nos anos subsequentes para as regiões norte e nordeste e, particularmente, em direção as cidades não metropolitanas impactadas por projetos de extração de recursos naturais, como Santarém, Marabá, Parauapebas, Canaã dos Carajás, dentre outras.

Com isso, observa-se em Santarém, a introdução massiva de novos empreendimentos e um rápido processo de expansão e estruturação espacial da cidade, que tornou viável a incorporação de um padrão de urbanização com base em um paradigma moderno, até então inédito em

## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

FIGURA 09: inflação do preço dos imóveis em Santarém



FONTE: G1.com.br/tvtapajos  
Acesso em 17 de Setembro de 2014.

FIGURA 10: Imóveis do loteamento Planalto.



FONTE: G1.com.br/tvtapajos  
Acesso em 17 de Setembro de 2014.

algumas cidades amazônicas de médio e pequeno porte. São resultados dessa nova dinâmica imobiliária: a valorização de localizações periféricas, o uso de tecnologias de padronização e racionalização construtiva, a operação em larga escala, etc. Semelhante à experiência do Sudeste Paraense, os novos investimentos introduzidos no espaço da cidade são oriundos de diversos setores da economia (agronegócio, comercial, financeiro), movimento marcado pela entrada de novos agentes no circuito imobiliário local e pelo fortalecimento de determinados atores locais (empresários do varejo, imobiliárias e construtoras locais, etc.).

Em Santarém, a recente dinâmica imobiliária tem se manifestado de diferentes formas na estruturação da cidade, com a produção de uma nova malha urbana com características completamente distintas do núcleo pioneiro. Muitas vezes, esses novos padrões urbanos são empreendidos, segundo princípios e práticas da população imigrante ou com base em concepções modernas importadas e, frequentemente, defasadas. Um exemplo disso foi à implantação do loteamento Planalto, localizado na BR-163, construído por migrantes do Centro-Sul do país, ligados à monocultura da soja. O núcleo urbano se situa a 15 km do centro de Santarém e é cercado por plantações de grãos. Apesar da distância de acesso aos principais serviços e equipamentos urbanos, hoje é o bairro mais valorizado da cidade, com preços por metro quadrado que superam o de bairros nobres como, a Boa Viagem, em Recife, ou mesmo, o Morumbi, em São Paulo. Essa racionalidade urbana trazida por atores externos ou inspirada em modelos importados é mais ajustada à realidade da metrópole e, por outro lado completamente distinta das características da cidade tradicional amazônica (ribeirinha).

Neste sentido, estão sendo progressivamente inseridas formas urbanas inteiramente novas e sem conexão com o tecido urbano preexistente, associadas a um modo de vida e um padrão de consumo moderno. Essa transformação é percebida através de processos como a verticalização, a produção de fachadas e volumes arquitetônicos padronizados, novos artefatos imobiliários (condomínios-clube, grandes loteamentos, bairros-condomínios, etc.), dentre outros.

Como em outras cidades paraenses, a contratação de conjuntos habitacionais através do programa Minha Casa Minha Vida, também foi um fator importante para o aquecimento do setor imobiliário em Santarém. Os empreendimentos previstos para a cidade também seguiram com a mesma rigidez o formato produtivo disseminado no restante do país, o qual resultou na irradiação de uma produção habitacional massificada, com homogeneização do traçado urbano, das tipologias e do uso de solo (quase exclusivamente residencial), sem contemplar características básicas de um assentamento urbano, tais como racionalidade de acesso, diversidade de usos e de espaços públicos. Em geral, esse padrão de construção pressupôs a retirada da cobertura vegetal preexistente, sem a realização de um projeto a arborização posterior.



## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

A maioria desses empreendimentos reproduziu um “produto-tipo” difundido em larga escala, sem adaptação as características físicas, climáticas e ambientais dos locais de inserção.

QUADRO 04: Novos empreendimentos imobiliários em Santarém/PA.

EMPREENDEDOR	TIPO DE OBRA	Abrangência	Empreendimentos	Tipo
R Branco Engenharia	Construção Civil	Local	Gran Ville	Condomínio vertical fechado
			Plaza Viena	Condomínio vertical fechado
			Plaza Modena	Condomínio vertical fechado
			Saint Sebastian	Condomínio vertical fechado
			Praia Ville Residence	Condomínio horizontal fechado
Imobiliária Carlos Ribeiro	Imobiliário	Local	Carapanari Eco Residence	Condomínio horizontal fechado
			Amazônia Park Residence	Loteamento horizontal aberto
			Jardim Tapajós	Loteamento horizontal aberto
			Amazônia Park Entretenimento	Parque aquático
Franere Construções	Construção Civil	Nacional	Rio Tapajós Shopping	Shopping Center
Verde Construções Ltda	Construção Civil	Local	Cidade dos Pássaros	Condomínio horizontal fechado
			Cambuquira	Loteamento horizontal aberto
PRESIM Engenharia	Construção Civil	Local	Residencial Apuí	Condomínio horizontal fechado
			Spazio Moriá	Condomínio horizontal fechado
SISTEN Construtora	Construção Civil	Regional	Edifício Aqua	Condomínio vertical fechado
Carmona Cabrera	Construção Civil	Nacional	Residencial Moaçara*	Condomínio vertical fechado
EMCASA Construtora	Construção Civil	Nacional	Residencial Salvação*	Loteamento horizontal aberto

FONTE: Prefeitura Municipal de Santarém (2013);

\* Contratado com recursos do PMCMV Faixa 1.

Sob esta mesma lógica, foram contratados três empreendimentos em Santarém. O Residencial Salvação, loteamento horizontal com produção de 3.081, foi amplamente noticiado pela mídia local, devido a uma série de alagamentos que o conjunto habitacional sofreu na época das chuvas mais intensas e pelos danos ambientais causados ao Lago Juá (localizado a 2 km de distância), durante sua construção. Os outros dois são condomínios verticais fechados produzidos em áreas contíguas, com previsão de entrega de 1.408 unidades, localizados em uma área periférica, com baixa acessibilidade a serviços e equipamentos urbanos.

QUADRO 05: Empreendimentos MCMV contratados em Santarém

Empreendimento	UH	Valor da Operação	Situação	Empresa	Faixa
Res. Moaçara 1	768	42.025.471	Em andamento	Carmona Cabrera	1
Res. Moaçara 2	640	39.675.006	Em andamento	Carmona Cabrera	1
Res. Salvação	3.081	161.911.787	Em andamento	EMCASA	1

FONTE: : Caixa Econômica (2013).



## 4. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR PRIVADO

FIGURA 11: Alagamento no Residencial Salvação após chuvas intensas em março de 2014



FONTE: G1.com.br/tvtapajos  
Acesso em 17 de Setembro de 2014.

FIGURA 12: Conjunto Habitacional Moaçara I.



Autor: Taynara Gomes, 2014.

Neste contexto, observa-se que o crescimento da cidade tem se manifestado de duas formas: através do início prematuro do processo de verticalização do núcleo urbano, a despeito do potencial de expansão da malha urbana e da existência de uma quantidade significativa de vazios urbanos na área central; e, ao mesmo tempo, através do surgimento de condomínios e loteamentos nas franjas urbanas e em localidades próximas (ex. Alter do Chão, Pindobal), onde a exuberância do ambiente natural e do potencial turístico é assimilada pelas empresas e convertida em um marketing imobiliário "Ecoturístico", traduzido através de marcas, como: "Eco residence", "Amazônia Park", "Cidade dos Pássaros", etc. E, ao contrário do apelo propagandístico das empresas, a introdução de empreendimentos imobiliários nestas localidades tem causado impactos socioambientais de diversas ordens: avanço dos loteamentos sobre áreas de demarcação de assentamentos rurais, conversão direta de florestas em áreas urbanizadas, construções próximas à nascente de rios, ausência de solução de esgoto adequada, etc.

Esse padrão de expansão urbana introduzido pelas empresas imobiliárias tem produzido uma urbanização esparsa e descontínua do território, com espraiamento extensivo da malha urbana sem que interstícios fossem ocupados e consolidados. Esse modelo de urbanização resulta em um alto custo para o poder público, pela necessidade de estender rede de infraestrutura, transportes e serviços a áreas pouco adensadas e distantes do núcleo consolidado. Em cidades como Santarém, onde o modo de vida e os costumes da cidade tradicional ainda ecoam vigorosamente sobre a trama urbana, torna-se fundamental a atuação do Estado, das instituições e da sociedade, como mediadores da polarização entre a produção tradicional e a produção moderna, no sentido de criar mecanismos e instrumentos que possam compatibilizar as duas trajetórias, para que a diversidade da cultura e do ecossistema amazônico possa ser compreendida como parte de uma estratégia poderosa para o desenvolvimento local e regional.

## 5. O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM SANTARÉM

FIGURA 13: (a) sede da Ecoloja, em Santarém; (b) produção de artesanato com látex; (c) produtos confeccionados com sementes, corantes naturais e restos de madeira; (d) bancos estilizados com temas regionais produzidos com madeira de manejo.



FONTE: Ecoloja Tapajós (2014).

A transformação contemporânea de Santarém evidencia uma ampla diversidade econômica, cultural e social no espaço da cidade. Neste espaço, atividades seculares associadas ao bioma amazônico (extrativismo, pesca, agricultura, artesanato, dentre outros) dividem lugar com a introdução massiva de atividades de matriz urbano-industrial (extração mineral, agricultura mecanizada, construção civil). O resultado é a coexistência, não isenta de conflitos, de um circuito superior e outro inferior que tecem a trama na economia da cidade (SANTOS, 2008). Não há nada de novo nisso. Para Santos (2008), esse fenômeno é uma consequência direta (e funcional) do processo de modernização nos países subdesenvolvidos. O que torna particular o caso de Santarém é a extraordinária riqueza do cenário e das relações que se desenvolveram ali. A tradicional cidade ribeirinha progressiva e seletivamente atingida pelas forças da modernização conduzidas por empresas de capital privado (ex. CARGILL, BUNGE, AMAGGI), mantém ainda fortes vínculos com o saber tradicional e com o ambiente natural.

A "pequena economia" santarena é desenvolvida a partir de bases familiares, comunitárias ou por instituições coletivas, como associações e cooperativas. Essas iniciativas são caracterizadas pelo emprego de baixo capital, trabalho intensivo e pelo uso equilibrado de recursos naturais, com a valorização da "floresta em pé". Além disso, tendem a manter relações privilegiadas com a cidade, percebida por esses grupos tal qual a visão lefebvriana, como o lugar das trocas, do mercado e da festa. Dessa forma, a cidade se configura para esses atores sociais como um ponto de contato para irradiação e enraizamento de suas atividades. Processo que permite a formação de um "circuito inferior" urbano extremamente amplo, seja em relação às inúmeras atividades produtivas identificadas, quanto à diversidade de artefatos produzidos.

Em geral, esses grupos relatam uma trajetória positiva, apesar das dificuldades de acesso a recursos e a apoio técnico e institucional apropriado, estes quando existentes, costumam constranger o modus operandis e racionalidade própria dessas atividades, na tentativa de enquadrá-las segundo parâmetros formais. A dificuldade de diálogo com instituições de pesquisa e fomento e, particularmente com o Estado, cria barreiras para a expansão dessas iniciativas e limita a capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico e, portanto o potencial amplamente propício dessas atividades à geração de "trabalho novo" (JACOBS, 1969). Becker (2013) revisita a teoria de Jacobs (1969) na tentativa de por a luz novas possibilidades de desenvolvimentos para a cidade amazônica, segundo a autora "trabalho novo" é o trabalho velho ("mais do mesmo"), ressignificado. O qual possibilita novas formas de desenvolvimento, promovendo não apenas o crescimento da economia, mas a renovação de suas bases, com criação de novas divisões do trabalho (BECKER, 2013).

Em Santarém, a despeito da dificuldade do governo em ofertar condições adequadas ao desenvolvimento da "pequena economia", em particular, da esfera municipal,



## 5. O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM SANTARÉM

FIGURA 14: Expositores da Flor Tapajós, em Santarém



FONTE: Emater (2013).

FIGURA 15: Festival de culinária típica, realizado pela Comunidade São Bráz, em Santarém.



FONTE: Emater (2013).

algumas atividades produtivas já conseguiram dar um passo em direção à sofisticação da produção, i.é., a criação de "trabalho novo". Um desses exemplos é a Cooperativa Mista da FLONA Tapajós (COOMFLONA), criada com objetivo de viabilizar o Plano de Manejo neste território. Hoje, a cooperativa desenvolve produtos e serviços de origem de Manejo Florestal Comunitário aliado à agricultura familiar e ao extrativismo. A COOMFLONA atualmente possui 210 cooperados, oriundos das 21 comunidades que habitam a FLONA Tapajós. Em 2011, a cooperativa inaugurou a Ecoloja Tapajós, com produção de artesanato e movelaria a partir de madeira de manejo e de atividades extrativistas realizadas na floresta. O axioma da produção da comunidade é desenvolver produtos de qualidade, de forma legal e sustentável, agregando valor aos recursos extraídos do bioma. Com isso, a cooperativa apresenta hoje uma produção de artesanato e movelaria com certo grau de sofisticação (ver ), capaz de dinamizar a produção de cooperativa e abrir caminhos alternativos a estrita produção madeireira (trabalho velho).

Outra atividade de pequena escala, desenvolvida com base em instituições coletivas, populares e redes de solidariedade e, que ao mesmo tempo interage com o conhecimento tradicional e com o uso consciente do bioma, em Santarém, é a floricultura. O projeto de fortalecimento da produção de flores, iniciado a 13 anos, com apoio da Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Estado do Pará (Emater), reúne hoje cerca de 50 famílias, com produção urbana e rural de mais de 300 espécies de plantas e flores tropicais. A associação de floricultores santarenos, pretende criar nos próximos anos um instituto para aperfeiçoar, qualificar e organizar a produção na região. Em parceria com a EMATER, a associação, realiza feiras periódicas (Feira Flor Mulher, Feira Flor Amor, Feira Flor Mamãe), sendo a principal delas a Flor Tapajós, evento para comercialização de plantas, insumos e artesanato e, que inclui oficinas de arranjo floral, confecção de vasos de argila e mini cursos de cultivo de flores tropicais. De acordo os produtores, a mercado ainda é predominante local, com expressivo consumo da própria população, a qual valoriza a criação e manutenção de quintais e jardins no meio urbano e rural. Apesar da força do mercado de consumo local, a associação de floricultores do Tapajós, já fornece projetos paisagísticos para prefeituras de outros municípios e pretende explorar nos próximos anos esse nicho. Diante do cenário otimista, o grupo pretende instituir parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com objetivo de expandir e verticalizar a cadeia produtiva.

Em Santarém, a valorização da cultura regional, do conhecimento tradicional e a relação equilibrada com a natureza mantida e valorizada pela população, evidencia potencialidades para a criação de novas formas de trabalho, compatíveis com as especificidades locais. Diante do amplo espectro de possibilidades para geração e sofisticação da "economia criativa" local (ecoturismo, gastronomia, artesanato, agricultura familiar, design de jóias/móveis,

## 5. O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM SANTARÉM

---

música, etc.), Santarém se revela como um laboratório para gestação de um novo padrão de desenvolvimento, até o momento negado e mantido no "campo cego" das instituições formais (SILVA et al, 2014). Ao contrário das trajetórias hegemônicas regidas pelo circuito superior, o circuito do pequeno capital observado em exemplos como esses, vem se mostrando resiliente às sucessivas limitações e obstruções de seu desenvolvimento e, muito mais adequado do ponto de vista econômico, ambiental e social, do que o modelo de desenvolvimento estrutural sustentado até hoje nas cidades amazônicas.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AMORIM, Antonia Terezinha dos Santos. Santarém uma síntese histórica. Santarém: Editora ULBRA, 1998.250p.
- BECKER, B. A urbe amazônida - a floresta e a cidade. Garamond, 2013.
- CENTRO AVANÇADO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS. Banco de dados. Santarém: CEAMA, 2013.
- IBGE. Censo Demográfico 2000 - Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>
- IBGE. MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros 2011. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.
- IBGE. MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Perfil dos Municípios Brasileiros 2012. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.
- JACOBS, J. The economy of cities. New York: Random House Inc., 1970.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010. Belo Horizonte: FJP, 2013. 80 p.
- OLIVEIRA, J. M. G. C. de. Expansão urbana e periferização de Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008
- PEREIRA, J. C. M. Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA). 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPa, Belém.
- SANTARÉM. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Santarém. Plano de desenvolvimento econômico sustentável de Santarém. Santarém, 2013.
- SANTARÉM. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Prefeitura Municipal de Santarém. Perspectivas da economia de Santarém e Região Oeste do Pará para os próximos anos. PMS, 2013. 24 p.
- SANTOS, Milton. O espaço dividido. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 440 p.
- SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 113 p. (Geografia: Teoria e Realidade).
- SILVA, H. et al. O campo cego das alternativas de desenvolvimento no bioma amazônico. Anais XVI Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina, 2014.

# Parte III:

## Reprodução da Vida:

Espaços livres e apropriação do espaço  
em Marabá



# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO.....	4
1.1. MATERIAIS E MÉTODOS	
1.1.1. Levantamento fotográfico	
1.1.2. Levantamento documental	
1.1.3. Entrevistas	
1.1.4. Observação/ contagem usuários	
2. RESULTADOS	
ALCANÇADOS.....	10
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ	
2.1.1. Marabá Pioneira	
2.1.2. Nova Marabá	
2.1.3. Cidade Nova	
2.1.4. Áreas de expansão	
2.1.5. Síntese dos dados obtidos	
2.2. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	27
2.2.1. Sistema de Espaços Livres: o espaço comum	
2.2.2. O espaço livre privado	
2.2.2.1. O desvanecimento dos quintais	
2.2.2.2. O desvanecimento do espaço público e a privatização da natureza	
2.2.3. O espaço livre público	
2.2.3.1. A busca da cidade do século XXI: urbanidade e qualidade ambiental x o descompasso da cidade da fronteira	
2.2.3.2. Lições da evolução da cidade de Marabá: o que aprender com cada núcleo?	
2.2.3.3. Apropriação do espaço x preservação	
3. CONCLUSÃO.....	48

## APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo discorrer sobre o trabalho de campo realizado em viagem à cidade de Marabá, localizada no sudeste paraense, entre o período de 02 de Junho de 2014 e 11 de Junho de 2014.

A incursão ao campo teve como objetivo a compreensão de dinâmicas socioespaciais ligadas à produção e apropriação do espaço público e da paisagem na cidade de Marabá, detendo-se sobretudo nas análises sobre os espaços livres, a (des)articulação entre eles e a percepção e apropriação desses espaços pelos seus usuários. Para isso, foram realizados levantamentos fotográfico, documental, assim como entrevistas e observações de espaços previamente selecionados, seguidos de análise e interpretação dos dados obtidos.

A análise de campo servirá de embasamento empírico em dois trabalhos orientados pela professora Dra. Ana Cláudia Cardoso: a dissertação de mestrado da discente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Louise Pontes e o Relatório de Iniciação Científica da discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Luna Bibas, ambas propostas ligadas a projetos de pesquisa em andamento como o UrbisAmazônia e projetos aprovados na Chamada MCTI/CNPq/MCidades/2012 e edital PQ/CNPQ/2012 comprometidos com a caracterização do espaço urbano da região amazônica, entendendo que o espaço construído, e o não construído em seu contraponto, constituem-se elementos chave para a compreensão do espaço urbano, capazes de revelar dinâmicas econômicas, sociais e ambientais.

Este relatório divide em três partes: **introdução, resultados alcançados e conclusão.**

# 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é conhecida e reconhecida por sua diversidade, existe hoje um importante reconhecimento do papel da etnobiodiversidade e do bioma para o país e para o mundo, no entanto, toda a preocupação com o bioma se detém em uma escala macro e parece não incluir a vida de seus habitantes, já que mais 70% da população da região vive em cidades (IBGE, 2010), justamente onde a falta de qualidade ambiental tem sido “apenas” mais um dos efeitos colaterais de um suposto “progresso”.

Se o bioma apresenta vasta biodiversidade, na cidade a diversidade se dá por conta do encontro de racionalidades, do extrativista ao industrial é possível encontrar uma ampla gama saberes e visões mundo no urbano amazônico (BECKER, 2004; MONTE-MÓR, 1994). E Sendo assim, não seria possível aprender de todos esses conhecimentos caminhos possíveis para a produção de um espaço urbano mais gregário do que o que tem se produzido?

Antes da inserção econômica e espacial da região no país predominava na região amazônica uma racionalidade ligada à floresta, a ocupação se dava ao longo dos rios e os habitantes da Amazônia de outrora eram capazes de retirar sustento, lazer e transporte do bioma sem degradar, característica hoje associada à almejada “sustentabilidade” (CARDOSO; VENTURA, 2013). Com a inserção econômica, chegou a racionalidade urbano-industrial, que carrega consigo visões de mundo socialmente criadas nos países ricos sob interesses específicos (SMITH, 1984), e esta vem se sobrepondo de forma voraz às outras racionalidades pré-existentes (BECKER, 2004), um exemplo disso é a evidente apropriação de uma falsa dicotomia entre cidade-natureza em cidades como Marabá.

Se todas as cidades do mundo estão assentadas sobre o solo, muitas vezes às margens de rios e necessitam de alimentos, luz e o ar para respirar, ou seja dependem invariavelmente de um ecossistema específico para existir, é no mínimo controversa a noção de que cidade e natureza são coisas diferentes (SPIRN, 1984) ou que a qualidade urbana ou a

“modernidade” estejam associadas a artificialidade e à negação da natureza (MELLO, 2008).

Ainda que desde a década de 1970 se saiba que a ideia de um planeta onde todos tivessem o mesmo nível de consumo era irrealizável, ainda hoje, nos países da periferia do capital (sobretudo na áreas de fronteira econômica), o mito de progresso e desenvolvimento econômico tem sido um elemento essencial para a expansão da sociedade capitalista industrial, onde tudo é possível em nome da modernização e do progresso, ainda que implique impactos sociais ou ambientais, nutre-se uma atitude ingênua de que o progresso tecnológico é salvação para todos os males, ainda que faça parte de muitos deles (FURTADO, 1974).

Enquanto na periferia do capital os processos de devastação e degradação se intensificam, nos países ricos tem-se feito altos investimentos em recuperação ambiental, o que evidencia mais uma vez que a capacidade biofísica das cidades não deveria ser deixada à revelia e que os modelos que ainda estão sendo importados como ideal de cidade-industrial já foram intensamente criticados e reformulados nos países que lhe deram origem, dado o alto custo socioambiental que tais modelos supõem.

Na fronteira Amazônica, em cidades como Marabá, diferentemente das metrópoles brasileiras, o espaço ainda não está plenamente estruturado, e por isso mesmo ainda seria possível que houvessem inovações em soluções urbanísticas de modo que não se repetissem os equívocos de graves consequências socioambientais.

Dada a condição da ciência moderna subdivida e à dicotomia cidade-natureza historicamente criada e reforçada pela ciência, pelas artes (SMITH, 1984) e posteriormente pela legislação, é praxe que tantos planos urbanísticos como abordagens que estudam o urbano tratem essas duas dimensões de forma separada.

A legislação de proteção ambiental pouco dialoga com as particularidades do urbano (sobretudo na Amazônia) e a consequência disso é que a legislação ambiental quando obedecida dá lugar a ilhas de

preservação rodeada por áreas tratadas como “não-naturais” e sujeitas a todo tipo de intervenção.

Parte dessa fissura a necessidade pensar a qualidade ambiental juntamente à qualidade urbana, e a maior ferramenta de aglutinamento dessas dimensões é o espaço público como lugar por excelência de acolhimento da diversidade e da democracia.

Dessa forma, para compreender a cidade de forma integrada com suas matrizes biofísica e urbana, faz-se necessário apropriar-se tanto da literatura relativa ao desenho urbano e seus atributos, como de uma literatura que tem buscado integrar o estudo dos ecossistemas e da capacidade biológica das cidades às necessidades urbanas/humanas o *landscape-urbanism*.

Os enfoque do *landscape-urbanism* e do desenho urbano têm o espaço não edificado como ponto em comum, por isso, embora houvesse infinitas possibilidades de se aproximar do objeto de estudo, optou-se por abordar os Sistemas de Espaços Livres da cidade de Marabá, tanto por sua formação nucleada com forte presença de espaços não edificados entre os núcleos que a compõe, e no interior destes (em rápido desvanecimento nas áreas mais recentes), como pelo importante papel que estes podem vir a desempenhar na cidade para atender demandas biofísicas, urbanísticas e socioculturais.

## **1.1. MATERIAIS E MÉTODOS**

A estratégia utilizada para a aproximação do objeto de estudo foi a realização de levantamento fotográfico e documental, entrevistas e observações de espaços previamente selecionados.

### **1.1.1. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO**

O levantamento fotográfico esteve presente ao longo de todas as etapas do trabalho de campo, sendo uma importante ferramenta para a caracterização dos espaços a serem analisados, funcionando também como

um mapeamento das visões por baixo complementar à cartografia das visões aéreas.

Assim como uma cartografia, a fotografia registra um determinado espaço-tempo e eterniza elementos extremamente mutáveis da vida cotidiana, dessa forma pode ser utilizado para comparar com outros espaço-tempo da história e da cidade com o fim de compreender as dinâmicas urbanas.

Além disso, o registro fotográfico pode revelar contradições entre a fala, o discurso e a realidade expressa na fotografia, além de revelar potenciais e deficiências que poderiam passar despercebidos na rapidez do olhar.

Foram feitos registros de praças, ruas, orlas, quintais, áreas de APP e ZEIA e empreendimentos imobiliários em toda a área urbanizada do município de Marabá (Marabá Pioneira, Nova Marabá e área de expansão, Cidade Nova, São Félix e Morada Nova).

### **1.1.2. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL**

O levantamento documental teve como objetivo apreender parte da história e das transformações não apenas do espaço como das visões de mundo predominantes em determinados períodos e compará-los aos contemporâneos com o fim de compreender prioridades da administração pública, divergências entre o discurso e a realidade e revelar contradições internas dos documentos oficiais. As pesquisas foram feitas na biblioteca da Casa da Cultura.

Além dos planos diretores de 1973 e 2006, foram identificadas revistas e livros que discorrem sobre o cotidiano e a história da cidade. Na ocasião da visita a pinacoteca da Casa de Cultura de Marabá não estava em funcionamento, prejudicando, dessa forma, o acesso às imagens antigas do município.

Também foram coletados documentos com o professor de Geologia da Universidade Federal de Marabá Leonardo Brasil, estes continham *shapes*



para utilização em programas de georreferenciamento (GIS) com o objetivo de criação de mapas, além materiais sobre o Plano Diretor e fotos antigas da cheia dos anos 1980.

### **1.1.3. ENTREVISTAS**

As entrevistas tiveram como objetivo a identificação de visões de mundo e a compreensão dos diferentes pontos de vista sobre os temas abordados, tais como as relações cidade-natureza, o espaço público, o lazer e a vivência da cidade, prioridades da gestão pública e tendências do setor privado, além de compreender alterações na paisagem e no cotidiano sob esses pontos de vista.

Foram realizadas ao todo 12 entrevistas, todas gravadas, com aproximadamente 40 minutos de duração cada uma, realizadas com atores qualificados de diferentes faixas etárias, moradores dos três principais núcleos, realizadas de modo semiestruturado, abrindo espaço para colocações e novas questões convenientes ao ator e às entrevistadoras.

Quadro 01: Nomes dos entrevistados e estruturas de entrevistas.

ENTREVISTADOS:	ESTRUTURA DA ENTREVISTA:
<p><b>Admar Ferreira</b> Pescador, marabaense, morador do bairro do Cabelo Seco – Marabá Pioneira.</p> <p><b>Amanda Damasceno</b> Estudante, moradora de área de APP – Rampa da 8 – Nova Marabá.</p> <p><b>André Uchôa</b> Engenheiro mecânico, carioca/ 19 anos em Marabá – morador da Cidade Nova.</p> <p><b>Bruna Chaves</b> Corretora, tocaninense/6 anos em Marabá – moradora da Nova Marabá</p> <p><b>Dalvino Lourenço</b> Aposentado, maranhense/ 60 anos em Marabá – morador da Marabá Pioneira.</p> <p><b>Félix Marinho (56)</b> Controlador da prefeitura, marabaense – morador da Nova Marabá.</p> <p><b>Leonardo Brasil</b> Geólogo, belenense/ 6 anos em Marabá – morador da Nova Marabá)</p> <p><b>Madalena Silva</b> Aposentada, marabaense, moradora da Marabá pioneira.</p> <p><b>Maria do Carmo</b> Artística plástica, marabaense, moradora da Cidade Nova.</p> <p><b>Maria Ísis Morbach</b> Aposentada, maranhense/ 75 anos em Marabá, moradora da Marabá Pioneira.</p> <p><b>Patrícia Padilha</b> Secretária, belenense/ 3 anos em Marabá, moradora da Cidade Nova.</p> <p><b>Roberval Marco</b> Secretário de planejamento, paulista/2 anos em Marabá, morador da Nova Marabá.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apresentação</li> <li>2. Qual é a sua relação com a cidade de Marabá?</li> <li>3. O que mudou em Marabá?</li> <li>4. O que você e sua família fazem para se divertir?</li> <li>5. Você planta?</li> <li>6. Aponte pontos positivos e negativos de Marabá.</li> <li>7. O que você mudaria no seu bairro e na cidade?</li> <li>8. O que é natureza?</li> </ol>

Fonte: Elaboração de Louise Pontes, 2014

### 1.1.1. OBSERVAÇÃO/ CONTAGEM

A observação ou contagem dos usuários do espaço teve como objetivo a obtenção de dados quantitativos relativo ao uso de espaços previamente selecionados, a fim de que pudessem ser comparados entre si e entre outros espaços e com as os dados qualitativos oferecidos pelas demais estratégias de aproximação do espaço.

Foram feitas contagens para 15 espaços públicos diferentes, sendo destes: 9 ruas (3 de cada núcleo), a orla e 5 praças. Cada espaço foi observado em três momentos: uma vez no turno da manhã, uma vez no turno da noite (entre segunda e sexta-feira) e uma vez durante o fim de semana. Cada contagem teve duração de 15 minutos, nesse espaço de tempo foram contabilizados carros, motocicletas, ônibus, barcos, bicicletas, skates, transeuntes, pessoas em caminhada esportiva e pessoas paradas.

O objetivo final desse tipo de observação é auferir conclusões a respeito dos atributos de urbanidade dos espaços de contagem e os espaços apenas visitados.

## **2. RESULTADOS ALCANÇADOS**

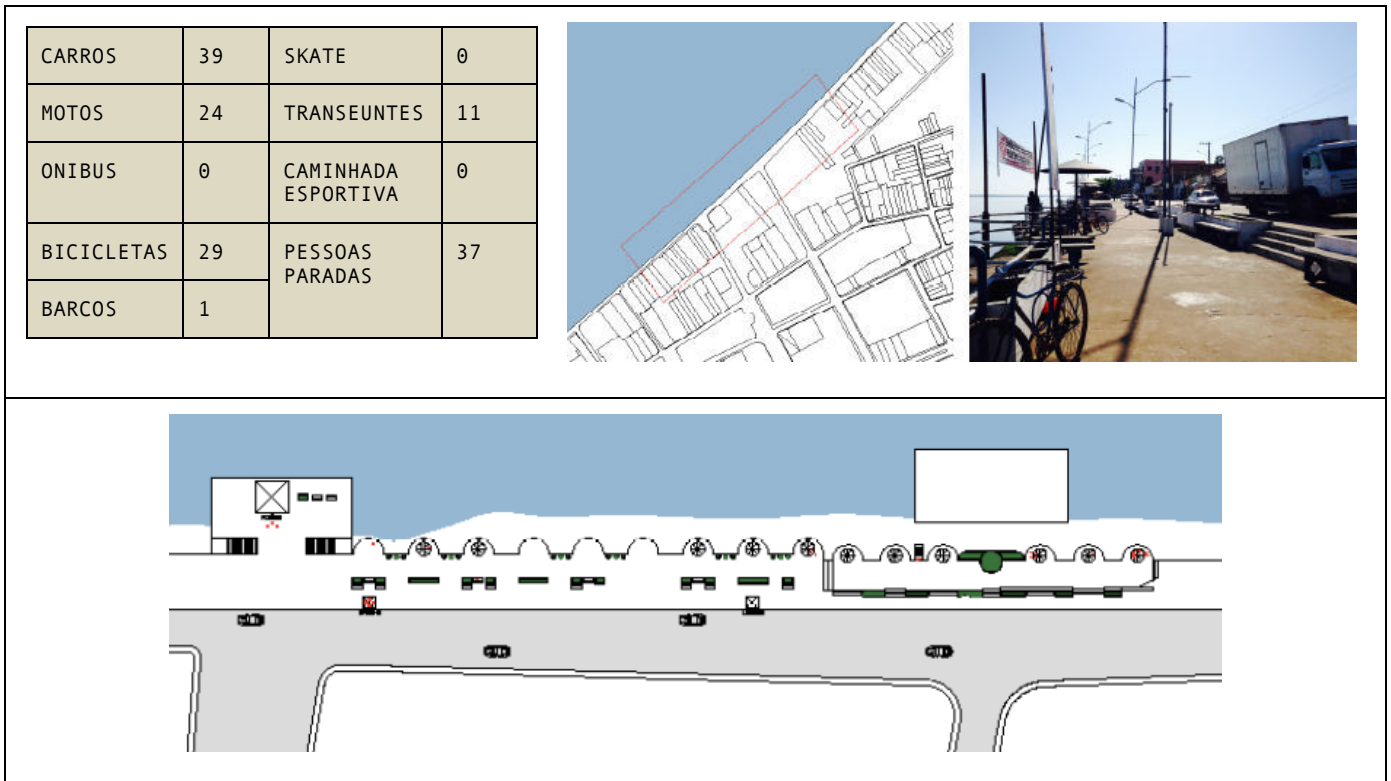
### **2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MARABÁ**

As cidades com elevada qualidade de vida serviram para desenvolvimento de estudos sobre as qualidades essenciais do espaço urbano e que são referências na área do urbanismo e do desenho urbano. E as tendências metropolitanas de fragmentação, privatização e empobrecimento do espaço público seguem em contra mão da trajetória dessas cidades. Portanto, a caracterização dos espaços livres dessa pesquisa, procurará detectar como se manifestam as qualidades do espaço urbano bem como as atividades humanas se manifestam sob tal contexto.

**OBS: Alguns desenhos estão em processo de conclusão mas os dados foram todos contados e inscritos nas tabelas.**

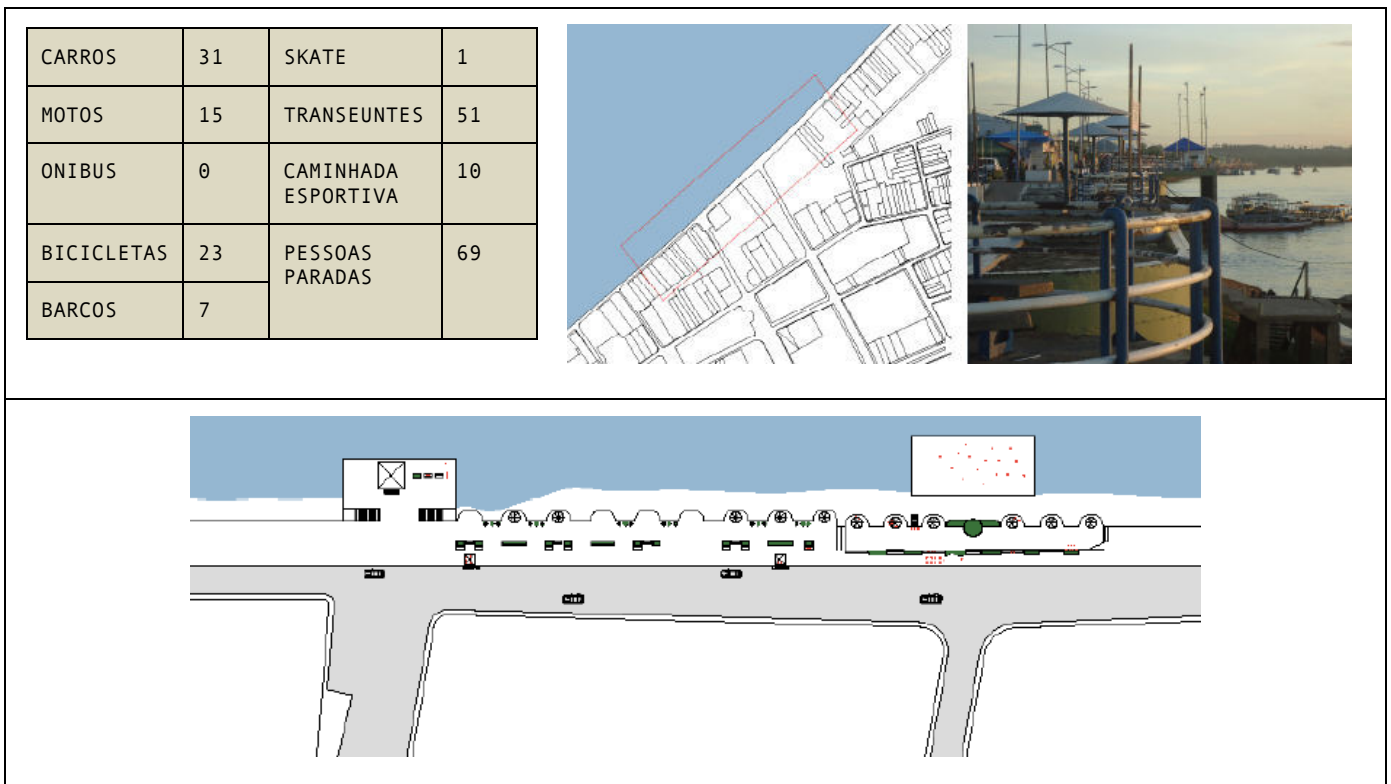
## 2.1.1. MARABÁ PIONEIRA

**Quadro 02: Observação da Orla de Marabá. Duração: 15 Minutos. Período: Manhã (8:00 Até 12:00).**



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

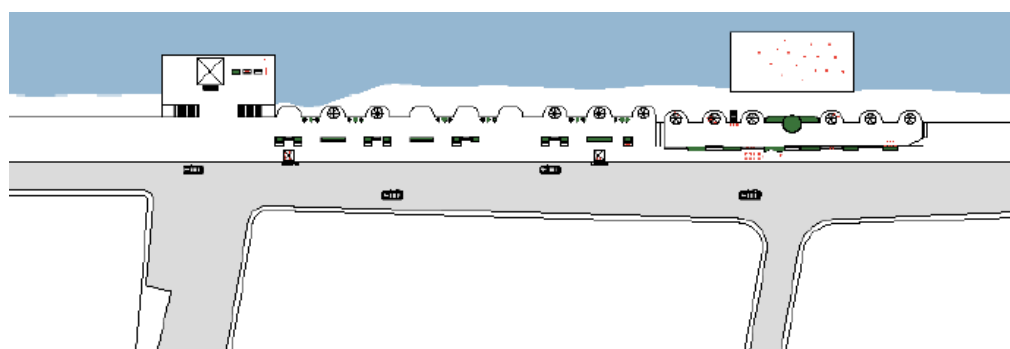
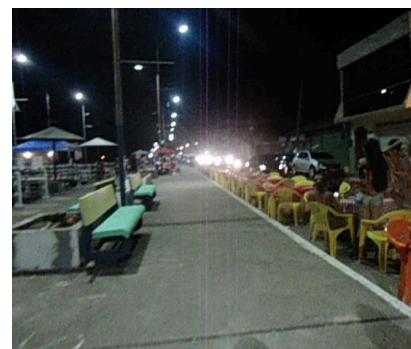
**Quadro 03: Observação da Orla de Marabá. Duração: 15 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30).**



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 04: Observação da Orla de Marabá. Duração: 15 Minutos. Período: Fim de Semana**

CARROS	96	SKATE	0
MOTOS	45	TRANSEUNTES	81
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	6	PESSOAS PARADAS	99
BARCOS	5		

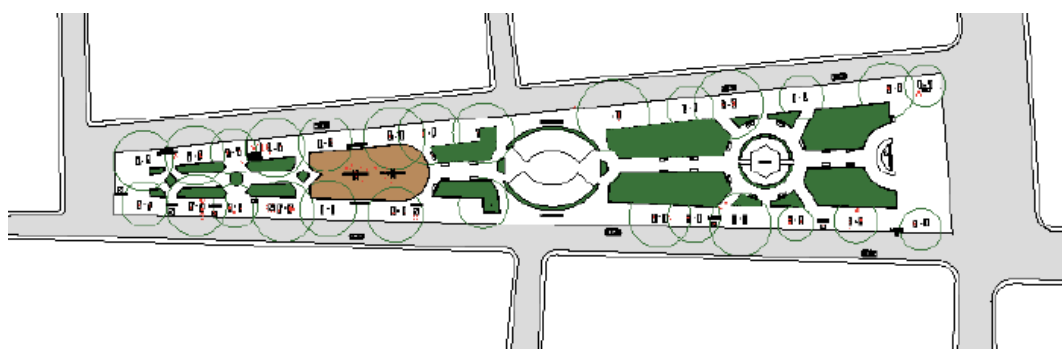


OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 05: Observação da Pça Duque de Caxias. Duração: 15 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00).**

CARROS	73	SKATE	0
MOTOS	41	TRANSEUNTES	108
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	1
BICICLETAS	27	PESSOAS PARADAS	116
BARCOS	0		

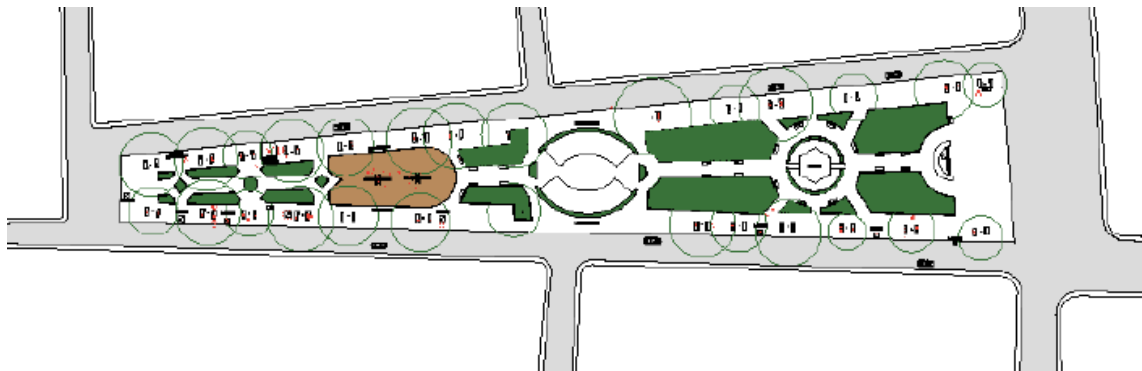


Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.



**Quadro 06: Observação da Pça Duque de Caxias. Duração: 15 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30).**

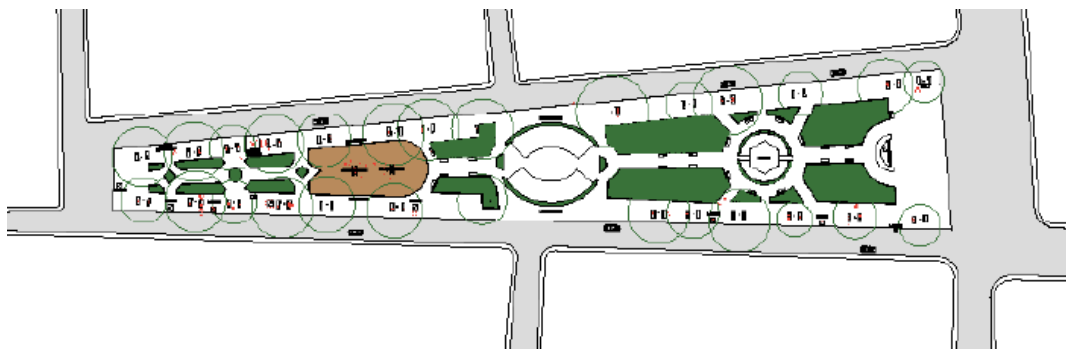
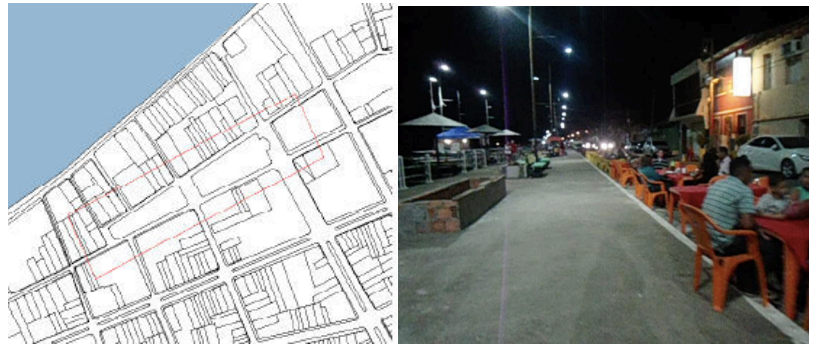
CARROS	58	SKATE	2
MOTOS	42	TRANSEUNTES	102
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	3
BICICLETAS	16	PESSOAS PARADAS	76
BARCOS	0		



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 07: Observação da Pça Duque de Caxias. Duração: 15 Minutos. Período: Fim de Semana.**

CARROS	80	SKATE	0
MOTOS	25	TRANSEUNTES	29
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	1
BICICLETAS	15	PESSOAS PARADAS	40
BARCOS	0		





OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.



**Quadro 08: Observação da Av. Antonio Maia. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Comercial.**

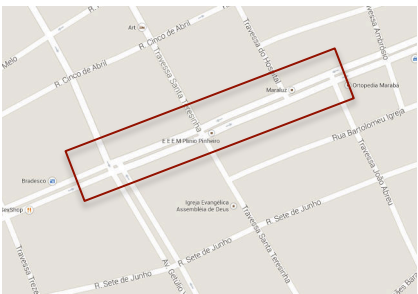

CARROS	68	SKATE	0
MOTOS	63	TRANSEUNTES	50
ONIBUS	5	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	5	PESSOAS PARADAS	9
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 09: Observação da Av. Antonio Maia. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Comercial.**

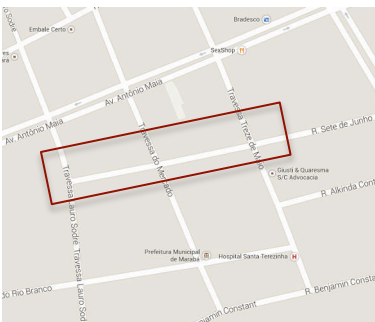

CARROS	59	SKATE	0
MOTOS	30	TRANSEUNTES	16
ONIBUS	10	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	1	PESSOAS PARADAS	2
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 10: Observação da Rua 7 De Junho. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Misto.**

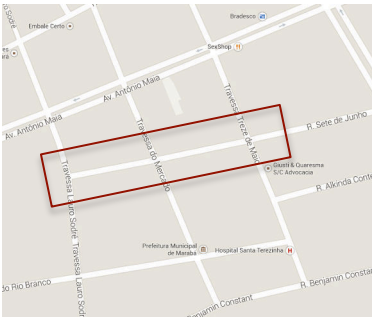
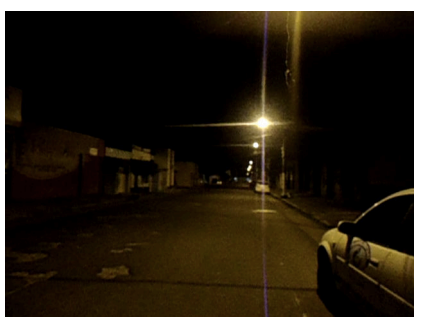
CARROS	20	SKATE	0
MOTOS	6	TRANSEUNTES	16
ONIBUS	1	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	5	PESSOAS PARADAS	1
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 11: Observação Da Rua 7 De Junho. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Misto.**



CARROS	4	SKATE	0
MOTOS	8	TRANSEUNTES	4
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	1	PESSOAS PARADAS	1
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 12: Observação Da Rua Barão Do Rio Branco. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Residencial.**



CARROS	3	SKATE	0
MOTOS	8	TRANSEUNTES	13
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	1	PESSOAS PARADAS	2
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 13: Observação Da Rua Barão Do Rio Branco. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Residencial.**

CARROS	1	SKATE	0
MOTOS	3	TRANSEUNTES	17
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	5	PESSOAS PARADAS	11
BARCOS	0		



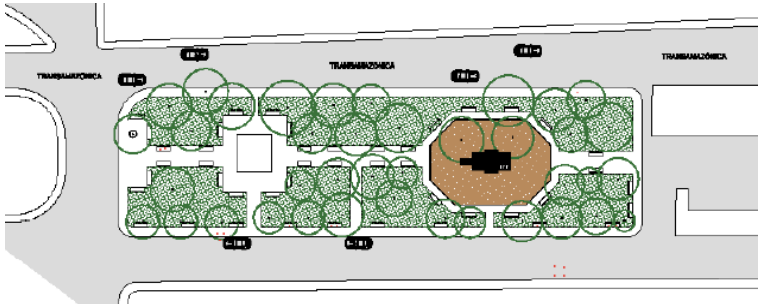



Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

## 2.1.2. CIDADE NOVA

**Quadro 14: Observação da Pça da Bíblia. Duração: 15 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Transamazonica = 74/Min.**

CARROS	65	SKATE	0
MOTOS	45	TRANSEUNTES	64
ONIBUS	4	CAMINHADA ESPORTIVA	2
BICICLETAS	16	PESSOAS PARADAS	3
BARCOS	0		



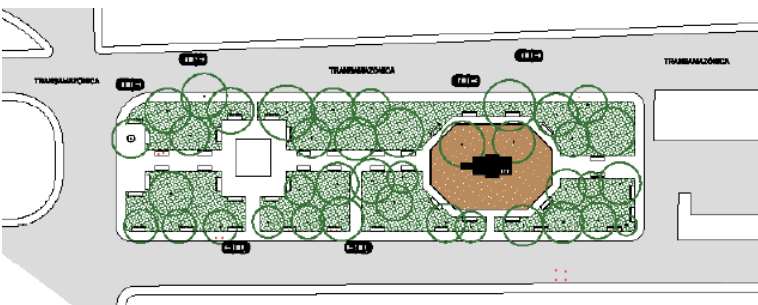




OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 15: Observação Da Pça Da Bíblia. Duração: 15 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) Transamazonica = 45/Min.**

CARROS	210	SKATE	0
MOTOS	129	TRANSEUNTES	42
ONIBUS	10	CAMINHADA ESPORTIVA	5
BICICLETAS	24	PESSOAS PARADAS	47
BARCOS	0		



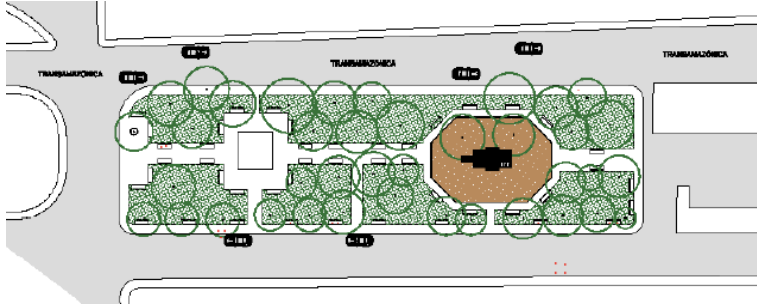




Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.



**Quadro 16: Observação da Pça da Bíblia. Duração: 15 Minutos. Período: Fim de Semana – Transamazonica = 56/Min.**

CARROS	66	SKATE	0
MOTOS	16	TRANSEUNTES	20
ONIBUS	4	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	4	PESSOAS PARADAS	0
BARCOS	0		

OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 17: Observação da Pça São Francisco. Duração: 15 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00).**

CARROS	190	SKATE	0
MOTOS	160	TRANSEUNTES	83
ONIBUS	15	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	13	PESSOAS PARADAS	78
BARCOS	0		

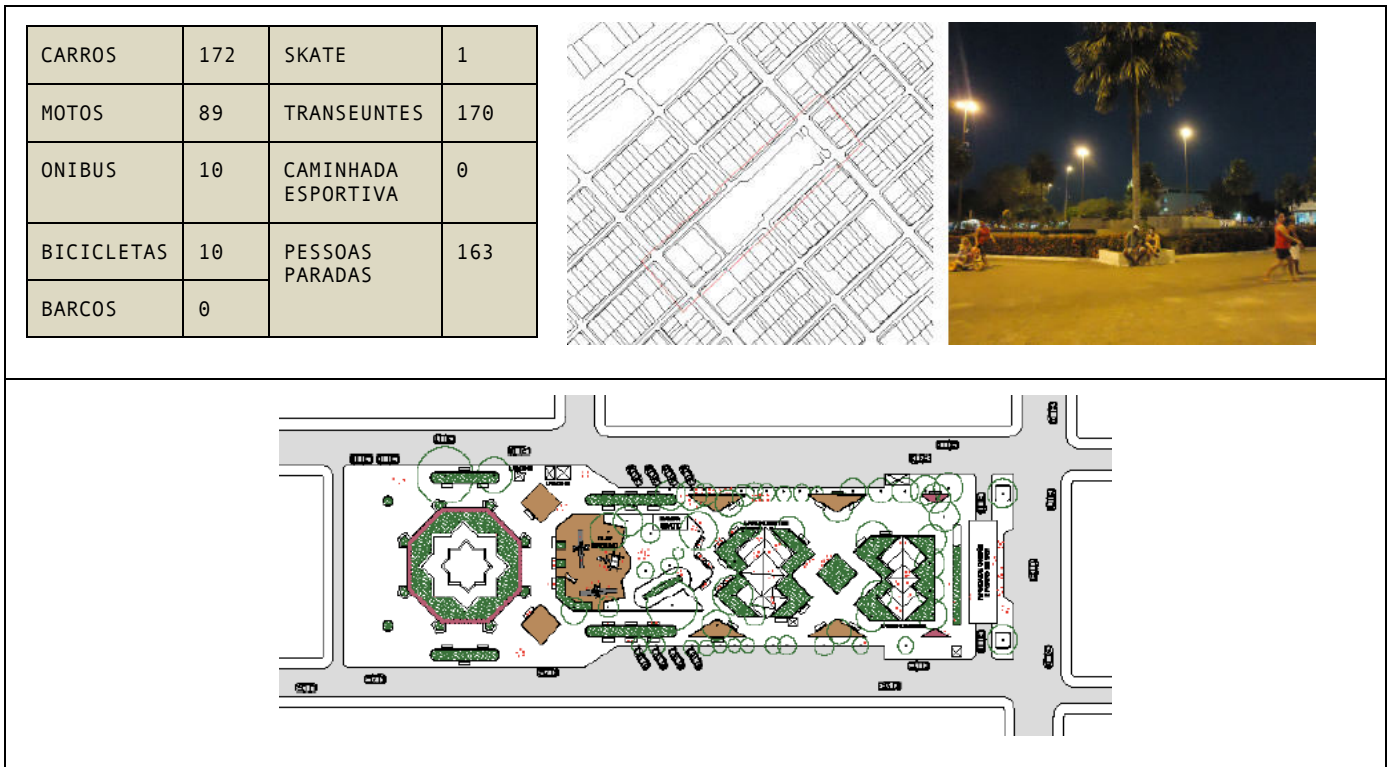




OSB: Desenho em produção.

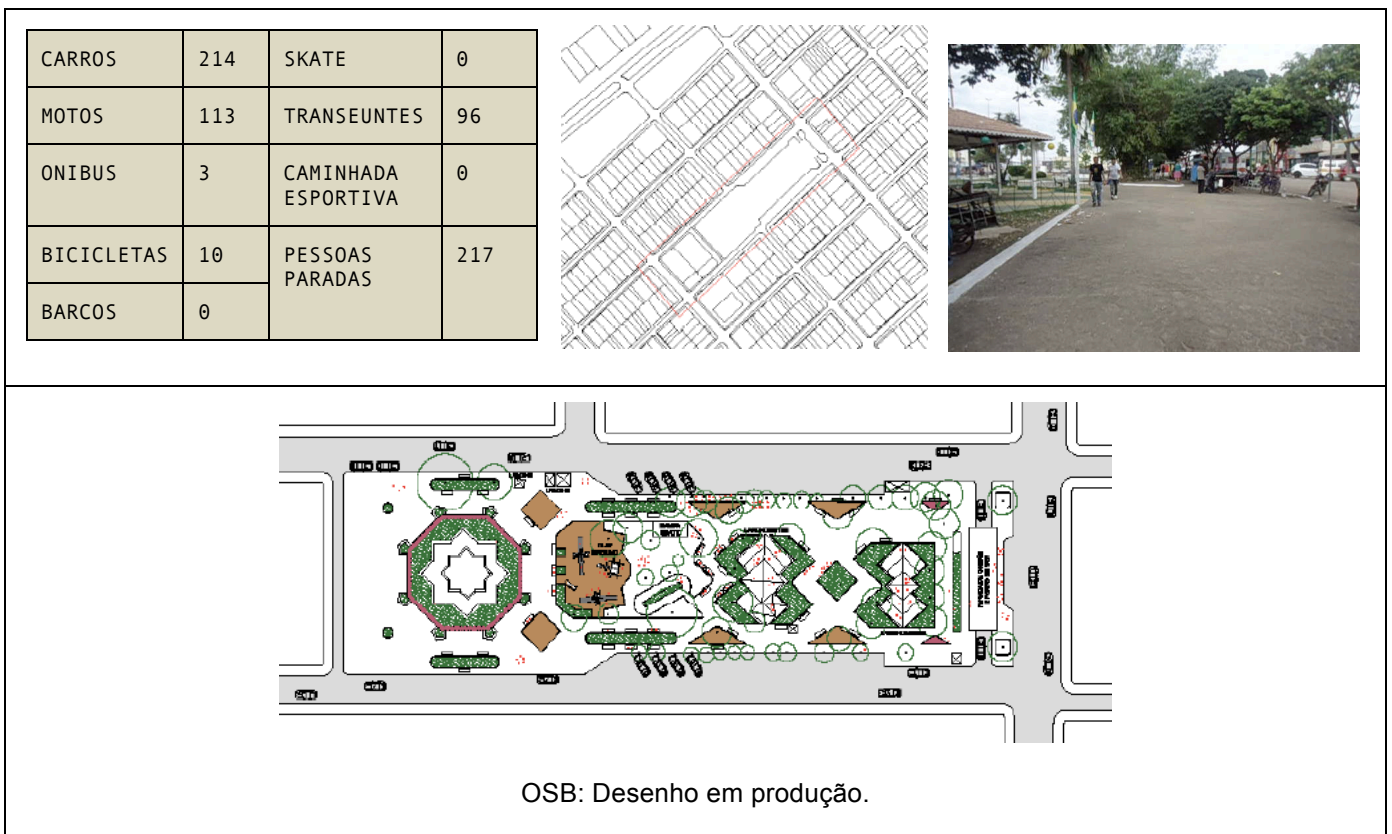
Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 18: Observação da Pça São Francisco. Duração: 15 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30).**



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

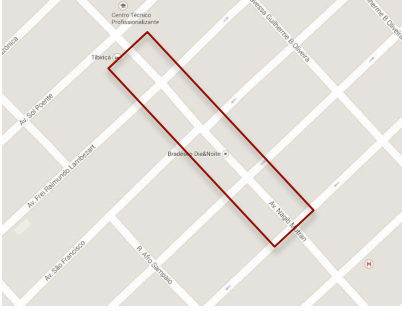

**Quadro 19: Observação da Pça São Francisco. Duração: 15 Minutos. Período: Fim de Semana.**



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 20: Observação da Rua Nagib Mutran. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Comercial.**

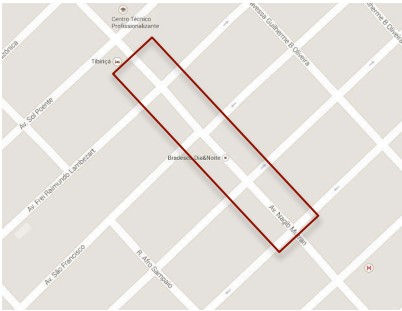
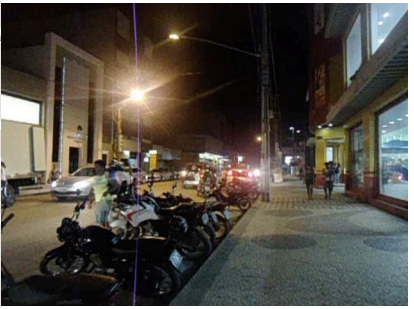
CARROS	55	SKATE	0
MOTOS	43	TRANSEUNTES	111
ONIBUS	6	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	7	PESSOAS PARADAS	12
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 21: Observação da Rua Nagib Mutran. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Comercial.**



CARROS	59	SKATE	0
MOTOS	32	TRANSEUNTES	64
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	4	PESSOAS PARADAS	6
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 22: Observação da Av. Tocantins. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Misto.**

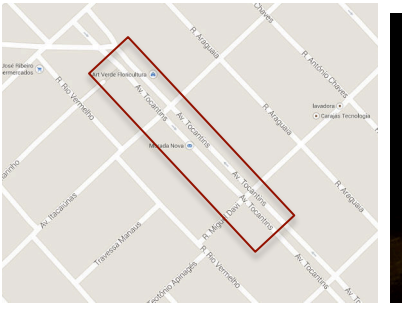
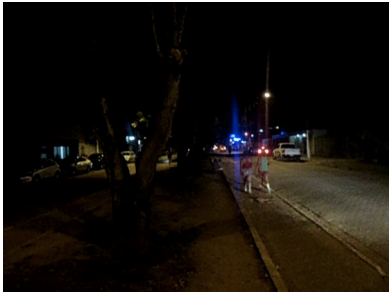
CARROS	64	SKATE	0
MOTOS	57	TRANSEUNTES	29
ONIBUS	1	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	13	PESSOAS PARADAS	2
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 23: Observação da Av. Tocantins. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Misto.**

CARROS	77	SKATE	0
MOTOS	34	TRANSEUNTES	16
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	24
BICICLETAS	6	PESSOAS PARADAS	0
BARCOS	0		

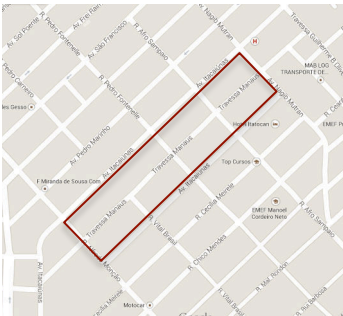




Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.



**Quadro 24: Observação da Tv. Manaus. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Residencial.**

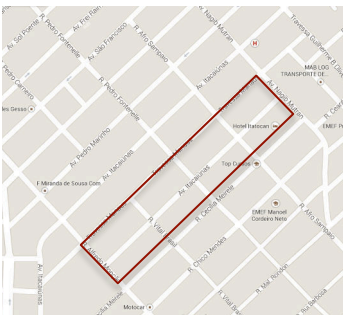

CARROS	5	SKATE	0
MOTOS	5	TRANSEUNTES	4
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	3	PESSOAS PARADAS	3
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 25: Observação da Av. Manaus. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Residencial.**

CARROS	1	SKATE	0
MOTOS	5	TRANSEUNTES	11
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	5	PESSOAS PARADAS	3
BARCOS	0		

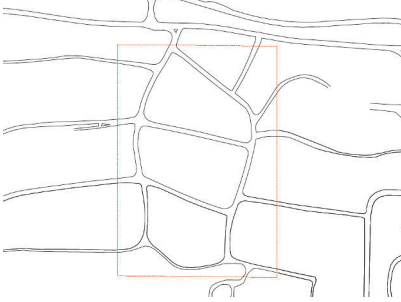

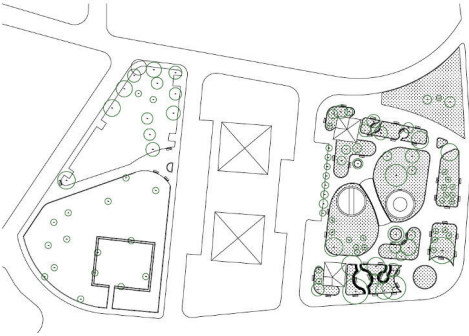



Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

### 2.1.3. NOVA MARABÁ

**Quadro 26: Observação da Pça da Prefeitura. Duração: 15 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00).**

CARROS	102	SKATE	0
MOTOS	53	TRANSEUNTES	37
ONIBUS	6	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	2	PESSOAS PARADAS	20
BARCOS	0		

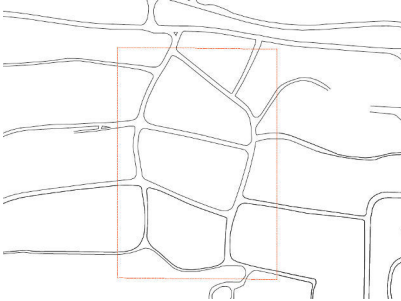

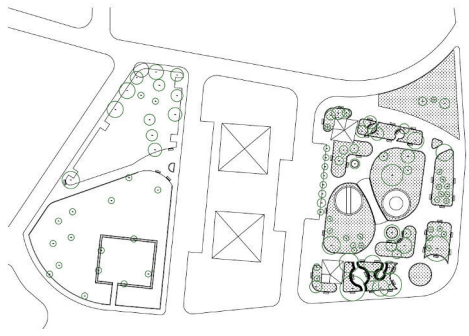




OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 27: Observação da Pça Da Prefeitura. Duração: 15 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30).**

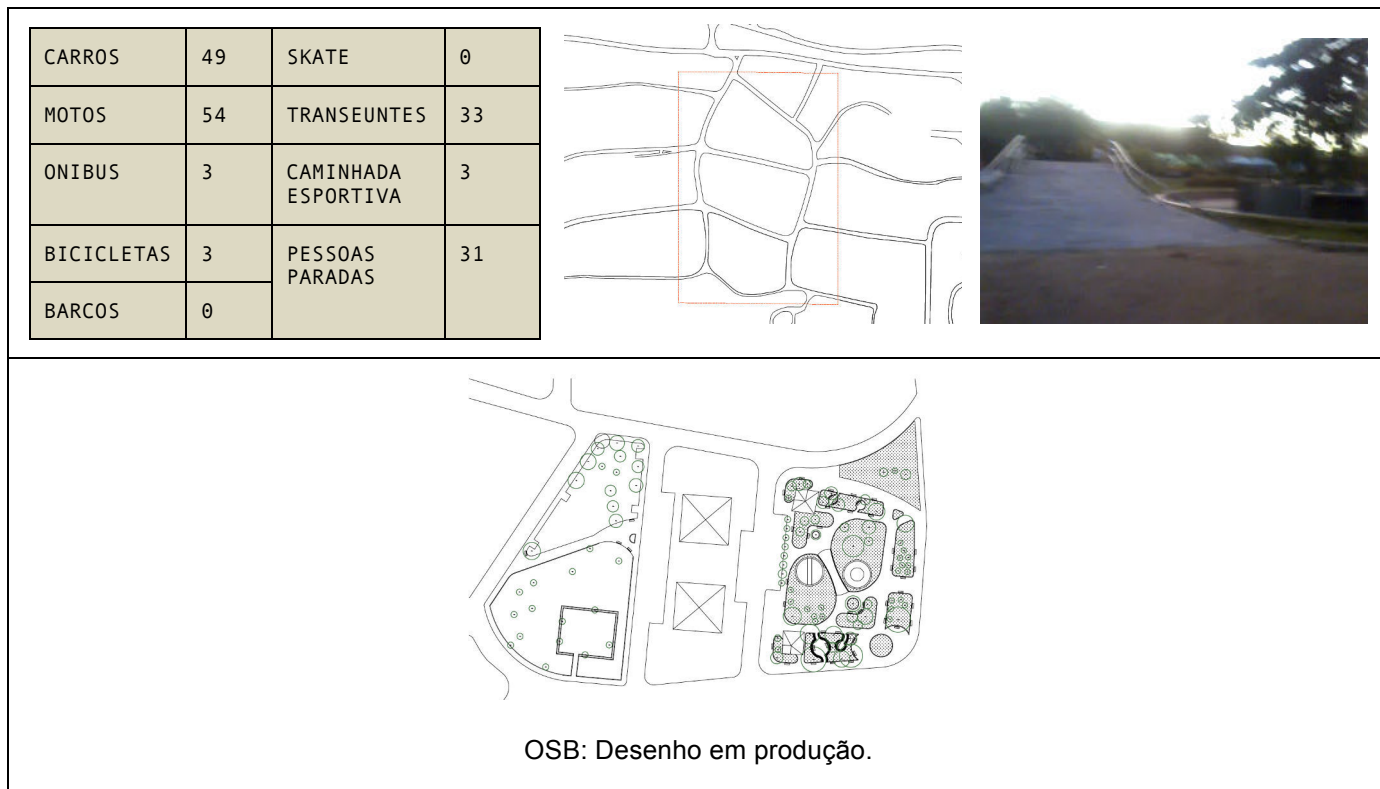
CARROS	324	SKATE	0
MOTOS	169	TRANSEUNTES	57
ONIBUS	13	CAMINHADA ESPORTIVA	8
BICICLETAS	12	PESSOAS PARADAS	15
BARCOS	0		

OSB: Desenho em produção.

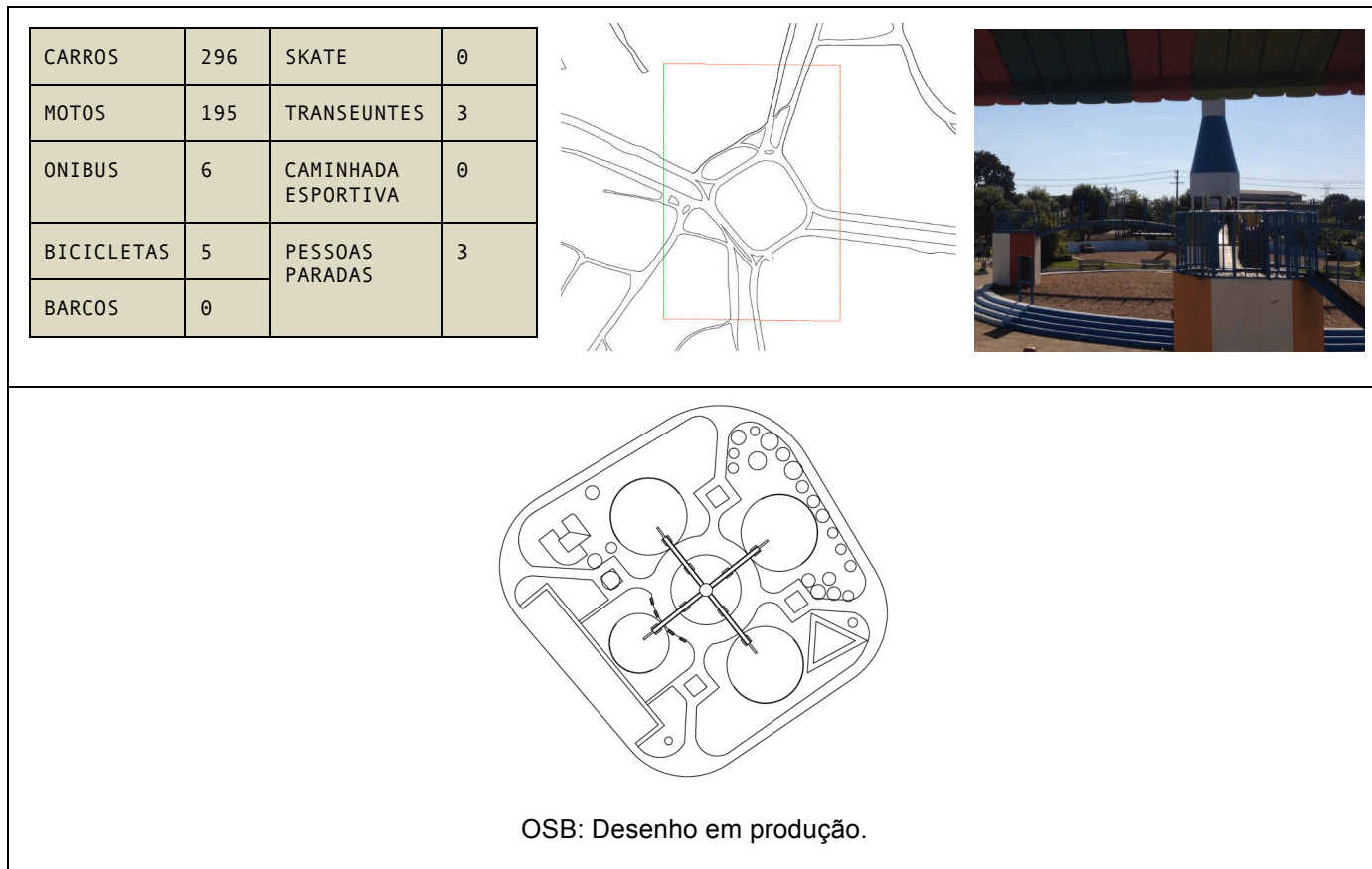
Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 28: Observação da Pça da Prefeitura. Duração: 15 Minutos. Período: Fim de Semana.**



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

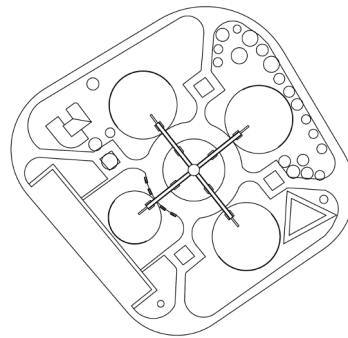
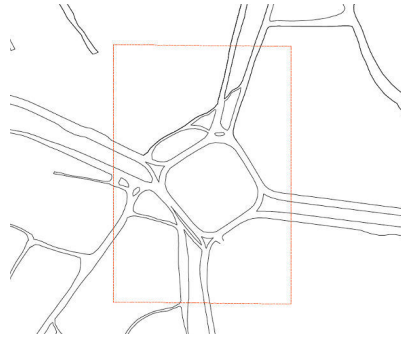
**Quadro 29: Observação da Pça da Criança. Duração: 15 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00).**



Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 30: Observação da Pça da Criança. Duração: 15 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30).**

CARROS	75	SKATE	0
MOTOS	105	TRANSEUNTES	24
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	10
BICICLETAS	6	PESSOAS PARADAS	157
BARCOS	0		

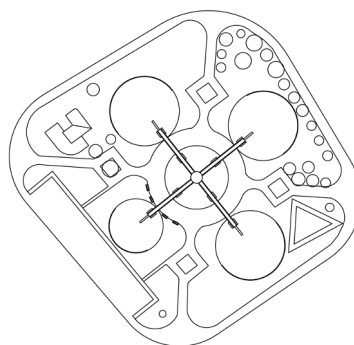
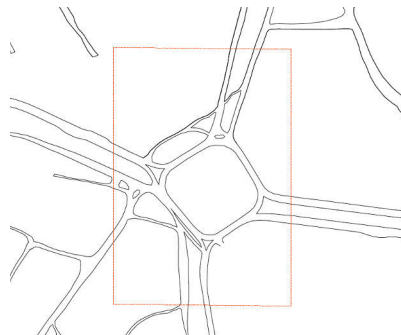


OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 31: Observação da Pça da Criança. Duração: 15 Minutos. Período: Fim de Semana.**

CARROS	50	SKATE	0
MOTOS	55	TRANSEUNTES	34
ONIBUS	2	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	3	PESSOAS PARADAS	3
BARCOS	0		





OSB: Desenho em produção.

Fonte: Observações in loco, 2014; Base Cartográfica do IBGE, 2010. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.



**Quadro 32: Observação da Vp-8. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Comercial.**

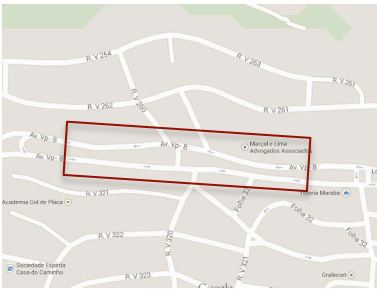

CARROS	57	SKATE	0
MOTOS	33	TRANSEUNTES	15
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	0	PESSOAS PARADAS	0
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 33: Observação da Vp-8. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Comercial.**

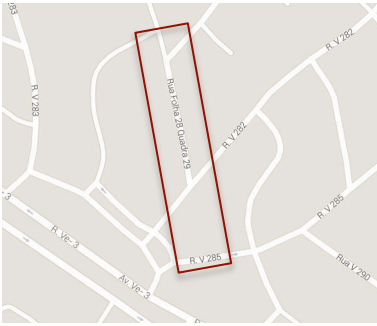

CARROS	52	SKATE	0
MOTOS	32	TRANSEUNTES	13
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	2	PESSOAS PARADAS	0
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 34: Observação da Rua Folha 28 Quadra 29. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Misto.**

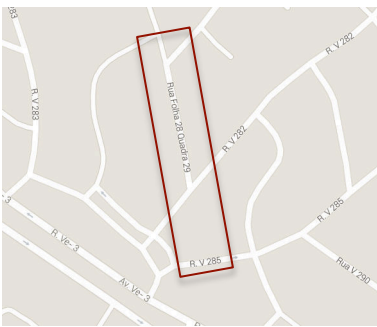

CARROS	16	SKATE	0
MOTOS	9	TRANSEUNTES	17
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	3	PESSOAS PARADAS	1
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadra 35: Observação da Folha 28 Quadra 29. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Misto.**


CARROS	13	SKATE	0
MOTOS	13	TRANSEUNTES	18
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	2	PESSOAS PARADAS	5
BARCOS	0		

Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 36: Observação da Rua Folha 32. Duração: 5 Minutos. Período: Manhã (08:00 Até 12:00) – Uso Residencial.**


CARROS	5	SKATE	0
MOTOS	7	TRANSEUNTES	11
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	1	PESSOAS PARADAS	1
BARCOS	0		



Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 37: Observação da Folha 32. Duração: 5 Minutos. Período: Noite (17:30 Até 21:30) – Uso Residencial.**

CARROS	6	SKATE	0
MOTOS	5	TRANSEUNTES	8
ONIBUS	0	CAMINHADA ESPORTIVA	0
BICICLETAS	1	PESSOAS PARADAS	3
BARCOS	0		



Fonte: Observações in loco, 2014; Google Maps, 2014. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

**Quadro 38: Síntese das observações no período da manhã.**

### SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES NO PERÍODO DA MANHÃ

		CARRO	MOTO	ÔNIBUS	BICICLETA	SKATE	TRANSEUNTES	CAMINHADA ESPORTIVA	PESSOAS PARADAS
PIONEIRA	PRAÇA D Caxias	73	41	0	27	0	108	1	116
	ORLA	39	24	0	29	0	11	0	37
	RUA Antônio Maia	68	63	5	5	0	50	0	9
	RUA 7 de Junho	20	6	1	5	0	16	0	1
	RUA Barão	3	8	0	1	0	13	0	2
NOVA MARABÁ	PRAÇA Prefeitura	102	53	6	2	0	37	0	20
	PRAÇA da Criança	196	195	6	5	0	3	0	3
	RUA VP8	57	33	0	0	0	15	0	0
	RUA da Folha 28	16	9	0	3	0	17	0	1
	RUA da Folha 32	5	7	0	1	0	11	0	1
CIDADE NOVA	PRAÇA da Bíblia	65	45	4	16	0	64	2	3
	PRAÇA S Francisco	190	160	15	13	0	83	0	78
	RUA Nagib Mutran	55	43	6	7	0	111	0	12
	RUA Av. Tocantins	64	57	1	13	0	29	0	2
	RUA Tv. Manaus	5	5	0	3	0	4	0	3

Fonte: Observações in loco. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.



Quadro 39: Síntese das observações no período da noite.

**SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES NO PERÍODO DA NOITE**

		CARRO	MOTO	ÔNIBUS	BICICLETA	SKATE	TRANSEUNTES	CAMINHADA ESPORTIVA	PESSOAS PARADAS
PIONEIRA	PRAÇA X D Caxias	58	42	0	16	2	102	3	76
	ORLA	31	15	0	23	1	51	10	69
	RUA Antônio Maia	59	30	10	1	0	16	0	2
	RUA 7 de Junho	4	8	0	1	0	4	0	1
	RUA Barão	1	3	0	5	0	17	0	11
NOVA MARABÁ	PRAÇA Prefeitura	324	169	13	12	0	57	8	15
	PRAÇA Criança	75	105	0	6	0	24	10	157
	RUA VP8	52	32	0	2	0	13	0	0
	RUA da Folha 28	13	13	0	2	0	18	0	5
	RUA da Folha 32	6	5	0	1	0	8	0	3
CIDADE NOVA	PRAÇA Biblia	210	129	10	24	0	42	5	47
	PRAÇA S Francisco	172	89	10	10	1	170	0	163
	RUA Nagib Mutran	59	32	0	4	0	64	0	6
	RUA Tocantins	77	34	0	6	0	16	24	0
	RUA Manaus	1	5	0	5	0	11	0	3

Fonte: Observações in loco. Elaboração: Bibas e Pontes, 2014.

É possível perceber que Marabá tem uma forma muito particular quanto a articulação de seus núcleos, cada um tem um tipo de desenho que e se seus espaços públicos comportam-se de maneira diferente.

Os maiores números concentram-se nos núcleos Nova Marabá e Cidade Nova, devido à maior densidade que apresentam além de concentrarem o número de carros, já na Marabá Pioneira esses números caem, as pessoas deslocam-se mais a pé e de bicicleta (este núcleo concentra o maior número de bicicletas nas áreas livres), refletindo a sua característica relacionada a uma escala menor (do pedestre) quando comparado aos núcleos que surgiram posteriormente.

É visível também que os números descendem de acordo com os usos atribuídos àquela rua, se ela for predominantemente comercial os números são maiores e vai diminuindo quando passa pelo uso misto (residencial e comercial) e em seguida para o residencial. Também são nas ruas de usos variados que, aparentemente, há um equilíbrio maior, o número de carros não é tão grande quanto em uma rua de intenso movimento comercial e nem o

fluxo de pessoas, tornando esse espaço livre mais atrativo pela variedade de atividades oferecidas.

## **2.2. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS**

### **2.2.1. SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES: O ESPAÇO COMUM**

O discurso mais divulgado sobre sustentabilidade prega uma preocupação pelo futuro comum (*our common future*), mas de fato as possibilidades da busca real do fortalecimento dos laços entre o urbano e o ambiental para satisfazer necessidades presentes e futuras está muito mais pautada no território, em um espaço comum (LEFF, 2001).

A falta de vínculos estabelecido com o que é comum ou coletivo como as praças, os rios ou as áreas verdes, e a conseqüente visão privativa/individualista que essa falta acarreta, contribui a reprodução de um espaço urbano que não realiza a troca, nem a diversidade e reduz a possibilidade de formulações endógenas que contribuam o espaço urbano mais gregário em todas as suas dimensões.

O fim dos “bens comuns”, no século XIV na Europa, coincide com o crescimento da dicotomia cidade-natureza e a crescente associação entre urbanidade e artificialidade. A mudança do livre acesso aos “bens comuns” à restrição e exclusividade de poucos sobre essas áreas contribuiu para o enfraquecimento das camadas mais pobres, posto que o acesso à terra garantia também o alimento, o medicamento e muitas vezes o material construtivo para moradia como a madeira, o barro ou a palha. Nas cidades da Amazônia a vivência dos “bens comuns” é muito mais recente e ainda é possível encontrar ecos dessa racionalidade resistindo à tendência homogeneizante dentro do urbano amazônico. Seguindo esse raciocínio, as sobreposições do urbano-industrial sobre as racionalidades pré-existentes pode ter contribuído para a formação dos conhecidos déficits da cidade.

No entanto, os déficits vão além dos números na cidade de Marabá, há um déficit de cidade e de reconhecimento da capacidade de

*empoderamento* que existe nas raízes dos saberes tradicionais, assim como o reconhecimento de que a ideologia dominante de “progresso” e “desenvolvimento” associados somente à fórmulas exógenas de tratamento do território (sem estabelecer conexões com a rica trajetória que a antecedeu) conduziria a reprodução de muitos equívocos já conhecidos de outras cidades distribuídas pelo país. Para Becker (2004) e Monte-Mór (1994) é justamente no tecido urbano amazônico que vem sendo formuladas novas formas de tratar o território capazes de enfrentar um falido estado de bem-estar.

Convivem na cidade da Amazônia tanto a negação da floresta, como a resistência a homogeneização decorrente dessa racionalidade industrial, tal resistência pode ser encontrada de forma despretensiosa nas hortas de ervas, nos mateiros e em todos os personagens que correndo risco de desaparecerem ainda mantém vínculos com a cidade e com o bioma.

Para além dos benefícios econômicos, sociais e culturais que podem emergir das raízes tradicionais, estão os ambientais, que se são importantes para qualquer cidade no mundo, na Amazônia tem papel ainda mais relevante, dada a imponência do bioma, o clima rigoroso e o papel que essa região desempenha não só para o continente como para o mundo.

É, portanto, de certa forma, empobrecedor pensar o espaço público urbano sem incluir além do papel para a vida humana, a capacidade de reprodução da vida de uma forma geral, incluindo as necessidades do ecossistema no qual a cidade está inserida.

O espaço urbano de Marabá tem sido pensado sob a lógica do migrante, mas é papel da cidade e, portanto, dos espaços públicos é acolher também as outras racionalidades. O espaço comum da cidade da Amazônia poderia ser não apenas o espaço da coletividade e da troca, mas também o espaço de fortalecer conhecimentos que se estão perdendo e gerar novos.

Embora seja comum associar os estudos da arquitetura e do urbanismo ao espaço construído, o contraponto dessa categoria, os espaços não-construídos ou espaços livres constituem um vasto campo de interesse que abrange as relações entre a população e seu meio. Adota-se, neste

caso, o conceito de espaços livres como “todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso” (MAGNOLI, 1982, apud CUSTÓDIO et al., 2013).

O fato de a cidade de Marabá ser dividida, fragmentada e de difícil interação entre núcleos se faz evidente tanto na cartografia como no registro fotográfico e aparece no discurso de muitos dos entrevistados. Os espaços livres constituem justamente a “argamassa” que liga as partes de uma cidade, seja de forma satisfatória ou não, é somente com a presença dos espaços livres que a cidade pode ser entendida como uma unidade (MARSHALL, 2009).

Os espaços livres constituem uma espécie de armadura da cidade, elemento chave para o ordenamento do território. Dessa forma, esses espaços estão extremamente ligados à funcionalidade (ou ausência dela) e à qualidade urbana e ambiental (ou ausência dela) de uma cidade (VESCINA, 2010; TARDIN, 2008)

A busca de uma visão sistêmica (dos Sistemas de Espaços Livres) para os espaços não edificados, pode contribuir para a formulação de cidade mais coesa que se oponha às intervenções pontuais, tão habituais na produção do espaço urbano e que pouco contribuem para a busca de soluções às inquietações levantadas pelas abundantes críticas de base social sobre cidades (VESCINA, 2010). O pensamento em sistema supõe compreender cada um dos elementos que isolados, mas pensa-los de forma articulada e coerente para a cidade com um todo.

Os espaços livres em seu status jurídico podem ser públicos ou privados. Os primeiros podem ser: (a) áreas de uso comum como praças, ruas, canteiros, corpos d’água ou parques de acesso livre, etc.; (b) áreas de uso especial como APAs, APPs ou ZEIAs; ou áreas dominicais estabelecidas e administradas pela federação. Os segundos são áreas restritas ao uso particular como quintais, jardins, áreas de estacionamentos, etc.

### **2.2.2. O ESPAÇO LIVRE PRIVADO**

O espaço livre privado, assim como o público, pode cumprir funções ambientais como a absorção de poluentes, melhoria da qualidade do ar, drenagem de águas pluviais, contribuir para redução de alagamentos, criação de microclimas, estabilização das temperaturas ou redução das pragas urbanas (SPIRN, 1984).

Para além do papel biofísico, o espaço livre privado pode estar relacionado a criação de identidade e ter fortes relações a cultura. Na cidade da Amazônia se reúnem diferentes racionalidades e por um lado a presença de quintais pode representar a manutenção de saberes tradicionais da floresta e do campo (alimentos, ervas, etc.) e uma conexão entre a vida urbana e o bioma no qual está inserido.

Por outro lado, é possível identificar outros tipos de espaços livres privados, absorvidos pelo mercado, que se utilizam de um paisagismo exógeno que nega o bioma local e simula uma imagem edênica, improdutiva e de preocupações meramente estéticas, geralmente associado à uma ideia de exclusividade e de lazer de classe.

Pode-se associar os primeiros ao fazer tradicional, que passa de geração e geração e resiste à homogeneização do capital, já os segundos, a um saber erudito e que funciona como instrumentos da expansão capitalista.

De uma forma geral, embora possa e deva haver instrumentos para regular a porcentagem de ocupação dos lotes na cidade, sendo imperativo a existência de espaços livres privados, é difícil prever o uso e efetividade dos espaços livres na esfera privada, cabe, portanto, ao espaço público o papel de cumprir funções urbanas e ambientais (e culturais) e garantir que qualidade ambiental e da vida na cidade não se torne privilégio de poucos.

### **O DESVANECIMENTO DOS QUINTAIS**

A presença dos quintais e desvanecimento destes se fez presente tanto nos relatos, quanto nos documentos oficiais (à exemplo do relatório do Plano Diretor de 1973, cujos mapas marcam os centro de quadra da Marabá

Pioneira como “quintais”), a presença desses espaços pode estar ligada em alguma medida ao conhecimento das espécies locais e seus usos, assim como à segurança alimentar e o acesso a renda, mas ainda assim estes vem perdendo espaço em grande velocidade pelas dinâmicas contemporâneas da cidade.

A causa do desaparecimento ou redução dos quintais é atribuída a diversos fatores, entre eles: os desmoronamentos, a construção da orla ou as dinâmicas de mercado presentes na cidade, conforme descrito em trechos das entrevistas e explicitado nas imagens abaixo.

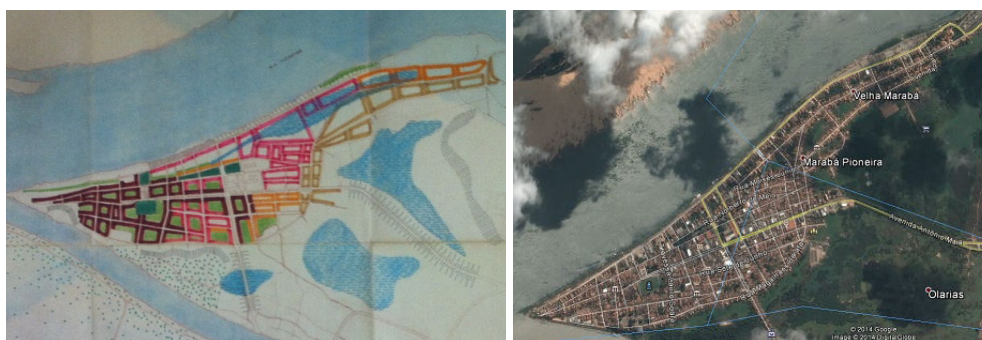
*“Ela planta nessa madeira aqui porque não tem mais quintal. Ela sabe das ervas? Ela conhece tudinho” “...tinha uma outra que plantava mas a casa dela foi interditada pela defesa civil” “...a orla é nosso quintal”* Admar Ferreira (morador do Cabelo Seco)

*“Conforme a necessidade as pessoas iam dividindo, abrindo o comercio, aí vai diminuindo os quintais”* – Dalvino Lourenço (morador da Marabá Pioneira)

*“Antes tinha quintal e agora não, agora é mais quitinete, apartamento, aí não tem como ter horta, aqui (Cidade Nova) ainda tem muita horta, mas na velha não acha mais não.”* Madalena Silva (moradora da Marabá Pioneira, a filha mora na Cidade Nova)

*Vocês tinham costume de plantar? “Isso gente do mato sempre tem, é um hábito muito antigo” “Tinha os quintais, mas aí foram tirando para construir.”* – Maria Isis Morbach (moradora da Marabá Pioneira)

**Figura 01 – Desvanecimento de Quintais**



**Fonte: PDU de Marabá, 1973 e Google Maps, 2014**

Os quintais foram desaparecendo sobretudo no núcleo pioneiro, embora fizessem parte do cotidiano de seus habitantes, ainda assim, foram identificadas hortas nos três principais núcleos. Na Nova Marabá e na Cidade Nova ainda que haja predominância de uma ocupação mais exógena, há nas áreas mais periféricas maior presença de quintais (sobretudo na Cidade Nova



nas proximidades das áreas de APP marginal ao rio Itacaiúnas), ainda nesses lugares em conversas informais os moradores mostravam interesse em repetir o padrão das áreas mais centrais: diminuição dos lotes e redução das áreas verdes particulares. Nas áreas de ocupação mais intensa, como dos bairros às margens da ferrovia, a presença de quintais também é bastante limitada.

**Figura 02 – Sequência de Quintais**



**Fonte: Bibas e Pontes, 2014.**

Embora em desvanecimento, a presença de quintais revela que parte da população ainda mantém elos de “proximidade” à plantação e a uma relação diferenciada com o meio natural se comparada com centros mais urbanizados pelo país. Não se pretende afirmar a população como um todo tenha afinidades com uma racionalidade mais rural, mas parte dela, e entender o perfil da população e as formas de se relacionar com o meio é parte fundamental para a tentativa de formulações endógenas capazes de acolher a alteridade e que não estejam pautadas em um cidadão-ideal-moderno, como pretendiam os planos de expansão urbana da década de 1970.

Embora tenha-se dado pouca prioridade, as áreas verdes urbanas, estas apresentam além do papel sociocultural, a garantia de cumprimento de funções ambientais de fundamental importância para a capacidade de resiliência da cidade.

O desvanecimento dos espaços livres privados (sobretudo nas áreas mais pobres) acompanha uma tendência nacional (MACEDO, 2012), onde o resultado tem sido o de cidades mais áridas, com o ar mais poluído e propensão aos desastres ambientais, além da perda dos conhecimentos tradicionais e em última instância a busca por espaços privados, refrigerados

e homogeneizantes. Dessa forma, com o desvanecimento dos quintais a tradição que relaciona bioma e cultura na cidade vai se perdendo gradativamente.

**Figura 03 – Tendência nacional de desvanecimento dos quintais.**



**Fonte: MACEDO, 2012.**

## **O DESVANECIMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO E A PRIVATIZAÇÃO DA NATUREZA**

Ao desvanecimento dos quintais soma-se o desvanecimento do espaço público. Para um grupo de autores o espaço público das cidades brasileiras tem cedido espaço para a supervalorização do espaço privado como *shoppings centers* ou condomínios, para estes, a tendência vem acompanhada da negação da cidade e do espaço público ao qual passam a ser associados o medo e desconforto (SILVA, 2009).

Essa tendência é preocupante sobretudo pelo fortalecimento da segregação que lhe é implícita. Se o espaço público é lugar do acolhimento da alteridade, o privado é o lugar da homogeneização e do consumo, onde tudo pode ser controlado. Clima, comida, modos de vestir-se e comportar-se podem ser repetido de forma idêntica em *shopping centers* pelo mundo inteiro.

Embora o *shopping center* de Marabá tenha aparecido em grande parte das entrevistas como um ponto positivo da cidade, as praças, a orla, a praia e o rio também aparecem constantemente nos relatos, ainda que estes não estejam igualmente distribuídos pela cidade, têm ainda grande atratividade para os moradores de todos os núcleos. As praças e a orla da Marabá Pioneira, por exemplo, são capazes de atrair gente de todos os núcleos, são esses espaços, e não os *shopping centers* que fazem da cidade de Marabá um espaço único, detentor da história, identidade e diversidade, e

que a diferença de outras cidades como Parauapebas, onde há *shopping center*, mas não os elos da atratividade garantida por atributos da urbanidade.

Embora seja papel do Estado garantir o acesso ao lazer e à qualidade urbana e ambiental, é inegável que tais necessidades estejam sendo cumpridas muitas vezes apenas na esfera privada. Se na Marabá das primeiras décadas do século XX todas as classes sociais tinham acesso semelhante ao lazer e à natureza, é fruto deste século uma tendência de privatização da natureza. Por um lado estão os condomínios na área de expansão da cidade que além de negarem a cidade como lugar de convivência, vendem uma natureza romantizada, controlada e “exclusiva”, quando não totalmente aplanada sob um nome “verde” como “Ipiranga Ecoville” ou “Cidade Jardim”, por outro lado está a aquisição de fazendas, sítios, iates, jet-skis ou mesmo ilhas que garantem aos mais abastados um acesso diferenciado ao lazer e à qualidade ambiental que cada vez se fazem menos presente como espaço público na cidade de Marabá, conforme fica claro nos depoimentos abaixo:

*“O ruim é que está poluindo, eu não tomo mais banho no rio.”*

*“Muita gente vai aos fins de semana para sítio, chácara...”*

*Quando era mais novo o encontro era na praça, na praia... Hoje eu pego a lancha no meu riozinho. (...) Eu tenho um sítio... Eu tenho uma fazenda também (gado), mas eu preservo e brigo com frequência por isso, natureza é preservar. Félix Marinho, controlador da prefeitura e morador da Nova Marabá*

*“Antigamente o lazer era ir a Pirucaba (cachoeira), o Tocantins, a prainha (do lado da orla) catar muruci... Hoje é a lancha, jetski, fazenda...” Maria Ísis Morbach, moradora da Marabá Pioneira*

*Eu tenho uma propriedade rural muito próximo daqui e eu fico lá na beira do rio... Roberval Marco, secretário de planejamento, morador da Nova Marabá*

*“Vamos pouco ao rio, a praia mudou nos últimos anos, antes todo mundo ia pra praia acampava, agora as pessoas tem lanchas e aproveitam o rio o ano inteiro”*

*“No dia a dia as pessoas não comentam muito (sobre a floresta), as pessoas que já estão há mais tempo sexta-feira está doído para ir pra roça (chácara, sítio), mas pro pessoal mais recente, mais urbano, o fato de estar próximo a zona rural não influencia. Floresta mesmo é muito pouco... Tem as áreas de preservação, a fundação zoo-botânica, mas é a atividade da fazenda é que motiva, a maior parte das pessoas que a gente convive tem fazenda, sítio, ilha...” André Uchôa, morador da Cidade Nova*

**Figura 04 – Aplanamento da paisagem no terreno do “Cidade Jardim” e encarte de natureza exógena do “Ipiranga Ecoville”**



**Fonte: Bibas e Pontes, 2014 e <http://www.premium.com.br/empreendimentos/marabá>; acesso em 15/09/2014.**

A esse contexto soma-se o fato de que em Marabá a escala da produção é evidentemente privilegiada em detrimento da escala da vida cotidiana, fato perceptível na deficiência do transporte público, na escassez de arborização, ou mesmo a falta de pavimentação das vias ou pouco incentivo a preservação da cultura e do bioma, enquanto altos investimentos são feitos em superestruturas como a duplicação da ferrovia, a previsão de construção de uma hidroelétrica a 4km da ponte sobre o rio Tocantins prevista para o próximo ano, a derrocada do Pedral do Lourenço (ou Pedral do Lourenção) para devolver a navegabilidade do rio. Os moradores se preocupam com consequências das obras em andamento e previstas para a cidade conforme pode ser visto no trecho da entrevista abaixo:

*“A hidroelétrica vai acabar com tudo, com a cachoeira, com a praia, as férias vão acabar”  
“para nós acabou... Quem pode sair para passar as férias fora tudo bem, quem não pode e fica aqui em Marabá, tem o que?”  
Madalena Silva, moradora da Marabá Pioneira*

*“Depois que a barragem for formada o segmento não passa mais e a praia do Tucunaré pode desaparecer em 2, 3 anos, não vai mais ter aporte segmentar.”  
Leonardo Brasil, geólogo, morador da Nova Marabá*

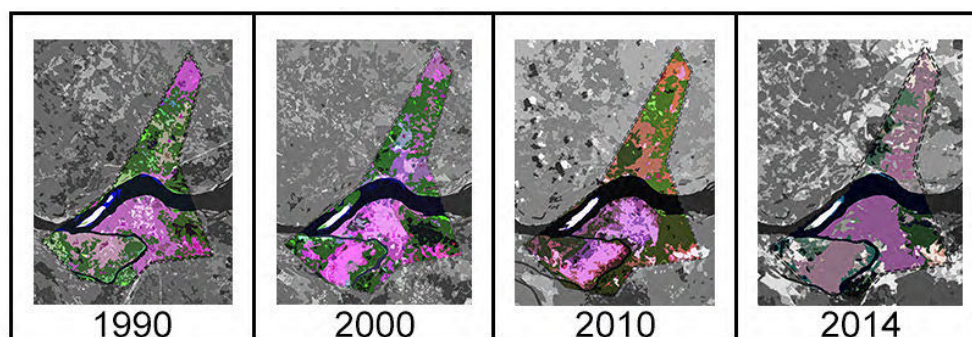
A derrocada do Pedral do Lourenço fará com que a cachoeira do Pirucaba desapareça (o lugar aparece em várias das entrevistas como lugar de lazer e da memória afetiva); a construção da hidroelétrica acabaria em poucos anos com a praia do Tucunaré, que depende da vazante de verão para existir. Tanto a cachoeira como a praia fazem parte do imaginário e do

cotidiano dos moradores. A megalomania da racionalidade econômica tende a reduzir as possibilidades de acesso à natureza e ao lazer das classes mais baixas e fazer com que o que outrora era de acesso comum, passe a ser privilégio de poucos.

Além das perdas relativas ao lazer e à identidade na cidade, essas obras podem acarretar danos ambientais irreversíveis e a perda de uma biodiversidade ímpar no mundo a exemplo do Bico do Papagaio, onde se encontram os Rios Tocantins e Araguaia, em um encontro que reúne as bordas do Cerrado e da Amazônia, ecossistema berço de diversas espécies e que reúne uma ectiofauna nunca estudada (segundo relato do professor e geólogo Leonardo Brasil em entrevista). Tais intervenções não incorporam a riqueza do bioma como potencial econômico, a riqueza particular e única da Amazônia sendo cede lugar para reprodução da pobreza exógena em forma de periferização (dada a atratividade de mão-de-obra não qualificada que esse tipo empreitada supõe para cidades) e ausência de qualidade de vida.

É notória a incapacidade do mercado e do circuito superior da economia em lidar com o bioma e o não controlável, tanto na esfera rural, como na urbana, no entanto, é importante ressaltar, mais uma vez, que há no circuito inferior da economia, saberes milenares capaz de lidar com o bioma amazônico. A imagem abaixo apresenta a involução das áreas verdes na mancha urbanizada do município de Marabá no intervalo de 24 anos.

**Figura 05 - Involução da cobertura vegetal em Marabá**



**Fonte: Imagem do Satélite Landsat, 1990 – 2014; Google Earth, 2014. Elaboração: Luna Bibas**

### 2.2.3. O ESPAÇO LIVRE PÚBLICO

#### A BUSCA DA CIDADE DO SÉCULO XXI: URBANIDADE E QUALIDADE AMBIENTAL x O DESCOMPASSO DA CIDADE DA FRONTEIRA

Desde a década de 1960 vem se construindo nos países ricos novas formas de tratamento da cidade baseadas na crítica ao modernismo, das linhas da boa forma que destacava o papel das ruas às linhas da paisagem que pretendiam mostrar que a cidade também é um ecossistema foi-se consolidando naqueles países um arcabouço de experiências e teorias que levaram às cidades ricas deste século à busca de uma nova agenda que tem entre as prioridades a vida cotidiana e como ferramentas o espaço público e a recuperação ambiental (HAAS et al., 2012; HERZOG, 2013; SPIRN, 1984).

*Os países ricos têm encontrado na reconstrução ecológica oportunidade econômica para superar o fim de outros ciclos econômicos. A reconexão tardia entre o debate ambiental e o urbano, fez com as intervenções em cidades consolidadas fossem mais custosas e complexas. Como o território de Marabá não está plenamente estruturado, esse tipo de estratégias e os caminhos para “descongelar” a racionalidade orgânica poderiam ser simplificados e menos onerosos. Além disso, o fato de que a racionalidade urbano-industrial ainda não se sobrepôs completamente às racionalidades associadas à floresta e ao rural, e de que a transformação do espaço urbano sob preceitos modernizantes seja relativamente recente na cidade de Marabá, também podem contribuir para a inovação em soluções de urbanização que não corroborem com a dicotomia cidade-natureza (PONTES et al., 2014).*

Embora as cidades brasileiras se inspirem claramente em modelos europeus e sobretudo norte-americanos nas últimas décadas, o fazem a partir de modelos falidos, criticados largamente há cerca de meio século, ainda que existam experiências que possam inspirar formulações que atendam às particularidades locais, é curioso que as ideologias das fronteiras de séculos atrás encontrem aderência ainda hoje na fronteira da Amazônia.

O gap entre os países ricos e a região de fronteira se faz evidente desde os planos para a Nova Marabá criada sob os preceitos de um modernismo tardio, e parece não ter se reformulado ainda hoje.

*O plano urbanístico para a expansão urbana de base modernista implantado em Marabá pelo governo federal na década de 1970 coincide não só com o declínio da racionalidade modernista no mundo, mas também é posterior à importantes e consistentes críticas ao tipo de cidade ali implantado, assim como à emergência*



*de novos métodos para pensar o espaço urbano expresso nas ideias de autores como Jane Jacobs, Christopher Alexander ou Ian McHarg. Ainda assim, a cidade que cresceu às margens dos rios (e à margem das discussões já em curso no mundo) manteve o foco na cidade modernista, mesmo que até ali fosse habitada por uma população ribeirinha e extrativista bastante distante do paradigma da sociedade industrial que esteve na fundação da cidade modernista. (PONTES et al., 2014)*

Não é de se estranhar que as proposições para a Nova Marabá sob um regime totalitário não priorizassem o espaço público e a escala humana, dado que não era de interesse do Estado daquele período promover o encontro, a troca e a convivência, havia outras prioridades em detrimento da qualidade do espaço intraurbano. Mas, por que ainda hoje se utilizam das mesmas prioridades, as mesmas barganhas, passados tantos anos e tantos revezes?

Em que pese o acesso facilitado ao conhecimento à tecnologia, o descompasso entre a produção do espaço nos países ricos e na periferia do capital permanece ainda hoje, enquanto nos primeiros prioriza-se a qualidade de vida e ambiental, em Marabá prioriza-se a infraestrutura para a produção em detrimento da qualidade de vida da cidade, em nome de um progresso que nunca chega de maneira plena e que vem sempre acompanhado de uma série de problemas, o que faz com que se associe desenvolvimento obrigatoriamente a problemas urbanos, como fica evidente nas narrativas abaixo:

*"o progresso sempre traz alguma coisa ruim" "mas isso é normal"*  
Dalvino Lourenço, morador da Marabá Pioneira

*"Marabá foi crescendo e aí vem as mazelas do crescimento, mas também vem os benefícios, hoje se tem mais qualidade de vida"*  
*"mas, eu preferia Marabá como era antes"* Félix Marinho, controlador da prefeitura, morador da Nova Marabá

*"hoje com o bendito progresso, principalmente na rua que eu moro..."* (referia-se à violência) *"o progresso é bom numa parte, mas na outra não"*  
Madalena Silva, moradora da Marabá Pioneira

Apesar do potencial da cidade da fronteira como espaço ainda não plenamente estruturado tanto em questões ambientais como urbanas, as

intervenções parecem conduzir no sentido oposto das formulações endógenas, reproduzindo os mesmos equívocos revisitados das metrópoles brasileiras e beirando a irresponsabilidade em persistir em ações de altos custos sociais e ambientais pagos sobretudo pela população mais pobre.

*"Marabá está nessa zona complexa que é dessas unidades geológicas falhadas, se movimentando e cheia de obras de grande porte para acontecer, o que pode ocasionar situação de risco geológico para as populações"*

Leornado Brasil, geólogo, morador da Nova Marabá.

Não raro, a mão de obra importada de outros estados e que opera na produção do espaço urbano não consegue compreender as particularidades de uma cidade em situação de fronteira econômica e inserida na floresta amazônica e procuram plasmar um modelo de cidade pautada na cidade industrial do sudeste brasileiro, em um descaminho da busca de soluções próprias que atendam às particularidades da cidade.

*"as pessoas não entenderam a cultura, sabe? (...) Para o marabaense foi muito ruim, como não se entende que é só explorar, explorar, explorar vai se acabando tudo... A gente não tem uma identidade mais das coisas: porque que aquela planta é assim, aquela planta serve para isso... A Amazônia no geral está sendo explorada e destruída".* Maria do Carmo, moradora da Cidade Nova

*"Eu nunca tinha visto uma casa de palha (...) eu gosto de trabalho inovador, o primeiro trabalho que eu fiz foi acabar com as casas de palha de uma cidade"*

(relato sobre experiência no Tocantins prévia ao cargo em exercício em Marabá) Roberval Marco, secretário de planejamento, morador da Nova Marabá

*Achas que a forma como as pessoas lidam com a natureza aqui (na Amazônia) é diferente do sudeste? "Sim, por exemplo lá tem coleta seletiva, educação ambiental..."*

*"é uma região nova para ser explorada" eu tenho uma visão muito diferenciada de como se pensa uma cidade" "é uma mudança de cultura"* Roberval Marco, secretário de planejamento, morador da Nova Marabá

A ideia de "mudança de cultura" defendida pelo secretário pode representar não apenas a homogeneização, como a persistência de um modelo defasado e criticado. No plano de expansão urbana de 1973 (PDU-MARABÁ, 1973), havia um capítulo inteiro que tratava da "mudança de cultura" para viver na cidade modernista que seria implantada, a exemplo da

proximidade do rio banida do plano e criada espontaneamente nos assentamentos informais que sucederam o plano.

A análise do PDU de 1973 mostra uma visão bem controversa nesse sentido, que ora apresenta a rua e o rio como elementos chave da cidade, e em um momento seguinte lhes retira a importância e os ressignifica atribuindo essa mudança à necessidade de modernização, assumindo que o modo de vida da metrópole fosse superior e por isso um modelo a ser copiado, conforme fica claro no Plano Diretor Urbano de 1973 e pode ser contrastado com depoimento de morador da Marabá Pioneira:

*Entretanto, o verdadeiro lazer de Marabá ocorre de modo informal, na rua, nas margens do rio e nos bares. A rua em Marabá tem uma função peculiar. Não é um simples lugar de passagem, mas um local de informação, de contato, de estabelecimento de relações sociais. Ao entardecer a rua torna-se um prolongamento da casa, uma abertura para os outros. Puxam-se cadeiras de balanço nas calçadas, formam-se grupos onde são discutidos assuntos diários, encontram-se vizinhos e familiares. (...) proporcionando aos moradores de Marabá o repouso, o divertimento, e a possibilidade de uma participação social mais ampla, características do verdadeiro lazer.*

*Da mesma forma o rio. As margens do rio, especialmente a margem do Tocantins estão sempre animadas (...) Plano de Desenvolvimento Urbano de Marába (1973), páginas 72 e 73.*

*O rio não é usado para recreação, a não ser para brincadeiras infantis; "as águas não são tão boas, tem o caoim..."; nem mesmo a pesca é desenvolvida. Plano de Desenvolvimento Urbano de Marába (1973), páginas 197 e 198.*

*Se podemos planejar, até certo ponto e com certas limitações, o ambiente físico e social, então podemos "construir" o comportamento do marabaense numa direção e num sentido pré-estabelecidos. Plano de Desenvolvimento Urbano de Marába (1973), página 82.*

*"Esse rio aqui é a nossa vida, é a nossa sobrevivência" "Esse rio é nossa vida, que ta fazendo nós crescer, nós ser homem, criar nossos filhos, é esse rio aqui. Começou com meu pai, minha mãe, meus avós, tudinho..." Admar Ferreira, pescador e morador da Marabá Pioneira.*

Além da arbitrariedade do plano que identifica a importância do rio e da rua e os aniquila no novo desenho urbano, está a divergência entre o discurso do plano e a realidade concreta. O plano diretor atual (PDU-MARABÁ, 2006) prevê a rua de acesso a todos, mas na prática, o acesso é muitas vezes restrito ao automóvel, sem ciclovias ou mesmo calçadas para a livre circulação pela cidade.

Ainda assim, persiste uma esperança comum a quase todos os entrevistados, para a maioria a cidade vai melhorar, mas quando questionados sobre o que vai melhorar, as referências estão em processos econômicos como a ALPA, a indústria, nunca está ligado a vida cotidiana. A melhoria da cidade não é associada pelos entrevistados à melhoria da qualidade de vida, mas ao aumento de arrecadamento do município, que como ficou claro ao longo da trajetória da cidade de Marabá, foi pouco transferida para a melhoria do espaço comum.

O imaginário de cidade de muitos assemelha-se aos padrões do urbano-industrial, que segrega cidade e natureza, mesmo em uma cidade de origem ribeirinha e de fortes relações com o bioma, associa-se cidade à artificialidade e a natureza a algo intocado e fora da cidade.

*Eu gosto muito de natureza, gosto muito de fazenda e de locais que tenha contato com a natureza, acho que é bem o verde mesmo, fauna, flora, gosto muito, mas não tenho um conceito formado sobre natureza. Bruna Chaves, corretora, moradora da Nova Marabá.*

*Natureza é a maioria das coisas... Eu tenho um sítio... Eu tenho uma fazenda também, mas eu preservo, natureza é preservar. Félix Marinho, controlador da prefeitura, morador da Nova Marabá.*

*Natureza é um tudo, é um lugar com muitas plantas, muitos animais e onde se pode respirar o ar puro, como o parque zoológico, é um lugar que a gente se sente bem. Patrícia Padilha, moradora da Nova Marabá*

## **LIÇÕES DA EVOLUÇÃO DA CIDADE: O QUE APRENDER COM CADA NÚCLEO?**

### **MARABÁ PIONEIRA**

Os espaços livres do núcleo pioneiro, merecem destaque, posto que, não apenas as praças e a orla contam com uma quantidade de usuários interessante, mas também as ruas, é nesse espaço onde as pessoas mais caminham, o núcleo além do forte apelo histórico e cultural atrai gente de todos os demais núcleos em busca de lazer. Talvez o ponto mais interessante no núcleo pioneiro seja a interação entre diversas classes sociais e que abrigue boa parte da população mais tradicional e que cumpra as funções urbanas de forma mais completa que a cidade planejada. Se nos

países ricos tem-se buscado inspiração na cidade antiga, em Marabá também há muito que aprender com o núcleo pioneiro.

*Por que você não gostaria de morar na Nova Marabá? "Não sei te dizer, mas depois que a gente gosta de um lugar e fica apegado ... Aqui você sai a pé, você vai no mercado, você vai na beira do rio, se não tem água na torneira você vai tomar água no rio, tudo pertinho... Até o cemitério daqui é perto para você ir, a igreja, tudo é perto... Na Nova Marabá é muito difícil você se deslocar de uma coisa para outra..."*

Dalvino Lourenço, morador da Marabá Pioneira.

*"Melhor lugar de morar é a velha marabá: dá para fazer tudo a pé" pra quem está velha e não dirige (...) a velha marabá é uma coisa mais concentrada"*

Maria Ísis Morbach, moradora da Marabá Pioneira.

Na cidade pré-industrial utilizava-se o espaço público diariamente, mas por necessidade (por exemplo para ter acesso a água), na cidade do século XXI as pessoas usariam o espaço por prazer (GEHL, 2013). Nesse sentido, pode-se afirmar que no urbano-industrial da fronteira amazônica as temporalidades se confundem, em Marabá é possível encontrar o espaço público buscado pelo prazer a exemplo do espaço da orla, como também por necessidade diária como meio de acesso à água ou para estender roupas à semelhança da cidade pré-industrial como na praça Francisco Coelho, no bairro do Cabelo Seco.

**Figura 06 - Espaços públicos no bairro do Cabelo Seco uso do varal e coleta de água (necessidade); e Orla do Rio Tocantins (lazer)**



Fonte: Bibas e Pontes, 2014.

O arranjo espacial do núcleo pioneiro se assemelha aos arranjos europeus, onde há a escala do pedestre e a rua funciona como lugar de encontro. Embora o núcleo sofra com as enchentes, a população deseja permanecer naquele espaço que consegue ao mesmo tempo manter os laços da cidade ribeirinha e contemplar o migrante.

***Lições:** diversidade de uso, convivência de diferentes classes sociais, escala humana, pedestração, respeito às tradições e ao cotidiano, não imposição de uma forma ideal, compreensão da importância da história para criação de identidade (como elo que faz com que as pessoas se sintam pertencentes àquele lugar e sintam necessidade/vontade de cuidá-la), arborização e amenidades ao clima, preservação das relações tradicionais com o rio e com a vizinhança.*

## NOVA MARABÁ

A Nova Marabá era o símbolo da modernidade e da cidade do futuro, hoje é a demonstração que o urbano-industrial não se concretiza e não se completa na periferia da periferia do capital.

Embora haja maior quantidade de espaços livres abertos, estes não convidam a presença humana, inclusive onde está a principal praça do núcleo (a praça das crianças), o acesso aos pedestres não é priorizado. Nesse núcleo nota-se uma tendência de utilização dos espaços reservados à drenagem urbana para outros fins, o que pode ser preocupante dada a deficiência da cidade nesse sentido. Não há qualquer controle ou tentativa de pensar os espaços livres como um sistema. A priorização do automóvel é evidente, parte dos espaços verdes também tem servido para dar lugar a mais vagas de estacionamento o que é visto como ponto positivo por boa parte dos usuários do espaço. Há na Nova Marabá o característico esvaziamento da rua da cidade modernista como fica evidente neste trecho da entrevista:

*“Se a Nova Marabá tivesse seguido o planejamento seria uma cidade bela”*



*“Para fazer caminhada ia para a velha marabá, mesmo que na frente da casa tenha espaços verdes (...) não me sinto confortável caminhando com tanto veículo (...) lá eu me sinto mais à vontade “*  
Félix Marinho, morador da Nova Marabá e controlador da Prefeitura

Onde você costuma ir para se divertir? *“Na velha Marabá. Como? De carro. Todos os meus amigos vão para a velha.”* Amanda, moradora da Nova Marabá

*“eu não gosto da Nova Marabá” “lá é tudo com dificuldade... folha, folha, folha...”* Madalena Silva, moradora da Marabá Pioneira

É curioso que se associe o progresso à Nova Marabá, mesmo que esse núcleo não tenha satisfeito as necessidades de seus habitantes originais, inclusive os atributos positivos das cidades tradicionais passam a ser vistos como algo ultrapassado ou “interiorano”, conforme o trecho da entrevista abaixo:

*“a parte de pujança fica pra cá” (Nova Marabá)* Félix Marinho, morador da Nova Marabá e controlador da Prefeitura

*“no novo horizonte (Cidade Nova) tem essa coisa mais interiorana, tem um vizinho, um comércio, uma padaria, nesse quesito lá é melhor”* Bruna Chaves, corretora e moradora da Nova Marabá.

Cabe destacar nesse núcleo, as intervenções espontâneas e fora do plano que buscaram reproduzir espaços semelhantes ao núcleo pioneiro às margens do rio Tocantins, a exemplo do entorno da “Rampa da folha 8”, onde a estrutura remanescente de travessia do rio Tocantins por meio aquático (anterior à construção da ponte) criou um elo entre a cidade e o rio negado pelo plano modernista.

**Lições:** não existe uma forma ideal-final e nem um homem-ideal-moderno que se comporta conforme o planejado em um plano, a supervalorização do automóvel causa a morte da convivência nas ruas, o esvaziamento da rua causa insegurança, a aridez não convida a convivência, a baixa legibilidade do espaço não convida ao passeio, a presença de áreas verdes contribui para a drenagem urbana (estas podem ser pensadas de forma mais atrativa e completa), o progresso não está nem nas formas nem nos materiais utilizados mas na melhoria da qualidade de vida na cidade.

## CIDADE NOVA

O núcleo Cidade Nova não carrega nem o simbólico da origem da cidade nem da “cidade moderna – lugar do progresso”, e talvez por não ter a pretensão de ser o que não é tenha se consolidado tão bem como um núcleo que abriga sobretudo o migrante.

A Cidade Nova era a área de expansão mais evidente antes da criação do plano de expansão urbana de 1973, havia portanto, uma conexão entre o núcleo pioneira e essa área desde as primeiras décadas do século XX.

A malha ortogonal garante uma maior legibilidade do espaço se comparada ao núcleo modernista, e por não sofrer alagamentos, é a opção de moradia de grande parte da população de Marabá. Talvez por ter sido ocupada majoritariamente por migrante, as relações com o rio nesse núcleo são mais limitadas, mas às margens mais distantes da parte mais central do núcleo há diversos balneários ribeirinhos.

No núcleo Cidade Nova, há comparativamente menos espaços abertos e áreas verdes que nos demais núcleos, o movimento é bastante intenso em áreas pontuais como a Praça São Francisco e rua Nagib Mutran. No entanto, é nesse núcleo, nas áreas menos urbanizadas, onde foi identificada a maior quantidade de quintais.

O espaço público deste núcleo, sobretudo a Praça São Francisco, é mais atrativo que o núcleo modernista e cumpre a função de aglutinar diferentes camadas sociais em um único espaço à semelhança dos espaços da Marabá Pioneira. Embora mais recente, também faz parte do imaginário dos entrevistados, junto à orla e a Praça Duque de Caxias está dentre os espaços de vida urbana mais intensa de Marabá. Há nesse espaço a convivência de todo tipo de atrativo, da venda dos ambulantes aos bares frequentados pelas classes mais abastadas, a diversidade é uma característica marcante desse núcleo.

Enquanto na Nova Marabá há um contraste muito forte entre as folhas consolidadas que são também as áreas de maior valor econômico, e as áreas de ocupação irregular sem nenhuma infraestrutura e com lotes de

tamanhos reduzidos; na Cidade Nova o contraste é menos intenso, à medida que os espaços vão se afastando da área mais central do núcleo, há evidente presença de casas mais simples e de ocupação espontânea, mas os lotes são grandes, com quintal e há qualidade urbana e ambiental visivelmente superior às ocupações irregulares do núcleo modernista.

Se a cidade Marabá segue os passos e tendências da metrópole brasileira, a Nova Marabá é a que mais se assemelha, não pelo “progresso” como se possa imaginar, mas pela segregação. A Cidade Nova parece ser a estrutura que reúne características da Pioneira e da Nova Marabá, e capaz de acolher a diversidade, manter de alguma forma relações tradicionais através dos quintais e dos balneários, mas também é satisfatória para o uso do automóvel (embora haja pouquíssima vegetação que convide à caminhada pelas ruas, as dimensões permitem que se realizem tarefas a pé, o que na parte modernista se faz impossível).

**Lições:** conciliar relações tradicionais (quintais e balneários) e estruturas contemporâneas (automóvel, etc.); garantir diversidade de uso do espaço público que permita acesso a diferentes faixas de renda (do ambulante ao bar requinta) - garantindo também a convivência destes; necessidade de vegetação para absorção do impacto da Transamazônica, necessidade de vegetação para amenização do clima nas ruas de forma que convide a circulação de pedestres.

## ÁREAS DE EXPANSÃO

As áreas de expansão contemporâneas em Marabá não contemplam nem a necessidade de espaços de convivência, nem a capacidade de absorver a demanda biofísica. A conversão de terra rural em urbana tem dado lugar a uma malha desarticulada e fragmentada, gerando estruturas incapazes de produzir novas centralidades, o que somado à ausência de transporte público e equipamentos de todos os tipos, representam altos custos a serem pagos sobretudo pelos mais pobres.

## APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO X PRESERVAÇÃO

Em Marabá há grande apelo para preservação do rio Tocantins, e nenhum para a preservação de espaços verdes intraurbanos de menor porte, há tanto o espaço público que atrai gente de todos os núcleos, quanto o espaço público incapaz de atrair sequer a vizinhança, conforme demonstraram as entrevistas, o registro fotográfico e as contagens de usuários.

Os espaços livres mais citados nas entrevistas são também os espaços onde há maior co-presença, e por isso mesmo espaços que se mantém “vivos”, os espaços com os quais os moradores criam laços afetivos, onde há sensação de pertencimento, são mais cuidados e sua manutenção cobrada pela população, à exemplo da citação abaixo:

Por que vocês decidiram defender as árvores da praça?  
*“Porque você já imaginou o calor que faz numa cidade que nem Marabá, toda cidade ribeirinha sobre processo de evaporação e se tornam mais quentes, você já pensou cortarem todas as árvores e a gente ficar nesse sol? Agora você pode sentar em qualquer horário que é uma delícia”* (refere-se a tentativa de um prefeito em cortar as árvores da Praça Duque de Caxias e a defesa dela e de sua família para com as árvores) Maria Ísis Morbach, moradora da Marabá Pioneira

Em todos os núcleos a natureza “a priori” aparece de forma dissociada da produção do espaço, aparece ora como fundo cênico, ora como obstáculo a ser contornado. Dessa forma, podem ser identificadas verdadeiras ilhas de espaços de “natureza” e preservação, estes espaços são as APPs e a ZEIA.

As áreas de APP ainda contém grandes áreas de floresta preservada, mas estão sendo ocupadas gradativamente. A ZEIA, ou varjão que separa os núcleos pioneiro e Nova Marabá se mantém “preservada”, as poucas ocupações acabam por ser controladas pela imposição das enchentes, no entanto, embora essa área ocupe grande parte da área urbana de Marabá, não faz parte do imaginário das pessoas, não é lembrada, é como se não fizesse parte da cidade.

Enquanto áreas como o rio Tocantins e sua orla ou a praia sempre aparecem no discurso dos moradores como áreas que devem ser preservadas, as grandes áreas de floresta de APP sem contato humano, ou o

varjão que seria capaz de conectar núcleos passam despercebido, não há apropriação por parte da população desses espaços, que parecem ser apenas notados quando não estão mais presentes.

*“Hoje é mais quente, antes tinha mais mata” Félix Marinho,  
morador da Nova Marabá  
Antes era menos quente, porque estão acabando com toda a mata,  
isso aqui era mata (Cidade Nova), agora está pegando fogo  
Marabá, agora só no ar condicionado. Madalena Silva, moradora  
da Marabá Pioneira*

Sendo a cidade um espaço único, e entendendo que parte da população vem de uma tradição de relação mais próxima com natureza, não seria importante que os espaços ainda que destinados a cumprimento de funções ambientais fizessem parte da vida e do imaginário da cidade, ainda mais quando localizadas em áreas tão importantes e centrais da cidade? Não seria possível que essas áreas cumprissem mais que as funções ambientais, funções urbanas e culturais que vem sendo perdidas na trajetória da cidade?

**Lições:** Praças, canteiros, ruas e todo espaço público pode e deve ser pensado para cumprir além das funções urbanas, funções ambientais que garantam a qualidade de vida na cidade; as áreas de preservação inseridas no espaço urbano, além de cumprir funções ambientais deveriam cumprir um papel social e cultural, entendendo que tais papéis se retroalimentam.

### 3. CONCLUSÃO

O trabalho de campo realizado pelas autoras deste relatório constatou o que a bibliografia sobre as cidades na fronteira amazônica já indicava: o potencial da cidade da fronteira para a inovação em soluções urbanísticas.

Embora o sistema de espaço livres da cidade de Marabá não seja tratado como um sistema e que haja evidente resistência em incluir dimensões ambientais às urbanísticas por parte da regulação e da gestão

urbanística, há ainda na cidade um grande potencial de espaços livres que poderiam vir a cumprir funções ambientais e urbanas, além de “descongelar” elementos da racionalidade orgânica entre o homem e o bioma.

O desvanecimento dos quintais e emergência de modelos artificiais de uma natureza privatizada apontam para o papel do Estado de garantir qualidade ambiental e urbana.

O trabalho também aponta para a necessidade de análise da evolução espacial de Marabá, de modo que se retirem lições e que se possa evitar a reprodução dos mesmos equívocos, para isso é útil também conhecer experiências bem e mal sucedidas noutras cidades do mundo, posto que é na cidade da fronteira onde o gap entre a qualidade de vida e ambiental dos países e a cidade da reprodução da degradação e segregação poderia ser saltado de forma mais simplificada e menos onerosa.

É da análise da evolução e involução do espaço urbano de Marabá que emerge as relações entre a apropriação do espaço e a preservação, a conclusão que se chega é que as pessoas cuidam e pressionam o Estado para a manutenção de elementos que fazem parte de seu cotidiano, de sua história, e as regras rígidas de não-presença humana nas áreas de preservação podem estar ironicamente contribuindo para seu desvanecimento.

Conclui-se que não se pode separar dimensões urbanas, sociais, ambientais e culturais nos modos de pensar a cidade na busca de um espaço urbano de qualidade capaz de acolher a alteridade e as particularidades de um urbano-industrial-amazônico.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 233p, 2004.

CARDOSO, A. C; VENTURA NETO, R. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos sócio-ambientais. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 1, p. 55-76, 2013.

CUSTODIO, V.; CAMPOS, Ana Cecília A. de; MACEDO, Sílvio Soares ; QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e forma urbana: algumas reflexões. In: XV ENANPUR, 2013, Recife. XV ENANPUR. Recife: ENANPUR, 2013. p. 1-16.

GEHL, J. Cidades para pessoas: tradução Anita di Marco. 2ed. São Paulo: Perspetiva, 2013.

HAAS, T. Et al. Sustainable urbanism and beyond: rethinking cities for the future. Nova York, Rizzoli. 2012.

HERZOG, C. Cidade para Todos (re) aprendendo a conviver com a natureza. RJ/SP: Mauad/Inverde, 2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

LEFF, E. "Espacio, Lugar y Tiempo", en Nueva Sociedad, No. 175, Septiembre- Octubre, 2001.

MACEDO, Sílvio. Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010. São Paulo: Edusp, 2012.

MARSHALL, S. Cities, Design & Evolution. London: Routledge, 2009.

NOSSO FUTURO COMUM (Relatório Brundtland). Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

PONTES, Louise; CARDOSO, Ana Cláudia; VALE, Taynara do; BIBAS, Luna. Descompasso entre linhas: das linhas do tempo às linhas que separam cidade e natureza. In: APPURBANA, 2014, Belém: 2014.

RAIOL, J. A (coord.) Perspectivas para o meio ambiente urbano: GEO Marabá. Pará, Belém: 2010. Disponível em:<<http://www.pnuma.org/deat1/pdf/2010%20-%20GEO%20Maraba.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2014.

SILVA, L. Espaço público e cidadania: usos e manifestações urbanas. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPIRN, A. W. O jardim de granito. São Paulo: EDUSP, 1995.

TARDIN, R. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

VESECINA, L.M. Projeto Urbano, Paisagem e Representação: alternativas para o espaço metropolitano. 2010. 205f. Tese (Doutorado em Urbanismo) - PROURB/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

# Parte IV:

## Notas

# Metodológicas:

Abordagens sobre Economia, Natureza  
e Regulação Ambiental na Cidade

DESENVOLVIMENTO DE  
SUBSÍDIOS PARA A ANÁLISE DA  
DIMENSÃO AMBIENTAL DA  
CIDADE

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. OBJETIVOS.....	2
3. METODOLOGIA.....	3
4. REVISÃO DA LEGISLAÇÃO.....	3
4. 1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA: UM BREVE HISTÓRICO.....	3
4.1.1. Antes do Código Florestal Brasileiro .....	3
4.1.2. De 1934 a 1964: a criação do Código Florestal Brasileiro.....	5
4.1.3. De 1965 a 2012: a primeira revisão do Código Florestal Brasileiro e a criação das Áreas de Preservação Permanente (APP).....	6
4.2. LEGISLAÇÃO ATUAL.....	9
4.2.1. O Código Florestal Brasileiro de 2012 .....	9
5. DISCUSSÃO.....	10
6. A EXPERIÊNCIA FRANCESA.....	11
7. CONCLUSÃO .....	15
8. REFERÊNCIAS .....	15

## **1. INTRODUÇÃO**

No Brasil, a desigualdade social, o déficit habitacional, a ocupação irregular de vazios urbanos, entre eles as áreas ambientalmente frágeis, e a degradação ambiental com suas vastas consequências contribuíram para a formulação de leis que defendem o direito de todos à cidade e à regularização fundiária e leis que implicam em proteção dos recursos naturais. No entanto, o reconhecimento dessas problemáticas se deu de forma paralela a políticas urbanas e ambientais que não dialogam, dando lugar a uma legislação ambígua que implica muitas vezes na manutenção da segregação, degradação, irregularidade e insustentabilidade. As consequências da degradação atingem a cidade como um todo, mas de forma desigual, atingindo de forma mais contundente à população de baixa renda. As margens dos corpos d'água que entrecortam a cidade na Amazônia estão inseridas nesse contexto ao que se soma um fator particular, a tradição de ocupação ribeirinha.

O presente trabalho teria assim o objetivo de sistematizar a legislação ambiental aplicável às Áreas de Preservação Permanente urbanas no Brasil, assim como fazer uma revisão da literatura acadêmica disponível sobre o tema no país para gerar um panorama geral a ser utilizado em análise das situações de APPs urbanas.

Esta discussão se torna ainda mais pertinente na atualidade, no momento em que a discussão sobre o meio construído e o natural a ser protegido não foi enfrentado pelo novo Código Florestal, instituído em 2012, que acabou por deixar "em aberto" o tratamento de Áreas de Preservação Ambiental Urbana.

## **2. OBJETIVOS**

O presente trabalho busca sistematizar a legislação ambiental aplicável às Áreas de Preservação Permanente urbanas no Brasil e fazer uma revisão da literatura acadêmica disponível sobre o tema no país, a fim de gerar um panorama geral a ser utilizado em análise das situações de APPs urbanas. Como contraponto foi feita uma breve revisão da experiência francesa recente de regulação ambiental, pensada de modo a articular a preservação de água, solo, floresta nas escalas local e regional.



### 3. METODOLOGIA

Primeiramente foi realizado um breve histórico das leis brasileiras destinadas à proteção de recursos naturais e que deram origem ao que tem-se na atualidade. Posteriormente foi feita uma revisão da legislação aplicada às Áreas de Preservação Permanente, para então trazer uma discussão embasada na literatura acadêmica disponível relacionada à temática, o acréscimo da caracterização da concepção francesa ilustra um outra abordagem para as APPs.

### 4. REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

#### 4. 1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA: UM BREVE HISTÓRICO

##### 4.1.1. Antes do Código Florestal Brasileiro

Segundo Medeiros (2006), há um consenso entre diversos autores ao afirmar que o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937 no Rio de Janeiro, foi a primeira área protegida do Brasil<sup>1</sup>, bem tardiamente em comparação à experiência internacional de criação de parques, influenciada pela iniciativa dos Estados Unidos com o Parque Nacional de Yellowstone, de 1872. Porém, diante de registros históricos, é possível observar que algumas medidas foram tomadas, tanto pela Coroa Portuguesa, no período colonial, quanto pelo governo Imperial, visando a proteção, a gestão ou o controle de determinados recursos naturais. Um exemplo disso é o "Regimento do Pau-Brasil", editado em 1605, que limitava as práticas de exploração da madeira na colônia e pode ser considerado uma das primeiras leis de proteção florestal brasileira.

Ainda no período colonial, foi publicada a Carta Régia de 13 de março de 1797, que falava da necessidade de tomar precauções de forma a evitar a destruição das matas brasileiras e determinava que as áreas com matas e arvoredos localizados na borda da costa marítima, ou dos rios navegáveis que desembocassem no mar, passariam a pertencer exclusivamente à Coroa e não poderiam ser dadas como sesmarias, sendo que aquelas que já tivessem sido dadas seriam retomadas mediante indenização dos proprietários com terras no interior (PÁDUA, 2004).

Estes dois exemplos apresentados mostram que a maior parte dos instrumentos adotados nos períodos colonial e imperial visavam apenas a proteção de determinados

---

<sup>1</sup> Considerar o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937, como a primeira área protegida do Brasil só é possível se observa-se apenas as medidas federais, já que em 1896 foi criado o Parque Estadual de São Paulo.

recursos naturais, sem que houvesse a demarcação de áreas específicas a serem protegidas. Uma das exceções seria o caso do Rio de Janeiro com as "Florestas da Tijuca e das Paineiras", instituídas em 1861, que visavam a proteção dos recursos hídricos da região, área que em 1961 viria a formar o Parque Nacional da Tijuca. Para tal, grandes fazendas de café começaram a ser desapropriadas em 1844, segundo recomendações de D. Pedro II, para que fosse feito o reflorestamento das áreas devastadas pela expansão da atividade cafeeira (DRUMMOND, 1988; MEDEIROS, 2006). Segundo Medeiros (2006), talvez tenham sido essas florestas as primeiras áreas protegidas do país além de representar um esboço da noção de *florestas protetoras* presentes no Código Florestal de 1934.

A ampla discussão dos anos seguintes favoreceu a publicação, em 1911, de um estudo abrangente sobre os diferentes biomas do país e seu estado de conservação, intitulado "Mapa Florestal Brasileiro", cujo responsável foi o cientista Luís Felipe Gonzaga de Campos. Esta obra resultou na elaboração de decretos, editados pela Presidência da República em 1911, que criariam dois Parques Nacionais no então Território Federal do Acre, porém estes decretos caíram no esquecimento e só vieram a ser lembrados em 1981, quando foi criada a Estação Ecológica do Rio Acre com o que restou das áreas que inicialmente seriam transformadas em Parques. Este acontecimento pode ser explicado pela fragilidade dos instrumentos existentes num período em que a República ainda era recém estabelecida, e pelo fato do Brasil ainda ser, na época, dominado por elites rurais (MEDEIROS 2006).

Desde o período colonial até o período republicano (Quadro 1) os instrumentos objetivando a proteção de recursos naturais foram evoluindo, mas ainda foram necessários mais de 20 anos, após a publicação da obra de Gonzaga de Campos, para que o Primeiro Código Florestal Brasileiro fosse instituído e, então, fosse possível a criação do primeiro Parque Nacional, em 1937.

LINHA DO TEMPO: INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO, GESTÃO OU CONTROLE DE RECURSOS NATURAIS							
Período Colonial				Período Imperial		Período Republicano	
1605	1797	1799	1808	1861	1911	1921	1934
Regimento do Pau-Brasil	Publicação da Carta Régia	Regimento de Cortes de Madeiras	Criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Proteção das Florestas da Tijuca e das Paineiras	Publicação do Mapa Florestal Brasileiro e decreto para a criação de Parques Nacionais no Acre (não executado)	Criação do Serviço Florestal Brasileiro	Criação do Código Florestal Brasileiro e do Código de Águas

Fonte: PÁDUA, 2004; MEDEIROS, 2006. Elaboração: AMARAL, 2014

#### 4.1.2. De 1934 a 1964: a criação do Código Florestal Brasileiro

O Código Florestal Brasileiro de 1934, foi instituído, através do Decreto nº 23.793, em um contexto de efervescência nos cenários político e social em um período no qual o país passava, em função da Revolução de 30, por uma transição, deixando de ser fortemente dominado pelas elites rurais para tornar-se industrializado e urbanizado, principalmente na região sudeste. Neste cenário de transformações, visava-se a modernização do país e maior inserção internacional e, nesse contexto, o reconhecimento da necessidade de proteger o meio ambiente, seguindo a tendência de outros países na criação de parques nacionais, ganhava espaço (MEDEIROS, 2006).

O Código Florestal de 1934 foi precursor da questão ambiental presente na Constituição Federal de 1988 quando reconheceu as florestas brasileiras como um bem de interesse comum a todos os habitantes do país (BRASIL, 1934), sendo o primeiro instrumento de proteção brasileiro a definir tipologias de áreas a serem protegidas: as florestas protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (MEDEIROS, 2006).

As florestas **protetoras** seriam aquelas que tinham por função conservar o regime das águas, evitar a erosão das terras pela ação de agentes naturais, fixar dunas, auxiliar a defesa das fronteiras, assegurar condições de salubridade pública, proteger sítios de beleza natural e asilar espécies raras de fauna brasileira. As **remanescentes** compreendiam as florestas que formassem parques nacionais, estaduais e municipais, as que contivessem espécimes preciosos, de interesse biológico ou estético e aquelas reservadas para pequenos parques ou

bosques públicos. As **modelos** seriam as florestas artificiais, ou plantadas, e as **de rendimento** correspondiam àquelas que não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores (BRASIL, 1934; MILARÉ, 2011), sendo que as duas últimas tipologias poderiam ser submetidas a manejo de recursos naturais, como o extrativismo de madeira (MEDEIROS, 2006).

O Código Florestal deu condições para que fosse criado o Parque Nacional de Itatiaia, através do Decreto nº 1.713 de 1937, estabelecido em função da área ser importante para a proteção da natureza, para o auxílio das ciências naturais, para o incremento do turismo na região e para a reserva das florestas existentes para as gerações futuras (BRASIL, 1937). Dois anos mais tarde, em 1939, foram criados também o Parque Nacional do Iguaçu no Paraná e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro. Na região norte, somente em 1961 foi criada a Floresta Nacional de Caxiuaú, no Pará (MEDEIROS, 2006).

A criação do primeiro Código Florestal Brasileiro representa um marco para a legislação ambiental brasileira por ter implementado as bases para a construção das leis ambientais futuras dando início ao estabelecimento de tipologias de áreas protegidas voltadas para a gestão ambiental do território.

#### **4.1.3. De 1965 a 2012: a primeira revisão do Código Florestal Brasileiro e a criação das Áreas de Preservação Permanente (APP)**

Em 1965, um ano após a instauração do regime militar, um novo Código Florestal foi instituído, através da Lei nº 4.771, num contexto de amplas transformações do sistema político, porém com a manutenção da postura de estabelecer áreas protegidas como instrumentos para o enfrentamento da problemática ambiental. Os objetivos do Código revisado seguiram a mesma linha daquele que o antecedeu, porém extinguiu as quatro tipologias propostas na versão de 1934 substituindo-as por quatro novas: Parque Nacional e Floresta Nacional, que antes eram apenas categorias específicas, Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).

O conceito de Área de Preservação Permanente foi estabelecido apenas em 2001, quando da Medida Provisória nº 2.166-67 que também deu a redação do Código Florestal que ficou em vigência até maio de 2012. Com esta Medida, a APP ficou definida como: "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo

gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas" (BRASIL, 1965).

Segundo o Código Florestal de 1965, são consideradas de preservação permanente as florestas e outras formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;

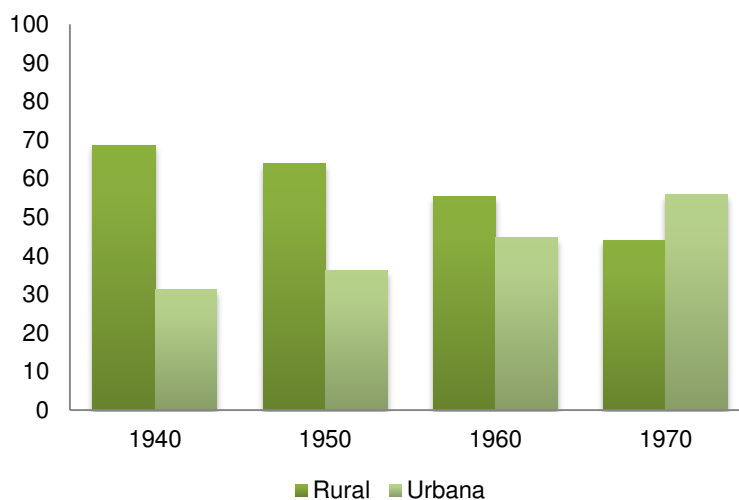
f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (BRASIL, 1965).

Porém, mesmo no cenário em que o país vivia, com sua população urbana crescendo a cada ano (Gráfico 1), os instrumentos propostos pelo Código Florestal de 1965 não trataram das cidades de uma forma mais específica, pois apenas estabeleceram que em áreas urbanas deveria ser observado o que era disposto nos planos diretores e leis de uso do solo, obedecendo os limites estabelecidos pelo Código. Isto acarretou em sérias dificuldades na manutenção e na preservação, principalmente, das APPs em meio urbano, como será visto mais à frente.

Gráfico 1: Evolução da população rural e urbana, de 1940 a 1970, mostrando que no ano de 1970 a população urbana apresenta-se maior que a população rural



Fonte: BRITO; PINHO, 2012. Elaboração: AMARAL, 2014

De acordo com a mesma lei, "a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei", questão também inserida pela Medida Provisória nº 2.166-67 de 2001.

Em 1981, através da Lei nº 6.938, foi instituído o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que tem por finalidade assessorar, estudar e propor "diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida" (BRASIL, 1981). Desta forma, o CONAMA também trata das Áreas de Preservação Permanente, como nas Resoluções nº 302, nº 303 e nº 369. As primeiras, publicadas em 2002, estabelecem parâmetros, definições e limites e a última, publicada em 2006, trata da permissão de intervenção e de supressão de vegetação em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental.

É importante destacar que a Constituição Federal de 1988, em substituição à Constituição de 1934, veio fundamentar de forma mais geral, através de uma visão global, a questão ambiental no *caput* do artigo 225, afirmando que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988). Paralelamente, a Constituição veio conceituar de forma mais clara, em relação às constituições anteriores, o princípio da função social da propriedade, que contrapõe-se à noção de propriedade irrestrita do Código Civil de



1916. O conjunto destes princípios fez com que a propriedade adquirisse tripla finalidade: individual, social e ambiental, representando um marco tanto para a legislação ambiental quanto para a urbanística (SANTOS et al., 2013; FERNANDES, 2002).

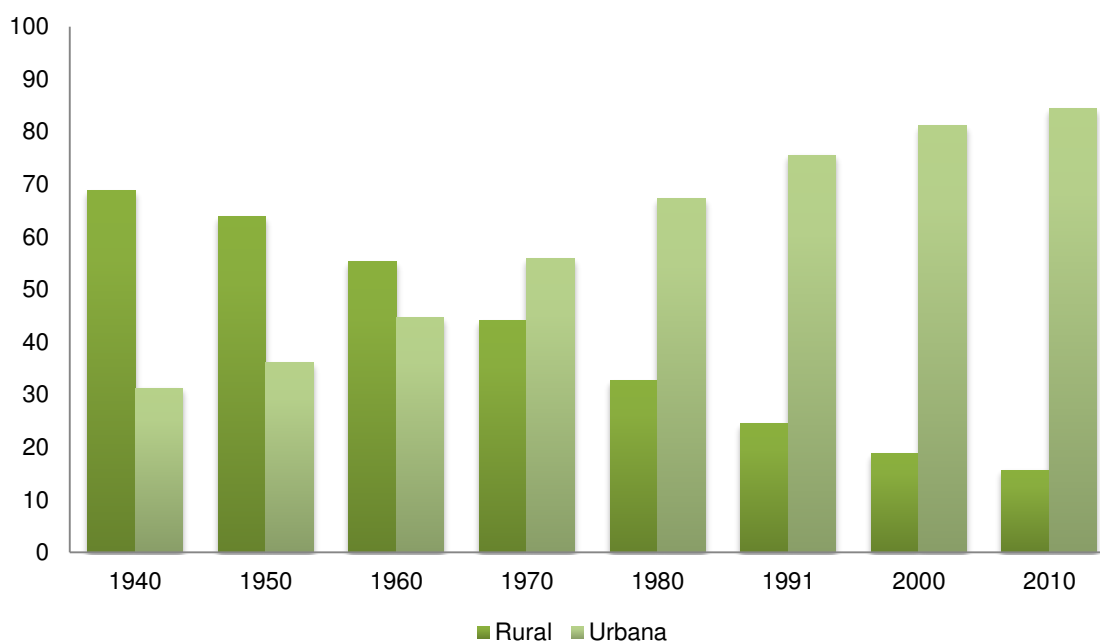
## 4.2. LEGISLAÇÃO ATUAL

### 4.2.1. O Código Florestal Brasileiro de 2012

O novo Código Florestal, a Lei Federal 12.651/2012, foi resultado da revisão do Código anterior, iniciada pelo Projeto de Lei 1876/1999, que alongou-se por mais de uma década. As mudanças mais polêmicas foram: a diminuição de áreas florestais a serem conservadas, a anistia em favor de desmatamentos ocorridos e as reduções de faixas de proteção das margens de rios que, pelo Código, são consideradas Áreas de Preservação Permanente (BEZERRA; CHAER, 2012).

Destaca-se que o Código Florestal não foi inspirado na realidade urbana, sendo instituído no momento em que a população brasileira era predominantemente rural. A sua primeira revisão, a de 1965, permaneceu não tratando as cidades de forma mais específica mesmo estando em um cenário de transição, no qual o gradual crescimento da população urbana levava o país a tornar-se não mais predominantemente rural. Mas é de estranhar-se que em 2012, tendo 80% da população vivendo em cidades, o novo Código tenha mantido o posicionamento em relação ao meio urbano (Gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução da população rural e urbana, de 1940 a 2010, mostrando que no ano de 2010 a população urbana representa mais de 80% da população total brasileira



Fonte: BRITO; PINHO, 2012. Elaboração: AMARAL, 2014

## 5. DISCUSSÃO

A ocupação irregular em solo urbano está presente na maioria das cidades brasileiras, representando uma alternativa de moradia à uma parcela significativa da população de baixa renda, que não tem acesso ao mercado imobiliário formal. Estas estruturas ilegais apresentam-se como solução frente à ineficiência das políticas habitacionais em relação ao acelerado processo de urbanização do país. Em alguns casos, a ilegalidade é tão representativa, como em Recife, que apresenta 72% de sua população vivendo em aglomerados subnormais (NADALIN et al., 2013), que é possível afirmar que estamos diante de uma "situação na qual a regra se torna mais exceção do que regra e a exceção mais regra do que exceção" (MARICATO, 2003).

Segundo Chaer (2007), enquanto a cidade regular e dotada de infra-estrutura torna-se inacessível em função dos altos custos e da regulação urbana tradicional e inflexível, a cidade irregular se consolida em áreas isoladas, de fragilidades físicas e impróprias para a ocupação, áreas que, segundo Maricato (2008), foram desprezadas pelo mercado imobiliário. De acordo com Mello (2008), esta cidade irregular está predominantemente implantada em áreas de vulnerabilidade ambiental, que, na maioria dos casos, se enquadram nas Áreas de

Preservação Permanente, as APPs, representando uma das maiores dificuldades para a proteção ambiental em meio urbano.

Porém, não é apenas a cidade irregular que está consolidada em Áreas de Preservação Permanente. Utilizando como referência as margens de corpos d'água, é necessário considerar que muitas cidades, a exemplo das presentes na região Norte, iniciaram o seu processo de urbanização ocupando margens dos rios que as banham, por questões de defesa do território. Posteriormente, estes rios eram utilizados por questões comerciais, como meio de escoamento da produção extrativista, através de entrepostos de comercialização. Entretanto, a trajetória estabelecida entre a relação de ocupações urbanas com o meio ambiente natural entrou em desequilíbrio a partir do momento que estas ocupações se intensificaram de maneira indiscriminada, não sendo acompanhadas por soluções compatíveis de infraestrutura e saneamento, causando graves problemas socioambientais.

De acordo com Mello (2008), o conceito de APP inclui o que ela chama de princípio de intangibilidade, caracterizado pela proibição de qualquer forma de uso e ocupação. Neste caso, não é considerado, por exemplo, a tradição da ocupação de margens de corpos d'água característica da região amazônica, evidenciando uma limitação enquanto levar em consideração especificidades do meio urbano e particularidades de cada cidade, e mostrando a necessidade de repensar o papel das APPs no contexto urbano. Este princípio de intangibilidade deriva da dissociação entre homem e natureza (SMITH, 1984; HERZOG, 2013) resultado de uma ideologia de natureza que desenvolveu-se ao longo da história ocidental e que culminou na tradição de colocar as cidades, espaços não naturais, contra a natureza (SPIRN, 1995). Esta dissociação também pode ser claramente observada no modelo conservacionista dos Estados Unidos de criação de Parques Nacionais, como o de Yellowstone, criado em 1872. Neste modelo, privilegiava-se a proteção ambiental por fatores estéticos, biológicos e ecológicos sem levar em consideração as populações locais que, na maioria dos casos, eram expulsas (DIEGUES, 2001).

Portanto, o estabelecimento de Áreas de Preservação Permanente em meios urbanos, além de não considerar a complexidade das cidades perpetua a tão constante dissociação entre cidade e natureza, sendo que a experiência mostra que a utilização deste instrumento de restrição, sem o oferecimento de alternativas face à constante utilização de áreas de APP como opção de moradia para a população de baixa renda, não garante o cumprimento do que é estabelecido pela legislação (PONTES et al., 2014).

## **6. A EXPERIÊNCIA FRANCESA**

A 3ª Cúpula da Terra, realizada em Joanesburgo no ano de 2002, teve como resultado na França a definição, em 2003, de uma nova estratégia para o desenvolvimento durável (*Stratégie de Développement Durable* - SNDD) e a adoção, em 2005, da Carta do Meio Ambiente, integrada à Constituição de 1958. A SNDD (2003-2008) tinha por objetivo responder aos compromissos internacionais firmados pela França, no âmbito da ONU, e integrar-se à estratégia europeia de desenvolvimento durável (*Stratégie Européene de Développement Durable* - SEDD), adotada em junho de 2001, no Conselho Europeu de Gotemburgo.

A Carta do Meio Ambiente, anexada à Constituição Francesa, reconhece que todos têm o direito de viver em um meio ambiente equilibrado mas também têm o dever de participar da preservação do mesmo. Nesta carta, é estabelecido que as políticas públicas devem promover um desenvolvimento durável conciliando a proteção e a valorização do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e o progresso social (FRANÇA, 2005).

O governo francês iniciou, em 2007, uma reflexão através de reuniões com a sociedade civil visando a obtenção de respostas a longo prazo em relação às questões colocadas na Carta do Meio Ambiente. Para tal, foram reunidos, através do chamado "Grenelle de Meio Ambiente" (Figura 1), os atores do desenvolvimento durável divididos em 5 colegiados: o Estado, as coletividades locais, as ONG's, os empregadores e os trabalhadores. O resultado das discussões foi a promulgação da Lei Grenelle 1, em 2009, que definiu os pontos-chave da política governamental sobre as questões de desenvolvimento durável e ecológico para os 5 próximos anos (CORMIER, 2011).

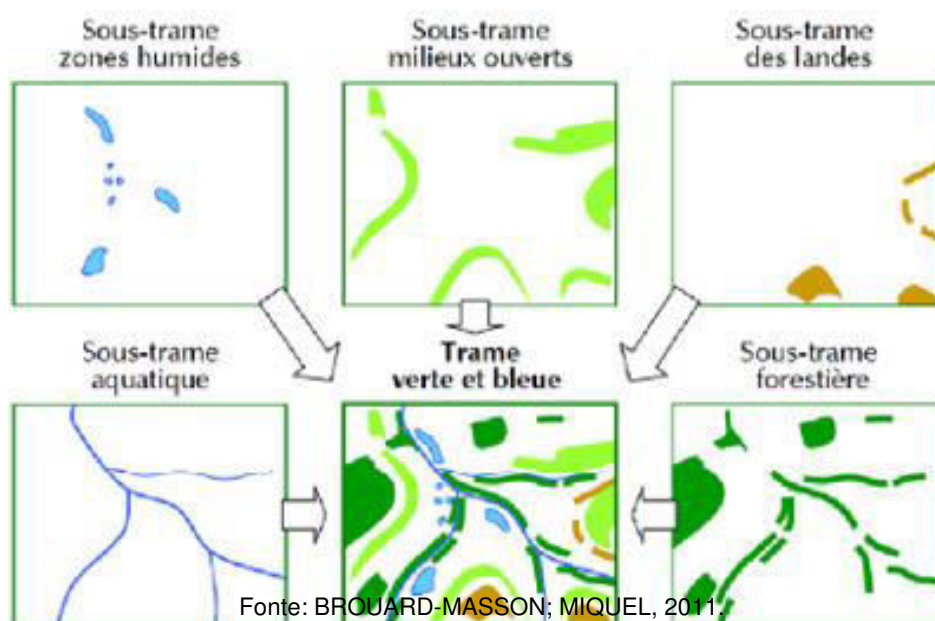
Figura 1: Slogan da "Grenelle de Meio Ambiente": "Entramos no mundo de depois", fazendo referência ao costume de deixar certas iniciativas para depois.



Então a Grenelle 1 estabelece instrumentos que visam preservar e valorizar a biodiversidade e a paisagem, assegurar um novo modelo de desenvolvimento durável que respeite o meio ambiente e se combine com uma diminuição do consumo de energia, de água e outros recursos naturais, além de assegurar um crescimento durável sem o comprometimento das necessidades das gerações futuras (FRANÇA, 2009).

Um dos principais instrumentos propostos pela Lei Grenelle 1 e um dos seus principais compromissos, é a *Trame Verte e Bleue* ou Trama Verde e Azul que tem por objetivo proteger a biodiversidade (DELELIS et al., 2010) sem a criação de "ilhas" de conservação ambiental (DIEGUES, 2001), mas continuidades territoriais (Figura 2). De acordo com esta lei, a trama verde é constituída de espaços protegidos e de territórios que assegurem sua conexão e o funcionamento global da biodiversidade e, a trama azul é a sua equivalente para as águas de superfícies continentais e seus ecossistemas associados (FRANÇA, 2009).

Figura 2: Esquema da Trama Verde e Azul e as suas sub-tramas: de zonas úmidas, aquática, de áreas abertas, de terrenos com vegetação rasteira, florestal.



Mesmo que a Grenelle 1 tenha proposto alguns instrumentos, ela foi instituída a fim de colocar os objetivos a serem alcançados, posteriormente a Grenelle 2, instituída em 2010, propôs instrumentos em resposta aos objetivos da Grenelle 1, além de detalhar esses objetivos. Para a Grenelle 2, a Trama Verde e Azul tem por objetivo coibir a perda de biodiversidade ao participar da preservação, da gestão e do retorno ao bom estado dos meios necessários às continuidades ecológicas considerando as atividades humanas, inclusive

agrícolas, no meio rural. Algumas de suas contribuições seriam: a diminuição da fragmentação e vulnerabilidade de habitats naturais de espécies, levando em consideração seu deslocamento no contexto de mudanças climáticas; identificação, preservação e reconexão de espaços importantes para a preservação da biodiversidade através de corredores ecológicos; melhoria da qualidade e da diversidade das paisagens (FRANÇA, 2010).

A Lei Grenelle 2 também estabelece uma ampliação da Trama Verde e Azul para a escala regional (Figura 3), chamada Esquema Regional de Coerência Ecológica (*Schéma Régional de Coherence Écologique* - SRCE) que demonstra o interesse em trabalhar essas áreas em uma escala maior, expandindo para o nível nacional, e até mesmo europeu.

Figura 3: Exemplo de uma Trama Verde e Azul em escala regional: a da Região de Nord-Pas de Calais



Fonte: <http://www.ville-leers.fr/Modules/Actualites/Schema-Regional-de-Coherence-Ecologique-Trame-Verte-et-Bleue>



## 7. CONCLUSÃO

No processo de desenvolvimento de instrumentos objetivando a proteção de recursos naturais, é possível observar que a maioria deles adota uma postura de reconhecimento da necessidade de proteger a natureza face às ações humanas, evidenciando ser um pensamento fruto da dissociação entre homem e natureza. Esta postura permanece na atualidade e mostra-se incompatível com o contexto urbano, já que acaba por criar ilhas dentro das cidades ou, por falta de opção à população de baixa renda, favorece a criação de cidades informais, dentro daquelas ditas formais.

A Área de Preservação Permanente, como um desses instrumentos, mostra-se ineficaz frente à problemática ambiental em meio urbano, já que não considera as complexidades urbanas, nem as especificidades das cidades, como é o caso daquelas localizadas na região amazônica consolidadas às margens de rios, cuja população mantém uma relação de equilíbrio com o meio ambiente ao redor, mas que, pelo Código Florestal, são consideradas APPs, não podendo ser ocupadas. Será que não é possível aprender com essas experiências, buscando instrumentos alternativos aos que vem sendo estabelecidos? Nessa perspectiva foi iniciada a pesquisa sobre a experiência francesa, país que também apresenta uma maturidade política que aponta forte articulação do problema ambiental com discussões econômicas e políticas. A exuberância das águas na Amazônia condicionou por séculos a ocupação da região, articulando atividades econômicas, modos de vida e preservação de recursos naturais. Estudos dedicados ao alcance das poligonais decorrentes da aplicação da legislação federal brasileira mostram que esta sistemática é insuficiente, e que há necessidade de desenvolvimento de novas estratégias capazes de incorporar velhas práticas. Portanto, existe o desafio da busca por alternativas que visem a qualidade urbana, e a tenham como prioridade para que todos possam ter o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sem que seja preciso abrir mão de outros direitos, como o da moradia digna.

## 8. REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; CHAER, Tatiana Mamede Salum. Regularização fundiária e os conflitos com as normas do código florestal para APP urbana. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p.26-36, 2012. Disponível em: <[http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis\\_n10-2.pdf](http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n10-2.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2014.

BRASIL. **Código Florestal (1934)**. Decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793impressao.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 1.713, de 14 de junho de 1937. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/itatiaia.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Código Florestal (1965)**. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4771impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771impressao.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BRITO, Fausto Alves; PINHO, Breno Aloísio T. Duarte. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil , 1940-2010**. 2012. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

CHAER, Tatiana Mamede Salum. **Regularização Fundiária em Área de Preservação Permanente: uma contribuição à gestão urbana sustentável**. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3194/1/2007\\_TatianaMamedeS\\_Chaer.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3194/1/2007_TatianaMamedeS_Chaer.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.276-298, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2167/1306>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

FERNANDES, Edésio. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. **URBANA**, Caracas, v. 7, n. 30, 2002. Disponível em: <[http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0798-05232002000100004&lng=es&nrm=i](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-05232002000100004&lng=es&nrm=i)>. Acesso em: 17 set. 2014.

HERZOG, Cecília. **Cidade para todos**: (re)aprendendo a conviver com a natureza. RJ/SP: Mauad/Inverde, 2013.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). Urbanização Brasileira: Redescobertas. Belo Horizonte: Editora Arte, 2003. p. 78-96. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2014.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 9, n. 1, p.41-64, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1608>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco - doutrina, jurisprudência, glossário. 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

NADALIN, Vanessa Gaspriotti et al. Caracterização e Evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010): em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras. In: **Brasil em desenvolvimento 2013**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_desenvolvimento2013\\_vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_desenvolvimento2013_vol03.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2014.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista - 1786-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PONTES, Louise Barbalho et al. Descompasso entre linhas: das linhas do tempo às linhas que separam cidade e natureza. In: Anais: **III Seminário Nacional sobre Áreas de Preservação Permanente Urbanas**, Belém: UFPA, 2014. Disponível em: <<http://www.appurbana2014.com/anais/ARQUIVOS/GT1-105-121-20140531153723.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

SANTOS, Janaina Matoso et al. Legislação ambiental brasileira em área urbana: evolução e contradições. In: Anais: **XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação**

**e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, Recife: ANPUR: 2013. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4404>>. Acesso em: 15 set. 2014.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

## REFERÊNCIAS ITEM 5

BROUARD-MASSON, Jessica; MIQUEL, Pierre. **La Trame verte et bleue et les documents d'urbanisme**: présentation du guide TVB et documents d'urbanisme. Disponível em: <[http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/20110614\\_JourneeTVB-4\\_TVBetDocUrbanisme.pdf](http://www.developpement-durable.gouv.fr/IMG/pdf/20110614_JourneeTVB-4_TVBetDocUrbanisme.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2014.

CORMIER, Laure. **Les trames vertes**: entre discours et materialités, quelles réalités? 2011. Tese (Doutorado em Geografia e Planejamento do Espaço) - Université d'Angers, Angers, 2011. Disponível em: <<http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00640049>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

DELELIS, Caroline Jeanne et al. **Mosaicos de áreas protegidas**: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da França no Brasil - CDS UnB, 2010. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/240/\\_arquivos/livro\\_mosaicos\\_portugues\\_montado\\_240.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/livro_mosaicos_portugues_montado_240.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

FRANÇA. **Loi Grenelle 1**. LOI n° 2009-967 du 3 août 2009 de programmation relative à la mise en œuvre du Grenelle de l'environnement (1). Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000020949548>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FRANÇA. **Loi constitutionnelle**. Loi n° 2005-205 du 1er mars 2005 relative à la Charte de l'environnement. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

FRANÇA. **Loi Grenelle 2**. LOI n° 2010-788 du 12 juillet 2010 portant engagement national pour l'environnement (1). Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022470434>>. Acesso em: 26 jun. 2014.



ECONOMIA AMBIENTAL VERSUS  
ECONOMIA ECOLÓGICA:  
FUNDAMENTOS, DEFINIÇÕES E  
DIFERENCIAÇÃO DAS  
ABORDAGENS



## CONTEXTUALIZAÇÃO

---

No decorrer das décadas de 60 e 70, surge o movimento ambientalista e o choque do petróleo, acontecimentos que impactaram diretamente no nível de relevância e preocupações sociais com os recursos naturais, energia e ambiente, os quais passam a ter papel de destaque nas discussões e políticas de cunho econômico, social e político, enfatizando e determinando a quebra de paradigmas e novas concepções polarizadas em direção a Questão Ambiental. Esta, por sua vez emerge e enuncia um posicionamento avesso ao modelo de desenvolvimento econômico em vigência, configurando uma divergência entre a partir de uma possível incompatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental, afirmando que tal relação geraria entraves à ascensão do crescimento econômico.

As críticas ambientalistas têm origem no âmbito das ciências físicas e biológicas, as quais agregam distintas áreas específicas de conhecimento relacionadas às questões ambientais, ecológicas e energéticas, e desta forma trouxeram e desenvolveram gradativamente análises da relação do funcionamento do sistema econômico com o sistema ambiental, estabelecendo abordagens críticas ao vigente modelo de crescimento econômico, a partir de embasamentos nos princípios e conceitos biofísicos ambientais e ecológicos, resultando em transformações no debate a cerca da natureza deste âmbito econômico e de suas relações e impactos sobre os recursos ambientais. (AMAZONAS, 2001).

A partir dos graves impactos ambientais estas diversas áreas se mobilizaram em prol do estudo do fator ambiental, fazendo também emergir novas áreas de conhecimento como a economia ambiental, economia do meio ambiente e a economia ecológica, ressaltando a atenção por parte dos economistas, ambientalistas e ecologistas. Estas abordagens sustentam a tentativa de interpretar as relações, mensurar impactos, e demonstrar minimizações e/ou soluções, em prol da conservação e preservação dos recursos naturais e ambientais por meio distintos instrumentais econômicos. Mas pela existência de diferentes participações da economia, dois posicionamentos que se destacam: dos economistas ambientais e dos economistas ecológicos. Esta diferenciação ocorre devido níveis e enfoques distintos na fundamentação de cada linha de conhecimento, trazendo a necessidade de revisões do paradigma neoclássico, que incita uma reformulação completa da teoria econômica. Divergências tipicamente encontradas nas análises do meio ambiente assim como incertezas que limitam a compreensão de quais são os efeitos das ações antropogênicas sobre o ambiente natural. (LOYOLA, 2005).

Pode se afirmar que desenvolvimentos econômicos aliados a formatos de modelos economicamente e socialmente justos e sustentáveis vêm desmistificar qualquer incongruência, ressaltando na realidade uma interdependência na relação economia e meio ambiente, mediante a possibilidade de tangenciar interesses ambientais e econômicos, fomentando dentre suas diversas vertentes destaca-se a relevância desta interação econômico-ambiental, quanto ao reconhecimento dos limites da biosfera e da utilização dos recursos naturais, capacidade de abastecimento das gerações futuras, e as exigências e necessidades de aplicação de novos modelos econômicos. (MÉRICO, 1996).

O que fomenta os estudos sobre a questão ambiental no que tange a economia em si, compreende a problemática da escala econômica relativa, ou seja, as exigências do volume físico de matéria e/ou

energia em fluxo na economia gera elevação da chamada entropia<sup>1</sup>, fator primordial na relação com o processo produtivo, esta como outras variáveis são cruciais nas análises dos campos da economia ambiental e ecológica, variáveis reconhecidas e fundamentadas a partir do trabalho de pesquisadores como Pigou, que consolida em 1920, os fundamentos da relação economia-meio ambiente com o reconhecimento das denominadas externalidades<sup>2</sup> ambientais do processo produtivo e da necessidade de internalização econômica desses efeitos. Tais denominações surgem nos avanços teóricos voltados à interpretação das consequências das interações dos sistemas produtivos com os sistemas naturais. (MÉRICO, 1996).

## 2.1. Economia Ambiental

A economia ambiental formula-se em um segmento específico da teoria econômica, de base neoclássica, e trata de questões voltadas ao controle da poluição, mudanças climáticas, proteção do meio ambiente natural, conservação de recursos escassos, biodiversidade e instrumentos econômicos, a partir da dinâmica produtiva de mercado. Sua ênfase está sobre a “poluição percebida como uma externalidade do processo de produção e consumo, uma falha nos mecanismos de mercado, que pode ser tratada pelos vários meios de internalização de custos ambientais nos preços dos produtos” (MÉRICO, 1996, p.15).

A economia ambiental considera os recursos naturais infinitos, os quais são parte da função de custo de qualquer produto. Fomenta a busca da alocação ótima de recursos a partir de um mercado livre. Pode se afirmar que economia ambiental reconhece que existem imperfeições no mercado que devem ser corrigidas. As suas receitas estão baseadas na eficiência alocativa do mercado e nas possibilidades da mudança tecnológica, tomando somente em consideração a primeira lei da termodinâmica (LOYOLA, 2005).

## 2.2. Economia Ecológica

A economia ecológica engloba a questão do uso dos recursos naturais e as externalidades do processo produtivo, enfocando o uso sustentável das funções ambientais e a capacidade dos ecossistemas como um todo de suportar a pressão própria do funcionamento econômico considerando custo e benefícios da expansão da atividade humana. (MÉRICO, 1996).

Busca analisar a estrutura e o processo econômico de geossistemas sob a ótica dos fluxos físicos de energia e de matérias. O estado de equilíbrio almejado a uma sociedade sustentável considera a preocupação em reduzir o nível de entropia em um dado sistema produtivo. Baseia-se em um campo transdisciplinar que busca integração entre as disciplinas da economia e ecologia, e demais disciplinas correlacionadas, para uma análise integrada dos sistemas (ambiental e econômico-produtivo). Funda-se no princípio de que o funcionamento do sistema econômico, considerado nas escalas temporal e espacial mais amplas, deve ser compreendido tendo em pauta as condições do mundo biofísico sobre o

---

1. Entropia: entende-se por geração de entropia quando no processo produtivo ocorre o desperdício de energia, logo pode se dizer que o aumento da entropia corresponde a transformação de formas úteis de energia em formas que o homem não consegue utilizar, e assim desperdiça. (VEIGA, 2005)

2. Segundo Pires (2012) estas podem ser conceituadas também como resultado do impacto das ações de um agente econômico sobre o bem-estar de outros agentes econômicos que não estão diretamente relacionados a esta ação ou que não tomam parte da ação. São também chamadas de falhas de mercado, e com estas o interesse da sociedade em relação a um resultado de mercado vai além do próprio mercado, destacando também a necessidade do bem-estar das demais pessoas afetadas. Em ocasiões de existência de externalidade o governo pode interferir buscando melhorar ou potencializar os resultados de mercado.

qual este se realiza, ao passo que deste que derivam a energia e matérias-primas para o próprio desenvolvimento da economia. Sabendo-se que o processo econômico é um processo também físico, as relações físicas não podem deixar de fazer parte da análise do sistema econômico, caso contrário a análise se apresenta incompleta. Desta forma, pode se afirmar que a natureza do problema corresponde a elementos tanto econômicos quanto biofísicos. (AMAZONAS, 2001).

### **2.3. Economia ecológica versus Economia ambiental**

Enquanto a economia ambiental considera os recursos infinitos, na economia ecológica além de destacar os recursos como finitos, ressalta que além da preocupação com a alocação econômica também existe uma atenção a distribuição justa dos recursos naturais. Desta forma pode se enunciar que a corrente da economia ambiental relaciona-se a aspectos neoliberais e sem cunho preservacionista, apenas desenvolvendo os recursos naturais como um bem mensurável, já a economia ecológica contém uma fundamentação mais condizente com a preocupação ambiental, preservacionista, ao dar ênfase a distribuição justa e alocação eficiente dos recursos naturais. (NICKNING, 2013).

De acordo com Lima (2004) economia ambiental valoriza em excesso a "internalização das externalidades", o que acaba tendendo a eliminar da natureza qualquer valor intrínseco que esta possa apresentar. Essa sobrevalorização resulta em uma justificativa para toda e qualquer apropriação demasiada e abusiva dos recursos naturais. A dinâmica da lógica de mercadológica surge como solução inevitável para a crise ambiental. A economia ecológica na tentativa de explicar o sistema econômico a partir de leis físicas as da termodinâmica, acaba por conceber que as possíveis soluções para a crise ambiental são essencialmente técnicas. Desta maneira, tal preceito desconsidera as relações sociais, as quais são direcionadas pelos mais diferentes interesses dos mais diversos grupos. Logo pode ser elucidar que preservar os recursos naturais sem questionar a forma social de produção capitalista apenas possibilita a reprodução de indivíduos resignados a atuar pelo mercado. Nesse particular, as duas abordagens, economia ambiental e ecológica, em suas interpretações sobre a relação economia e meio ambiente, não consideram as relações sociais como mediadoras da relação do ser humano com a natureza. Assim como a economia ambiental, a economia ecológica, quanto sua crítica incisiva ao "crescimento ilimitado", não se baseia tendo uma perspectiva que atingir um campo além do sistema de mercado, pois não arca com a dimensão do núcleo duro da forma social de produção capitalista, como também com as contradições internas ao sistema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

AMAZONAS, Maurício de Carvalho. O que é Economia Ecológica. (1999/2001). Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/sobre/a-ecoeco>. Acesso 12 set. 2014.

LIMA, José Edmilson de Souza. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. Revista FAE. Curitiba, 2004. Disponível em: <[http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v7\\_n1/rev\\_fae\\_v7\\_n1\\_09\\_jose\\_edmilson.pdf](http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n1/rev_fae_v7_n1_09_jose_edmilson.pdf)>. Acesso em 13 set. 2014.

LOYOLA, Roger G.A Economia Ambiental e a Economia Ecológica: Uma Discussão Teórica. 2005. Disponível em: <[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii\\_en/mesa2/4.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii_en/mesa2/4.pdf)>. Acesso 12 set. 2014.

NICKNING, Marcio. Aspectos teóricos da economia ambiental e economia ecológica. 2013. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/marcionicknig1/aspectos-tericos-da-economia-ambiental-e-economia-ecolgica>>. Acesso em 13 set. 2014.

PIRES, Luciano. Externalidades. 2012. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/LucianoPires/externalidades-14032451>>. Acesso em 12 set. 2014.

VEIGA, J. E. D. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Garamond. Rio de Janeiro, 2005.